



v.18 n.41 **mneme**

mneme – revista de humanidades
ISSN 1518-3394

Mneme, v. 18, n. 41

*História Política:
novas propostas, velhos desafios*

jul./dez.2017

Mneme – Revista de Humanidades integra o Portal de Periódicos da CAPES,
disponível no endereço <http://periodicos.capes.gov.br>

Mneme – Revista de Humanidades – publicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Departamento de História (DHC). Caicó, RN, DHC, v. 18, n. 41, jul./dez. 2017. Dossiê *História Política: novas propostas, velhos desafios* (org. Arthur Luís de Oliveira Torquato – IFRN e Jailma Maria de Lima - UFRN). Semestral.
ISSN: 1518-3394.

Capa: *Construção do Palácio do Congresso Nacional*. Fotografia. Arquivo Público do Distrito Federal (Brasília, DF). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/camara-noticias/camara-destaca/historico/cinquenta-anos-da-camara-em-brasilia/palacio-do-congresso-nacional/imagens/construcao%20-4.JPG/view>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Correspondência:

Mneme – Revista de Humanidades. Departamento de História do CERES
A/C Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo
A/C Prof. Muirakytan Kennedy de Macêdo
Campus de Caicó. Rua Joaquim Gregório, s/n– Penedo. CEP 59300-000 – Caicó– RN
☎ (84) 3421-4870 – e-mail: editormneme@yahoo.com.br
🌐 <http://periodicos.ufrn.br/mneme/>
Diagramação: Helder Alexandre Medeiros de Macedo

mneme – revista de humanidades

ISSN 1518-3394

Mneme, v. 18, n. 41

História Política: novas propostas, velhos desafios

jul./dez.2017



MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES N. 41 – Julho– Dezembro 2017

FUNDADOR: PROF. MUIRAKYTAN KENNEDY DE MACÊDO

EDITORES RESPONSÁVEIS

Helder Alexandre Medeiros de Macedo –UFRN

Muirakytan Kennedy de Macêdo – UFRN

EDITORES DE SEÇÃO

Airan dos Santos Borges – UFRN

Joel Carlos de Souza Andrade – UFRN

Lourival Andrade Júnior – UFRN

Vanessa Spinosa - UFRN

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

Arthur Luís de Oliveira Torquato – IFRN

Jailma Maria de Lima – UFRN

CONSELHO EDITORIAL

Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Universidade Federal de Goiás, Brasil

Ana Maria Marques, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ângela Maria Vieira Domingues, Instituto de Investigação Científica Tropical (ICT), Portugal

Antonio Emilio Morga, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Antonio Otaviano Vieira Júnior, Universidade Federal do Pará, Brasil

Arlei Sander Damo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Camilo Rosa Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Claudia Rodrigues, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Enrique Serra Padrós, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Frederico de Castro Neves, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Guillaume Boccara, Universidad Católica del Norte, Chile. Centre de Recherches sur les Mondes Américains (CERMA) - École des hautes études en sciences sociales (EHESS), França

Iranilson Buriti de Oliveira, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

Isabel Maria Freitas Valente, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20; Team Europe da Comissão Europeia, Portugal

Joana Maria Pedro, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

José Manuel Damião Soares Rodrigues, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal

Loredana Marise Ricardo Ribeiro, Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Maria Adriana B. G. Sousa Carvalho, Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde

Maria Beatriz de Medeiros, Universidade de Brasília, Brasil

Maria Fernanda Baptista Bicalho, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Marília Lima Pimentel Cotinguiba, Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Marlene de Fáveri, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Pedro Paulo Abreu Funari, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Rafael Ivan Chambouleyron, Universidade Federal do Pará, Brasil

Renilson Rosa Ribeiro, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rogério Haesbaert, Universidade Federal Fluminense, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Auxiliomar Silva Ugarte – Universidade Federal do Amazonas

Carmen Sílvia de Moraes Rial – Universidade Federal de Santa Catarina

César Augusto Bubolz Queirós - Universidade Federal do Amazonas

Daniel Chaves – Universidade Federal do Amapá

Eduardo França Paiva – Universidade Federal de Minas Gerais

Eugênia Maria Dantas – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Iara Lis Schiavinatto – Universidade Estadual de Campinas

Jaqueline Zarbonato – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Jérri Roberto Marin – Universidade Federal da Grande Dourados

José Bento Rosa da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Julie Antoinette Cavnac – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Laura Moutinho – Universidade de São Paulo

Maria Cláudia Bonadio - Universidade Federal de Juiz de Fora

Marta Maria de Araújo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Mauro Cesar Coelho - Universidade Federal do Pará

Sara Nunes – Instituto Federal Catarinense

Silvia Cristina Martins de Souza – Universidade Estadual de Londrina

Silvia Maria Favero Arendt – Universidade do Estado de Santa Catarina

Táise Quadros da Silva – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás

Vitale Joanoni Neto - Universidade Federal de Mato Grosso

Esta edição 41 integra as ações do Produto de Extensão *Mneme – Revista de Humanidades* (2017), sob responsabilidade dos professores Helder Alexandre Medeiros de Macedo e Muirakytan Kennedy de Macêdo – UFRN. Conta com apoio institucional, também, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRN.

Mneme – Revista de Humanidades é publicação semestral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Departamento de História (DHC). Visa divulgar pesquisas acadêmicas originais e atuais no campo das Ciências Humanas. A revista não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nos artigos publicados.

SUMÁRIO

Editorial 7

Arthur Luís de Oliveira Torquato

Jailma Maria de Lima

Dossiê História Política: novas propostas, velhos desafios

Uma pequena revisão historiográfica sobre o Partido dos Trabalhadores e um objeto de pesquisa em pauta:

o parlamentar como ator político e partidário 11

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz

Em nome(s) da imprensa no Rio Grande do Norte:

o “caminho” escrito para a República (penúltima década do século XIX) 47

Anderson Dantas da Silva Brito

“Vamos para o club”: lutas e conflitos por territórios operários na Cidade do Natal (1930-1935) 73

Paulo Rikardo Pereira Fonseca da Cunha

A Relação entre participação, representação e compartilhamento do poder: uma análise sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social de Natal e Parnamirim 97

Marta Maria Bezerra

“Quem é rei nunca perde a majestade”?

JK na política de Diamantina no período 1934-1970 130

Marcos Lobato Martins

Entrevistas

História, militância política e pesquisa 163

Raimundo Nonato Pereira Moreira

Artigos

Contrastación de un modelo de redes decisionales 197

Cruz García Lirios

A japonologia de Lafcadio Hearn 212

Edelson Geraldo Gonçalves

Anais

Anais do I Seminário Interno do LHCP 231

Evandro dos Santos

EDITORIAL – História Política: novas propostas, velhos desafios

O campo da História Política esteve no centro de grandes debates intelectuais que marcaram o século XX, na área da historiografia. Desde a sua fundação em 1929, a revista *Annales d'histoire économique et sociale* – famosa como *Écolle des Annales* – foi a responsável por uma significativa renovação e ampliação do que se compreendia, então, como pertencente aos estudos no campo da História. Um dos grandes destaques foi a substituição de uma história “tradicional”/política – identificada como factual, centrada nos grandes homens e batalhas – por uma história-problema que dialogava com outras disciplinas e, mais do que isso, ampliava seus objetos, analisando diversos aspectos da vida humana e não apenas a história política (BURKE, 1997; CARDOSO; VAINFAS, 1997).

A “velha” história política, como passou a ser chamada, voltava-se para acontecimentos e fatos de curta duração; era uma história *événementielle*, caracterizada pela mera descrição linear dos fatos. “A história política reunia, portanto um número infindável de defeitos – era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante – que uma nova geração de historiadores desejava liquidar” (FERREIRA, 1992, p. 01).

O resultado dessas críticas, para o campo da História Política foi ser relegada ao ostracismo que vigorou até a década de 1970. A renovação e os novos estudos realizados por historiadores diversos, culminou no que denomina de *Nova História Política*, que teve forte atuação na França, a partir dos estudos de René Rémond e outros pesquisadores, que analisando comportamentos, discursos e modos de expressão de políticos, romperam com a perspectiva factual “positivista” que se atribuía a “toda” história política (TÉTARD, 2000, p. 126).

No Brasil, as influências desses estudos foram sendo constantemente ampliadas e, desde os anos 1980, historiadores têm se dedicado aos estudos de História Política sob novas premissas, estabelecendo problemas os mais diversos,

encarando a história política como uma característica do cotidiano, independentemente da posição social, política e econômica dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, visando contribuir para os debates sobre História Política esse dossiê volta-se para discussões contemporâneas e a produção da historiografia acerca de temas como: políticos, cultura política, partidos e suas respectivas interferências nos âmbitos sociais e culturais. Dessa forma, o leitor encontrará discussões interessantes, apoiadas em compreensões teóricas e metodológicas diversas, capazes de demonstrar a pluralidade de possibilidades que a Nova História Política tem a oferecer. Para tanto, o dossiê foi cuidadosamente organizado de possibilitar leitura rica e agradável, contribuindo com discussões fundamentais para esse momento em que a política ganha destaque dentro e fora das academias.

Em *Uma pequena revisão historiográfica sobre o Partido dos Trabalhadores e um objeto de pesquisa em pauta: o parlamentar como ator político e partidário*, Glauber Cruz, a partir de uma revisão historiográfica sobre o Partido dos Trabalhadores, prioriza o parlamentar como objeto de análise. Com um recorte temporal de 24 anos (1980 e 2006), o autor analisa os discursos parlamentares de senadores e deputados federais sobre temas relacionados aos trabalhadores, aos cidadãos e à sociedade brasileira, considerando a função relevante ocupada pelos detentores de tais cargos e as orientações partidárias decididas pelo partido, em suas resoluções tomadas em encontros e congressos. Essa não é uma questão menos importante, dadas as decisões que foram tomadas para a sociedade brasileira, no Congresso Nacional, no período citado pelo autor.

Ainda dentro da proposta de análise da organização partidária, Anderson Dantas propõe no seu artigo *Em nome(s) da imprensa no Rio Grande do Norte: o "caminho" escrito para a República (Penúltima década do século XIX)*, um estudo da organização político-partidária no Rio Grande do Norte dentro de um cenário de mudança do Império para a República. Para tal, a pesquisa deu ênfase aos movimentos impetrados pela imprensa e seus atores, pois, por meio dos periódicos, ficavam evidentes os movimentos dos grupos políticos na busca por um local de conforto em um momento de profunda mudança política pela qual o Brasil e, conseqüentemente, o estado do Rio Grande do Norte e suas elites estavam tendo que

enfrentar. Orientado pelas discussões teóricas sobre o imaginário social e a linguagem, o autor buscou entender a cultura política que vigorava à época a partir de sujeitos, territórios e configurações partidárias que foram sendo constantemente moldadas e expostas pelos períodos potiguares.

Enquanto isso, o artigo *“Vamos para o Club”: lutas e conflitos por territórios operários na cidade do natal (1930-1935)*, a partir de uma análise política envolvendo a biografia histórica como elemento teórico e metodológico, o autor Paulo Rikardo Cunha analisa a trajetória política de Café Filho e sua construção enquanto liderança operária na cidade do Natal. Assim, teve como objetivo compreender a organização do movimento operário na capital potiguar, analisando a atuação de dois grupos políticos: um apoiado por sindicalistas capitaneados por Café Filho; e outro, formado por comunistas mais radicais contrários à política trabalhista adotada por Getúlio Vargas na década de 1930. Essa trama revela, em grande medida, como se forjou, no âmbito das lutas políticas operárias, a figura de Café Filho como um líder popular ligado às necessidades dos trabalhadores natalenses.

O artigo *A Relação entre Participação, Representação e Compartilhamento do Poder: Uma Análise sobre os Conselhos Municipais De Assistência Social de Natal e Parnamirim* aborda a política de assistência social instituída através dos conselhos municipais nessas duas cidades. Problematizando a democratização e a efetividade das políticas públicas levadas a cabo após a Constituição de 1988, Marta Bezerra busca compreender como a participação, a representação e o compartilhamento do poder ocorreram nessas instituições e como exerceram, se exerceram, influências nas gestões municipais.

Por fim, no artigo *“Quem é rei nunca perde a majestade? JK na política diamantina no período de 1934 a 1970”*, Marcos Martins analisa a hegemonia política juscelinista na sua cidade Natal. Com base em diversas fontes da História local, e apontando a pouca importância dada a trajetória de Juscelino Kubitschek em Diamantina, o autor aponta as razões para a derrocada da sua hegemonia política após o golpe civil-militar de 1964.

Na seção *Entrevistas*, atrelado ao dossiê, o historiador Raimundo Nonato Pereira, professor e pesquisador da Universidade Estadual da Bahia relata suas

andanças pela história política, em uma entrevista concedida logo após sua participação no VII Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades, ocorrido no período de 07 a 11 de novembro de 2017 na cidade de Caicó-RN. De forma didática e muito bem-humorada, Raimundo Pereira relata um pouco da sua vida como sua infância e a relação com os meios de comunicação e o futebol, além de sua militância política durante a juventude e seu ingresso como aluno de história em 1989.

Aliado a isso, Raimundo Pereira relata suas experiências de pesquisa, seu percurso acadêmico e como surgiu seu interesse pela história política, dando ênfase ao trabalho que desenvolveu com a obra *Os Sertões*, rendendo a publicação do livro “*E Canudos era a Vendéia... o imaginário da Revolução Francesa na Construção da narrativa de Os Sertões*”, publicado pela UNICAMP em 2007. Com toda certeza, a entrevista de Raimundo Pereira é um daqueles momentos ímpares, pois somos convidados através das suas palavras a embarcar pelos prazeres e dificuldades que as pesquisas em história política nos levam durante nosso cotidiano enquanto jovens e/ou veteranos historiadores.

Integram, ainda, a revista, na seção de *Avulsos*, manuscritos de autoria de Cruz Lirios e Edelson Gonçalves, com enfoques diversos no campo das Humanidades. E, na seção *Anais*, os resumos de trabalhos apresentados durante o I Seminário Interno do LHCP, na UFRN – CERES – Campus de Caicó, em 2016.

Desse modo, os artigos que compõem esse dossiê possuem uma dimensão plural capaz de exemplificar as mais diversas compreensões acerca da história política e seus desdobramentos acadêmicos atuais. Assim, a *Revista Mneme* apresenta uma organização de artigos atuais, capazes de transmitir a seus leitores instigantes perspectivas da história política contemporânea. A todos uma excelente leitura.

Arthur Luís de Oliveira Torquato – IFRN
Jailma Maria de Lima – UFRN
Organizadores do Dossiê História Política: novas propostas, velhos desafios

Uma pequena revisão historiográfica sobre o Partido dos Trabalhadores e um objeto de pesquisa em pauta: o parlamentar como ator político e partidário

A small historiographical review of the Workers' Party
and an object of research on the agenda:
the parliamentarian as a political and partisan actor

*Glauber Eduardo Ribeiro Cruz**

RESUMO: O texto tem o objetivo de revisar a historiografia do Partido dos Trabalhadores ressaltando as diferentes visões já estudadas e o objeto de pesquisa omissivo, o parlamentar. Por meio das escolhas em cada tempo histórico ficou compreendido que os deputados federais e os senadores não tiveram importância nas análises realizadas. Com isso, ressaltamos três estudos envolvendo diretamente os congressistas petistas, as fontes partidárias como foco na função do parlamentar para o partido e como estes atuaram em três momentos distintos da história política do Brasil entre os anos de 1980 e 2000. O texto visa colocar o parlamentar como sujeito importante na política partidária e institucional no cenário brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Partido dos Trabalhadores, historiografia, parlamentar.

ABSTRACT: The text aims to review the historiography of the Workers' Party highlighting the different views already studied and the object of research, omission, the parliamentarian. By means of the choices in each historical time it was understood that the federal deputies and the senators did not have importance in the realized analyzes. Thus, we highlight three studies involving directly the PT congressmen, the party sources as a focus on the function of the parliamentarian for the party and how they worked in three distinct moments of the political history of Brazil between the years of 1980 and 2000. The text aims to place the parliamentarian as an important subject in party and institutional politics in the Brazilian scenario.

KEYWORDS: Workers' Party, historiography, parliamentary.

Introdução: a revisão historiográfica sobre o Partido dos Trabalhadores

Os últimos 15 anos de vida política no Brasil trouxe a tona um ator público importante para a definição de projetos e de leis de impacto direto na sociedade brasileira. O parlamentar, principalmente, a nível nacional tem sido denominado cotidianamente pelos veículos de comunicação ou pelos cidadãos como corruptos e ladrões. O texto tem o objetivo de revisar a historiografia sobre os partidos políticos

* Docente do Estado de Minas Gerais. Mestre em História, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). glaubereduardoribeirocruz@gmail.com.

e sobre o Partido dos Trabalhadores para compreender como o parlamentar foi analisado pelos estudiosos, identificar o parlamentar como sujeito político relevante para o PT por meio das suas resoluções partidárias e, por fim analisar como o PT e seus parlamentares atuaram politicamente entre os anos de 1980 e 2006. Assim, pretendemos não cair no abismo do senso comum ou embarcar nas águas insanas da mídia nacional e, simultaneamente, valorizar o parlamentar como objeto de pesquisa que merece ser historicamente compreendido.

Os estudos sobre os partidos políticos no Brasil têm sido realizados há tempos e com propostas teórica e temática diversificadas. Tentar classificá-los seria ingenuidade diante da quantidade de trabalhos e das tentativas já realizadas.

De modo geral, nas análises feitas sobre as instituições partidárias podemos verificar as seguintes premissas: União Democrática Nacional e o antipopulismo, Octávio Dulci (1986), União Democrática Nacional no período democrático, Maria Victória de Mesquita Benevides (1981), o trabalhismo na prática dos partidários, militantes e simpatizantes, Jorge Ferreira (2007), o sistema partidário brasileiro e o Partido Social Democrático, Lúcia Hippólito (1984), a função institucional do Movimento Democrático Brasileiro, Rodrigo Patto Sá Motta (1997), a função institucional da Aliança Renovadora Nacional, Lúcia Grinberg (2009), a identidade e a memória do Partido Comunista Brasileiro, Dulce Pandolfi (1995), a reforma neoliberal nos anos 1990 e o Partido da Social Democracia Brasileira, André Pereira Guiot (2006) e a trajetória no sistema político brasileiro do Partido da Frente Liberal, Gabriela da Silva Tarouco (1999).

Os estudos sobre o Partido dos Trabalhadores também mostram uma variedade temporal e temática. Por isso, a seguir propomos uma pequena revisão historiográfica dos escritos sobre o partido para o exame das fontes já utilizadas nas pesquisas.

Os anos de formação do partido sob o viés político-organizacional foram estudados por Rachel Meneguello (1989) e Margareth Keck (1991). As autoras analisaram a interação do partido, considerado um fato novo, com o movimento operário autônomo, principalmente no estado de São Paulo, mostrando o PT como

diferenciado por manter a fidelidade na representação dos interesses dos trabalhadores e por concretizar a “revinculação entre demandas sociais e as instituições políticas” (MENEGUELLO, 1989, p. 104).

O movimento sindical foi estudado por Isabel Oliveira (1987), com o foco no discurso de suas lideranças como motivação para ação do operariado. A autora identificou como as lideranças tinham um duplo discurso diante dos trabalhadores: externamente mostrava-os conscientes e maduros diante das greves, da proposta de reformular as leis trabalhistas e dos salários, e internamente estava preocupada com a conscientização e falta de identidade e de conhecimento do operariado.

As esquerdas por diferentes ângulos foram analisadas por Juarez Guimarães (1990) e Márcia Regina Berbel (1991). O PT foi estudado dentro da perspectiva do movimento socialista, por meio do método comparativo e da totalidade por Juarez Guimarães (1990). Os seguintes temas foram delimitados para a comparação entre o PT, a I e II Internacional e o Partido Social-Democrata Alemão e o Partido Socialista Italiano: a economia e a sociedade, a institucionalidade e os partidos burgueses, a ideologia e o programa, a relação entre os partidos e os sindicatos, a organização e a democracia partidárias e a dinâmica e a correlação das tendências. Na perspectiva do autor, a similaridade entre o partido e a I Internacional aconteceu por meio do sentido clássico de partido de classe, do nascimento de classe que adquire consciência dos seus interesses e entre o partido, sendo que a II Internacional refletiu os anseios de representação, participação e emancipação do proletariado.

Por meio do método comparativo, não há uma tradição socialista homogênea, sendo atravessada pelo dissenso entre integração à ordem de forma plena (aspecto social), ativa (aspecto institucional) ou passiva (aspecto ideológico). No caso do PT, a integração seria passiva, pois o partido teria tido dificuldades para ultrapassar os marcos do “Estado burguês”, diluído sua feição socialista, se adaptando às pressões de institucionalização e bloqueando o potencial transformador dos trabalhadores. O termo ‘passivo’ serviria “apenas para qualificar, para além da ideologia petista, os limites, as insuficiências destas ‘rupturas’,

insuficientes em sua soma e projeção para gerar uma transformação qualitativa da ordem capitalista” (GUIMARÃES, 1990, p. 99).

Berbel (1991) analisou as diferentes tradições do pensamento político de esquerda e identificou o PT como integrante da tradição e da ruptura esquerdista. Sindicalistas, intelectuais, alguns representantes autênticos do MDB, os setores da Igreja Católica e a esquerda clandestina no regime militar criaram vínculos com a sociedade, formando a base para o Partido dos Trabalhadores. A relação entre o PT e a sociedade, por meio das bases sociais, colocou o partido dentro da crise da trajetória da esquerda brasileira, pois “decidir por uma estratégia significaria excluir outras tantas e o partido optava por abrigar todas elas” (BERBEL, 1991, p. 137).

A perspectiva de análise conceitual do partido foi proposta por Marco Antônio Brandão (2003), Paulo Henrique Martinez (2007), Mauro Luis Iasi (2006). Brandão (2003) iniciou sua reflexão em torno do conceito de socialismo democrático na história partidária entre 1979 e 1994. Na fundação (1979-1983) do PT, o partido o relacionou por meio da luta pela democratização da sociedade com as lutas dos movimentos sociais; no ‘acúmulo de forças’ (1984-1989), a relação delimitou as bases de intervenção na sociedade para construir o socialismo por meio do movimento social, da aliança com a pequena burguesia, da combinação entre reforma e revolução; na batalha (1990-1994), a relação aconteceu para a conquista da hegemonia dos trabalhadores.

Entre 1990 e 1994, com o fim do socialismo do leste europeu, o partido criticou os governos socialistas por falta de democracia, o que seria o valor para o futuro do socialismo. O autor, ao realizar um balanço do socialismo democrático do PT, confirmou o esquecimento do conceito pelo partido, que se deixou levar pela realidade política do país, e “ao mesmo tempo (desde a barreira representada pelas tênues diferenças de votos de 1989 que o partido não conseguiu transpor), consolidou-se cada vez mais como uma utopia” (BRANDÃO, 2003, p. 185-186).

A consciência de classe foi analisada por Mauro Luis Iasi como conceito na trajetória do PT. Para o autor, o surgimento do partido entre os anos de 1979 e 1986, mostrou a manifestação autêntica das classes trabalhadoras por meio das lutas

sociais e da luta operária e sindical. No 5º Encontro Nacional, no ano de 1987, teria iniciado uma inflexão na luta de classes, com o setor majoritário do partido propondo a aliança com a pequena e a média burguesia e se aproximando da perspectiva de revolução permanente em etapas do PCB. A inflexão moderada continuou com o 7º Encontro Nacional no ano de 1990, produzindo o distanciamento entre as bases e a direção do partido, construindo os modelos sociais, militantes e partidários, tendo uma profusão de palavras do ideário liberal. Na perspectiva de Iasi, houve uma “ausência de uma reflexão um pouco mais aprofundada da relação entre certa ordem de produção fundada no capital e as formas institucionais e políticas que lhe correspondem” (IASI, 2006, p. 457).

Iasi (2006) argumentou que no I Congresso o PT definiu o caminho e o eixo central da estratégia socialista: disputa de hegemonia e democracia, abrindo um campo abstrato de valores e juízos éticos e colocando instrumentos do “Estado burguês” a serviço dos trabalhadores. No 10º, no 11º e no 12º Encontros Nacionais, entre os anos de 1995 e 2001, o partido teve como objetivo ser um movimento de resistência ao neoliberalismo, substituindo o caráter socialista pelo projeto nacional de desenvolvimento. O nacional para o Partido dos Trabalhadores contemplaria o novo pacto entre os trabalhadores, o capital produtivo, o grande capital, os pequenos e os médios empresários e as milhares de pessoas excluídas, não sobrando inimigos e tendo como objetivo unificar a nação. Assim, o PT garantiu os interesses da burguesia a partir de 2002, completando uma experiência da classe trabalhadora, mantendo o modelo neoliberal e se acomodando a ordem “que se operava no ser mesmo da classe no interior destas relações por meio da reestruturação produtiva e o momento geral de defensiva na dinâmica da luta de classes” (IASI, 2006, p. 535).

Paulo Henrique Martinez (2007), por meio do conceito de conquista do estado e dos fatos, dos projetos políticos, da atuação e da inserção na vida nacional, distinguiu a vida partidária do PT nos anos 1980 e nos anos de 1990. Para o autor, na década de 1980, a atuação do partido buscou conduzir o governo e a direção do Estado, se opondo ao regime militar, ao Colégio Eleitoral e ao governo da Nova República. O PT tentou a aproximação com a sociedade na campanha das Diretas Já!

e na Assembleia Nacional Constituinte. Na década de 1990, o partido teria como estratégia a conquista do governo federal com mudanças estruturais, a oposição ao neoliberalismo, a revolução democrática, o acúmulo de forças e o projeto alternativo de desenvolvimento. O Partido dos Trabalhadores conseguiu benefícios para aos segmentos sociais por meio da institucionalidade estatal e a participação na ordem política estabelecida teria se dado, precisamente, “em nome de reformas e da busca de uma nova ordem nacional e também internacional” (MARTINEZ, 2007, p. 273).

A perspectiva do poder local foi examinada por João Bosco Araújo da Costa (1998), tendo como ponto de partida a relação entre o comando dos governos locais e regionais e os dirigentes partidários, para analisar cada fase partidária com redimensionamentos, reelaborações e ressignificações do vocabulário político. Para o autor, o novo sindicalismo, os movimentos sociais, os movimentos do campo, as organizações marxistas-leninistas, os intelectuais e os movimentos pela diferença perceberam o caráter negativo do espaço local entre os anos de 1982 e 1988. A partir de 1988, as forças constituintes do PT compreenderam o poder local como portador da virtualidade democrática, incluindo a sociedade por meio dos conselhos populares e dos orçamentos participativos.

Os programas de governo apresentados pelo partido para as eleições de 1989, 1994 e 1998 foram analisados por Oswaldo Amaral (2003), sob a perspectiva da mudança: em 1989, por meio do encadeamento processual da história do país, o partido colocou-se como força transformadora e estaria capacitado para lutar contra a exclusão social, a dívida externa e a apropriação fundiária no Brasil, provocados pelas elites conservadoras, como uma opção à esquerda com um programa para governar, sem detalhar propostas específicas. Em 1994, o programa mostrou um conjunto de reformas sociais, dirigidas por Luís Inácio Lula da Silva, como opção de esquerda, oposição ao projeto neoliberal e propostas genéricas em torno de democratização, de desprivatização, de políticas de renda, de reforma agrária, de salários e de garantia de renda mínima, com a perspectiva socialista aparecendo timidamente. Em 1998, o programa incluiu os projetos executados nos governos municipais e estaduais, foi generalista e a superficial nas propostas econômicas

relacionadas às reformas tributária e fiscal e foi similar as propostas governista do PSDB relativa à política industrial, comércio exterior, desemprego, crédito, qualificação de mão-de-obra e investimentos. “A ausência de propostas realmente transformadoras acabou por reforçar a ideia de que o governo estava no caminho certo apesar das inúmeras dificuldades existentes” (AMARAL, 2003, p. 151).

Para Osvaldo Amaral (2003), as diferenças existentes entre os programas de governo do PT e do PSDB seriam relacionadas a função do Estado. O Partido dos Trabalhadores defenderia o Estado como ator direto na promoção do desenvolvimento econômico e o Partido da Social-Democracia Brasileira colocaria o Estado como regulador e indutor do desenvolvimento econômico, não restringindo o desenvolvimento a função estatal. Assim, “essas diferenças não são ressaltadas ou melhor explicitadas, sendo privilegiados os objetivos e metas, o que fez com que o programa econômico petista aparecesse como uma lista de intenções”. (AMARAL, 2003, p. 150).

As campanhas eleitorais de 1989 e 2002 do partido foram examinadas por Pedro José Floriano Ribeiro (2004B) visando apreender a atitude do PT em relação ao sistema político, por meio dos seguintes critérios: profissionalização dos participantes, marketing, centralidade dos meios eletrônicos, personalização do candidato e uso do apelo sedutor-emotivo. Para o autor, as diferenças entre as campanhas de 1989 e 2002 com a modernização, a revisão de posturas e o deslocamento para o centro político, por meio de interesses, dos atores, das estratégias e dos acontecimentos, foram vitais para o PT “relegitimar” o sistema político nacional.

O abandono da postura de partido anti-sistema tornou possível a migração do Partido rumo ao centro do aspecto político nacional, na medida em que o partido deixava gradualmente de tomar atitudes deslegitimadoras do regime político brasileiro e de exercer uma oposição irresponsável – no sentido sartoriano do termo – ao mesmo tempo em que cultivava uma clara separação entre ideologia partidária e jogo eleitoral (RIBEIRO, 2004B, p. 125).

Em relação às tendências internas do PT: a Articulação e a Democracia Radical foram examinadas por Eurelino Coelho (2005), em função da profunda reviravolta teórica e programática, e da crise do marxismo e dos marxistas em crise, sob a perspectiva da totalidade. No primeiro momento, os projetos políticos foram estruturados em elementos marxistas: a Articulação até 1989 e Partido Revolucionário Comunista (PRC) até 1987. A Articulação foi a principal responsável por rejeitar a inclusão nos documentos programáticos do PT, de afirmações explícitas de filiação do partido ao marxismo. Organizou-se em 1983 com militantes cujas trajetórias se cruzaram na mobilização dos trabalhadores e nas greves em fins dos anos 1970, saindo vitoriosa na disputa pela hegemonia no interior da nova organização, por meio do número de militantes, do peso da figura de Lula e do grupo de sindicalistas. A tática da Articulação para ter o poder interno do PT foi incorporar os aspectos parciais das correntes internas do partido, exigir a fidelidade partidária e colocar-se na “defesa do PT autêntico contra a interferência de forças políticas estranhas” (COELHO, 2005, p. 71). Os projetos da Articulação na década de 1980 envolviam o boicote ao Colégio Eleitoral, se a emenda Dante de Oliveira fosse derrotada no Congresso, era preciso perseverar na campanha pelas diretas; ser oposição à Nova República; constituir uma aliança de forças na Assembleia Nacional Constituinte, e construir um consenso em torno das suas definições.

A outra tendência examinada por Coelho (2005) foi o Partido Revolucionário Comunista (PRC) que de acordo com o autor, não teve início dentro do PT. Teria sido formado em 1984 por ex-militantes do PC do B e grupos políticos regionais, com motivação para continuar a luta dos comunistas brasileiros. Dentro do PT seriam inspirados pelo pensamento de Lênin, com o foco nas tarefas políticas da direção para construir a vanguarda da classe operária, por meio da luta pela hegemonia no interior do Partido dos Trabalhadores e combatendo o grupo hegemônico que “representava um obstáculo à definição de uma orientação marxista para o partido” (COELHO, 2005, p. 101). Contudo, o PRC tinha um problema no núcleo da concepção política: a relação orgânica com as classes subalternas era insuficiente, a construção partidária não produzia os resultados previstos e não tinha sustentação

financeira, por isso restringiu a atuação política na atividade editorial e nos mandatos institucionais.

Coelho (2005) mostrou que o abandono do marxismo pelas tendências não foi uma decorrência inevitável, teria ocorrido por causa de interesses e de uma outra visão de mundo que passou a conferir novo sentido aos dirigentes. A mudança do deslocamento da práxis da esquerda ao bloco dominante ocorreu por meio da burocratização, da adesão ao liberalismo e ao pós-modernismo, da rendição ao presente e ao futuro, em um projeto restauracionista, em que “o compromisso da esquerda com o presente é, na verdade, um compromisso com a ordem que domina o presente, a ordem do capital, que ela propõe modificar e ‘humanizar’, mas não abolir” (COELHO, 2005, p. 499).

De modo geral, nas análises acima verificamos as seguintes premissas: a priorização do sindicalismo surgido na década de 1970 como argumento para a origem e para a formação do partido, Meneguello (1989) e Keck (1991); a existência no discurso das lideranças dos sindicalistas de debates diferenciados sobre a classe trabalhadora, Oliveira (1987); a existência de uma continuidade do PT como parte da esquerda política desde o fim do século XIX e começo do século XX com Guimarães (1990) e do século XX com Berbel (1991); o exame do PT por meio de conceitos como socialismo democrático, Brandão (2003), consciência de classe, Iasi (2006) e conquista do Estado, Martinez (2007); a perspectiva do estudo sobre o poder local com Costa (1998); a perspectiva da mudança, da moderação ou da transformação nos programas de governos por Amaral (2003), nas campanhas eleitorais por Ribeiro (2004B) e nas tendências internas por Coelho (2005).

Sob diferentes perspectivas, os autores construíram análises sobre as continuidades e as mudanças no PT, as características internas e externas em relação à sociedade e a esquerda brasileira e os conceitos teóricos e políticos. Mas poucos se dispuseram a examinar o partido sob a ótica dos seus parlamentares, havendo lacunas sobre a atuação congressual e a relação entre a estrutura partidária e o mandato parlamentar. Os trabalhos de Ana Lúcia Aguiar Melo (1998), Paulo Roberto

Figueira Leal (2005), e Sônia Ranincheski, Nathália Cordeiro (2008) estão entre os poucos que têm como foco os deputados federais.

O parlamentar: um objeto em pauta

Ana Lúcia Aguiar Melo (1998) analisou a trajetória da elite petista na Câmara dos Deputados, a relação entre os parlamentares federais e as tendências internas, e a nova concepção de partido. Para a autora, os deputados federais petistas entre 1995 e 1998 atuavam no Parlamento nacional preocupados com a “consolidação como representante de estratos sociais organizados e dos desassistidos, imprimindo assim uma visão mais abrangente de democracia” (MELO, 1998, p. 49). Melo (1998), ao analisar biografias, questionários, realizar entrevistas construiu o seguinte perfil da elite parlamentar petista na legislatura 1995-1998: plural, participante do sindicalismo e dos movimentos sociais e populares, constituída de ampla base social, que possuía confiança na representação orgânica, a qual, por sua vez, diminuiria a tensão partidária interna.

Para a autora, os projetos políticos dos deputados federais em políticas públicas ressaltaram a necessidade do exercício pleno da cidadania, das minorias, da criança, da reforma agrária e da questão étnica. As responsabilidades cumpridas como partido de oposição, a consolidação da democracia na defesa da igualdade política e econômica e a distância do jogo político interno pelos parlamentares do PT são as características do crescimento institucional partidário e “esta intermediação lhe confere um novo papel na arena política, pois o faz reconhecido dos outros partidos e o coloca presente nas decisões e relações de poder” (MELO, 1998, p. 58).

Eles procuram atender aos anseios de sua base eleitoral, que é muito mais ampla que a tendência e ainda primam pela representação dos cidadãos, condição exemplar na bancada petista, isso comprovada pelos projetos de lei os quais são encaminhados pela bancada, que atendem indiscriminadamente a representação do cidadão brasileiro (MELO, 1998, p. 58-59).

A necessidade de compreensão dos valores e da atuação da bancada petista¹ na Câmara dos Deputados entre 1999-2002 foi a motivação do estudo de Paulo Roberto Figueira Leal (2005). O autor teve como objeto de análise cada deputado federal isoladamente, suas escolhas e posições hegemônicas como “ajudam a construir um projeto coletivo como o PT (ajustando-se às suas estruturas) e tentam satisfazer seus projetos pessoais – o que inclui, primordialmente, o desejo de reeleição ou de crescimento na carreira” (LEAL, 2005, p. 25). Os deputados federais petistas teriam mostrado como ocorria a vida legislativa com o mandato partidário, a necessidade da fidelidade partidária, da adequada interferência do partido, da frequência das reuniões, dos esforços para as eleições, da valorização e do atendimento às bases e do movimento social.

A relação entre o mandato, a individualidade parlamentar e as concepções hegemônicas do partido teriam sido importantes para a dedicação do trabalho dos deputados federais no atendimento dos movimentos sociais e das bases, com atenção e tempo às demandas.

A bancada vê como legítimo o recurso ao fechamento de questão em assuntos que não sejam de foro íntimo. A concepção de que os mandatos parlamentares devem ser de tipo delegado-imperativo (e não de tipo livre-virtual) é amplamente hegemônica. Enfatiza-se com frequência a admissibilidade de que outros atores – bases e partido, por exemplo – interfiram nas decisões tomadas pelos parlamentares em suas atividades legislativas (LEAL, 2005, p. 76).

Sônia Ranincheski e Nathália Cordeiro (2008) analisaram nos discursos dos deputados federais do PT e do PSDB, as perspectivas de democracia proferidas em plenário nos anos de 1998, 1999, 2002 e 2003. As autoras identificaram a existência de duas democracias: 1 - a participativa, com participação política efetiva, o pluralismo, a soberania popular, o governo do povo, os movimentos sociais, a igualdade substantiva e material, a discussão pública, a virtude cívica, o respeito às minorias, a busca do bem comum e do amplo consenso social, o interesse geral e a transparência; e 2 - a processual, com a valorização dos aspectos institucionais, a concorrência eleitoral, a alternância no poder, a representação, o respeito às leis, os

direitos e liberdades individuais, a igualdade perante a lei, e o equilíbrio entre poderes.

Por meio de 181 discursos, 108 do PSDB e 73 do PT, Ranincheski e Cordeiro (2008) mostraram que há um maior número de discursos sobre democracia nos anos pós-eleitorais, a exemplo de 1999 e 2003, por causa da entrada e saída de parlamentares, a defesa do recurso à democracia se torna “um meio de legitimação” (RANINCHESKI, CORDEIRO, 2008, p. 226). Os deputados que mais proferiram discursos foram: Arthur Virgílio, Aécio Neves, José Genoíno, Chico Alencar e Paulo Delgado. Os petistas conciliaram a democracia formal e a participativa como etapas inconclusas, e os deputados do PSDB priorizaram o jogo político-eleitoral como argumento democrático.

Nos anos em que não era governo, nos discursos sobre democracia, há a crítica ao modelo econômico implementado pelo Executivo e uma maior ênfase à democracia substancial. Nos anos em que o PT é governo, nos discursos sobre democracia, encontra-se o tema da herança maldita e a defesa processual da democracia (RANINCHESKI, CORDEIRO, 2008, p. 238-239).

Melo (1998) analisou nos deputados federais do PT na Câmara, a existência de um perfil parlamentar, com a presença das tendências internas e a existência de projetos e políticas públicas com foco para o cidadão brasileiro. Leal (2005) examinou a atuação da bancada petista com a direção partidária e com as suas bases, e Ranincheski e Cordeiro (2008), por meio dos discursos sobre democracia entre os deputados federais do PSDB e do PT, afirmaram que os petistas têm uma concepção conciliadora entre a democracia formal e a participativa.

Assim, nossa contribuição para o estudo do Partido dos Trabalhadores pretende analisar a atuação dos deputados federais e senadores por meio dos discursos proferidos no Congresso Nacional, perpassando vinte e quatro anos de história política brasileira. Interpretar a dedicação e o foco dos discursos dos deputados federais e dos senadores diante de temas relativos aos trabalhadores, aos cidadãos e à sociedade brasileira será o nosso principal objetivo e nosso diferencial

em relação aos trabalhos analisados. Os deputados federais e senadores estão localizados em um lugar de intervenção, de expansão da experiência, de aquisição de poder e de atuação política para o reconhecimento da sociedade, como atores capacitados a modificar a vida nacional.² Assim, os parlamentares petistas criam a própria visão de mundo, os costumes e as expectativas, aprendendo o comportamento esperado pelo partido diante do seu representante na Câmara dos Deputados e no Senado, estando, eles mesmos, incluídos dentro das regras partidárias.

Neste ponto, as principais fontes para a análise dos parlamentares são os discursos proferidos no Congresso Nacional.³ Os Diários do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são organizados para que o acesso aos discursos seja feito por meio das categorias cronológicas de ano, mês e dia.

Os anais, como o próprio nome diz, procuram relatar uma história ou narração organizada ano a ano, podendo consistir em um registro de fatos históricos ou pessoais. No caso, as publicações do Congresso Nacional possuem um caráter histórico por excelência, pretendendo registrar a atuação do Legislativo de maneira bastante detalhada. A análise das sessões parlamentares mostra os políticos em atividade, podendo-se observar os temas discutidos e votados, as homenagens e denúncias, as efemérides sempre presentes, as tomadas de posição dos governistas frente ao Executivo, a ausência de votações-chave (...). Quem pesquisa os anais encontra tanto discursos redigidos previamente quanto falas improvisadas. Na maior parte dos casos, há apartes de outros parlamentares, configurando debates nos quais se pode observar as relações entre as diversas lideranças (GRINBERG, 2009, p. 20).

Por meio dos Diários, pode-se focar a ótica parlamentar sobre como o Partido dos Trabalhadores construiu, delimitou e definiu a atuação dos deputados federais e dos senadores no Congresso Nacional em cada período histórico e no cotidiano político.

As expectativas partidárias: construindo o perfil do parlamentar

Nos documentos pré-PT, a tese de “Santo André-Lins”, a Carta de Princípios, a Declaração Política e a Plataforma Política, encontram-se as primeiras definições

políticas do Partido dos Trabalhadores na luta contra o regime militar, contra o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e pela afirmação da organização política dos trabalhadores.

Naquele momento, para o Partido dos Trabalhadores, o capitalismo seria um sistema de governo de patrões, propício para que houvesse a luta, a conscientização e a mobilização dos trabalhadores. A conquista do poder político aconteceria por meio da sua independência política e partidária, e que não fosse um partido eleitoreiro, que simplesmente elegeisse representantes na Assembleia, Câmara e Senado, mas que, além disso e principalmente, fosse “um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 48).

O partido surge como uma necessidade de participação política para os trabalhadores, afirmando sua autonomia perante a política do Estado e das elites, principalmente em relação ao MDB. O PT considerava o Movimento Democrático Brasileiro um partido de exclusiva atuação parlamentar, de composição heterogênea e de direção liberal e conservadora, sendo impermeável aos temas sociais e políticos de interesses dos trabalhadores. Em relação à participação e à autonomia política dos trabalhadores, a democracia formal e parlamentar que permanecia no regime autoritário seriam débeis e descomprometidas com os problemas que afligiam o povo. Nesse sentido, o PT proclamava “que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 53).

A presença na arena política nacional no fim dos anos de 1970 e na década de 1980, por meio dos movimentos sociais e institucionalmente, mostraria a existência de projetos políticos diferenciados entre os partidos que consideravam representar a sociedade e os trabalhadores brasileiros. Assim, é necessário entender o discurso do PT sobre o MDB⁴ e o Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁵ como uma arma no jogo da disputa entre as forças partidárias, porque o PCB sempre acreditou representar os trabalhadores e o MDB foi a oposição democrática no regime militar

que lutou por democracia, justiça social e nacionalismo, e restringiu o cenário político entre governo militar e oposição democrática, agregando forças anti-regime. A identidade política do PT entre os anos de 1980 e 1989 tentou romper concomitantemente com o período autoritário e com as tradições históricas, diferenciando-se do MDB, ao ressaltar os direitos dos trabalhadores como constituintes dos procedimentos democráticos fundamentais, e não os incluindo dentro dos direitos democráticos em geral. A disputa pela representação da sociedade e dos trabalhadores perpassou a década de 1980 com propostas gerais para a sociedade, e restritas para os trabalhadores, mostrando a existência de concepções políticas diferenciadas na arena política e nos movimentos sociais. O Partido dos Trabalhadores nos dois espaços demarcaria, construiria e consolidaria sua atuação e sua presença junto às greves, aos direitos sociais, às bandeiras e às conquistas dos trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte, e na oposição ao Colégio Eleitoral e ao pacto das elites, conforme veremos posteriormente.

O Partido dos Trabalhadores pretendia ampliar o debate político e construir uma nova concepção de democracia com as bases dos movimentos populares e o respeito às decisões das maiorias. “O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não deseja portanto, apenas propor soluções provisórias e imediatas às massas trabalhadoras, mas antes criar as condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 56). As forças democráticas deveriam se unir em uma frente de massa para derrotar o regime ditatorial, dando respostas concretas às lutas dos trabalhadores diante das liberdades democráticas, das melhores condições de vida e de trabalho, e das questões nacionais. A reforma partidária que pretendia impedir a organização política dos trabalhadores foi criticada como artifício do regime militar para a manutenção do poder, e por isso “grande responsabilidade cabe a todos aqueles que tenham compromissos com a democracia, e, em especial, aos parlamentares, que poderão derrotar, pelo voto no Congresso Nacional, mais este crime contra o povo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 60).

Com isso, os documentos pré-PT mostraram uma concepção crítica relativa às instituições políticas do regime militar, em que os parlamentares não se comprometeram com temas sociais e políticos do interesse dos trabalhadores, e por isso a primeira expectativa do partido para os futuros parlamentares seria que estimulassem e aprofundassem a organização dos trabalhadores. Os interesses dos trabalhadores deveriam ser demarcados diante das liberdades democráticas, principalmente porque o retorno à democracia não garantia a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Para o PT, era o momento para exigir os direitos dos trabalhadores, para o MDB e o PCB a luta deveria ser geral contra o arbítrio e o autoritarismo militar. Eram duas sinfonias que ecoavam sobre os anseios da sociedade e dos trabalhadores, demarcando o território político para consolidar a atuação partidária num período de transição.

A mobilização e a organização dos trabalhadores como força autônoma motivaria o PT a ser expressão política dos explorados, com estrutura interna democrática e apoiada em decisões coletivas contra um sistema econômico e político que beneficiava uma minoria de privilegiados. O partido se dispunha a lutar contra os mecanismos ditatoriais repressores e ameaçadores das liberdades civis, dos direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade. Para o PT, a democracia teria um significado singular, um valor permanente: o direito de livre organização dos trabalhadores, afirmaria “o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é, e continuará sendo, travada não apenas no Parlamento, mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 70).

Assim, garantir a participação dos trabalhadores em um regime democrático requeria ter o direito de livre organização, sem as amarras opressoras do regime militar, sem o sufocamento dos sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho, e sem a violência contra as manifestações e as greves. Neste ponto, democracia seria sinônimo de livre organização dos trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores definia sua linha e seu plano de ação baseado nos interesses dos trabalhadores: liberdade de organização partidária e sindical,

desmantelamento dos órgãos de repressão política e fim da legislação de exceção, combate à política de arrocho salarial, melhores condições de vida, questão agrária, independência nacional e movimentos de defesa dos direitos das mulheres, dos negros e dos índios. O estatuto do PT definia como prioridade a construção dos compromissos nas bases e sua defesa pelos parlamentares petistas.

Art. 72º - As decisões importantes dos Diretórios e das Bancadas deverão ser tomadas após consulta aos Núcleos de Base do Partido, nos termos dos artigos seguintes.

Art. 74º - Nessas mesmas reuniões, a que se refere o artigo anterior, o líder da Bancada correspondente, ou seu substituto, apresentará previsão dos projetos de maior significação que os parlamentares pretendem apresentar ou serão chamados a votar em um futuro próximo.

Art. 75º - Ainda nas reuniões citadas no artigo anterior, será apresentada lista das questões mais importantes que os Núcleos de Base sugerem a consideração das Bancadas e órgãos de Direção (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 89-90).

Preocupado em ser o representante da classe trabalhadora, o PT dedicou seus primeiros anos de atuação partidária à tentativa de ressaltar a importância política do partido para os trabalhadores. Os núcleos, os encontros democráticos com os movimentos populares, a indicação de candidatos, a realização de debates, o apoio aos dirigentes sindicais, e as reivindicações contra o desemprego e a política econômica do governo seriam as lutas iniciais do partido. A expectativa para que os trabalhadores considerassem o PT um partido representante dos seus interesses motivaria os parlamentares a direcionar a atuação política em relação às greves, ao movimento Diretas Já!,⁶ ao Colégio Eleitoral e aos direitos da classe trabalhadora na Assembleia Nacional Constituinte.

A relação entre o PT e as bancadas parlamentares na inserção institucional

A década de 1990 iniciaria para o PT com a derrota na eleição presidencial de 1989 do candidato do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, para Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), e com o aumento do número de

parlamentares no Congresso Nacional nas eleições de 1990, consolidando a inserção institucional do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional.

Durante o 1º Congresso, realizado entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991, no Pavilhão Vera Cruz em São Bernardo do Campo, o PT definiria sua relação com os governos e os legislativos, se posicionando como uma alternativa real de governo e buscando sua ampliação institucional por meio de bancadas parlamentares e de prefeituras. Para o Partido dos Trabalhadores, o crescimento da participação institucional deveria ocorrer concomitantemente a uma mudança de mentalidade partidária, de dirigentes, de personalidades públicas e dos detentores de mandatos eletivos, os quais deveriam ter um proporcional sentido de responsabilidade, de ética, de disciplina, de controle e de compromisso com as normas regimentais do partido.

A atuação do parlamentar petista deve encarnar e representar não apenas um projeto individual, mas o projeto coletivo do Partido. O candidato petista a cargo eletivo deve ter demonstrado, ao longo de sua prática social, um compromisso com as lutas políticas e sociais desenvolvidas pelo Partido e com a luta geral dos trabalhadores e demais setores oprimidos da sociedade, expressando a compreensão de que a luta dos trabalhadores não se limita, nem se esgota, no campo parlamentar (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 530-531).

O PT definiria os meios de se alcançar o seu objetivo, a conquista do Governo Federal. Isto ocorreria por meio da ação dos parlamentares, de prefeituras, da indicação orgânica das candidaturas e do exercício do mandato partidário.

Neste momento, a proposta de mudança partidária ocorreria para que a ação de dirigentes, de personalidades e de mandatários fosse coerente junto à sociedade brasileira. A intenção de reformular sua arquitetura institucional mostraria a tentativa do PT em diferenciar seus partidários. As escolhas de dirigentes, de personalidades públicas, de deputados estaduais e federais, de senadores e de prefeitos como exemplos para serem mais responsáveis, mais éticos e mais disciplinados significariam que o Partido dos Trabalhadores considerava a

responsabilidade, a ética e a disciplina partidária insuficiente até o início da década de 1990.

Aos eleitores e aos militantes, a responsabilidade, a ética e a disciplina partidária seriam diferenciadas, o que significaria a forma desigual do PT em relacionar com todos os partidários. Ao direcionar suas expectativas aos dirigentes, as personalidades públicas, aos parlamentares e aos prefeitos, o Partido dos Trabalhadores iniciaria a década de 1990 com o objetivo de priorizar os mandatos eletivos na estrutura partidária e concomitantemente se afastaria dos seus militantes. O projeto político partidário estaria compromissado com a luta dos trabalhadores, mesmo que estes aos poucos não fossem a prioridade do partido.

Neste ponto, Carlos Alberto Marques Novaes (1993) mostraria que o PT, no início da década de 1990, teria problemas de burocratização para alcançar a eficiência dos interesses partidários, o que levaria a ação autônoma da Direção Nacional, sem a consulta aos movimentos sociais. As eleições na década de 1990 consolidariam a posição hierárquica do partido sobre os movimentos sociais com abrangência nacional e institucional, por meio da remuneração de seus militantes para ação nas instituições do Estado. As mudanças no partido se fortaleceriam na negociação como método político e no aumento do controle sobre os parlamentares, como temor de “uma burocracia consolidada ou em vias de consolidação, que tende a ver a mobilidade das lideranças com apelo popular como ameaça tanto às suas posições na estrutura do partido quanto à realização de suas ambições impessoais da ocupação dos espaços institucionais” (NOVAES, 1993, p. 233). O PT insistiria na ampliação da cidadania dos trabalhadores e lutaria para não se tornar prisioneira da profissionalização política, “um partido programático motivado a redesenhar a face institucional do país” (NOVAES, 1993, p. 236).

As eleições nos anos de 1989 e 1990 mostrariam a necessidade de mudanças no programa partidário. As transformações ocorreriam na burocratização⁷ na remuneração dos militantes para atuação nas instituições do Estado, no controle dos mandatos dos parlamentares, na profissionalização política e na negociação como

método político. As mudanças se consolidariam e o partido priorizaria a luta institucional e a conquista do Estado.

O primeiro desafio institucional do Partido dos Trabalhadores seria o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.⁸ Atores políticos e sociais entenderiam a crise do Governo Federal de maneiras diferentes: em parte, o grande capital industrial reclamaria do acelerado processo de abertura comercial; o grande capital bancário e financeiro estaria insatisfeito pela morosidade na desregulamentação da economia; o movimento popular e sindical reclamaria da desvalorização salarial e do desemprego; os estudantes reclamariam pelo confisco da poupança etc.

No ano de 1991 pairava uma perspectiva de risco institucional na defesa do “Fora Collor!”, com a possibilidade de golpe pela direita civil ou pelos militares, o que restringiria até o ano de 1992, a defesa do PT pelo *impeachment*. Em fevereiro desse ano haveria uma proposta de plebiscito e em março as críticas se direcionariam para o sistema de governo, a corrupção, os efeitos da política econômica e as alianças com os partidos de oposição. Nos meses de maio e junho o partido apoiaria a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, em julho o *impeachment* já estaria na pauta do Congresso Nacional, e em agosto haveria a proposta de constituição do novo governo.

As propostas da Comissão Executiva Nacional do PT para o *impeachment* seriam ou o afastamento de Collor pela via constitucional e a posse do vice-presidente como solução para a crise ética governista ou, a luta contra o projeto neoliberal como alternativa global para o país e a realização das eleições gerais. A proposta escolhida seria a via constitucional.

Tudo se passava como se as raízes profundas dos problemas sociais existentes no Brasil pudessem ser solucionadas a partir da luta moralista contra a corrupção no governo. No entanto, ao enfatizar o combate moralista contra o governo, conferia-se uma suposta universalidade a essa luta e, com isso, mascarava-se o conteúdo de classe das propostas em confronto (MARTUSCELLI, 2005, p. 99).

A crise do Governo Collor e a tática do PT no discurso do *impeachment*, limitar-se-ia a um discurso sobre moralidade e corrupção, e ignoraria a crítica ao neoliberalismo. Para o autor, o partido participaria do movimento em torno do *impeachment* e da denúncia da política recessiva, comportamento político que poderia ser considerado “como um indicador do processo de aceitação passiva, por parte do PT, das propostas neoliberais” (MARTUSCELLI, 2005, p. 3).

Nesta perspectiva, o Partido dos Trabalhadores restringiria sua atuação durante a crise do Governo Collor a uma postura crítica, amparada em uma concepção ética, moral e denunciante do conflito familiar de Collor. A omissão partidária da crítica direcionada para o neoliberalismo, a corrupção e o fisiologismo mostraria a defesa da retirada do presidente Collor pela solução constitucional. O partido acreditaria que o afastamento presidencial representaria a derrota da prática neoliberal no país, e se limitaria a corrigir os erros do presidente deposto.

No início da década de 1990 os partidos de esquerda estariam focados na crise do socialismo internacional, relegando para plano secundário as ações da oposição neoliberal. O colapso do comunismo internacional mudaria a perspectiva de atuação política das esquerdas na década de 1990, quando a crise dos valores comunistas mobilizaria o discurso nacionalista, o deslocamento da orientação internacionalista e proletária, e o aprofundamento das políticas neoliberais, “um dos efeitos deste processo para os partidos de esquerda no mundo foi terem tomado para si parte dos projetos que anteriormente caracterizavam governos nacionalistas de direita e da social-democracia” (DIAS, 2002, p. 9).

No Brasil as esquerdas utilizariam a defesa da democracia como método de ação política na década de 1990. A democracia moderna não teria mais o caráter de classe e continuaria neutra em relação ao Estado, à iniciativa privada e aos trabalhadores. Por se adaptar ao capitalismo, a democracia no discurso das esquerdas seria limitada e limitadora, pois não garantiria uma sociedade sem exploradores e sem desigualdades sociais e permaneceria na tentativa de conjugar liberdade e igualdade por meio da luta parlamentar que seria diferentemente utilizada pelos partidos de esquerda. Para Toledo (1994), as esquerdas

reivindicariam na democracia uma postura defensiva, sem crítica à democracia representativa “burguesa”: “a esquerda democrática, ao evitar ou silenciar-se sobre a questão da ruptura política, não deixa de fazer ampla concessão ao pensamento liberal e social-democrata” (TOLEDO, 1994, p. 135).

As esquerdas, principalmente o Partido dos Trabalhadores, revisariam os métodos de atuação política no início da década de 1990, com a valorização da democracia institucional e representativa, e sua radicalização como meio e fim; a ampliação das bases sociais; a aceitação da negociação; e do diálogo como métodos políticos para a garantia dos direitos dos trabalhadores. A revisão realizada pelo PT negaria os métodos praticados pelo partido na década de 1980, tais como o não à negociação política realizada no Colégio Eleitoral e a exigência intransigente da atuação do Governo Federal favoravelmente às greves e aos trabalhadores brasileiros. A revisão concebida pelo Partido dos Trabalhadores priorizaria a luta parlamentar como método de ação partidária, que garantiria os direitos sociais, dos trabalhadores, das greves e da luta contra o neoliberalismo, e se afastaria dos movimentos populares e sindicais. O Parlamento como espaço de socialização e luta política seria o local em que o PT negociaria, dialogaria e mediria forças com os adversários políticos, principalmente com os neoliberais durante toda a década de 1990 no Brasil.

No 9º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 1994, no Congresso Nacional em Brasília, o PT definiria como resolução sobre fidelidade partidária, a necessidade dos mandatos executivos ou parlamentares serem mandatos partidários. Os parlamentares eleitos estariam a serviço do programa do Partido dos Trabalhadores, da prática cotidiana das decisões, dos cumprimentos coletivos, e da subordinação das bancadas parlamentares às instâncias decisórias do partido.

§ 4º - Os candidatos a cargos eletivos pelo PT, considerando o caráter partidário do seu mandato, reconhecem ao Partido dos Trabalhadores o direito de tomar todas as medidas necessárias para manter esse mandato contra eventuais decisões dos eleitos que, fraudando a vontade do eleitorado, por qualquer razão, rompam com

o programa pelo qual foram eleitos e decidam não permanecer no Partido.

§ 5º - O parlamentar que desobedecer a deliberações ou resoluções legitimamente estabelecidas pelas instâncias dirigentes do Partido poderá perder o mandato, por deliberação do Encontro respectivo, cabendo recursos às instâncias superiores (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 607).

Neste ponto, o Partido dos Trabalhadores reforçaria a necessidade da aceitação dos parlamentares petistas, do mandato partidário. O partido se resguardaria novamente de abandonos ou desligamentos voluntários de parlamentares ou executivos petistas, como no caso de Luíza Erundina, convidada pelo presidente Itamar Franco para participação no Governo de união nacional. Erundina se desligaria do PT e participaria do ministério do Governo Federal no ano de 1993. Aos parlamentares não haveria diferenciação com relação à fidelidade partidária, deveriam participar, respeitar e cumprir as decisões coletivas, afinal o deputado federal ou senador fora eleito para o Partido dos Trabalhadores e não teria o direito de se transferir para outro partido, o que geraria a perda de uma vaga no Senado ou na Câmara dos Deputados para o PT. Em tese, o partido se resguardaria do direito de manter o número dos seus parlamentares para atuação política na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e consolidaria a falta de espaço no PT para as decisões individuais, para a carreira política individualizada e para a defesa dos interesses particulares.

A relação entre o Governo Federal petista e os parlamentares: autonomia e apoio

No II Congresso Nacional, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 24 e 28 de novembro de 1999, o PT definiria a necessidade de fortalecimento do espaço público, espaço no qual a sociedade deveria criar “novos” direitos e de ampliação da democracia, conjuntamente com a representação parlamentar. Para o partido, o Estado democrático de Direito deveria permitir e unir o experimentalismo político da democracia representativa – luta institucional – e da democracia direta – luta social – constituindo-se em espaços políticos para derrotar o Governo Federal do PSDB, “especialmente nos parlamentos, aprofundando denúncias, bloqueando

iniciativas antipopulares e apresentando propostas alternativas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 21).

O Partido dos Trabalhadores tentaria romper a inércia existente entre a instituição e a sociedade brasileira, com as divisões internas no partido, na CUT, na UNE e na CMP, para a superação dos desafios. Internamente, a reafirmação da subordinação dos parlamentares, das propostas, dos projetos de lei e do mandato as decisões partidárias mostraria o temor do PT na perda dos mandatos e da política personalista que privilegiasse o candidato e ignorasse a instância partidária.

72. As bancadas terão seu representante nos diretórios e respectivas executivas; no Diretório Nacional e na CEN a representação será do líder no Senado e na Câmara Federal. As bancadas de parlamentares (que são instâncias do partido) estão subordinadas às instâncias de direção partidária, aos princípios programáticos do PT e devem observar todas as Resoluções adotadas pelos Diretórios correspondentes e demais instâncias superiores do partido. As propostas de políticas públicas do partido, bem como os projetos de lei dos parlamentares, devem ser elaboradas conjuntamente, envolvendo os parlamentares, os dirigentes, as secretarias e respectivas assessorias. O parlamentar, desde sua indicação como pré-candidato a cargo legislativo reconhece que todo mandato eletivo pertence ao partido e que suas instâncias poderão adotar as medidas necessárias para reter esse mandato quando deixar a legenda ou dela for desligado. A candidatura nata no PT não existe. Todo parlamentar petista deve combater com rigor qualquer privilégio ou regalia decorrente do cargo que ocupa (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 28-29).

No 12º Encontro Nacional, realizado no Centro de Convenções de Pernambuco em Olinda, entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2001, o PT mostraria a relevância das eleições na Câmara e no Senado, no ano de 2002, para dar viabilidade ao futuro governo de esquerda e para construir um programa alternativo que superaria os impasses políticos, econômicos e sociais do país. A representação parlamentar se constituiria em uma força capacitada para atuar na ruptura com o neoliberalismo, na defesa das reformas, do desenvolvimento autônomo, da justiça social e da participação democrática. Para o Partido dos Trabalhadores, haveria necessidade de “construir uma candidatura e um programa de governo que possam

viabilizar um novo governo para o Brasil, com uma nova maioria parlamentar, que sustente as grandes mudanças históricas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 13).

No 13º Encontro Nacional realizado em São Paulo entre os dias 28 e 30 de abril de 2006, o PT destacaria o desgaste partidário na sociedade brasileira, entre os anos de 2005 e 2006, como o único critério da oposição para debilitar o partido e o Governo Federal petista. A continuidade da luta partidária contra o poder econômico nas eleições seria necessária e “nossas bancadas no Congresso Nacional devem se empenhar firmes e determinadas pela aprovação do financiamento público de campanha, ainda nesta legislatura” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 32). Para o Partido dos Trabalhadores, os erros cometidos com o gasto de 20 milhões nas campanhas eleitorais no ano de 2004, as “caixas de campanha” e o “caixa dois” mostrariam a urgência na continuidade da luta partidária contra a corrupção e a apropriação de bens e recursos públicos, “as acusações de corrupção contra membros do partido devem ser investigadas, garantida ampla defesa, e, havendo comprovação, cabe punição rigorosa” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 34).

Para o partido, a apuração da crise interna no ano de 2005, provocado pelas práticas inaceitáveis de financiamento de campanhas e de promiscuidade na relação interpartidária, seria relevante para a autocrítica partidária no discurso e na prática, impulsionando a união da militância, reconhecendo a herança corruptora e as falhas estruturais do Estado brasileiro, “revalorizando a luta social como dimensão fundamental de nossa estratégia; reafirmando a autonomia do Partido frente ao governo e às instituições do Estado; acentuando a luta ideológica e política das classes trabalhadoras contra a direita e suas práticas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 35).

Para as eleições no ano de 2006, a retomada do debate programático contribuiria para a definição dos desafios e dos caminhos para o futuro do país. A participação dos parlamentares petistas, do campo democrático, popular, progressista e socialista seria importante para a análise do capitalismo moderno e

para a realização da transição do modelo econômico e social brasileiro. A recuperação do Governo Federal nas eleições no ano de 2006, pela oposição neoliberal, seria inviabilizada pelo PT, quem teria o apoio da base popular, da militância, da eleição do presidente da Câmara dos Deputados e dos resultados da política governista. Para o Partido dos Trabalhadores, a força partidária seria corroborada com “a vitória de candidaturas petistas e de nossos aliados de esquerda, nas eleições para governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e assembleias legislativas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 42).

A prioridade da luta parlamentar para as denúncias e os bloqueios as propostas neoliberais mostrariam a falta de definição política do Partido dos Trabalhadores aos seus parlamentares, exigindo alternativas para as soluções dos problemas brasileiros. As expectativas partidárias diante dos parlamentares mostrariam a amplitude das tarefas políticas exigidas pelo PT, o que demonstraria a indefinição do projeto político para o país, com as mudanças históricas, o rompimento com o neoliberalismo, a justiça social e a participação democrática. O Partido dos Trabalhadores não conseguiria definir os métodos para romper com o neoliberalismo, para realizar a justiça social, para possibilitar a participação democrática e para concretizar as mudanças históricas, que significaria a historicidade do projeto anteriormente a sua efetividade na política brasileira. A corrupção dos partidários, o distanciamento dos movimentos sociais, a herança corruptora do Estado brasileiro, a defesa de propostas para mudanças políticas e eleitorais, e a autonomia partidária diante do Governo Federal, constituiriam a tentativa de autocrítica do PT sobre a crise do mensalão. A indefinição do projeto partidário faria com que a corrupção na política fosse considerada como falha do Estado, e a reforma política seria suficiente para solucionar os problemas eleitorais e políticos. O reconhecimento do apoio social para a vitória do Partido dos Trabalhadores e o impedimento dos neoliberais de retornarem ao Governo Federal mostraria a insuficiência do projeto político partidário, em considerar transitório o modelo econômico e social brasileiro, sem definição de qual seria e como seria realizado o projeto partidário para o país.

A construção do projeto público, desenvolvimentista e social para o país, teria sido realizada sob os olhos republicano e nacional, que continuaria com a proposta da inclusão de todos, ignorando a existência da desigualdade política, econômica e social no país e nivelando a heterogênea sociedade brasileira em sentimentos abstratos como República e Nação.

O Governo Federal petista foi analisado com as seguintes análises: influência da hegemonia burguesa por Valter Pomar (2005), o enraizamento na sociedade em meio à crise do mensalão por Daniel Aarão Reis (2007), o taticismo empírico e a obrigação pela chegada ao poder por João Marcelo Ehlert Maia (2007), o apelo generalista e a prática social-democrática por Pedro José Floriano Ribeiro (2008), o impacto da crise do mensalão na revista *Teoria & Debate* por Erilene Araújo (2008) e a estabilidade econômica e a fragilidade da ampliação de alianças por David Fleischer (2009).

O partido, o Governo Federal e a crise do mensalão teriam interpretações diferenciadas por parte dos autores acima citados. A mudança partidária, com a valorização do crescimento econômico, e o abandono e a conversão do socialismo em nacional-desenvolvimentismo, teria consolidado a subordinação partidária à hegemonia burguesa e aos projetos de combate à exclusão. O Governo Federal petista teria se definido pelas causas populares, o atendimento das demandas materiais e simbólicas dos pobres, e as políticas distributivas e atenuadoras das desigualdades. Na crise do mensalão, as interpretações considerariam a necessidade de revisão e de reformulação partidária, da crítica ao taticismo empírico e ao enfraquecimento das decisões internas do PT, da subordinação dos princípios históricos partidários ao pragmatismo governista, da adaptação e da alteração partidária realizada pela Direção Nacional e da proposta incompetente e corruptora do partido político constituído nacionalmente.

As análises realizadas ficariam entre o imediatismo e a historicidade das mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores. Para os imediatistas, como Erilene Araújo (2008) e David Fleischer (2009), a ética e a moral seriam critérios ignorados pelo Governo Federal e pelo Partido dos Trabalhadores na crise do

mensalão no ano de 2005, o que desconstruiria a imagem pública construída pelo PT. A análise imediatista não entenderia que a ética e a moral não foram critérios defendidos intransigente e cotidianamente pelo PT entre os anos 1980, 1990 e 2000. A ética seria ressaltada pelos parlamentares petistas em casos esporádicos, e precisaria ser contextualizada para não se transformar em um simplismo conceitual.

A perspectiva histórica tentaria localizar as mudanças acontecidas no PT e no Governo Federal. Para Pomar (2005), as mudanças aconteceriam entre as décadas de 1980 e 1990, com o abandono do socialismo e a valorização do crescimento econômico; Ribeiro (2008) afirmaria a responsabilidade das mudanças realizadas pela Direção Nacional a partir de 1995, que abriria o partido para a sociedade brasileira. Para Maia (2007), as mudanças aconteceriam por causa da necessidade de governar o país, e para Reis (2007), a falta de um projeto político do Governo Federal para o país se transformaria em um perfil político comprometido com as causas populares e as políticas atenuadoras das desigualdades na sociedade brasileira. A análise histórica localizaria decisões e escolhas políticas que responsabilizariam coletivamente o Governo Federal e o Partido dos Trabalhadores pelas mudanças e pelas indefinições nos projetos políticos para o país.

Assim, a perspectiva histórica buscaria fontes sólidas para analisar as mudanças internas realizadas pelo PT e pelo Governo Federal, e fugiria do simplismo conceitual da crítica direcionada ao Partido dos Trabalhadores, de traição aos “princípios históricos” ou de uma corrupção nacionalmente construída pelo partido. Contudo, as duas perspectivas não analisaram a relação entre o Governo Federal e os parlamentares petistas, proposta que examinaremos com o objetivo de compreender a atitude de deputados federais e de senadores do PT em relação aos projetos e as decisões políticas do Governo Federal.

O apoio dos parlamentares petistas ao projeto político e aos programas sociais implantados pelo Governo Federal do PT entre os anos de 2003 e 2006 incluiria as áreas social, econômica, da educação, energética, agrária, da saúde, esportiva e geológica.⁹ Os objetivos dos projetos políticos e dos programas sociais defendidos pelos parlamentares petistas seriam acabar com a fome no país, produzir

alimentos, gerar empregos, realizar a reforma agrária, aumentar a produtividade do agricultor, inclusão social, aumentar o salário mínimo, incentivar o crescimento e a estabilidade econômica, melhorar a distribuição de renda, efetivar a justiça e a cidadania para todos.

As mudanças do Governo Federal do PT aconteceriam, com o apoio dos parlamentares petistas, sem prazo e sem pressa para efetivá-las. Os deputados federais e os senadores petistas construiriam grandes e otimistas expectativas em relação à atuação do Executivo entre os anos de 2003 e 2006. A crença nas soluções democráticas e no Estado desenvolvimentista limitaria os parlamentares petistas ao consentimento das políticas públicas defendidas pelo Governo Federal petista. O apoio às propostas econômicas e sociais do Executivo por parte dos deputados federais e dos senadores petistas negligenciaria a política como parte integrante do país.¹⁰

Para Paulo Paim, o erro do PT seria não ter se separado do Governo Federal após a eleição para presidente em 2002, o que feriu os valores e os ideais do partido. O Executivo erraria por não dialogar com a base de apoio no Congresso Nacional, em uma atitude de desconhecimento e de negação dos partidos aliados, com seus projetos para a sociedade brasileira. Para o senador, o Governo Federal deveria aprimorar e valorizar a base de apoio e melhorar o diálogo com os parlamentares da situação e da oposição. A participação do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal deveria ter acontecido por meio do debate qualificado com o Executivo e com os partidos aliados e pela negativa a submissão das propostas governistas.

O PT errou, o Governo também errou. Somos o principal Partido da base do Governo, mas não somos o Governo. Nosso Partido deveria ter dito: “Somos da base do Governo, sim, lutaremos pelos nossos pontos de vista dentro do Governo e acompanharemos tudo o que for possível no Governo. Mas, em relação a algumas questões – que são históricas bandeiras do PT –, continuaremos a defendê-las”. Podemos ser um Partido da base sem nos negarmos a fazer uma discussão qualificada com o Governo e com a sua composição, que é muito ampla.¹¹

A crença nos erros partidários e governistas mostraria que a submissão do PT aos objetivos do Governo Federal não teria contribuído para atuação do partido no Congresso Nacional. Se submeter às definições políticas governistas representaria a fragilidade da autonomia do projeto político do Partido dos Trabalhadores para o país. A solução para a crise interna no partido seria a necessidade de diálogo, de negociação e de entendimento entre o Governo Federal, o PT e o Congresso Nacional, para que houvesse a separação dos objetivos de cada ator político e que pudessem expressar os projetos políticos para o país.

Considerações finais

Este texto teve como objetivo identificar a função parlamentar no Partido dos Trabalhadores, por meio das resoluções partidárias entre os anos de 1980 e 2006, perpassando por mudanças e continuidades na prática e no projeto político para os trabalhadores, o povo e a sociedade brasileira.

O direcionamento da função parlamentar pelo PT durante os 26 anos analisados em três momentos distintos mostra as expectativas partidárias para que a atuação dos congressistas seja a mais fiel as definições do partido. Não haveria passividade parlamentar em relação ao PT, a exemplo das reformas sociais e estruturais defendidas no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado, que tiveram poucas orientações partidárias. Mesmo sem a definição explícita deste norte, os deputados federais e senadores lutaram incessantemente contra as reformas neoliberais na década de 1990, não obstante as tenham apoiado nos anos 2000.

Os discursos dos parlamentares petistas entre 1983 e 2006 mostraram como o Partido dos Trabalhadores atuou na história política institucional do país, principalmente por meio da capacidade de crítica e de resolução de temas relativos aos trabalhadores, aos cidadãos e à sociedade brasileira, considerando como seus representantes. Os parlamentares petistas seguiram, não obstante houvesse divergências e limitações entre a perspectiva parlamentar e a proposta partidária, as orientações e as resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores.

O processo de mudança partidária sob a sua base eleitoral, iniciando com os trabalhadores, permitindo uma abertura para o povo e se consolidando com a sociedade e o cidadão brasileiro, esteve presente nos discursos dos deputados federais e dos senadores petistas.

Enfim, a expectativa é de que o texto contribua para a análise dos partidos políticos por meio das orientações partidárias direcionadas para os parlamentares, que construiriam uma identidade partidária nos espaços de luta política como o Congresso Nacional. A função parlamentar é parte importante da identidade partidária, quando corrobora e acrescenta as propostas e aos projetos do Partido dos Trabalhadores expectativas, objetivos e projetos individuais de cada congressista. A abertura ao uso dos discursos parlamentares pode contribuir para a análise da política por meio da compreensão dos temas defendidos pelos partidos para os fatos na política do país.

Referências

AMARAL, Oswaldo. **A estrela não é mais vermelha**: as mudanças do programa petista nos anos 90. São Paulo: Editora Garçonni, 2003.

ARAÚJO, Erilene. **O “partido partido”**: a cobertura da crise política do PT e do governo Lula em 2005 na pauta de *Teoria e Debate*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERBEL, Márcia Regina. **Partido dos Trabalhadores**: tradição e ruptura (1978-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BRANDÃO, Marco Antônio. **O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores**: a história de uma utopia (1979-1994). São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2003.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital** – crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado

em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Niterói, 2005.

COSTA, João Bosco Araújo. **O imaginário político do Partido dos Trabalhadores: o petismo, o sistema representativo e o poder local.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais)

– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

CRUZ, Glauber Eduardo Ribeiro. A luta parlamentar do movimento Diretas Já: o vazio historiográfico sobre a atuação dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores. **Temporalidades**, v. 9, p. 232-247, 2017.

CRUZ, Glauber Eduardo. A atuação do Partido dos Trabalhadores nos casos Colégio Eleitoral e Mensalão: das orientações partidárias as propostas individualizadas. **Revista de História Bilros**, v. 5, p. 87-116, 2017.

DIAS, Rodrigo. **A esquerda brasileira no contexto do fim da guerra fria.**

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2002.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil.** 1. ed. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986. 230 p.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

FLEISCHER, David. A democracia brasileira sob o governo Lula e do PT. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada.** São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009. p. 239-271.

GRINBERG, Lúcia. **Arena – partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (1965-1979).** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUIMARÃES, Juarez R. **Claro Enigma: O PT e a Tradição Socialista.** Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-SP, 1990.

GUIOT, André Pereira. **Um ‘Moderno Príncipe’ para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2006.

HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas: o PDS e a experiência democrática brasileira (1945-1964).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 328 p.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 582p.

KECK, Margareth E. **PT: A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **As armadilhas da moralidade: o PT e a República. Desigualdade & Diversidade** (PUCRJ), v. 1, p. 83-97, 2007.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado (1980-2005)**. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 239-288.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A crise do Governo Collor e a tática do PT**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

MELO, Ana Lúcia Aguiar. **A Ação Política do Partido dos Trabalhadores e a Busca do Equilíbrio**. **Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, v. 11, n. 2, p. 47-60, 1998.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. **PT: dilemas da burocratização**. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 35, 1993, pp. 217-218.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. **Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores**. Petrópolis: Vozes, 1987.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. **A metamorfose: programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RANINCHESKI, Sônia; CORDEIRO, Nathália R. Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na câmara dos deputados do Brasil. **Revista Debates** (UFRGS), v. 2, p. 213-244, 2008.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. (orgs.). **As esquerdas no Brasil – Revolução e democracia (1964-...)**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-540.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Um Partido em Mutação**: a transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989, 2002). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004B.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo**: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

TAROUÇO, Gabriela. **O Partido da Frente Liberal**: trajetória e papel no sistema político. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 127-136.

Fontes

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores**. Belo Horizonte: PT, 1999.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: PT/FPA, 2001b.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: PT/FPA, 2006.

RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

Artigo recebido em 28 de dezembro de 2017. Aprovado em 26 de fevereiro de 2018.

Notas

¹ “A escolha da bancada de deputados federais como objeto específico de abordagem decorre do fato de o Congresso Nacional – e mais ainda a Câmara dos Deputados, cuja missão constitucional é representar o povo – ser um *locus* privilegiado para discutir o problema da representação e, mais especificamente, as relações entre políticos e bases eleitorais, com o conseqüente debate sobre estratégias de conexão eleitoral” (LEAL, 2005, p. 27).

² Afinal, “uma das dimensões cruciais da experiência é o processo de construção de sentido por parte dos sujeitos” (COELHO, 2005, p. 47).

³ Os Diários do Congresso Nacional foram publicados a partir de 1º de agosto de 1953. Em 1995 ocorreu o desmembramento dos Diários do Congresso Nacional em Diários da Câmara dos Deputados publicados a partir de 2 de outubro de 1995 e Diários do Senado Federal publicados a partir de 3 de outubro de 1995.

⁴ Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997.

⁵ Ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995.

⁶ Ver: CRUZ, Glauber Eduardo Ribeiro. A luta parlamentar do movimento Diretas Já: o vazio historiográfico sobre a atuação dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores. **Temporalidades**, v. 9, p. 232-247, 2017.

⁷ Ver: NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: dilemas da burocratização. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 35, 1993, pp. 217-218.

⁸ Ver: MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A crise do Governo Collor e a tática do PT**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

⁹ Na área social: Fome Zero, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Bolsa Família, homologação de terras indígenas e Programa de Habitação Popular.

Na área econômica: Primeiro Emprego, a recriação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), recuperação da indústria naval, relançamento do Programa Cresce Nordeste, PROAQUA Norte e o PESCART Norte, Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), criação da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio e da Reserva Extrativista Verde para Sempre, fortalecimento da micro e pequena empresa e Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (PNETE).

Na área educacional: o Brasil Alfabetizado e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Na área energética: Programa de Incentivo às Fontes Alternativas, Luz para Todos e Programa Nacional de Biodiesel.

Na área agrária: Plano Safra, Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Na saúde: Farmácia Popular do Brasil, Programa Saúde da Família, Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Plano Saúde Amazônia, Plano Nacional de Eliminação da Hanseníase, Programa Brasil Sorridente e Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU).

Na área geológica: Programa Geologia do Brasil

Na área esportiva: a Política Nacional do Esporte com os programas Segundo Tempo e Pintando a Liberdade.

¹⁰ Para uma análise sobre o caso Mensalão ver: CRUZ, Glauber Eduardo. A atuação do Partido dos Trabalhadores nos casos Colégio Eleitoral e Mensalão: das orientações partidárias as propostas individualizadas. **Revista de História Bilros**, v. 5, p. 87-116, 2017.

¹¹ Diário do Senado Federal. 7/9/2005, p. 30372.

Em nome(s) da imprensa no Rio Grande do Norte: o “caminho” escrito para a República (penúltima década do século XIX)

On behalf of Rio Grande do Norte’s press:
the “way” written for the Republic
(penultimate decade of the nineteenth century)

*Anderson Dantas da Silva Brito**

RESUMO: O presente trabalho analisa a organização político-partidária presente na Província do Rio Grande do Norte na penúltima década do século XIX, mais especificamente no momento de clivagem entre Império e República (1889), a partir de suas relações com a imprensa escrita visibilizada pelas atuações de atores políticos em alguns periódicos (jornais). Para aquela cultura política, os nomes - sejam os dos jornais; os dos principais representantes da política partidária que militavam nos periódicos; e, os de algumas espacialidades com representações associadas aos periódicos ou àqueles atores -, podem e são analisados para além da compreensão das ações cotidianas na política, sendo também visibilizados por suas formações educacionais e pelos cabedais que dispunham. O trabalho orientado pelas discussões teóricas sobre o imaginário social e a linguagem, discutidos por Cornelius Castoriadis (1982), articulado ao diálogo com fontes escritas, que foram também orientadas pela Nova História Política problematizada por René Rêmond (1996), constatou que, para esse recorte temporal, as lideranças políticas se apropriaram dos “espaços” da imprensa escrita para divulgar os seus interesses. Considerando que, nesse recorte temporal, os jornais eram os principais veículos de divulgação de ideologismos, procuramos conduzir o caminho histórico para a compreensão da instauração da República no Rio Grande do Norte a partir das denominações.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Grande do Norte. Imprensa. Denominações. República.

ABSTRACT: This paper analyzes the political-partisan organization present in the Province of Rio Grande do Norte in the penultimate decade of the nineteenth century, more specifically at the time of cleavage between Empire and Republic (1889), from its relations with the written press visualized by the performances of political actors in some newspapers. For that political culture, the names - whether the newspapers; those of the main representatives of the party policy that militated in the newspapers; and those of some spatialities with representations associated with periodicals or those actors - can and are analyzed beyond the understanding of everyday actions in politics, being also visualized by their formations, educations and by the material possessions they had. The paper guided by the theoretical discussions about the social imaginary and the language, discussed by Cornelius Castoriadis (1982), articulated to the dialogue with written sources, that were also guided by the New Political History problematized by René Rêmond (1996), verified that for this time frame, political leaders have appropriated the “spaces” of the written press to publicize their interests. Considering that, in this time frame, newspapers were the main vehicles for the dissemination of ideologisms, we seek to lead the historical path to understanding the establishment of the Republic in Rio Grande do Norte from the denominations.

KEYWORDS: Rio Grande do Norte. Press. Denominations. Republic.

* Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED-UFRN. andersonsb16@yahoo.com.br.

Introdução

A organização política no espaço norte-rio-grandense, no momento de clivagem entre Império e República, estava disposta em três partidos: *Conservador*, *Liberal e Republicano* – levando-se em consideração o ano de 1889, quando oficialmente havia sido fundado o *Partido Republicano do Rio Grande do Norte*. Almir Bueno (2002) aproveita o ensejo do conjunto de ações em prol da fundação da nova agremiação política da província no ano de 1889 para caracterizar o espaço pelo qual estava diluída tal divisão partidária: “Uma economia frágil e dependente e uma sociedade agrária e patriarcal forneciam o pano de fundo para a política potiguar no final dos anos 80 do século XIX.” (BUENO, 2002, p. 46).

Observamos, então, que durante a maior parte da existência política norte-rio-grandense na condição de província, os movimentos em torno do poder eram protagonizados pelo *Partido Conservador* e pelo *Partido Liberal*, como repetição do que acontecia no plano nacional. Segundo Bueno (2002), os fundamentos político-ideológicos republicanos só passariam a se concretizar – na esteira do movimento abolicionista – naquela penúltima década do século XIX, quando, com o desgaste do domínio imperial e sua estrutura político-partidária e administrativa, vão paulatinamente deixando a coadjuvância do mundo das ideias e surgem efetivamente materializados no partido que irá conduzir os rumos da nação e do estado a partir daquele ano de 1889.

Os partidos *Conservador* e *Liberal*, respectivamente *Squaremas* e *Luzias*, dividiam as atenções e o poder durante o período provincial, assim como dividiam o espaço do Rio Grande do Norte, conforme a prevalência da atuação de suas lideranças internas. Nas palavras de Muirakytan Macêdo (2005), verificamos o caráter histórico do protagonismo político dividido entre conservadores e liberais:

Em meados do século XIX, a política provincial aos poucos se atrelou à dinâmica partidária do Império ao delinear oposições já com sotaque partidário. Dois agrupamentos formaram-se no Rio Grande do Norte: Nortistas e Sulistas. Denominações locais do Partido Conservador e do Partido Liberal, respectivamente Squaremas e Luzias como posteriormente foram cognominados no Império. Não

seriam, a rigor, consideradas agremiações partidárias com fisionomias próprias. (MACÊDO, 2005, p. 125-126).

Encontramos a compreensão das representações que são formuladas sobre os Partidos Conservador e Liberal, vinculadas aos termos *saquarema* e *luzia*, na problematização apresentada por Ilmar de Mattos (2004). Para pensar a construção histórica de *saquarema* e *luzia*, Mattos desconstrói a ótica negativa que pairava sobre a construção destes significados, regularmente afirmada pelo provérbio imperial, presente em *O ocaso do Império*, de autoria de Oliveira Vianna (2006), o qual afirmava que não havia “*nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder*”.

Para Vianna, independentemente de estar um *saquarema* ou um *luzia* no poder, os atos se pautariam pela semelhança, por não terem um programa de governo e nem opinião, sendo “[...] simples agregados de clãs organizados para a exploração comum das vantagens do Poder.” (VIANNA, 2006, p. 19). Para Mattos (2004), o contexto para a construção desses termos se dá a partir dos *movimentos liberais* de 1842, quando, em meio à exaltação dos ânimos liberais de mineiros e paulistas, na Província de São Paulo, uma derrota foi imposta aos mineiros pelas forças imperiais “conservadoras” lideradas pelo Barão de Caxias no combate de Santa Luzia e os liberais mineiros passaram a ser denominados por seus adversários pelo nome do local onde havia ocorrido sua maior derrota: *santa-luzias* ou *luzias*.

O interesse por uma monarquia descentralizada, almejada pelos liberais ao buscar unir as suas forças provinciais, perpassava a ideia de uma distribuição mais equilibrada do aparelho do Estado em seus espaços, assegurando o domínio de cada grupo liberal. A partir do triunfo conservador, tratou-se de impor aos liberais a junção de suas várias denominações por meio de uma referência construída sobre uma representação espacial que rememorava a derrota – *luzias*.

Passados dois anos, concedida a anistia aos liberais, estavam eles novamente à frente do poder entre os anos de 1844 e 1848, quando há relatos de que, nos idos de 1845, na província do Rio de Janeiro, o padre e delegado José de Cêa e Almeida dirigia os rumos políticos na Vila de Saquarema, onde autorizava até assassinio de eleitor que decidisse recusar votar nas listas do governo, os chefes conservadores locais

Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa, teriam livrado seus protegidos dos desmandos da citada autoridade, passando a denominação *saquarema* a ser referenciada aos protegidos daqueles conservadores. O termo se estendera muito rapidamente aos demais adeptos do partido, sendo fortalecido pelas denominações dos jornais *O Saquarema* nas províncias de Pernambuco e São Paulo.

Nesse sentido, essas outras denominações para aqueles partidos se inserem na lógica da relação entre linguagem e significações imaginárias, problematizada por Cornelius Castoriadis: “Uma língua só é língua na medida em que novas significações, ou novos aspectos de uma significação, podem sempre nela emergir, e emergem constantemente.” (CASTORIADIS, 1982, p. 398). Esta teorização de Castoriadis que se organiza a partir da problematização das transformações na instituição da sociedade pode ser aproximada às análises de Claude Lefort sobre o político: “[...] O político revela-se assim não só no que se nomeia atividade política, mas nesse duplo movimento de aparição e de ocultação do modo de instituição da sociedade.” (LEFORT, 1991, p. 26).

Assim, os partidos políticos que tiveram suas denominações associadas à outras referências em decorrência de conflitos e da mudança de imaginários fizeram uso das categorias *tempo* e *espaço*, fundamentais para pensar uma sociedade fluida e em transformação, instituída não só materialmente, mas, sobretudo, de forma imaginária, alicerçam uma relação profícua entre linguagem e história.

Após apresentada a ordenação partidária no âmbito nacional, retomamos a propagação desta mesma divisão no Rio Grande do Norte, onde conservadores, liberais e republicanos não conseguiam selar sobre um mesmo líder os interesses de cada partido. Pela pequena quantidade de partidos e grande número de lideranças internas, as desavenças tornavam-se bastante comuns no concernente à capacidade de cada partido de acomodar tantos desejosos pelas benesses que trariam os melhores cargos do poder. Os principais articulistas políticos que lideravam essas agremiações em questão trataram desde muito cedo de promovê-las através da imprensa. Conforme atesta Macêdo (2005), os dois jornais partidários que

centralizaram no Rio Grande do Norte a propaganda política, de meados de 1870 até meados de 1880, carregavam em suas denominações referências aos nomes dos partidos que representavam:

O caminho da polarização política seguiu seu rumo. Em 1868, Amaro Bezerra criou o diretório do Partido Liberal no Rio Grande do Norte. Se para Tavares de LIRA a feição de um partido político imperial era aferida pelo jornal que este publicava, *'O Liberal do Norte'* – nome depois resumido para *'O Liberal'* – o jornal fundado em 1872, por Amaro Bezerra parecia enquadrar-se nesses requisitos. Esse jornal, arauto dos liberais, alimentava a polêmica política da província. (MACÊDO, 2005, p. 126).

Assim, não tardaria mais que o período de um ano, após inaugurado o jornal *O Liberal*, para que fosse fundado na trincheira oposta o jornal: *'O Conservador'*. O Partido Conservador contava com a liderança do Coronel Bonifácio Pinheiro da Câmara, chefe partidário da província até 1884.

Sobre o *Partido Conservador*, Cascudo (1965) contempla as principais características de sua divisão em dois grupos, no contexto estadual do ano de 1889, apresentando-os pela significação dos nomes que lhes foram popularmente atribuídos como referência aos espaços em que se reuniam:

O Partido Conservador ficara dividido entre seus dois afilhados. O grupo João Manuel reunia-se quase cotidianamente para cavaquear sobre as tricas da terra. Ficava assentado sob frondosas gameleiras que se erguiam na Praça da Alegria (Praça João Maria) e a grei de Tarquínio de Sousa preferia a farmácia de José Gervásio de Amorim Garcia, Zêzinho da Botica, na Rua Tarquínio de Sousa (Rua Chile). Os dois grupos ficaram populares pelas designações de “Grupo da Gameleira”, João Manuel, e “Grupo da Botica”, Tarquínio. (CASCUDO, 1965, p. 52).

Assim, *Gameleira* e *Botica*, elementos pertencentes a imaginários da natureza e do urbano, árvore e farmácia, ao mesmo tempo em que cediam seus significados para representar uma cisão no Partido Conservador da Província do Rio Grande do Norte, também denotavam referência localizadora dos espaços em que se reuniam os principais atores que estavam à frente daquele partido que carregava

o estigma político conservador. As gameleiras localizadas na Praça da Alegria (hoje Praça Padre João Maria) cotidianamente emprestavam suas sombras para as reuniões do grupo liderado por João Manuel. A farmácia de José Gervásio de Amorim Garcia (Zezinho da Botica), com sede na Rua Tarquínio de Sousa (hoje Rua Chile), era o espaço escolhido para as reuniões da “grei” liderada pelo próprio Tarquínio de Sousa.

Conforme Cascudo (1965), do outro lado das divergências partidárias locais estavam os *Liberais*, que também se apresentavam divididos conforme seus interesses pelos cargos e assim como os *Conservadores* “[...] não se gabavam de maior coesão. Tinham dois chefes e dois bandos. Amaro Bezerra encabeçava a maior porção. José Moreira Brandão Castelo Branco orientava o restante.” (CASCUDO, 1965, p. 52). O grupo de Amaro Bezerra contava com o apoio de José Bernardo, uma forte e emergente liderança política que se consolidava cada vez mais em seu reduto eleitoral, o Seridó. Tal apoio se deu até a última eleição para deputados da Assembléia Geral, ocorrida sob o cetro imperial, em 03 de agosto de 1889.

Apesar do amplo domínio de liberais e conservadores no ano da Proclamação da República, os partidários do republicanismo também já se faziam presentes no Rio Grande do Norte, revelando em suas ações a devida proximidade com as ideologias que circulavam no âmbito nacional.

Em nome(s) do(s) Partido(s) Republicano(s): poder e política na última década da Província do Rio Grande do Norte

Às vésperas da Proclamação da República, os ânimos do Partido Republicano do Brasil encontravam-se divididos em dois grupos principais. O grupo “evolucionista”, que tinha como liderança Quintino Bocaiúva, e o grupo “revolucionário”, liderado por Silva Jardim, serviram como posicionamentos políticos-ideológicos a serem tomados pelos republicanos nas poucas províncias em que estavam organizados. No Rio Grande do Norte, mais especificamente no ano de 1889, nos deparamos com a mesma divisão ideológica no que toca o posicionamento

daqueles que estavam à frente da organização do partido e da divulgação de seus ideais.

Aliás, fato este ocorrido muito tardiamente, até mesmo porque a fundação do Partido Republicano do Rio Grande só ocorreu em 27 de janeiro de 1889, na residência de João Avelino, onde hoje está situado o prédio do Grande Hotel na Ribeira. De imediato, havia Pedro Velho de Albuquerque Maranhão mobilizado sua parentela, alguns amigos e admiradores para fundar o Partido. Dentre os fundadores, destacavam-se o próprio Pedro Velho, o líder, “[...] seus irmãos Augusto Severo, Alberto, Fabrício, Adelino e Joaquim Scipião. O doutor ‘João das Estivas’ trouxe para as fileiras da nova agremiação política os filhos André Júlio e Luís Afonso” (SOUZA, 1989, p. 163), concretizando-se assim o embasamento utilizado por Cascudo (1965) para afirmar ser este um período da *história real da nossa família política* potiguar.

Desse modo, os *Albuquerque Maranhão*, desde o momento de fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, já demarcavam seu espaço político com sua forte presença de organização familiar. No interior do estado, a organização do Centro Republicano Seridoense, em abril de 1889, também revelava esta prática de agregar os parentes em torno de um partido ou grupo de representação política, quando Janúncio da Nóbrega arregimentou seus irmãos e mais alguns familiares para a formação daquele Centro. Ainda sobre a liderança de Janúncio no momento da propaganda republicana, Cascudo (1965) revela o pioneirismo do jovem seridoense no ano de 1886, quando tentara organizar o primeiro núcleo de divulgação dos ideais republicanos na Província:

No Seridó, Janúncio Nóbrega [...] criara realmente um núcleo de propaganda. Fundou-o a 25 de julho de 1886. No seu manifesto ‘Ao Eleitorado do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, 3 de maio de 1892’, historia: - ‘Esse núcleo presidido pelo octogenário Manuel Sabino da Costa, republicano tradicional que tomou parte ativa na gloriosa revolução de 1824 em Pernambuco, teve de se reorganizar depois, a 7 de abril de 1889, no ‘Centro Republicano Seridoense’, associação que dispunha de todos os meios para a difusão de suas ideias por tôda a vastidão da zona sertaneja’.” (CASCUDO, 1965, p. 31).

Diante das peculiaridades, entendemos que as influências políticas e ideológicas da República no Rio Grande do Norte estavam centralizadas principalmente em torno de Pedro Velho e Janúncio da Nóbrega. O republicanismo mais puro, “revolucionário”, de viés romântico e ideologicamente influenciado pelas grandes revoluções francesa e americana, tinha como representantes o jovem caicoense Janúncio da Nóbrega Filho e o natalense Braz de Andrade Melo, ambos estudantes da Faculdade de Direito do Recife, que “[...] nunca foram demasiado dados a teorias exaustivas, preferindo a ação prática dos ativistas revolucionários das barricadas francesas.” (BUENO, 2002, p. 77).

Na outra vertente do republicanismo no Rio Grande do Norte se sobressaiu a liderança de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. O republicanismo oficial, “evolucionista”, encontrou nas palavras de Pedro Velho representação que muito se aproximava dos moderados liderados de Bocaiúva.

Assim, conforme o olhar de Carvalho (1990), entendemos que as ações em torno da propaganda republicana no Rio Grande do Norte estiveram alinhadas às justificativas ideológicas cabíveis a cada um de seus expoentes, mediante a formação que adquiriram, bem como ao modelo de organização de sociedade que almejavam:

Embora fundamentalmente de natureza discursiva, as justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasavam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável. Supunham modelos de república, modelos de organização da sociedade, que traziam embutidos aspectos utópicos e visionários. (CARVALHO, 1990, p. 9).

Nesse sentido, seja Janúncio da Nóbrega ou Pedro Velho, devemos considerar que as justificativas defendidas por cada um sobre a forma como devia ser instalada a República em parte decorria das possibilidades de conhecimento ideológico adquiridas pelas condições econômicas que lhes possibilitaram as suas formações acadêmicas e, na esteira dos ambientes que estudavam, foram mantendo contato com as versões republicanas que fundamentavam seus discursos e suas ações.

Em nome(s) das(s) elites(s): os cabedais e as formações educacionais dos grupos políticos dominantes na Primeira República

As realidades ideológica e político-partidária apresentadas tornam necessário problematizar a formação e a real situação econômica dos dois grupos que conduziram o caminho de divulgação e afirmação da República no Rio Grande do Norte, grupos que dominaram a cena política, a partir do momento de clivagem que culminou com a Proclamação da República no Rio Grande do Norte; distintos nas origens – um radicado no Litoral e o outro no Seridó –; opostos nos discursos que sustentavam com relação à República; afins nas facilidades encontradas para se afirmar, cada um em seu momento, em parte devidas ao pioneirismo da fundação dos núcleos republicanos. Para Monteiro (2002),

Nesse processo de transição da Monarquia para a República, o grupo oligárquico que em cada Estado conseguisse fundar um partido republicano estadual, mantendo o seu controle, dominaria o governo desse estado, ou seja, a máquina administrativa e a renda pública. A corrupção, o empreguismo e o nepotismo seriam a marca desse sistema de poder. (MONTEIRO, 2002, p. 210).

Com o Federalismo estabelecido a partir da Constituição de 1891, os grupos políticos que mantiveram o controle do governo do estado, se aproveitavam do maior espaço e poder que dispunham para moverem a máquina pública em seu favor, ocupando cargos políticos eletivos e administrativos, e adquirindo os benefícios econômicos quando da concessão para a realização das obras. Essa autonomia na condução da política e das finanças interessava especialmente às elites agrário/comerciais sediadas no Litoral; e agrário/pecuarista radcada no Seridó:

A instauração da República em 1889, pondo fim ao centralismo monárquico inaugurou uma nova fase na política nacional que permitirá às frações regionais das classes dominantes uma maior autonomia na condução dos negócios referentes à direção dos aparelhos regionais do Estado (os governos do Estado). Isso interessava, sobretudo, à burguesia comercial e à classe dos grandes

proprietários rurais que produziam para os mercados externos e internos. (SPINELLI, 2010, p. 28).

Desse modo, torna-se possível um encontro entre a História do Imaginário e a Nova História Política, com o intuito de verificar o pensamento e os interesses que revestiram as denominações (dos partidos, dos jornais e das espacialidades) no Rio Grande do Norte na véspera e durante a Primeira República. Sobre os direcionamentos propostos por essa história política, Rêmond (1996) considera:

Esta se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento. Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos. Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está na longa duração. (RÈMOND, 1996, p. 34-35).

No caso, os apontamentos sugeridos por Rêmond no trato com a história política se aplicam constantemente ao nosso trabalho de análise das fontes e compreensão dos acontecimentos, tendo em vista que é possível entender esses imaginários como resultantes de processos contínuos e descontínuos, reveladores das mudanças ocorridas na sociedade em ritmos que variam no que se refere a suas durações. Na mesma perspectiva de Rêmond, Lefort (1991) também considera as diferenças entre as formas de sociedade, verificando a política como um setor que interage diretamente com os demais setores da sociedade:

[...] A investigação que suscita a diferença das formas de sociedade e a das categorias que permitem dar conta e fundar o juízo político estiveram na origem e permaneceram, enquanto ela esteve viva, no cerne da empreitada. Esta investigação impede que se designe a política como um setor particular da vida social. Implica, ao contrário, a noção de um princípio ou de um conjunto de princípios

geradores das relações que os homens mantêm entre si e com o mundo [...]. (LEFORT, 1991, p. 10).

Assim, o cenário político do Rio Grande do Norte nas duas primeiras décadas da República foi marcado pela atuação de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, chefiando a organização familiar que liderou a política estadual de 1892 a 1913. Segundo Monteiro, Pedro Velho, aqui utilizado para representar a elite política radicada no Litoral, é descendente de uma elite econômica comerciante e produtora de cana-de-açúcar:

No Rio Grande do Norte, a figura chave desse processo foi Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Seu avô era Fabrício Gomes Pedrosa, que, [...], estabeleceu uma grande casa comercial importadora-exportadora em Macaíba nos prósperos anos de 1850, sendo também proprietário de engenho açucareiro. Seu pai – Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão –, igualmente, tornou-se senhor de engenho em Canguaretama em 1880. (MONTEIRO, 2002, p. 210-211).

No comentário de Monteiro (2002), pudemos verificar a procedência familiar de Pedro Velho, bem como parte da sua área de atuação mais influente que ia até o município de Canguaretama, na fronteira com a Paraíba. Contudo, a base econômica desse núcleo familiar foi construída em Macaíba e arredores, cidade onde, segundo Manoel Dantas (2008), Fabrício Gomes Pedroza – avô de Pedro Velho –, empreendeu negócios centrados no comércio do açúcar, dada a importância da localidade para a fluência da economia estadual:

Por ser o rio Jundiahy navegável por pequenas embarcações, até o ponto onde se edificou a cidade, o maior Fabrício Gomes Pedroza, dono da grande casa 'Guarapes', construiu ali armazéns para recebimento de assucar e algodão, de que era comprador. Tal foi, porém, a concorrência de povo ao lugar, quem em pouco tempo, tornou-se um prospero povoado, com a denominação de Coité. Augmentando o povoado, crearam uma feira, passando a povoado, a denominar-se Macahyba, em razão de existir uma macahybeira neste lugar. (DANTAS, 2008, p. 9).

Com o desenvolvimento daquele município, onde se destacou a constante atuação do comerciante de origem paraibana, Fabrício Gomes Pedroza, e de seu genro, o pernambucano Amaro Barreto (pai de Pedro Velho), também verificamos o papel desempenhado por tal organização familiar no processo de nomeação do espaço local, onde visualizamos a (des)toponimização de Coité para Macaíba, o que, segundo Cascudo, havia sido obra do avô de Pedro Velho:

Município em 27 de outubro de 1877. Desmembrado de São Gonçalo. Cidade em 5 de janeiro de 1889.
Povoação do Coité. Lavoura e gado. Escola primária em novembro de 1865. Distrito de Paz em março de 1868 com o título *Povoação da Macaíba*. Teria Fabrício Gomes Pedrosa (1809-1972), plantado no alinhamento do povoado, e não no quintal de sua casa, uma macaíba (*Acrocomia sclerocarpa*), palmeira desconhecida na região, sugerindo a nova denominação e fazendo esquecer a primitiva Coité, numerosas no local. (CASCUDO, 1968, p. 205).

Diante da construção referencial para o topônimo *Macaíba*, apresentada por Cascudo, entendemos que a organização familiar que seria liderada por Pedro Velho desde muito cedo já estava envolvida com a dinâmica de nomeação de espaços e aquele momento seria apenas um estrato localizado do que futuramente viria a se tornar uma prática recorrente, quando do domínio político estadual durante a Primeira República, momento em que Pedro Velho, familiares e correligionários se estabeleceram no poder por mais de duas décadas.

Ainda sobre o estabelecimento daquelas personas na área litorânea entre Natal e Canguaretama, onde possuíam um engenho denominado *Ilha Maranhão*, Cascudo credencia a localização ao movimento comercial da área, notadamente de Macaíba, enquanto entreposto comercial que viu nascer em seu chão vários cidadãos de destaque na sociedade norte-rio-grandense:

Poderoso entreposto indispensável entre o sertão, vales açucareiros do Ceará-Mirim, boa porcentagem de S. José de Mipibu e Papari, e a capital da Província, possuiu exportação direta para a Europa, via Guarapes, de 1858-1872, determinando navegação normal da Inglaterra para o Rio Potengi. Quando criado o município (Lei n.º 801, 1877), seus limites era a *divisão natural do Rio Potengi, de alto a baixo*. Vila e Cidade rica, movimentada, festiva, acolhedora, musical

e bailarina. Grandes orgulhos norte-rio-grandenses nasceram em Macaíba: Augusto Severo, Tavares de Lyra, Alberto Maranhão, Auta de Souza, Henrique Castriciano [...]. (CASCUDO, 1968, p. 205-206).

Apesar de vários membros da organização familiar Albuquerque Maranhão terem nascido em Macaíba – entre eles Augusto Severo, Tavares de Lyra e Alberto Maranhão –, devemos considerar que a principal liderança republicana no estado, a influência maior na capital e zona litorânea, nasceu em Natal no ano de 1856. Diferentemente de outros membros da elite estadual, que adquiriram sua formação acadêmica em Recife, foi no Rio de Janeiro que Pedro Velho estudou - fator este que possibilitou o contato com Quintino Bocaiúva, influenciando diretamente em sua posição ideológica evolucionista sobre a República -, voltando depois ao estado para começar a estabelecer a sua liderança política, no momento em que ocorriam efetivamente o movimento abolicionista e a propaganda republicana:

Pedro Velho se formou em Medicina no Rio de Janeiro e, posteriormente, ocupou cargos públicos como Inspetor de Saúde e professor do Atheneu Norte-Riograndense, a primeira escola de instrução pública secundária da província. Tornou-se abolicionista no ano em que a escravidão foi abolida, fundando a “Sociedade Libertadora Norte-Riograndense”, que existiu entre janeiro e maio de 1888. Da mesma forma, tornou-se republicano no ano em que a República foi proclamada, aceitando sua indicação para liderar os “republicanos” da província, com a fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, em janeiro de 1889. Dessa fundação participaram, entre outros, cinco irmãos de Pedro Velho, além de dois primos, descendentes da secular família dos Albuquerque Maranhão, somando 114 pessoas. (MONTEIRO, 2002, p. 211).

Com reduto político localizado na capital do estado e adjacências, Pedro Velho formou-se em Medicina no Rio Janeiro, diferentemente também dos intelectuais e políticos republicanos do Seridó, em sua maioria formados na Faculdade de Direito do Recife, fato este que contribuiu para uma postura ideológica diferente, um outro modo de enxergar a República. Conforme Bueno, um tom pacifista predominava sobre Pedro Velho: “Ao assumir a chefia do Partido Republicano, em julho de 1889, depois da disputa com Hermógenes Tinoco, fez predominar na propaganda potiguar o tom pacifista, gradualista e eleitoral.”

(BUENO, 2002, p. 85). Porém, devemos considerar que, se dessa elite liderada por Pedro Velho também “[...] faziam parte literatos ou técnicos, com formação em agronomia, engenharia ou medicina; em geral o grupo era composto por bacharéis formados, na maior parte das vezes, na Faculdade de Direito do Recife.” (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008, p. 74).

O outro grupo que empreendeu a propaganda republicana, no momento de clivagem entre Império e República, e dominou a política estadual na última década da Primeira República foi a elite seridoense, liderada pelo histórico Janúncio da Nóbrega. Motivos pelos quais julgamos pertinente uma caracterização relativa à formação de seus membros e aos recursos de que dispunham para a defesa de seus ideais republicanos:

À crescente importância econômica da cotonicultura no Rio Grande do Norte correspondeu uma crescente importância política daquela parcela da elite agrária do estado que era ligada aos interesses da produção e comércio do algodão. Assim, foram os grupos políticos do Seridó – a mais importante área produtora de algodão no Rio Grande do Norte – que passaram a deter o poder, a nível estadual, nos anos 1920, desalojando definitivamente do poder os Albuquerque Maranhão. (MONTEIRO, 2002, p. 227).

Essa elite política seridoense, fortalecida pelo advento da cotonicultura, base econômica de onde provinha a maior parte dos cabedais naquele momento relativo à Primeira República, fazia uso dos recursos disponíveis para financiar a educação dos filhos em importantes centros de referência, como a Faculdade de Direito do Recife. Assim, segundo Rosa (1974), o primeiro seridoense bacharel em Direito no Recife, era natural de Acari:

Um filho de Manuel Antônio, de nome João Valentino Dantas Pinagé, que nasceu em 1807 na Fazenda Cajueiro, foi o primeiro acariense e seridoense a conquistar um diploma de Bacharel em Direito na Faculdade do Recife, em 1835. Exerceu cargos na Magistratura e governou a Província como vice-governador, em 1838. Elegeu-se para seis legislaturas. Como redator de *Brado Natalense*, defendia suas idéias com franqueza e lealdade. (ROSA, 1974, p. 74).

Depois de Pinagé, vários seridoenses rumaram para Recife com o intuito de adquirir a qualificação superior naquela faculdade de referência regional, local onde mantinham contato com as ideias mais atuais em voga no mundo. Assim, a forma como situamos Janúncio da Nóbrega Filho, líder da causa republicana seridoense naquele momento, tem a ver com uma leitura do indivíduo e de suas ações, a partir de seu lugar de fala. Sendo ele pertencente à elite tradicional da região, baseada economicamente na agricultura e na pecuária, fora mandado para a capital pernambucana com o fim de adquirir formação acadêmica, assim como muitos outros haviam feito. E desse modo, os cabedais provenientes dessa economia agrária local fomentavam os investimentos na educação dos futuros representantes e defensores dos interesses daquele grupo, a exemplo do que cita Olavo de Medeiros Filho (1988), a partir do exame da elite seridoense:

Assim, o Capitão Janúncio Salustiano da Nóbrega, proprietário da afamada fazenda Pedreiras, encaminhou aos estudos jurídicos os seus filhos Diógenes Celso da Nóbrega e Janúncio da Nóbrega Filho. O Ten. Cel. Francisco Antônio de Medeiros, da fazenda Umari, depois de já ver ordenado sacerdote, no Seminário de Olinda, o seu filho Sebastião Constantino de Medeiros, encaminhou para os estudos médicos um outro filho, Manuel Augusto de Medeiros, que formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. [...] O Capitão Manuel Maria do Nascimento Silva teve também o prazer de ver um filho, Manuel Gomes de Medeiros Dantas, cursar as ciências jurídicas e sociais, àquela mesma época. (MEDEIROS FILHO, 1988, p. 6-7).

Na mesma esteira do fortalecimento econômico do Seridó, a partir da cotonicultura, Macêdo (2005) também ressalta os investimentos empreendidos pela elite agrária na formação intelectual de seus herdeiros:

Estas perspectivas de mudanças econômicas surgiram num momento em que a formação intelectual das elites seridoenses sofria um salto de qualidade. Uma nova geração de filhos de fazendeiros à época era formada pela prestigiosa Faculdade de Direito, num meio de efervescência política matizada pela propaganda republicana. (MACÊDO, 2005, p. 135).

Assim como Pinagé, Diógenes da Nóbrega e Janúncio da Nóbrega, também se formaram em Recife outros seridoenses atuantes na Primeira República, entre eles Manoel Dantas, José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, sendo que os dois últimos chegariam a ocupar o cargo de governador do Estado, concretizando assim a liderança política seridoense.

Depois de apresentados os cabedais dos dois principais grupos políticos que lideraram o movimento republicano, desde a propaganda até o momento em que controlariam o governo, surge um outro questionamento que os aproxima: o que os republicanos da elite radicada em Natal e adjacências tinham em comum com a elite seridoense, além da questão parental em torno da organização dos primeiros núcleos republicanos no Rio Grande do Norte?

À busca por resposta a esse questionamento, verificamos que a atuação na imprensa escrita, seja no litoral ou no interior, seria o elemento confluyente na caracterização desses grupos que lideraram a política estadual durante a Primeira República. Contudo, devemos ressaltar que a imprensa foi o principal veículo de divulgação da República desde o período vespéral à Proclamação. Essa mesma propaganda política visibilizada pela atuação dos jornais foi de grande utilidade para que a ideia de uma República passasse a ser cada vez mais presente no imaginário da sociedade norte-rio-grandense, buscando sempre afirmá-la através de atos políticos e especificamente, por meio da divulgação/publicação desses atos.

Do Povo À República: os nomes da imprensa “republicana” no Rio Grande do Norte

Se durante as duas últimas décadas de Império os debates na propaganda política se materializaram principalmente nas palavras dos jornais *O Liberal* e *O Conservador*, com a fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte em 1889, verificamos a expansão do campo da imprensa política com a criação de dois importantes jornais que fizeram ecoar suas palavras em favor dos ideais republicanos. Da região litorânea ao interior do estado, os jornais *O Povo* e *A República* prestaram seus serviços à causa, registrando na voz convertida em escrita de seus interlocutores os reais interesses que assolavam aquela realidade.

O jornal *O Povo*, fundado em março de 1889, com sede em Caicó e reduto da divulgação dos acontecimentos para o Seridó e adjacências, tinha como principais redatores os liberais Diógenes da Nóbrega, Manoel Dantas e Olegário Vale. No dia 6 de abril daquele ano fora inaugurada a coluna republicana do jornal *O Povo*, sob a direção de Janúncio da Nóbrega Filho, com a publicação do “Manifesto Republicano ao Povo Seridoense”. Naquela coluna as palavras de Janúncio da Nóbrega revelaram um forte prenúncio de que a situação política da nação estava em ebulição e próxima de mudanças. A ação de Janúncio exemplifica a tentativa de inserção da realidade local num contexto maior, de abrangência nacional.

De grande relevância para a situação política da Província, o *Manifesto Republicano*, foi redigido por Janúncio da Nóbrega, e assinado por ele e mais um grupo de republicanos no dia 04 de abril de 1889. Assim, Janúncio revela no documento parte do seu lugar de fala, uma vez que muitas daquelas ideias haviam sido adquiridas na Faculdade de Direito do Recife.

Se existiam tantas ideias circulando na capital pernambucana, Janúncio da Nóbrega resolveu colocá-las em prática delegando o primeiro parágrafo do *Manifesto* a conclamar a todos para a “regeneração” da Pátria Brasileira, pela implantação do regime democrático americano, prestes a se converter em realidade. Esse parágrafo inicial já prenunciava um possível fim do Império.

O parágrafo seguinte tratava da necessidade de se levar os ideais republicanos ao mais “obscuro ponto do Brasil”, com o propósito de regenerar a Pátria e levantar bem alto o “estandarte glorioso da república!”. Essa passagem clarifica, em parte, o interesse de Janúncio da Nóbrega e mais alguns republicanos em proliferar pelo interior da Província do Rio Grande do Norte, mais especificamente no Seridó, a força política da qual faziam parte. Nesse sentido, nos deparamos com a proximidade entre as palavras de Janúncio e os ideais revolucionários do republicanismo “romântico”, que tinha como paradigma nacional Silva Jardim. Segundo Carvalho (1990), teria sido a versão *jacobina* pregado por Silva Jardim, inspiradora para alguns partidários de uma República feita pela revolução, adaptada aos interesses das elites locais:

[...] Os radicais da República falavam em revolução (queriam mesmo que esta viesse no centenário da grande Revolução de 1789), falavam do povo nas ruas, pediam a morte do príncipe-consorte da herdeira do trono (era um nobre francês!), cantavam a *Marselhesa* pelas ruas. Mas, caso tivesse sido tentada qualquer revolução do tipo pretendido, o povo que em Paris saiu às ruas para tomar a Bastilha e guilhotinar reis não teria aparecido. As simpatias das classes perigosas do Rio de Janeiro estavam voltadas à Monarquia. A igualdade jacobina do cidadão foi aqui logo adaptada às hierarquias locais: havia o cidadão, o cidadão-doutor e até mesmo o cidadão-doutor-general. (CARVALHO, 1990, p. 26).

Dando prosseguimento ao *Manifesto*, encontramos duras críticas ao regime monárquico, classificando-o como um “corpo estranho” e ultrapassado no nosso organismo social. Assim, também se faz referência a outras lutas passadas para a existência de uma República brasileira: “É tempo de consubstanciarmos em um facto o ideal de nossos antepassados, que não regatearam o seu generoso sangue para a constituição de uma pátria digna de seus filhos”. Tendo por base o fato de Janúncio da Nóbrega Filho estudar Direito no Recife, sofrendo muitas influências do pensamento republicano efervescente em tal espacialidade, acreditamos que tal fala seria uma referência à Confederação do Equador (1824) e à liderança da província do Pernambuco, como importante marco para as futuras conquistas políticas da nação.

Na sequência, o *Manifesto* conclama o povo para o fim da Monarquia, que havia aniquilado as liberdades dos brasileiros, retardando a marcha para o progresso. Era preciso que o Brasil se *americanizasse*, no sentido de cortar os laços com a nação colonizadora, que havia, através de D. Pedro I, emitido uma farsa consubstanciada no grito da Independência. Segundo o *Manifesto*, tal farsa havia sido tramada pelo pai de D. Pedro, “o covarde” D. João VI, e concretizada com a compra da “liberdade” do Brasil, inclusive, citando as cifras para o pagamento desse fato, assim como, as dívidas adquiridas. A Carta Constitucional da época também é citada, referenciando-a como um objeto de interesse pessoal do Imperador, sendo adjetivada como “velha e desprotegida”, não satisfazendo as “aspirações legítimas de um povo americano”.

Logo após este processo inicial e de desenvolvimento de ideias republicanas como as de *liberdade, progresso, igualdade* etc, o *Manifesto* passa a se direcionar ao *Povo Seridoense*. Povo rio-grandense com “necessidades” de ser republicano e que sentia as “eletrizações sublimes do patriotismo”, que não poderia deixar de “protestar” contra a “daninha” existência de um Império de 67 anos que havia fadado sua Província ao mais “criminoso abandono e revoltante esquecimento”, sendo esta merecedora de um “futuro melhor”. Assim o texto retoma mais uma vez a ideia de *progresso* – agora para a sociedade seridoense – como algo importante para as ideias da identidade e da espacialidade norte-rio-grandense.

Outro ponto relevante foi a evocação para se mudar a denominação da futura república norte-rio-grandense para *Potiguarânia*, externando através do topônimo potiguaranense um nacionalismo extremado, com base nas raízes indígenas de seu povo. A *República de Potiguarânia* viria corroborar para a incorporação do federalismo à realidade político-administrativa da nação, a partir do entendimento francês que prevaleceu na propaganda republicana local, externando uma visão “nativista” de federalismo. Compreensão que ganhava corpo na propaganda local através da influência de alguns “republicanos potiguares da corte”. Sobre essa influência no seio da política e da propaganda republicana, Almir Bueno (2002) enfatiza a presença da “pátria potiguar”, soberana, solidária e fraterna com as demais repúblicas da (con)federação no discurso de José Leão:

Assim José Leão a consagrava, ao designar como “República de Potiguarânia”, o Rio Grande do Norte na futura federação (ou seria correto dizer confederação?) brasileira. A República de Potiguarânia, a “pátria potiguar” inspirada nas “pequenas pátrias” de Comte, seria solidária e fraterna com o restante das “repúblicas” brasileiras, mas, soberana e altiva, exigia ser tratada como igual e não como súdita esquecida, quase como a frouxa confederação de estados soberanos que fora os EUA antes de 1787. (BUENO, 2002, p. 98).

Ao mesmo tempo, Janúncio da Nóbrega tratou de inserir a realidade local no citado contexto, ao se referir ao *povo seridoense* como possuidor de um devotamento sublime pela causa da liberdade, já externada e provada na “homérica cruzada abolicionista”. Assim Janúncio reforça mais uma vez a importância da atuação

seridoense, que já traz no íntimo a ideia de liberdade, fazendo crer que o concurso pela causa da República não se faria esperar, pois desde 26 de julho de 1888 “um punhado de moços, nesta cidade”, havia fundado um núcleo republicano, tirando da República o ar ideal fantástico para torná-la uma realidade, uma “palpitante questão da atualidade”, da qual o futuro da pátria dependia.

Na continuidade, temos um “encontro” do *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense* com a organização definitiva do *Centro Republicano Seridoense*, para onde foram convidados os concidadãos, apelando-se para o patriotismo, para que comparecessem, no dia 7 de abril, à fundação do citado *Centro Republicano* na cidade, ato que iria cristalizar naquela data “imorredoura da nossa história”, “o triunfo da soberania do povo sobre a dinastia”.

Um outro episódio na história da causa republicana também é lembrado: em 30 de dezembro de 1888 a *Guarda Negra* (formada por ex-escravos monarquistas) interrompeu pela violência a conferência republicana de Silva Jardim no Rio de Janeiro, porém o fato fora impotente para fazer frente à propaganda republicana, que já era sólida e aturdiu o espírito nacional com a informação de que um terceiro reinado traria tremendas consequências para a nação.

No *Manifesto* também houve espaço para as “tradições históricas de nossa província”. Por alusão aos episódios de 1817 e 1824, o sangue dos mártires norriograndenses é evocado para sancionar aquele pronunciamento republicano, constituído num apelo à geração atual por um futuro melhor. Queria-se a República, seja pela evolução natural da ideia ou pela revolução, abrindo-se espaço para justificar através da História que todo direito havia sido adquirido pela luta.

Por fim, o *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense*, datado de 4 de abril de 1889 é assinado localizando-se especialmente na “Cidade do Caicó (ou Príncipe)”, já também prenunciando os interesses em suprimir as marcas nomeativas do Império presentes na toponímia local e de outras espacialidades. Era proveitoso para o grupo político que liderou este *Manifesto*, resgatar a antiga denominação da cidade (Queiquó), acontecimento que irá se concretizar em 07 de julho de 1890 com o Decreto nº 33. O Decreto Governamental nº 33 de 07/07/1890 estabeleceu a atual

denominação *Caicó*, no mesmo dia, mês e ano do citado Decreto nº 34 que tratara de mudar a denominação do districto de *São João do Príncipe* para *São João do Sabugy*, fazendo-se valer a ideia de levar e elevar a República aos recantos mais distantes da Pátria, presente no *Manifesto Republicano* que ora analisamos.

A coluna republicana do jornal *O Povo* do dia 13 de abril de 1889 – apenas uma semana após a publicação do *Manifesto Republicano* – trazia em sua segunda edição outro notável acontecimento político ocorrido no Seridó. A Ata da Sessão de Instalação do “Centro Republicano Seridoense”, datada e assinada no dia 7 de abril, também na cidade do Caicó (ou Príncipe), apresenta uma abrangência menor em termos de conteúdo se comparada ao teor do *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense*.

Verifica-se no início daquela *Ata* a leitura do *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense* sendo executada pelo presidente da Sessão. Janúncio da Nóbrega Filho teve a oportunidade de ler “seu” *Manifesto* publicado em *O Povo*, assim como atesta a citada *Ata*. Com sintéticas frases ele fez menção ao fim que os congregava no momento, expôs a razão de ser do partido republicano, descreveu ligeiramente a marcha daquele partido pelo país e ainda justificou a necessidade de organização dos *centros* republicanos (objetivo de tal Sessão).

Outro elemento que nos chama atenção na *Ata* é a necessidade de registrar no texto a importância que aquela data (o 7 de abril) ganhava a partir daquele momento para o Partido Republicano no Seridó, ao que segue a composição de uma comissão para redigir os Estatutos do “Centro”, formada pelos cidadãos Janúncio Nóbrega Filho, Basílio Medeiros Dantas e Germano de Brito.

A parte final da *Ata* menciona que o Sr. Janúncio apresentou um protesto contra a Monarquia, assinado por todos os Membros presentes do Centro. A leitura foi sucedida pela eleição do diretório do partido, encerrada com o seguinte resultado: Presidente – Basílio Gomes da Silva Dantas; Vice-Presidente – Gorgônio Ambrósio da Nóbrega; 1º Secretário – Misael Leão de Barros; 2º Secretário – Basílio Gomes de Medeiros Dantas; Conselheiros – Germano Pereira Brito e Benjamim da

Silveira Galvão. E como Diretor da Seção Republicana no jornal “O POVO” – Janúncio Filho.

Finalizando, a Ata foi lavrada e assinada pela mesa diretora e pelos sócios presentes, em número bastante considerável, com mais de duas dezenas de simpatizantes da causa e líderes políticos da região. Alguns desses sócios que assinaram a Ata, também assinaram conjuntamente à Janúncio Filho o *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense*.

Apesar de o pioneirismo da imprensa republicana no Rio Grande do Norte ser creditado à coluna do jornal *O Povo*, foi o jornal *A República* que circulou numa abrangência maior nos contextos espacial e demográfico, já nascendo em função da divulgação da causa republicana. Com informações emprestadas por Cascudo (1965) verificamos o início dos trabalhos deste jornal: “No dia 1º de julho de 1889 publica-se *A República*, órgão do Partido Republicano. Redator-chefe: Dr. Pedro Velho. Cem réis o número e cinco mil-réis o ano. Sairia todas as segundas-feiras. Até 15 de novembro espalhou vinte edições.” (CASCUDO, 1965, p. 107).

O artigo inaugural, redigido por Pedro Velho, apresenta o objetivo do jornal enquanto “órgão do partido nacional ou antimonárquico nesta província”, que tem por missão essencial difundir e propagar as ideias sintetizadas por seu título. Na sequência já observamos um certo distanciamento das palavras de Pedro Velho para com as ideias de Janúncio Nóbrega, referentes aos meios utilizados para conseguir transformar o Brasil numa república. Enquanto Janúncio da Nóbrega evocava uma revolução, Pedro Velho conclamava seus partidários para uma “batalha com as armas da razão.”

Naquele momento, a imprensa natalense contava com os jornais *A Gazeta do Natal* – órgão conservador que durante o final do Império e início da República tratou de reproduzir as opiniões dos Conservadores da Gameleira –; e *A Liberdade* e o *Correio de Natal* – órgãos liberais, principais representantes daqueles partidos. Com a Proclamação da República, os poucos Conservadores ainda existentes no estado passaram a utilizar o jornal *Rio Grande do Norte* como porta-voz entre 1890 e 1896. Nesta perspectiva, nos deparamos com uma plêiade de políticos militantes

que ganhava destaque através deste importante meio de comunicação. A imprensa escrita, além de se tornar o principal veículo de divulgação dos ideologismos republicanos, servia para a consagração de importantes representantes políticos que se revelavam grandes intelectuais a partir do teor de seus textos.

Algumas considerações finais

Inicialmente compreendemos que as denominações em referência aos partidos políticos, sejam oficiais ou populares, também denotavam suas divisões internas, assim como os veículos de imprensa por eles utilizados e os locais onde se reuniam. Essa lógica fundava alguns alicerces espaciais e imaginários da sociedade que expressavam as realidades em que aqueles atores envolvidos estavam inseridos.

Para Depaule & Topalov (2001) os objetivos com que são utilizadas as palavras na cidade se dão como práticas que estruturam o espaço, “[...] seja qualificando indiretamente, pela maneira como se fala na cidade, ou diretamente, pelas palavras que o nomeiam, o apelidam, o comentam, nas diversas escalas em que é apreendido pela análise ou pelo uso cotidiano, o espaço é estruturado por diferenças práticas e simbólicas.” (DEPAULE; TOPALOV, 2001, p. 19).

Assim, sendo *Liberal* ou *Conservador*, *Saquaremas* ou *Luzias*, *Botica* ou *Gameleira*, *O Povo* ou *A Republica*, não estavam dispostas apenas referências nomeativas, mas, sobretudo, construções imaginárias que empreenderam àqueles espaços políticos de partidos e jornais nomes vinculados a interesses próprios que se fortaleceriam no poder e na memória.

A última eleição que se deu durante o domínio imperial no ano de 1889 ainda centralizava no Rio Grande do Norte a polarização entre Conservadores e Liberais, sobressaindo-se num reconhecido campo de maior presença conservadora uma vitória liberal. O sufrágio de 31 de agosto de 1889 foi o “batismo” dos republicanos nas urnas, tendo como candidatos aos dois distritos da província, Pedro Velho e José Leão Ferreira Souto. Em algumas poucas palavras, Pedro Velho, talvez reconhecendo a tímida abrangência do Partido Republicano no Rio Grande do Norte naquela eleição, enfatizava ser mais importante provar a existência do partido, ao atestar que

“o que vale no momento atual é provar que existimos. O nome sufragado e o número de votos são questões subalternas.” (Pedro Velho apud CASCUDO, 1965 p. 116).

Realmente, as palavras de Pedro Velho sobre o número de votos tinham fundamento, pois juntamente a José Leão haviam arregimentado em toda a província apenas 67 votos. A vitória maior ocorreu sob o nome do liberal Miguel Castro, amplamente apoiado pelo chefe político seridoense José Bernardo, dissidente do grupo de Amaro Cavalcanti, o qual haviam derrotado no segundo escrutínio ocorrido em 09 de outubro de 1889.

Apenas comprovada a “existência” do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, os rumos políticos estariam prestes a passar por amplas mudanças. Os novos caminhos da nação e do Rio Grande do Norte estavam prestes a ser conduzidos por alguns republicanos que envidaram seus esforços para a Proclamação da República no histórico dia 15 de novembro.

Ademais, a atuação política naquele momento através dos meios impressos de divulgação em muito favoreceu para que parte da população (a elite letrada) conhecesse alguns dos atores políticos que iniciavam a sua atuação associados à militância em prol da República, assim como os ideologismos políticos vigentes (conservadores, liberais e republicanos).

Referências

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930**. Natal: EDUFRN, 2008.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DANTAS, Manoel. **Denominação dos Municípios**: Rio Grande do Norte. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2008. [1922].

DEPAULE, Jean Charles; TOPALOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo** (1554-1897). São Paulo: ANNABLUME, 1996.

LEFORT, Claude. **Pensando o político**: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**: espaço e história no regionalismo seridoense. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó, cem anos atrás**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

NÓBREGA FILHO, Janúncio da. Acta da Sessão da Instalação do Centro Republicano Seridoense. **O Povo**, Caicó, 13 abr. 1889.

_____. Manifesto Republicano do Povo Seridoense. **O Povo**, Caicó, 6 abr. 1889.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. **Revista de História Regional**, v. 15, p. 169-193, 2010.

RÈMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n. 33, 07/07/1890: Muda o nome da Cidade do Seridó para Caicó. **Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, 1896.

ROSA, Jayme da Nóbrega. **Acari**: fundação, história e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte** (1889-1930). Brasília: Senado Federal, 1989.

SPINELLI, José Antônio. **Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte**: (Primeira República) e outros estudos. Natal: EDUFRN, 2010.

VIANNA, Oliveira. **O ocaso do Império**. 3 ed. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

Artigo recebido em 07 de outubro de 2017. Aprovado em 06 de março de 2018.

“Vamos para o club”: lutas e conflitos por territórios operários na Cidade do Natal (1930–1935)¹

“Let’s go to the club”: struggles and conflicts by operating territories in the City of Natal (1930–1935)

*Paulo Rikardo Pereira Fonseca da Cunha**

RESUMO: Pretende-se compreender como se organizou o movimento operário de Natal após o “movimento de 1930”, quando dois grupos distintos passaram a disputar a primazia entre dos trabalhadores da cidade: de um lado encontrava-se Café Filho e seus partidários, adeptos do sindicalismo oficial do governo Vargas; do outro os comunistas, que militavam por um movimento mais radical, contrários ao novo regime político e suas políticas sindicais. As ações de grupos tão diversos como os comunistas e os “cafeístas” foram pautadas pela necessidade de controlar uma maior parcela dos territórios operários de Natal, para com isso conseguir uma sólida base política. Controlar territórios significa controlar quem entra e quem sai e, principalmente, as condutas que devem seguir os que frequentam esses espaços. Nesse contexto, os trabalhadores não se estabeleciam como simples sujeitos passivos, eles ativamente aderiam a uma vertente política por acreditar que lhes traria maiores benefícios. A vertente de Café ofereceu aos trabalhadores as leis trabalhistas e a redução da jornada de trabalho; em troca, eles retribuía com a sindicalização oficial e o apoio político. Os principais esteios que sustentam esse trabalho foram os conceitos de culturas políticas (BERSTEIN, 1998), indivíduo e sociedade (ELIAS, 1994;1995), memória (PORTELLI, 1993a;1993b) e território (GOMES, 2010). Quanto ao corpus documental foram analisados os periódicos A República, órgão oficial do governo, e O Jornal, de propriedade de Café Filho, além dos relatos memorialísticos de José Praxedes, liderança comunista, Café Filho e João Maria Furtado, juiz de direito e correligionário deste último.

PALAVRAS-CHAVE: Operários. Café Filho. Comunistas.

ABSTRACT: It intends to understand how the workers' movement in Natal was organized after the "Movimento de 1930", when two distinct groups began to dispute the primacy among the workers of the city: on one side were Café Filho and his supporters, adherents of the official trade unionism of Vargas' government; on the other, the communists, who were militant for a more radical movement, opposed to the new political regime and its trade union policies. The actions of groups as diverse as the communists and the "cafeístas" were shaped by the need to control a larger portion of the working territories of Natal, in order to achieve a solid political base. Controlling territories means controlling who comes in and who leaves, and above all, the conduct that those who attend these spaces must follow. In this context, workers did not establish themselves as mere passive persons, they actively adhered to a political side because they believed that it would bring them greater benefits. The Café Filho branch offered the workers labor laws and reduced working hours; in exchange, they paid back with official unionization and political support. The main elements that support this work were the concepts of political cultures (BERSTEIN, 1998), individual and society (ELIAS, 1994, 1995), memory (PORTELLI, 1993a, 1993b) and territory (GOMES, 2010). As for the documentary corpus, the periodicals “A República”, official organ of the government, and O Jornal, owned by Café Filho, were analyzed, as well as the memorialistic reports by José Praxedes, communist leadership, Café Filho and João Maria Furtado, a judge and co-religionist of the last.

KEYWORDS: workers; Café Filho; communists.

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Santa Cruz. prpfc1@yahoo.com.br.

Nos primeiros dias de outubro de 1930, um velho Ford cruzava a fronteira da Paraíba em direção ao Rio Grande do Norte. Fato corriqueiro para a época se não fosse pelos passageiros e pela carga que carregava. Sacolejava pela estrada João Fernandes Café, Omar Lopes Cardoso, os irmãos Dantas de Guarabira e três caixas de dinamites (CAFÉ FILHO, 1966, p. 63). O grupo pretendia derrubar o governo de Juvenal Lamartine, seguindo o esteio do levante organizado pelos partidários da Aliança Liberal.² Estacionaram nas proximidades do campo de aviação, onde entraram em contato com o farmacêutico Pedro Dias Guimarães que estabeleceu uma travessia segura para Natal e arregimentou o pequeno quadro de “revolucionários” da cidade. Poucos dias depois, a explosão de uma das cargas de dinamite assustou o governador, que no mesmo dia pediu asilo em um dos navios ancorados no porto e partiu em direção a Paris.

Na década de 1920, Café Filho se estabeleceu como um ferrenho crítico as ações do situacionismo potiguar, se tornando inimigo declarado dos dois últimos governadores da Primeira República.³ Suas atividades na imprensa e no movimento operário irritou o governo de tal maneira que precisou se auto exilar do estado para não ser preso (1929-1930). Seu pensamento político de então o aproximava do grupo da Aliança Liberal, que em seu programa defendia o voto secreto, instituição de uma Justiça Eleitoral e criação de leis trabalhistas; além do mais, era o grupo contra o qual o governador Juvenal Lamartine fazia oposição. Ao retornar para Natal, continuou suas atividades no meio operário e na imprensa, mas dessa vez conclamando os trabalhadores a apoiar o novo governo. Dessa forma, pretende-se neste trabalho compreender como se organizou o movimento operário de Natal após o “movimento de 1930”, quando dois grupos distintos passaram a disputar a primazia entre dos trabalhadores da cidade: de um lado encontrava-se Café Filho e seus partidários, adeptos do sindicalismo oficial do governo Vargas; do outro os comunistas, que militavam por um movimento mais radical, contrários ao novo regime político e suas políticas sindicais.

Nas memórias de Café Filho, a cidade foi tomada pacificamente. O estouro da bomba que afugentou Juvenal Lamartine configurou-se como único movimento

ocorrido. Enquanto ele não descreveu depredações nem perseguições aos partidários de Juvenal Lamartine, uma determinada historiografia que trabalha com a “Revolução de 1930” no Rio Grande do Norte alerta-nos para os dois dias nos quais Natal ficou sem governo, e sugere que foi um período de arruaças e depredações. Segundo Mariz, a ocupação da cidade se deu com a forte presença de desocupados, aventureiros de lenços encarnados e negros que depredaram e assaltaram as residências do ex-chefe de governo e de seus auxiliares mais próximos (MARIZ, 1984, p. 61-62).

Café Filho posicionou-se como o grande articulador da “Revolução de 1930” em território potiguar. Para ele, foi sua movimentação que expulsou o presidente do estado, como também foi o seu grupo que recebeu o Batalhão Federal pacificamente. Enquanto Natal estava sob seu comando, nada de anormal tinha acontecido, tudo transcorria na mais perfeita ordem; apenas quando se tentou nomear o desembargador Silvino Bezerra, irmão de José Augusto, foi que os seus correligionários e trabalhadores se manifestaram (CAFÉ FILHO, 1966, p. 61-63). Ao narrar esse acontecimento, Café fez uma seleção de lembranças, inconscientemente ou não, na qual os trabalhadores urbanos se constituíam como sujeitos que seguiam sua vontade, revoltavam-se ou eram pacificados sob o seu comando.

A memória é, portanto, ativa e criadora de significados, nunca se mostra como uma atividade indiferente trabalhando como simples receptáculo. O passado, por seu turno, é racionalizado a partir do presente, do que se (re)memora de um acontecimento. Passados são recriados a partir dos seus locais de fala; recuperam “a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história” (PORTELLI, 1993a, p. 41). Todo indivíduo possui fragmentos de muitas recordações sociais distintas, a memória se apresenta como “um processo individual, que ocorre em meio social dinâmico” (PORTELLI, 1993b, p. 16).

A situação normalizou-se em Natal quando foi erigida a Junta Governativa, formada por Tavares Guerreiro, Júlio Perouse e Aberlado de Castro, militares que faziam parte da ala moderada dos “tenentes”. O novo governo tomou as medidas

necessárias para a instalação do regime, baixou decreto fechando a Assembleia Legislativa do Estado e as Intendências Municipais, e indicou novos nomes para comandar as cidades e os serviços públicos (MARIZ, 2010, p. 20-21). Nessa nova situação, ao nomear os cargos, tentou contemplar todas as correntes da Aliança Liberal. Aos partidários de Café, foram concedidas: a chefia de polícia, ao próprio Café Filho; a prefeitura de Natal, a Pedro Dias Guimarães; a redação de *A República*, a Sandoval Wanderley; e a prefeitura de Areia Branca, ao coronel Francisco Sólton Sobrinho (SPINELLI, 2010, p. 21). Pela primeira vez, esse grupo exercia atividades no aparelho estatal. Novos espaços eram conquistados, não mais como oposição; dessa vez, faziam parte do governo e com ele tinham o objetivo de construir uma nova sociedade como tanto desejaram na década anterior.

Outras facções também foram privilegiadas, ou seja, a “revolução” no Rio Grande do Norte não havia sido obra exclusiva dos “cafeístas”. O coronel Dinarte Mariz, embora ligado a elementos da oligarquia decadente, foi o responsável pelo êxito do novo regime na região Seridó. Mantinha contato com grupos aliancistas de Natal e, com um contingente armado, garantiu a vitória da “revolução” no interior do estado. A Junta Governativa indicou seu nome para a prefeitura de Caicó, cargo estratégico que lhe possibilitou reagrupar sob o seu nome as lideranças decaídas do regime passado (SPINELLI, 2010, p. 20). Segundo João Maria Furtado, como adversário fervoroso, Dinarte Mariz chegou a premeditar o assassinato de Café Filho (FERREIRA, 1986, p. 68-69). Além dos aliancistas citados, da ala mais conservadora, foram escolhidos o jornalista Fontes Galvão (propagandista aliancista na cidade de Mossoró) para a Imprensa Oficial (responsável pelo jornal *A República*) e o engenheiro Gentil Ferreira, para a prefeitura de Santa Cruz.⁴

Finalmente, Café chegou ao governo; contudo, havia conflitos entre os diferentes grupos que fizeram a “revolução”. A ala mais conservadora buscava consolidar o regime, apaziguando os ânimos e restaurando rapidamente a ordem – Gentil Ferreira, Dinarte Mariz e Fontes Galvão faziam parte dessa ala –, enquanto o lado “cafeísta” estava animado com as mudanças que ainda estavam para ser conquistadas. Sua base de sustentação eram os trabalhadores urbanos de Natal. Café

Filho tinha, também, algum prestígio junto aos trabalhadores das salinas de Areia Branca e Macau, assim como entre alguns poucos trabalhadores mossoroenses.

Café Filho acreditava que sua liderança frente às “classes populares” o estabelecia como nome ideal para comandar a polícia estadual, pois se “encontrava em condições de restabelecer e manter a disciplina e a ordem” apenas se dirigindo ao povo, que obedecia a seus pedidos (CAFÉ FILHO, 1966, p. 70). Quem fazia parte dessas “classes populares”? Por que elas obedeceriam a Café? Certamente os trabalhadores das Rocas eram a base de apoio de Café, seu papel, como líder trabalhista, advogado e jornalista, criara na população trabalhadora desse bairro o desejo de segui-lo.

Além das Rocas, as praças e as ruas continuavam territórios dos partidários de Café Filho, que iam amiúde quando eram convocados a protestar contra arbítrios do governo. Na primeira manifestação contra os militares que queriam empossar Silvino Bezerra no governo do estado, houve um deslocamento de seus correligionários das Rocas para o Palácio do Governo, onde estavam presentes as forças armadas paraibanas. De um lado, os trabalhadores das Rocas; do outro, os militares. Momentaneamente, esse espaço tornou-se um território de conflito, onde duas visões de mundo se esbarraram, cada uma tentando impor seus desejos. A situação só foi contornada com um acordo que beneficiava a ambos os lados.

Um novo sujeito nasce a cada vivência, no novo governo: Café Filho era então uma liderança situacionista que detinha o uso da violência, não sendo mais vítima dela. Ligado a um ideal tenentista e sindicalista, pretendeu confluir todas as lutas trabalhistas para o sindicalismo oficial. Assim é que o sindicato, de *locus* – onde se lutava contra o *status quo* e contra as más condições de trabalho – transformou-se em um espaço para esperar as ações do governo. Este, por sua vez, transformado, iria ajudar a todos, mas seria preciso esperar, pois não havia ambiente para os que não fossem suficientemente pacientes. Os espaços são fluxos reatualizados pelas práticas que os constroem e reconstroem ao longo do tempo. As relações sociais os atualizam e os modificam constantemente, com novas relações que criam novos lugares. Portanto, novas posturas políticas e sociais deram à luz a um novo tipo de espaço de

sociabilidade para os trabalhadores potiguares: o sindicato legalizado pelo Ministério do Trabalho.

Os sindicatos, por seu lado, adotaram a nova lógica de organização preconizada pelo recém-criado Ministério do Trabalho de Vargas. O decreto 19.770, de 19 de março de 1931, proibia a existência de sindicatos interclassistas e a presença de pessoas que não fossem trabalhadores em suas reuniões (FERREIRA, 1986, p. 28-36). Nos primeiros anos pós-1930, a principal preocupação dos trabalhadores potiguares foi legalizar suas atividades dentro das novas regras estabelecidas. Para que fossem reconhecidas, as entidades precisavam solicitar a Carta Sindical às autoridades do Ministério. Animados com os novos tempos, os sindicatos e as associações de trabalho saudavam entusiasticamente os interventores escolhidos para governar o estado:

Todas as sociedades operárias sindicalizadas da capital e do interior do estado, pelos seus representantes acreditados junto à Federação Regional do Trabalho, comparecerão incorporadas ao Cais do Porto, vindo uma comissão composta de todos os presidentes levar os votos de boas vindas ao Sr. Interventor Federal. Nas sedes dos sindicatos e da sociedade dos estivadores serão hasteadas as bandeiras sociais e Nacional, ostentando à noite profusa iluminação em suas fachadas [...] Uma comissão de sindicalistas fará esta noite ornamentação das principais ruas onde deverá passar o Sr. Interventor.⁵

Segundo Brasília Ferreira, esse entusiasmo inicial em face dos interventores e da nova legislação sindical não se solidificou em ações efetivas, pois continuavam a participar das reuniões operárias alguns elementos estranhos a elas. Até o final de 1933, apenas três sindicatos estavam regularizados e reconhecidos pelo Ministério, a saber: Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Natal, União dos Operários Estivadores de Natal e Sindicato dos Estivadores de Areia Branca (FERREIRA, 1986, p. 35-36). A despeito do entusiasmo da classe trabalhadora de Natal diante do novo regime e das novas leis impostas, demorou-se a se organizarem os sindicatos nos moldes previstos pelo governo central.

A conquista de uma categoria profissional representa para os grupos que realizaram esse feito a conquista de novos territórios na cidade, garantindo mais

poder de atuação. Dominar um território pressupõe estabelecer regras de acesso e de circulação dentro de um determinado espaço, assim como a possibilidade de instituir comportamentos e atitudes. Dessa forma, Café e os comunistas lutaram para aumentar sua influência nos espaços operários, pois o domínio de novos espaços garantiria uma maior afirmação de poder.⁶ Os territórios são dinâmicos, existem lutas e resistências que dão forma a novos territórios e destroem os antigos.

As lutas ocorrem dentro da cidade, indivíduos movidos por diferentes anseios e pretensões estabelecem relações e fundam territórios. Dessa forma, valores políticos e comportamentos distintos são edificados a partir das experiências individuais dos sujeitos. Para se pensar as relações ente os sujeitos e os modos como se reconhecem e atuam no mundo o conceito de cultura política se apresenta como uma importante ferramenta, pois ele permite perceber como os indivíduos recriam seu mundo, povoando-o de significados, mitos e símbolos. Assim, as pessoas espacializam o mundo. Os espaços são culturalmente construídos ao mesmo tempo que produzem e difundem cultura.

Os investimentos simbólicos feitos sobre o espaço a partir de certos grupos sociais dão sentido aos mesmos. É nele que se constroem tanto obras materiais como se imprimem ordens simbólicas. Os espaços só fazem sentido a partir das práticas que lhes dão significação (CERTEAU, 1994). Os homens criam, a todo momento, referências para conviver em sociedade, por meio de seus sentimentos e atuações os espaços são instituídos. Por isso, a cultura influencia um conjunto de símbolos que concede sentido aos espaços. Assim sendo, a cultura política, como um conjunto de representações que abarcam valores, atitudes, imaginários e normas partilhados por determinado grupo sobre fenômenos políticos, também se estabelece como uma instituidora de espaços. Pode-se investigar o imaginário político dos grupos por meio dos espaços que estabelecem.

Na década de 1930, diferentes grupos batalhavam por territórios operários na cidade de Natal. Em cada um desses espaços, aglutinavam-se sujeitos que pensavam e praticavam a política semelhantemente, criando fronteiras com aqueles que possuíam outros sistemas de valores. Dois desses grupos se sobressaíram: os

“cafeístas”, adeptos de um sindicalismo oficial, ligado ao Ministério de Trabalho de Vargas; e os comunistas, que visavam à luta sindical como prelúdio de uma revolução contra o capital.

A pequena Natal, no idos da década de 1930, possuía aproximadamente 40 mil habitantes. A cidade apresentava um considerável movimento portuário, pois era a responsável por escoar a produção de sal e de algodão do estado em direção ao mercado nacional e internacional. O comércio era particularmente forte nos dois bairros mais antigos: a Cidade Alta e a Ribeira. Nesses bairros, concentravam-se também os cafés mais frequentados, destacando-se o café Cova da Onça, na rua Tavares de Lyra, frequentado pelos grupos políticos. No bairro da Ribeira, localizavam-se o cais do porto e as principais casas comerciais, que faziam fronteira a oeste com o Rio Potengi; ao norte, com a Praia da Limpa (hoje Santos Reis); a leste, com as Rocas; e ao sul, com a Cidade Alta. O bonde elétrico, inaugurado em 1911, era o principal meio de transporte coletivo da cidade. O setor industrial era ainda muito incipiente; em 1936, existiam cerca de 130 fabriquetas, a grande maioria dos ramos têxtil e alimentício.⁷

O período interventorial no Rio Grande do Norte foi bastante conturbado. Até 1935, o estado foi governado por cinco interventores diferentes.⁸ Irineu Joffily, por sua administração enérgica e descompromissada com os elementos “decaídos” do regime passado, atraiu para si o descontentamento dos antigos partidários do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, alcunhados por seus opositores de “perrés”. O jornal católico *Diário de Natal* emergiu como espaço de críticas ao novo interventor denunciando uma paraibanização do estado e o nepotismo do interventor. Nesse caso, a política de exonerações de funcionários públicos serviu de esteio para acusar o novo governante de demitir quadros potiguares em privilégio a paraibanos (SPINELLI, 2010, p. 26-31).

Nesse ínterim, Café Filho deixa o cargo de chefe de polícia em meados de dezembro. Suas memórias nada revelam dessa exoneração. Em nota, o jornal carioca *O Globo*,⁹ de 18 de dezembro de 1931, elogiava a participação de Café Filho na organização administrativa do novo regime e informava que ele pediu e obteve sua

exoneração do cargo. Provavelmente, ocorreu uma indisposição entre os dois sobre o futuro do Rio Grande do Norte. Enquanto Joffily pretendia racionalizar a administração não deixando qualquer outra corrente política local próxima ao poder, Café Filho pretendia aglutinar em torno de si um grupo político forte para futuramente se lançar a voos maiores. Em entrevista para o jornal *A União* da Paraíba, Café Filho lamentou a proibição de manifestações populares no estado imposta pelo interventor. Ao que parece, implicitamente lastimava não poder mais arregimentar seu grupo político.¹⁰ Por tentar se afastar de todas as correntes políticas, Joffily distanciou-se até mesmo daqueles que mais o apoiavam: a corrente “cafeísta”. No final, sozinho e sem apoio de nenhum grupo político local, sucumbiu às provocações da oposição apresentando a Juarez Távora sua renúncia. No dia 28 de janeiro de 1931, entregou o cargo de interventor ao tenente Aluísio Moura e partiu para a Paraíba.

O tenente Aluísio Moura, cidadão nascido no Rio Grande do Norte, mas sem ligações políticas no estado, estava à frente do Regimento da Polícia Militar desde a demissão de Café do cargo. Para auxiliar, e ao mesmo tempo “vigiar”, Aluísio Moura no seu novo cargo, Juarez Távora indicou os nomes dos tenentes Ernesto Geisel e Paulo Cordeiro. O início da administração de Moura foi caracterizado por equilibrar as forças políticas do estado. Segundo Spinelli, tanto o grupo católico, reunido no *Diário de Natal*, quanto Café Filho e seus partidários apoiaram, inicialmente, esse interventor. Por sua vez, as facções de Café Filho e a dos “militares” foram as mais privilegiadas, uma vez que os principais cargos da administração estadual ficaram sob responsabilidade dessas duas facções. Os “cafeístas” permaneceram com a prefeitura de Natal, sob a responsabilidade de Pedro Dias Guimarães; a Imprensa Oficial, sob as ordens de Sandoval Wanderley; a prefeitura de Mossoró, com Amâncio Leite; e por fim, a prefeitura de Areia Branca, com Francisco Sólton Sobrinho. Os militares ocuparam a Secretária Geral e a Secretaria de Segurança Pública sob a administração do tenente Ernesto Geisel; e a chefia da Polícia Militar, sob o comando do tenente Paulo Cordeiro (SPINELLI, 2010, p. 35-36).

A aliança entre Aluísio Moura e Café Filho aproximou esse interventor dos setores populares. Para tanto, foi organizado um grande comício no bairro das Rocas, onde compareceram aproximadamente três mil pessoas para ouvir os discursos do interventor, do tenente Geisel e de Café Filho (SPINELLI, 2010, 38). Em consonância com o governo, Café comparou o novo regime com a situação anterior ao movimento de 1930. Para ele, o “governo revolucionário” confraternizava com os trabalhadores humildes, enquanto no passado a única coisa que os trabalhadores recebiam do governo eram chicotadas. Café Filho pautou um discurso em consonância com a oratória revolucionária. Quanto aos trabalhadores urbanos, são instados a participar do governo e a apoiá-lo.

Entretanto, toda a aparente harmonia de forças se desfez com a prisão de Café Filho e de seus correligionários. Provavelmente, sob influência de membros do antigo Partido Republicano, o novo interventor resolveu acusar o grupo de Café de conspirar contra o governo. Apesar disso, poucos dias após a prisão, foram postos em liberdade, graças a um inquérito conduzido pelo tenente Ernesto Geisel que inocentou todos os implicados. A partir de então, a facção “cafeísta” foi alijada da administração estadual em detrimento de pessoas ligadas ao regime deposto em 1930. Sob acusação de privilegiar elementos da situação decaída, o Governo Provisório de Vargas demitiu Moura do seu cargo, o qual permaneceu apenas 180 dias à frente da interventoria estadual (MARIZ, 1984, p. 61-62).

O próximo interventor escolhido por Vargas foi o capitão-tenente da Marinha, Herculino Cascardo, um sujeito desvinculado da política do Rio Grande do Norte que compôs em grande parte seu secretariado com indivíduos que não eram ligados a qualquer corrente política do estado. Embora não tenha concedido cargo algum a Café Filho e seus correligionários, nesse período, houve uma maior articulação dos sindicatos liderados por Café Filho. Durante seu governo, Herculino Cascardo concedeu ampla liberdade aos diferentes grupos políticos do estado, incentivou a sindicalização e assegurou a liberdade de organização de todos os grupos.

Aproveitando-se desse clima, os “cafeístas”, juntamente com alguns oficiais do Exército e da Marinha, organizaram no mês de abril de 1932 uma filial do Clube 3

de Outubro na cidade do Natal, cerca de um ano após a fundação nacional (1931).¹¹ Seus signatários eram elementos ligados ao movimento tenentista, que não acreditavam na volta imediata do regime constitucional e apoiavam um prolongamento indefinido do Governo Provisório, uma vez que “a revolução estava sendo asfixiada por políticos tradicionais”.¹² Para eles, fazia-se necessário programar uma série de mudanças sociais a fim de que o país posteriormente voltasse à normalidade democrática, pois abrir o regime democraticamente, naquele momento, significava a volta dos antigos políticos da “República Velha”. Acreditavam que sem uma verdadeira educação cívica, o povo brasileiro continuaria coagido a sufragar esses elementos.

Observando uma dispersão nos ideais tenentistas e a falta de organização entre os revolucionários, o general Góis Monteiro, líder militar do movimento de outubro, comandou a organização de um grupo de pressão que teria como objetivo organizar uma ação conjunta dos “tenentes” frente ao governo. O primeiro quadro de dirigentes do Clube era formado por: Góis Monteiro, presidente; Pedro Ernesto, primeiro vice-presidente; Herculino Cascardo, segundo vice-presidente; e Osvaldo Aranha, terceiro vice-presidente.¹³ Posteriormente, quando Pedro Ernesto assumiu a presidência nacional do Clube, a entidade teve sua fase de maior prestígio. Responsável por fazer a intermediação entre o pensamento tenentista e o governo Vargas, o Clube e suas sucursais espalhadas pelas unidades da Federação estabeleciam os esteios de sua permanência no poder, propagandeando positivamente o novo regime sob sua égide.

A partir da fundação do Clube na capital potiguar, houve um esforço de Café Filho em espalhar o “credo” tenentista no meio operário. Porém, ele não representava uma unanimidade entre o operariado, outra força também arregimentava novos neófitos. Um mês antes da fundação do Clube 3 de Outubro, os comunistas, que se aproveitavam das liberdades políticas garantidas pelo interventor federal, já haviam fundado a União Geral dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte (UGT/RN). O escopo dessa associação era conscientizar os

trabalhadores elevando o nível ideológico das organizações filiadas (SPINELLI, 2010, p. 69-70).

Esses dois grupos espacializaram a cidade por meio de um jogo de conquistas e perdas de territórios. Desse modo, “cafeístas” e comunistas batalharam simbólica e fisicamente por determinados espaços operários em Natal. O grupo que conquistasse um maior território teria o poder de enunciação sobre o que é o operário. Esbarraram-se, assim, também duas diferentes culturas políticas: enquanto um dos grupos apoiava o sindicalismo oficial, acreditando nos rumos políticos do país, o outro procurava arregimentar os trabalhadores para conscientizá-los de sua luta contra o capital.

Com isso, comunismo e as ideias de Café difundiam-se pelos meios operários devido às demandas que os trabalhadores possuíam. Eles não eram simplesmente coagidos; poderiam escolher a corrente que melhor respondessem aos seus anseios. Por isso, as diferentes facções precisavam inventar estratégias e práticas, acabando por se engalfinharem para atingir os corações e mentes dos operários. O trabalhador não se constitui como um sujeito passivo, orientado por ideologias externas, mas sim como produtores ativos. Uma classe só se reconhece enquanto classe quando partilha um sistema de crenças e concepções, isto é, quando partilha uma formação histórica comum. As relações entre sujeitos estão na base da formação das identidades. Quando um grupo de sujeitos constrói laços que os unem a partir de suas vivências e dos seus dramas cotidianos, surge o sentimento de classe. Mais do que algo tangível, as classes sociais são construções simbólicas, estão na cabeça de seus membros. Nesse processo, são eternamente feitas e refeitas, estão em constante fluxo; sob novos tempos, demandam novas estratégias de relacionamentos, criando novos laços e destruindo antigos.

No que diz respeito à história do Partido Comunista (PCB) do Rio Grande do Norte, ele teve seu início na residência do sapateiro José Claudino que, reunido com mais cinco companheiros de profissão, funda o referido partido no ano de 1926, sob os auspícios do secretário-geral do PC nacional, Cristiano Cordeiro.¹⁴ Com o tempo, o partido foi crescendo, alistando trabalhadores das docas, da estiva e da estrada de

ferro. Durante o governo de Juvenal Lamartine, foram duramente perseguidos, da mesma forma que os sindicatos organizados por Café Filho. Daí a identificação entre esses dois grupos, pois os comunistas e os “cafeístas” possuíam um problema em comum: o governador Juvenal Lamartine, que durante o seu mandato não fazia acepção entre um ou outro grupo. Nesse tempo, quem não fazia parte das associações protegidas pelo governo era duramente perseguido. A oposição operária foi então estabelecida pela junção de forças entre comunistas e “cafeístas”, de forma que uma não vislumbrava possibilidade de viver sem a outra, ou seja, a cooperação era necessária para enfrentar esses tempos difíceis.

Enquanto os comunistas continuaram sofrendo uma forte repressão no pós-1930, os sindicatos “cafeístas” gozavam de maior liberdade, já que as ligações nacionais e locais de Café tornaram-no um importante interlocutor político com o governo. Ser comunista, desde fins da década anterior, já era sinônimo de um indivíduo que não se encaixava no universo social brasileiro, pois, os grupos no poder propagandeavam que suas atitudes violentavam preceitos morais da sociedade. Os partidários de Café, para se livrarem da pecha de comunistas, passaram a se apoiarem na doutrina social da igreja católica. O *Rerum Novarum* se estabelecia como princípio a ser seguido pelos operários “cafeístas”.¹⁵

Como estavam impedidos de funcionar legalmente, os comunistas espacializavam-se pela cidade de uma maneira peculiar. O Comitê Regional funcionava na casa do mossoroense João Galvão Filho, secretário do Colégio Atheneu. Outras reuniões organizavam-se na padaria Palmeiras de propriedade de João Fagundes, localizada na rua Frei Miguelinho, no bairro da Ribeira. Além disso, de oito em oito dias, reuniam-se na casa do motorista Epifânio Guilhermino com a finalidade de ler as correspondências enviadas pelo Diretório Central do Rio de Janeiro. As informações chegavam ao restante dos membros do partido por meio de um curioso sistema que consistia em células de, no máximo, três sujeitos que ficavam embaixo de postes de luz esperando que a informação se espalhasse. Na espacialização comunista, existiam três centros de decisões de onde emanavam as informações do PC nacional e as diretrizes a ser seguidas que, posteriormente, iriam

para os grupos nos postes e depois chegariam aos locais de trabalho de cada um desses membros (COSTA, 1995, p. 63-64).

Já Café Filho, livre para propagandear seus ideais, reestruturou um novo periódico em agosto de 1931, *O Jornal*, que se constituiu no seu principal meio de comunicação e divulgação das ideias. Esse periódico apresentou-se como um órgão do Centro de Defesa dos Interesses do Rio Grande do Norte. Dessa forma, colocou-se como voz legítima do povo do estado.

No dia 24 de abril a quatro de maio de 1932, *O Jornal* usou uma página inteira de cada edição para descrever o programa revolucionário do Clube, a fim de orientar seus membros na vida política brasileira. Entre as suas diretrizes, defendiam: a intervenção estatal na economia; a coexistência de uma representação política das associações profissionais reconhecidas pelo governo, nessa direção, advogavam a existência de duas câmaras legislativas, uma representaria as forças políticas e a outra as associações profissionais e culturais; a instituição de conselhos técnicos para auxiliar o executivo; a proteção e o estímulo às pequenas e médias propriedades e, se possível, eliminando o latifúndio improdutivo; a nacionalização das riquezas naturais (minas, águas e florestas) de modo a torná-las um bem social; a nacionalização das vias de transporte e das comunicações; o incentivo da indústria nacional; a instituição da legislação trabalhista tomando o trabalho não como uma mercadoria, mas sim como um valor moral; a obrigatoriedade do ensino primário.

Assim, *O Jornal* fez intenso proselitismo do Clube, além de apresentar todo o programa dessa instituição. Em vários artigos, convidava as pessoas a conhecer a associação pessoalmente. A capa da edição de 24 de abril, em letras garrafais, estampava o seguinte título “Vamos para o Club”. O artigo que se seguiu apresentava a questão social como pivô das ações do Clube, com o objetivo de diminuir a situação vexatória do meio operário. Continuou afirmando a “convicção de que o Brasil não voltará ao ‘stato-quo’ anterior à Revolução” iria forçosamente tomar outro rumo.¹⁶ O movimento de 1930 era uma revolução, disso não duvidava Café Filho e seus correligionários. No entanto, ela não havia se encerrado; a volta à normalidade só seria possível com mudanças sociais, sem as quais se retornaria à situação passada.

A ditadura era o único caminho. Fazendo coro com os outubristas nacionais, eles advogavam submissão ao governo de Vargas. Somente com a continuação da ditadura existiriam garantias da construção do projeto revolucionário, afirmava o periódico.

Espalhar entre os operários o novo credo político foi tarefa de Café Filho. Nessa mesma edição, viu-se a notícia de sua reunião com o Sindicato dos Trabalhadores de Natal para discutir o programa do clube. Por causa de sua longa carreira na liderança trabalhista de Natal, Café era a pessoa ideal para traduzir os anseios dos “tenentes” para os trabalhadores, que se constituiriam nos alicerces para as ações desse grupo contra a reestruturação dos “decaídos”.

Em seu programa revolucionário, o Clube 3 de Outubro preconizava a instituição de uma legislação de amparo ao trabalhador, que atendesse a todos, seja no campo seja na cidade. A instituição de um salário mínimo era indicada por essa entidade como fator primordial de qualidade de vida para trabalhadores, “proporcionando-lhes seguro contra os acidentes, a velhice, a morte e a falta de trabalho”. Uma maior harmonia entre o capital e o trabalho se processaria, visto que a lei garantiria participação dos operários nos lucros dos patrões. A legislação recomendada pelos outubristas instituía um código operário que seria responsável pelo seu bem viver e trabalhar e previa os seguintes pontos: higiene e salubridade das fábricas; oficinas e centros de trabalho; instituição de Tribunais de Trabalho para julgar litígios entre operários e patrões, formado por membros dessas duas classes; legitimação do direito à greve; criação da caderneta de trabalho, na qual se escreveriam os méritos dos operários; instituição de um seguro social proletário, para o qual concorrerão, proporcionalmente, patrões, empregados e governo garantindo a subsistência do operário em caso de infortúnios; criação de escolas operárias; construção de habitações higiênicas para os trabalhadores. Vê-se que nesse código de conduta privilegia-se uma nova maneira de encarar os trabalhadores que necessitavam de ambientes salubres para desenvolver suas atividades, assim como de habitações seguras nas quais se garantisse o conforto sua família. Direitos

como greve, tribunais mistos de arbitragem de litígios, seguridade social e escola seriam assegurados pelo ideal dos “outubristas”.¹⁷

Ademais, existia uma aproximação das ações do Clube 3 de Outubro com os operários da cidade de Natal. Por ocasião da votação para o conselho deliberativo dessa entidade, diversas associações trabalhistas enviavam delegados para prestigiarem o evento.¹⁸ Os “outubristas” e operários procuravam congregar suas ações, em um momento que pessoas da situação decaída começavam a se rearticular. Por isso, a organização com os operários era imprescindível, pois eles se caracterizavam como um importante grupo de apoio. Nesse processo, Café Filho era o elemento responsável por fazer essa intersecção entre o Clube e os trabalhadores.

O Clube era constituído por dois tipos de sócios: os de 1º grau, aqueles que eram admitidos oficialmente e mandavam subscrever uma proposta ao grupo; os sócios de 2º grau, os que se destacaram nos serviços prestados à revolução. Nesse caso, os sócios eram escolhidos sem nenhum caráter exclusivista, sendo admitidos como sócios de 1º grau “todos os homens de idoneidade moral que desejarem defender as ideias concretizadas no programma que estamos publicando terão ingresso no Club se na sua vida particular não tiverem um facto [...] desabonador de sua conducta na sociedade”.¹⁹

O Clube buscava criar, assim, no imaginário político uma autoimagem de “advogado dos trabalhadores”.²⁰ No discurso publicado no periódico *O Jornal*, apontava a nova situação dos operários como muito melhor se confrontadas com tempos passados. Apesar disso, somente a união dos trabalhadores com os ideais “outubristas” levariam à intensificação desses benefícios.²¹ A comparação com a antiga situação era crucial para a construção de uma imagem positiva dos novos tempos. Ao publicar na íntegra o artigo *Renovação político-social do Jornal do Rio*, que se auto intitulava órgão das esquerdas revolucionárias, ele se estabeleceu à esquerda do espectro político. Mas o que significava estar à esquerda no início da década de 1930? Nesse artigo, havia uma clara ligação da esquerda com o movimento operário. O articulista assim se expressa: “Nós não vemos inimigos à esquerda: nós não declaramos guerra, – ainda que possa haver divergência de doutrina, – a

nenhuma fôrma pacífica de acção operária”.²² Nessa perspectiva, à esquerda estariam aqueles mais próximos aos movimentos trabalhistas.

Nesse mesmo artigo, descreve-se o “antigo regime” como uma “pseudodemocracia” e um “pseudoconstitucionalismo”. Para seu autor, não existia uma verdadeira democracia na situação passada, pois em um país onde imperava uma grande desigualdade se consubstancia a impossibilidade do voto consciente. Desse modo, apenas quando se “elevator os níveis de cultura das massas”, elas poderão participar dos benefícios da civilização. Prossegue o artigo conclamando uma “guerra contra parasitismo político”, isto é, uma guerra contra o político profissional, que era fabricado pelas articulações oligárquicas. Porém, no decorrer do texto, saúdam-se os novos tempos, nos quais o coronelismo e o caciquismo deixaram de existir.

Nesse ponto de vista, o lado vencedor gesta uma determinada concepção de mundo que caracterizava o período antecessor como antidemocrático. Mais do que isso, evoca o passado para engrandecer o presente, o regime que estava em gestação, nas suas palavras, um “novo regime que veio para acabar com a era de mentiras”, que instalaria uma nova Constituição preocupada com os direitos sociais. A tônica dos elementos revolucionários mais radicais eram as conquistas sociais, que deveriam continuar sob a batuta da ditadura de Vargas, até o povo “aprender” a votar. O povo foi, então, caracterizado como uma massa indistinta que, por falta de educação política, continuava a ser vítima dos elementos “carcomidos”, expressão utilizada para designar os políticos decaídos.

O então prefeito da capital, Gentil Ferreira, também era alvo das críticas desse jornal, que o acusava de ligações com elementos da oligarquia que governava o estado antes de 1930.²³ Em defesa dos operários pedreiros, denunciava o uso de funcionários públicos pagos pela prefeitura, em obras particulares, o que dificultava o trabalho dos pedreiros que não eram vinculados ao poder executivo municipal.²⁴ Não atacavam o prefeito porque ele não participara ativamente da revolução, mas porque não cumpria os preceitos revolucionários, isto é, a busca por uma moralidade administrativa.²⁵ Ferreira seria, então, nas palavras do periódico

“cafeísta”, um daqueles quadros ditos revolucionários que levaram o movimento de outubro para a “lama”, pois se punha ao lado dos burgueses e plutocratas contra os fracos e os pobres, usando a prefeitura para realizar serviços para os ricos da cidade em detrimento dos pobres.²⁶ O prefeito era acusado de compactuar com elementos da situação decaída, José Augusto e Omar O’Grady, a despeito das forças da revolução, daí a sua indiferença em face dos princípios revolucionários.²⁷ Gentil Ferreira, embora partícipe do movimento de 1930, possuía ligações com os antigos chefes republicanos de Santa Cruz, sua cidade natal, que representavam a ala mais conservadora, posicionando-se gradualmente sob a liderança de José Augusto.

Quanto aos comunistas e a sua União Geral dos Trabalhadores, recorrentemente foram alvos desse periódico, que alertava os operários para não seguirem o “credo de Marx”, que nada mais queria do que inverter a dominação convertendo em oprimidos os opressores. *O Jornal* exortava os brasileiros a constituir uma união saudável entre o capital e o operariado. Condenava, de um lado, os excessos do extremismo de esquerda e, do outro, a escravização dos operários pela burguesia. Reprovava, dessa maneira, a União Geral dos Trabalhadores por apresentar princípios marxistas em seus estatutos. Para esse periódico, “são erros que o próprio Karl Marx não sustentaria hoje, depois que conhecesse os bellos ensinamentos do ‘Rerum Novarum’”.²⁸ A doutrina social da Igreja era o caminho que deveriam seguir patrões e empregados, ultrapassando a guerra de classes que os comunistas apenas queriam intensificar. O que os “cafeístas” e, por conseguinte, os outubristas defendiam era a harmonização entre capital e trabalho.

Em outro artigo, continuou a comparar os objetivos dos comunistas com o dos “outubristas”. Para *O Jornal*, enquanto os primeiros queriam igualar o patrão ao operário, o objetivo dos outros seria combater o conceito de trabalho como mercadoria, sujeito à lei da oferta e da procura. O Clube buscava transformar o empregado em um colaborador do patrão, não em um escravo. Daí por que esse grupo confiava na intervenção do Estado nesse aspecto. Outro ponto de tensão entre os dois grupos se estabeleceu pelo modo como cada um entendia a questão das

greves. Os “outubristas” a observavam como um direito legítimo, mas que de certa forma se consubstancia em um ato danoso para as duas partes. Para eles, mais eficaz do que as paralisações seriam a organização de comissões de conciliação e arbitragem, as quais se caracterizariam pela presença de representantes de ambas as partes, mais um elemento do Estado para julgar os litígios entre empregados e patrões. Essas comissões foram instaladas por Vargas ainda durante seu governo provisório.²⁹

A “nova política” varguista garantia o direito de associação a todos profissionais brasileiros. Pela lei, os órgãos de classe deveriam ser formados por, no mínimo, 30 pessoas, de ambos os sexos, maiores de 18 anos, que a partir daí deveriam entrar com um processo junto ao Ministério de Trabalho para a legalização de sua situação.³⁰ A esse respeito, Café Filho se estabeleceu como um grande defensor das medidas varguistas, em parte por essa ser uma das diretrizes do Clube 3 de Outubro e para tomar a frente desse novo tipo de sindicalização. Assim, ele se utilizou do Sindicato Geral dos Trabalhadores de Natal para auxiliar as categorias profissionais a formarem entidades classistas.³¹

A intensa propaganda “cafeísta” na imprensa e nos sindicatos atraiu para o sindicalismo oficial diversas categorias profissionais. Estavam sob a influência de Café e seu grupo as seguintes associações: a Sociedade dos Estivadores Natalenses, a Sociedade dos Padeiros Natalenses, o Sindicato dos Pedreiros, o Sindicato dos Pintores, o Sindicato dos Marceneiros, o Sindicato dos Motoristas e Choferes, a União Sindical dos Trabalhadores da Prefeitura e o Sindicato dos Auxiliares do Comércio.³² Os territórios dessas profissões eram, de alguma forma, ressignificados. Imbuídos de uma áurea simbólica pelas ações de Café e seu grupo. Além disso, existem condutas e regras que esses trabalhadores escolheram incorporar, ficando, dessa forma, a liderança de Café apoiada em uma rede de líderes sindicais. As fontes estudadas não revelam com maior destaque esses trabalhadores que se constituíram em líderes de seus companheiros, mas eram eles que funcionavam como elos entre Café Filho e as diferentes classes profissionais de Natal. Parte dos trabalhadores que

apoiava a “revolução” via os sindicatos não mais como espaços de lutas, mas de conciliação entre o trabalho, o capital e o governo.³³

Com a ascensão do quarto interventor, o capitão-tenente Bertino Dutra da Silva, Café Filho retomou o estratégico cargo de chefe de polícia. Essa sua nova experiência foi caracterizada por um maior nível de repressão e censura contra o que ele chamava de extremismos: os decaídos do antigo regime e os comunistas. Com o uso do aparelho repressivo do estado, o equilíbrio entre as diferentes forças foi abalado. Enquanto os sindicatos “cafeístas” tinham ampla liberdade, as associações ligadas aos comunistas foram repreendidas. Enquanto o periódico *O Jornal* possuía liberdade de veicular qualquer notícia, o jornal *A Tarde*, de cunho liberal e constitucionalista, foi empastelado pela polícia.

Café Filho, à frente da chefia de polícia, conteve impetuosamente os operários comunistas repetindo as violências praticadas na situação passada. Com isso, ele se tornou intransigente contra qualquer organização operária que fugisse do seu controle. Nesse sentido, podemos citar a “Marcha da Fome”, organizada pelo Partido Comunista do Rio Grande do Norte compondo um plano nacional de articulação em homenagem ao aniversário de fundação do partido em 25 de março de 1931. Essa marcha saiu de um povoado chamado Peixe-boi, localizado na estrada que liga Natal a Macaíba, indo em direção ao centro da capital, onde foi duramente reprimida pela polícia (COSTA, 1995).

Grupos tão diversos como os comunistas e os “cafeístas” procuraram dizer o que significava ser trabalhador. Suas ações foram pautadas pela necessidade de controlar uma maior parcela dos territórios operários da cidade de Natal, para com isso conseguir uma base política sólida. Controlar territórios significa controlar quem entra e quem sai e, principalmente, as condutas que devem seguir os que frequentam esses espaços. Nesse contexto, os trabalhadores não se estabeleciam como simples sujeitos passivos, eles ativamente aderiam a uma vertente política por acreditar que lhes traria maiores benefícios. A pesquisadora Brasília Ferreira (1989) entrevistou o comunista Francisco Guilherme Souza, que lembrou dos tempos em que comunistas e Café construíram juntos no final da década de 1920 a federação

trabalhista. Ele relata que Café Filho dizia que se um dia “fosse alguma coisa no Estado, não perseguiria os comunistas” (FERREIRA, 1986, p. 38).

Os comunistas potiguares viam Café Filho como um traidor do movimento operário, que desvirtuava as lutas sindicais. Ao perseguir os comunistas, ele de alguma forma tentava apagar suas antigas ligações com esse grupo. Provavelmente, era uma forma de se livrar de suas ligações com esse grupo, no entanto sua fama de amigo dos comunistas perdurou por muito tempo.³⁴

Grupos tão diversos como os comunistas e os “cafeístas” procuraram dizer o que significava ser trabalhador. Suas ações foram pautadas pela necessidade de controlar uma maior parcela dos territórios operários da cidade de Natal, para com isso conseguir uma base política sólida. Controlar territórios significa controlar quem entra e quem sai e, principalmente, as condutas que devem seguir os que frequentam esses espaços. Nesse contexto, os trabalhadores não se estabeleciam como simples sujeitos passivos, eles ativamente aderiam a uma vertente política por acreditar que lhes traria maiores benefícios. A vertente de Café ofereceu aos trabalhadores as leis trabalhistas e a redução da jornada de trabalho; em troca, eles retribuíam com a sindicalização oficial e o apoio político. Apesar de aparentemente a visão política de Café Filho ter prevalecido na maioria dos sindicatos da capital, os comunistas trabalhavam no interior desses espaços procurando minar a hegemonia “cafeísta”.

Referências

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

CAFÉ FILHO, João. **Do sindicato ao Catete**: memórias políticas e confissões humanas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COSTA, Homero. **A Insurreição Comunista de 1935**: Natal – o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas definições, usos, genealogias. **Varia História**. N. 28, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FERREIRA, Brasília Carlos. O sindicato do Garrancho. Natal: EDUFRN, 1986.

FURTADO, João Maria. Vertentes. Natal: Clima, 1989.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MAIA, Isaura Amélia de Sousa; BEZERRA, Maria do Nascimento (Org.). **Bom dia Café**. Natal: FAPERN, 2008. (Coleção Patrimônio Cultural Potiguar v.1).

MARIZ, Marlene da Silva. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr. **Praxedes um operário no poder: a insurreição de 1935 vista por dentro**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História** (História e Cultura). Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993a, p. 41-58.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História** (História e Cultura). Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993b, p. 13-33.

SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935**. Natal: EDUFRN, 2010.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Artigo recebido em 15 de março de 2018. Aprovado em 31 de maio de 2018.

Notas

¹ A discussão proposta neste artigo também está presente na dissertação de mestrado “‘Ombro a Ombro com os mais fracos’: A Inserção de João Café Filho nos espaços do trabalhador na cidade do Natal.”, defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em História da UFRN.

² A Aliança Liberal foi uma coligação nacional que uniu grande parte dos opositores a candidatura de Júlio Prestes a presidência da república agregados em torno da candidatura do gaúcho Getúlio Vargas. Com a derrota nas eleições, parte desses opositores organizou um golpe para derrubar o presidente eleito Júlio Prestes.

³ José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1928) e Juvenal Lamartine de Faria (1928-1930).

⁴ Sobre as nomeações pela Junta Governativa, ver: MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.; SPINELLI, José Antônio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*. Natal: EDUFRN, 2010.

⁵ A REPÚBLICA, Natal, 3 jan. 1933.

⁶ Os conceitos de território e cidade utilizados neste trabalho foram pensados a partir dos conceitos apresentados por Paulo Cesar Gomes, no seu livro *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

⁷ Para compreender como se organizava a cidade de Natal na Primeira e Segunda República, recomenda-se a leitura das seguintes obras: COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935*: Natal – o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995; NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Anuário Natal 2011-2012. Natal: SEMURB, 2012.

⁸ Irineu Joffily (outubro de 1930 a janeiro de 1931); Aluísio de Andrade Moura (janeiro a julho de 1931); Hercolino Cascardo (julho de 1931 a junho de 1932); Bertino Dutra da Silva (junho de 1932 a agosto de 1933); Mário Leopoldo Pereira Câmara (agosto de 1933 a outubro de 1935).

⁹ Jornal fundado no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1925, por Irineu Marinho, ex-diretor do periódico A Noite, durante os anos 1920, preocupava-se com questões populares, como, por exemplo, a carestia e o aumento dos vencimentos dos funcionários públicos. Aderiu à Aliança Liberal às vésperas das eleições. Com a revolução de 1930, foi um dos periódicos constitucionalistas em cujas páginas observavam-se críticas às arbitrariedades dos interventores federais. Para mais detalhes, ver verbete: GLOBO, O. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

¹⁰ A UNIÃO, Paraíba, 20 jan. 1931.

¹¹ O JORNAL, Natal, 24 abr. 1932.

¹² VERBETE: Clube 3 de Outubro. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-3-de-outubro-2>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

¹³ VERBETE: Clube 3 de Outubro. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-3-de-outubro-2>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

¹⁴ O Partido Comunista do Rio Grande do Norte foi fundado a partir da organização do Sindicato dos sapateiros. Sua reunião de fundação contou com a presença dos sapateiros José Praxedes, Pedro Marinho, Artur da Silva, Aristides, José Pereira e José Claudino. Ver: COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935*, 1995. p. 61-62.

¹⁵ O JORNAL, Natal, 15 maio 1932.

¹⁶ O JORNAL, Natal, 24 abr. 1932.

¹⁷ O JORNAL, Natal, 30 abr. 1932.

¹⁸ O JORNAL, Natal, 14 maio 1932.

¹⁹ O JORNAL, Natal, 1º maio 1932.

²⁰ O JORNAL, Natal, 1º maio 1932.

²¹ O JORNAL, Natal, 1º maio 1932.

²² O JORNAL, Natal, 1º maio 1932.

²³ O JORNAL, Natal, 26 abr. 1932.

²⁴ O JORNAL, Natal, 29 abr. 1932.

²⁵ O JORNAL, Natal, 30 abr. 1932.

²⁶ O JORNAL, Natal, 4 maio 1932.

²⁷ O JORNAL, Natal, 12 maio 1932.

²⁸ O JORNAL, Natal, 26 abr. 1932.

²⁹ O JORNAL, Natal, 18 maio 1932.

³⁰ O JORNAL, Natal, 26 abr. 1932.

³¹ O JORNAL, Natal, 11 maio 1932, 12 maio 1932.

³² Ao longo do ano de 1932, *O Jornal* publicou notícias sobre essas entidades, mostrando atividades e ações de cada uma delas.

³³ O JORNAL, Natal, 28 abr. 1932.

³⁴ Em 2005, foi organizado pelo governo do Rio Grande do Norte um seminário em homenagem à memória de João Café Filho, ocasião em que reuniram-se contemporâneos e historiadores com a finalidade de debater sobre a vida desse político. Percebe-se na fala de alguns contemporâneos a confusão que faziam entre Café Filho e os comunistas. MAIA, Isaura Amélia de Sousa; BEZERRA, Maria do Nascimento (Org.). *Bom dia Café*. Natal: FAPERN, 2008. (Coleção Patrimônio Cultural Potiguar v.1).

A Relação entre participação, representação e compartilhamento do poder: uma análise sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social de Natal e Parnamirim

The Relationship between Participation, Representation and Sharing of Power: An Analysis of the Municipal Social Welfare Councils of Natal and Parnamirim

*Marta Maria Bezerra **

RESUMO: A Assistência Social, instituída pela Constituição de 1988, é dever do Estado e direito do cidadão que se realiza através de um sistema descentralizado e participativo a partir de um modelo de gestão democrática articulando Estado e sociedade civil no processo decisório e na fiscalização da sua execução, financiamento e efetividade. Os conselhos gestores assumem institucionalmente a prerrogativa de materializar a participação para a democratização e efetividade das políticas públicas. A literatura demonstra que essas instituições estão consolidadas para esse processo, contudo é necessário compreender a dinâmica de funcionamento dos conselhos e a sua relação com os órgãos gestores. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar os conselhos municipais de Natal e Parnamirim no Rio Grande do Norte com base nos pressupostos das teorias da democracia participativa e deliberativa, bem como nas discussões sobre a accountability, buscando compreender como a participação, representação e compartilhamento do poder acontecem nessas instituições e como influenciam as gestões municipais.

PALAVRAS-CHAVE: Participação. Representação. Compartilhamento do Poder. Gestão Democrática.

ABSTRACT: Social Assistance, instituted by the 1988 Constitution, is a duty of the State and the right of the citizen, which is carried out through a decentralized and participatory system based on a model of democratic management articulating the State and civil society in the decision-making process and in the supervision of its execution, Financing and effectiveness. The managing councils takes on the institutional prerogative to takes on participation for the democratization and effectiveness of public policies. The literature demonstrates that these institutions are consolidated for this process, but it is necessary to understand the dynamics of the functioning of the councils and their relation with the managing organs. Thus, the objective of this work is to analyze the municipal councils of Natal and Parnamirim in Rio Grande do Norte based on the assumptions of theories of participatory and deliberative democracy, as well as in the discussions on accountability, seeking to understand how participation, representation and sharing of the Power in these instances and how they influence the municipal administrations.

KEYWORDS: Women. Yerba Mate. Selva Trágica.

* Mestranda, Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais – UFRN. martass@hotmail.com.br.

Introdução

A democracia na contemporaneidade é entendida enquanto requisito essencial de desenvolvimento das sociedades, tendo no Estado Democrático de Direito sua base constitutiva. As questões relacionadas à participação e à representação estão presentes nas discussões sobre a consolidação da democracia e implicam cada vez mais um arcabouço teórico e prático complexo o qual requer uma permanente atualização sobre seus preceitos. A democracia representativa, assumida enquanto “concepção hegemônica da democracia” (AVRITZER; SANTOS, 2005), entra em cheque enquanto única resposta possível para a tomada de decisão política em função do ressurgimento da participação como proposta de democratização do Estado.

Nesse sentido, a participação é apreendida enquanto primordial para referenciar o entendimento sobre o processo de democratização da gestão das políticas públicas. Imbricada a essa perspectiva participativa aparece a questão de que a burocracia e os gestores públicos se veem numa nova situação em relação à prestação dos serviços públicos, na qual a população tem a oportunidade de colocar suas reivindicações na pauta de uma política pública não apenas através da representação eleitoral, mas através da representação política da sociedade civil que passa a ser porta-voz de si nas discussões e deliberações, bem como no acompanhamento das ações e no controle social dos recursos públicos. Isso se dá por meio dos canais de participação institucionalizados a partir da Constituição Federal de 1988, entre eles os conselhos gestores de políticas públicas¹.

A Assistência Social, constituída historicamente por práticas filantrópicas, caritativas e assistencialistas, pode fornecer elementos valiosos para referenciar a análise da relação entre Estado e sociedade civil a partir da atuação dos mecanismos institucionais de participação, representação, deliberação e controle social no sentido que ela apresenta um duplo desafio: propiciar inclusão social e inclusão política (CUNHA, 2009). Uma outra questão que colocou os conselhos de assistência social como referência para essa

análise foi perceber que, em algumas situações², eles não passaram de meros mecanismos de regulamentação da gestão dessa política pública tendo em vista a exigência legal dos mesmos para o recebimento dos recursos federais.

A importância dos conselhos gestores para a democratização do Estado já está consolidada na teoria e na prática como vem sendo comprovado por diversos estudos sobre a participação da sociedade na gestão das políticas públicas através das inovações institucionais introduzidas pela Constituição Federal de 1988. O presente artigo tem como preocupação analisar a qualidade dessa participação a partir da dinâmica de funcionamento dos conselhos municipais de assistência social – CMAS e sua relação com as gestões municipais numa perspectiva de abertura ao compartilhamento do poder decisório e ao controle social das ações e dos recursos públicos.

A pesquisa que deu suporte às reflexões apresentadas aqui é um estudo de caso comparativo entre os municípios de Natal e Parnamirim tendo como objeto os CMAS e a relação deles com as gestões municipais. A análise consiste em compreender a qualidade da participação, a legitimidade da representação política, a inclusão dos diversos segmentos da sociedade civil, a efetividade deliberativa e os desafios de concretizar o compartilhamento do poder e a transparência na prestação de contas pelos gestores. Nesse sentido, busca-se compreender os limites e possibilidades dessas instâncias de participação em incidir concretamente na gestão das políticas públicas no sentido da sua democratização a partir das suas dinâmicas de funcionamento.

Fundamentação Teórica–Metodológica: teorias democráticas que sustentam a análise

Duas teorias que se destinam a pensar a participação direta da sociedade civil nos processos decisórios e no controle social em relação ao Estado foram tomadas como referência para todo o processo de compreensão do presente estudo: a teoria da democracia participativa e a teoria da democracia deliberativa.

A teoria democrática participativa tem como objetivo central defender a ampliação da participação da sociedade nos processos decisórios. Com base na inspiração de Rosseau, há um destaque para o caráter educativo da participação que incorpora uma ação responsável, individual, social e política resultando num envolvimento com assuntos mais abrangentes que os interesses próprios e imediatos dos indivíduos, os quais se veem “forçados” a participar das decisões que terão consequências coletivas na medida em que percebem que o interesse público e o interesse privado estão ligados entre si. Nesses termos, Rosseau sugere que a função da participação que procede deles é a integração, a qual fornece a cada cidadão a sensação de que ele não está isolado, mas que pertence a comunidade (PATEMAN, 1992).

Esse papel integrador torna a democracia participativa mais estável tendo em vista que à medida que todos podem participar das discussões e decisões sobre as questões públicas, a aceitação em relação ao resultado alcançado coletivamente por elas é facilitada no sentido de que o processo participativo “fortalece a autoridade da escolha” (LAISNER, p.29, 2009). Outro ponto que fortalece o discurso participativo é a perspectiva na qual o nível político local é assumido enquanto espaço privilegiado para o exercício da participação levantado por Mill, pois “(...) poderia propiciar a participação direta na tomada de decisões” (PATEMAN, 1992, p.49). As colocações feitas por ele levam a concluir que,

A ênfase no âmbito local é explicada pela proximidade do cidadão com esse nível de governo, assim como pela compreensão de que a participação na administração do interesse público, no governo local, educa o cidadão para a responsabilidade social. (ALMEIDA, 2006, p. 64).

Nesse sentido, é razoável afirmar que o motivo pelo qual essa proximidade estimula a participação diz respeito à visibilidade em relação aos resultados diretos que ela produz para o cidadão que, se não tiver suas reivindicações e proposições atendidas plenamente, ao menos serão ouvidos

por aqueles que são responsáveis pelas ações estatais no nível que mais incide na vida da comunidade a qual pertence. Assim, poderá sentir-se estimulado a participar de processos e assuntos mais amplos.

Convém resgatar a ideia de que a participação enquanto projeto de democratização “[...] visou desenhar novos horizontes de emancipação social, ou melhor, de emancipações sociais a partir de práticas que ocorrem em contextos específicos para dar resposta a problemas concretos” (AVRITZER; SANTOS, 2005, p. 71). Esses autores afirmam que as possíveis articulações transnacionais de experiências locais de participação para a promoção da democracia participativa tornam as práticas locais mais amplos e com uma capacidade transformadora maior que conduzem à “globalização contra-hegemônica”. Eles destacam que elas possibilitam uma aprendizagem contínua e recíproca, o que consideram um requisito essencial para democracia de alta intensidade (AVRITZER; SANTOS, 2005).

Nessa perspectiva, as práticas locais de participação adquirem uma valorização significativa no sentido de oferecer possibilidades para a promoção da democracia participativa em âmbitos maiores, pois, como defendem esses autores,

A força da globalização contra-hegemônica no domínio da ampliação e do aprofundamento da democracia depende em boa medida da ampliação e aprofundamento de redes nacionais, regionais, continentais ou globais de práticas locais. (AVRITZER; SANTOS, 2005, p.74)

Diante de todas as circunstâncias nas quais os autores adotados para a compreensão sobre a participação fundamentam seus argumentos, conclui-se que, conforme Almeida,

Na democracia participativa há, portanto, uma exigência da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão em uma sociedade democrática, porque ela tem um caráter pedagógico no aprendizado das relações democráticas, contribuindo para a politização dos cidadãos, o que é

importante para eles exercerem um controle sobre os governantes. (ALMEIDA, 2006, p. 64-65).

A teoria democrática deliberativa, na qual se destacam as contribuições de Habermas, traz a perspectiva da argumentação no processo decisório e os fundamentos da deliberação enquanto processo político, sendo a esfera pública o espaço primordial para o exercício da argumentação (CUNHA, 2009). Ela surge enquanto um resultado diretamente ligado ao movimento do processo de reestabelecimento de experiências participativas que “[...] despertaram um renovado interesse nas possibilidades de formas consensuais de autogoverno [e] se refere à ideia de que a forma legítima de elaboração das leis e regras de funcionamento da democracia surge da deliberação pública dos cidadãos” (LAISNER, 2009, p. 29-30).

Em outras palavras, conforme apontado por Almeida,

Ela parte do princípio de que as decisões devem ser frutos de um debate público, de discussões coletivas pautadas no bem comum, as quais se devem realizar em instituições sociais e políticas criadas para o exercício efetivo dessa autoridade coletiva. (ALMEIDA, 2006, p. 67).

Dessa maneira, a participação tende a ser cada vez mais qualificada no sentido de que não haverá uma aglomeração ou uma agregação de opiniões, mas uma construção argumentativa que precede as decisões que serão tomadas pelos agentes estatais com base num debate público e político que influenciará tanto as ações como os resultados, sempre em busca das melhores e mais justas soluções para os assuntos que estão sendo debatidos.

A perspectiva de um debate público e político, realizado por cidadãos livres e iguais, está intimamente ligada ao papel das instituições que têm como propósito fornecer e favorecer um espaço que garanta as condições necessárias para que as decisões não sejam cooptadas ou manipuladas, mas, de fato, legítimas e democraticamente construídas por aqueles que serão atingidos por elas. Assim, conclui-se que “a democracia deliberativa configura-se, portanto,

como um processo de discussão e decisão pública que articula Estado e sociedade através de um formato institucional que, por sua vez, torna esta deliberação possível” (LÜCHMANN apud ALMEIDA, 2006, p.67).

A democracia deliberativa, portanto, representa um aprofundamento na ampliação da participação que não apenas a torna mais qualificada, mas também porque empodera os cidadãos para o exercício político da participação com legitimidade e segurança institucional.

Nessa perspectiva, a democracia deliberativa pode ser entendida como uma forma de justificação do exercício do poder político que institucionaliza espaços e mecanismos em que cidadãos livres e iguais discutem, coletiva e publicamente, as questões e interesses da coletividade e propõe prioridades ou ações públicas que deverão ser executadas pelas instituições estatais. (CUNHA, 2009, p.83).

A perspectiva é ampliar a participação da sociedade nas decisões públicas na qual os indivíduos incorporam uma ação responsável referente às questões coletivas e, dessa forma, eles são integrados à comunidade a qual pertencem e são educados para o exercício de uma cidadania politizada que os capacita para uma relação democrática com os atores e instituições estatais. Diante disso, as decisões por convenção são substituídas por uma interação discursiva dos agentes que, ancoradas em mecanismos de debate, levam ao consenso, o qual, “[...] para ser legítimo, precisa ser resultado de um processo no qual todos os participantes da interação tenham condições de expressar seus pontos de vista de forma não coagida” (LAISNER, 2009, p.30).

Para tanto, existe a necessidade de que a argumentação e o debate público, no que diz respeito ao processo decisório, se realizem não apenas através de uma ampliação da participação e representação social da sociedade civil, mas que elas sejam materializadas em espaços institucionalizados que de forma inclusiva promovam igualdade e legitimidade democrática para os cidadãos participarem no âmbito da esfera pública. Tendo como referência que,

A concepção de esfera pública aqui adotada baseia-se na ideia de que sua constituição é parte integrante do processo de democratização, pela via do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, expresso fundamentalmente pela inscrição dos interesses das maiorias nos processos de decisão política. [Assim,] a noção de esfera pública se afirma como *comunidade politicamente organizada* e baseada no reconhecimento do direito de todos à participação na vida pública. (RAICHELIS, 2011, p. 27-29, grifos da autora).

A partir dessas teorias foram elencadas as categorias analíticas que nortearam o processo de pesquisa.

Categorias Analíticas

A opção por elencar categorias analíticas para a compreensão se deu em função delas expressarem aspectos fundamentais para apreender as especificidades que compõem a relação entre Estado e Sociedade Civil no compartilhamento do poder a partir da dinâmica de funcionamento dos conselhos. Elas orientam a análise como estratégia de contemplar a multidimensionalidade do objeto de estudo escolhido e norteiam a construção do conhecimento no sentido de avançar no entendimento e na discussão da realidade pesquisada. As categorias escolhidas para a apreensão foram: a participação, a representação política, a deliberação e a *accountability*.

A **Participação** é entendida enquanto inclusão dos diversos segmentos da sociedade civil sendo potencializadora da superação das desigualdades sociais admitindo que “[...] o modelo de democracia participativa assume um caráter protagonizador da luta contra a exclusão social e da ênfase na cidadania, orientado pela aspiração de relações mais inclusivas” (MOURA, 2009, p. 171). É oportuno destacar que a participação que protagoniza a inclusão com ênfase na cidadania assumida aqui é aquela na qual a sociedade se insere na construção de políticas públicas a partir da proposição de demandas a serem implementadas pelo Estado e do controle social das ações e gastos deste. Não se confundindo com a proposta neoliberal de Estado mínimo

que isenta a responsabilidade estatal na garantia dos direitos e a transfere para a sociedade a partir do discurso da participação e do exercício da cidadania no sentido dela assumir o papel de provedora dos direitos incidindo numa confluência perversa entre projetos políticos antagônicos (DAGNINO, 2002).

Nesse sentido, ampliar a inclusão daqueles que são afetados pela política pública nos conselhos gestores significa ampliar a participação nas decisões e no controle social dela. Isso implica dizer que maior será a possibilidade de democratização dos serviços e ações do Estado, pois como afirma Laisner,

Quanto mais diversificado o público incluído nesses espaços, argumentando, negociando, pactuando, legitimando reciprocamente a si e aos interesses demandados, maior o seu grau de publicidade e maiores as possibilidades de potenciais avanços democráticos neste processo. (LAISNER, 2009, p.32).

A **representação política**³, entendida enquanto aumento da presença da sociedade civil em formas alternativas de institucionalização da participação na perspectiva de “[...] uma proposta de alargamento da democracia, inclusive de seus tradicionais mecanismos de incorporação da sociedade civil que historicamente limitou-se aos princípios da representação no Parlamento” (LAISNER, 2009, p. 28). A referência é de um novo tipo de representação política que está fora dos circuitos tradicionais e que se assenta nos novos espaços institucionalizados de participação, tais como os conselhos gestores. Conforme Moura, “é necessário enfatizar que, na prática, nos conselhos estão sendo criadas novas formas de representação política, caracterizadas pela representação coletiva, ou seja, os representantes falam em nome de determinados grupos sociais” (MOURA, 2009, p. 180).

Entendendo que nesse alargamento da democracia a partir de inovações institucionais que transbordam as eleições e o parlamento através da “pluralização da representação política” (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELO, 2006) compreende-se a necessidade de analisar a legitimidade dessa

representação a partir da dimensão da interação e controle entre representante e representado, bem como da dimensão da afinidade, solidariedade, conhecimento e qualificação com o tema objeto a ser acompanhado no exercício da representação com base no reconhecimento de que,

Afinal, as evidências empíricas contestam uma legitimidade natural (ou dada) da sociedade civil: a heterogeneidade de objetivos, interesses e formas de organização; os vínculos estreitos com o sistema político; e a influência do contexto na atuação e formulação política destes sujeitos coletivos desautorizam uma leitura que imprime uma natureza necessariamente representativa e legítima deste amplo e heterogêneo campo de organizações sociais. (BORBA; LÜCHMANN, 2010, p. 235-236).

A **deliberação**, entendida enquanto oportunidade igualitária entre membros representantes do governo e da sociedade civil no que se refere às proposições de demandas e à tomada de decisões no conselho, o que repercute na incorporação delas pela gestão. Ela está relacionada a um projeto democrático-participativo o qual, segundo Cunha,

[...] fundamenta-se na possibilidade de aprofundamento e radicalização da democracia, enfatizando a participação da sociedade nos processos de decisão, ou seja, o compartilhamento do poder decisório do Estado quanto a questões voltadas ao interesse público, assim como a democratização do Estado e a necessidade de controle social sobre ele reconhece a sociedade civil em sua heterogeneidade e como terreno constitutivo da política; compreende a cidadania de forma abrangente como o “direito a ter direitos”, assim como enfatiza uma noção ampliada de política. (CUNHA, 2009, grifos da autora, p.66).

Nesses termos, é analisada a efetividade deliberativa dos conselhos definida como:

[...] a capacidade efetiva de influenciar, controlar e decidir acerca de elementos centrais de uma política pública, a assistência social. [Ela é verificada] por meio de alguns fatores, como a inclusão e igualdade deliberativas, a proposição de novos temas, a decisão sobre ações públicas e o controle público sobre estas ações. (CUNHA, 2009, p. 238).

Nesse sentido leva-se em conta que “[...] a discussão das políticas públicas ganha relevância por seu caráter de mediação entre as demandas sociais e as formas como são incorporadas e processadas pelo aparato governamental” (RAICHELIS, 2011, p. 19). Por isso, de maneira particular, é observada a abertura da gestão à incorporação e vinculação das decisões tomadas no âmbito dos conselhos.

A *accountability*, entendida enquanto transparência pública na prestação de contas do Estado sobre as suas ações e os recursos públicos à sociedade. Nesses termos, o Estado é o alvo dos agentes da *accountability* (nessa análise os conselhos) e deve ter a capacidade de informar e explicitar seus atos para que sejam acompanhados por esses agentes no sentido de “[...] a) sujeitar o poder ao exercício das sanções; b) obrigar que este poder seja exercido de forma transparente e c) forçar que os atos dos governantes sejam justificados” (CARNEIRO, 2004, p. 02).

A literatura nos apresenta três modelos de *accountability*: a vertical, realizada através da ação entre desiguais a partir do uso dos mecanismos eleitorais para exercitar o controle sobre as autoridades públicas; a horizontal, realizada através de relações entre iguais na qual os poderes e agências desenvolvem uma vigilância mútua e necessitam de condições tais como a autonomia para de fato exercerem suas atribuições; e a societal, realizada através de pressões exercidas pela sociedade civil sobre a ação estatal que apresentam demandas e identificam erros e/ou irregularidades que merecem atenção e resposta por parte do Estado (O’Donnell, 1998; Carneiro, 2004).

Nesse sentido, importa para análise proposta por esse estudo os pressupostos da *accountability* horizontal e societal, entendendo que os

conselhos gestores figuram instituições com o direito e o poder de normatizar e fiscalizar as ações estatais formalizados legalmente, mas também constituírem-se enquanto organização que exerce pressão com demandas advindas da sociedade através dos representantes dessa na composição do colegiado. Esse posicionamento converge com o de Carneiro (2004) o qual admite que seria uma limitação restringir a *accountability* societal apenas aos agentes e organizações que desenvolvam ações simbólicas sem mandato ou configuração jurídico-institucional, pois,

Os conselhos constituem espaços públicos (não estatais), que acenam para a possibilidade de representação de interesses coletivos na cena e na agenda pública. Mas se distinguem de movimentos e manifestações estritas da sociedade civil, uma vez que sua estrutura é legalmente definida e institucionalizada e que sua razão de ser reside na ação conjunta com o aparato estatal na elaboração e gestão de políticas sociais. Têm o poder de agenda e podem interferir, de forma central, nas ações e metas dos governos e em seus sistemas administrativos. [Destacando] que apresentam a capacidade de colocar tópicos na agenda pública, de controlar seu desenvolvimento e monitorar processos de implementação de políticas e direitos, através de uma institucionalidade híbrida, composta de representantes do governo e da sociedade civil. (CARNEIRO, 2004, p. 07-08)

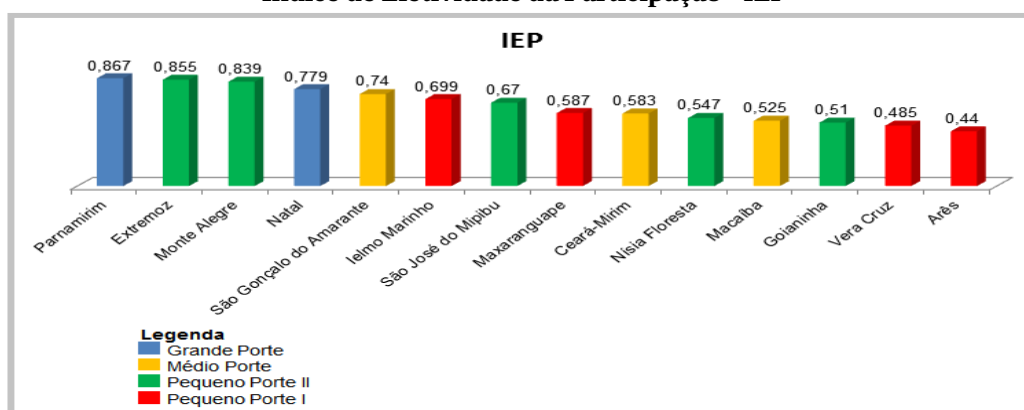
Essas categorias analíticas estão presentes nos desenhos metodológicos adotados para a realização da pesquisa documental e empírica conduzindo a compreensão e discussão desenvolvidas na pesquisa.

Desenhos metodológicos, perspectivas e processos de análise adotados

Os municípios da Região Metropolitana de Natal- RMN foram submetidos à aplicação da metodologia do Índice de Efetividade da Participação – IEP⁴ a partir dos dados do Censo SUAS⁵ 2015, preenchido pelos próprios conselhos e enviados para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, ficando classificados conforme o Gráfico 1. A RMN foi escolhida para a aplicação do IEP por ser composta por municípios com condições

socioeconômicas bastante heterogêneas, atendendo ao propósito de contemplar os municípios de todos os portes existentes no Rio Grande do Norte segundo estabelecido pelo IBGE e pelo SUAS, com os diferentes níveis de gestão na Política de Assistência Social, bem como com a oferta da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade conforme estabelece a NOB/SUAS 2012.

Gráfico 1 – Classificação dos municípios da Região Metropolitana de Natal/RN segundo o Índice de Efetividade da Participação - IEP



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo SUAS 2015 com base na Metodologia do IEP de Almeida, Carlos e Silva, 2015.

Com a intenção de compreender a dinâmica de funcionamento dos conselhos e a influência que exercem junto à gestão pública municipal no efetivo controle social e compartilhamento do poder, optou-se por aprofundar a análise nos municípios de mesmo porte que obtiveram o melhor e o pior desempenho. Nesse universo no qual o índice foi aplicado, entre tantas situações, chama atenção o fato de Natal, capital do estado, ter ficado com desempenho menor que Parnamirim na classificação a partir do IEP⁶. Outro fator que corroborou para essa escolha é que são municípios com gestão plena e com cobertura da Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade, fornecendo elementos mais abrangentes para atuação dos conselhos.

A influência para análise das variáveis que indicam as condições legais de participação nos conselhos gestores foi o trabalho de Faria e Ribeiro (2010)

que, a partir do desenho institucional contido em documentos como as Leis de Criação e de Alteração dos conselhos e os seus Regimentos Internos, analisa a capacidade desses cumprirem os objetivos de inclusão e participação efetivas. Essas autoras, com base nas contribuições de Fung e Wringt, sustentam que o desenho institucional, enquanto variável de análise das instituições participativas, apresenta uma significativa “[...] importância para a efetividade, a equidade e a extensão da participação no interior das mesmas, uma vez que ela oferece os parâmetros – regras e procedimentos – para a sua atuação” (FARIA; RIBEIRO, 2010, p. 62).

Esse desenho institucional não é construído de forma neutra visto que ele tem por base o projeto político⁷ assumido por aqueles que estão à frente do processo, especialmente os agentes estatais. Por isso as escolhas e variações que ele assume incidem diretamente na participação e produzem consequências para seus resultados (FARIA; RIBEIRO, 2010). Dessa maneira, é possível dizer que o desenho institucional pode incidir:

(1) No caráter da participação em termos de quantidade, viesses e qualidade da deliberação; (2) na capacidade de informar os representantes, os cidadãos e de fomentar as habilidades da cidadania; (3) na relação com o Estado em termos de controle público, justiça das políticas e sua eficácia, bem como (4) na capacidade de mobilização popular. (FARIA; RIBEIRO, 2010, p. 62-63).

No referido trabalho, o desenho institucional é analisado a partir de variáveis que compõe graus de institucionalização, democratização e representação considerando as múltiplas determinações do processo de inclusão, vocalização e decisão no âmbito da participação nos conselhos gestores. A luz desse estudo pretendeu-se alcançar uma compreensão das possibilidades e limites para efetividade dessas instituições no sentido de perceber as variáveis que demonstram como a dinâmica de funcionamento é estabelecida através dos documentos legais que respaldam o exercício da

participação nos conselhos pela identificação de mecanismos que esses documentos estabelecem.

No que se refere ao caráter deliberativo dos conselhos gestores, as influências de Cunha (2009) foram adotadas na perspectiva de análise da efetividade deliberativa dos conselhos gestores da Assistência Social. A autora afirma que ela se constitui em “[...] capacidade efetiva de influenciar, controlar e decidir acerca de elementos centrais de uma política pública” (CUNHA, 2009, p.238) e é verificada através de fatores como: igualdade e inclusão deliberativa; proposição de novos temas; formas de expressão; decisão e controle sobre as ações públicas. A partir de uma pesquisa que analisa as atas de reuniões ordinárias e extraordinárias complementada pela análise documentos, participação em reuniões e entrevistas com os principais atores envolvidos no processo deliberativo, a autora busca identificar e compreender como a efetividade deliberativa está presente nesses espaços.

Daí a importância de analisar a dinâmica de funcionamento no âmbito dessas instituições participativas no sentido de olhar além do legalmente previsto e das estruturas nas quais esses espaços se realizam, ampliando o horizonte para questões contextuais, políticas e culturais articuladas com condições econômicas e sociais daqueles que participam do processo. Segundo a autora,

Na perspectiva deliberativa, há condições mínimas que possibilitam a deliberação, como a igualdade entre os participantes, expressa em níveis equitativos de recursos como talento, status e poder. No entanto, a desigualdade é uma situação que perpassa a maioria dos processos deliberativos e, para os teóricos deliberacionistas, a vantagem da deliberação sobre a agregação estaria na exposição da desigualdade à crítica pública e na possibilidade de criação de condições mais justas no futuro. (CUNHA, 2010, p. 97).

Apontadas duas conotações para o termo deliberação, uma ligada ao processo de debate com a apresentação de argumentos e a troca de razões e outra ao momento decisório como conclusão dos debates, os conselhos devem tê-las presentes em função da sua natureza deliberativa (CUNHA, 2009).

O controle social foi analisado a partir das prerrogativas da *accountability*, entendida enquanto um conceito multidimensional cuja efetividade “[...] depende da combinação das diversas formas de responsabilização, entendidas como mecanismos complementares para o controle da ação governamental” (CARNEIRO, 2004, p.13) e remete a existência de um poder que, em regimes democráticos, necessita ser controlado. Nesse sentido, são fundamentais pressupostos da *accountability* tais como: autonomia administrativa e financeira; capacidade de impor sanções; poder de agenda; rede articulada entre órgãos de controle; exercício de pressão por demandas da sociedade; acesso igualitário às informações e publicização dos assuntos deliberados nos conselhos.

Assim, para identificar os pressupostos da *accountability*, foram analisados os relatórios de gestão das secretarias municipais de assistência social com relação aos conteúdos pertinentes à relação com os conselhos, bem como os conteúdos apreendidos através das entrevistas e os processos de participação observados nas reuniões.

Para pensar a questão da representação política foram adotadas como referência as contribuições de Moura (2009), a qual defende que é importante:

[...] sustentar o argumento de que para compreender a representação da sociedade civil nos novos espaços de participação social é preciso pensar a representação como uma atividade e uma relação social (YOUNG, 2006), que consiste na conexão entre representante/representado ao invés de uma substituição. (MOURA, 2009, p.185).

Essa autora destaca ainda a necessidade de pensar que “essa nova forma de representação também convive com o problema da exclusão de vários grupos aos temas e debates sobre as políticas públicas” (MOURA, 2009, p.185), o que na Assistência Social tem um sentido fundamental dada às especificidades da população que é atendida por ela, especialmente assumindo que na relação entre Estado e sociedade civil no que diz respeito à gestão dessa política pública são identificados, “[...] em diferentes graus e combinações, o

autoritarismo, o clientelismo/paternalismo e o burocratismo como modalidades presentes historicamente na sua realização” (RAICHELIS, 2011, p.34).

Nesse sentido, enfatizar as diferenças dentro do conselho a partir da sua composição por diversos grupos, segmentos e entidades é fundamental para que seja superada a ideia de busca do bem comum, no sentido de ignorar as diferenças, favorecendo grupos dominantes, e pensada a justiça social, favorecendo a redistribuição do poder decisório e reconhecendo a contribuição que as diferentes representações políticas trazem à dinâmica dos conselhos e à gestão. Para tanto, os aspectos da representação política foram apreendidos a partir das atas, entrevistas e participação nas reuniões.

Natal e Parnamirim: o que revela a dinâmica de funcionamento dos conselhos municipais de assistência social sobre a qualidade e efetividade da participação nessas instâncias?

A análise busca a compreensão da qualidade da participação, da legitimidade da representação política, da inclusão dos diversos segmentos da sociedade civil, da efetividade deliberativa e nos desafios para a concretização do compartilhamento do poder e a transparência na prestação de contas pelos gestores. Nesse sentido, busca-se compreender os limites e possibilidades dessas instâncias de participação em incidir concretamente na gestão das políticas públicas no sentido de democratizá-las e efetivá-las.

Há o entendimento que os impactos dessa participação nos conselhos podem variar de acordo com os moldes nas quais ela se realiza, com o contexto político no qual ela está inserida e com a percepção e atuação dos atores envolvidos nesse processo de democratização das decisões e da gestão das políticas públicas. No mais, analisar o conselho de uma política específica como a Assistência Social “[...] embora com as particularidades que envolvem os condicionantes da política [...], traz à tona, sem dúvida, questões que desafiam a forma assumida pelos vários conselhos no âmbito das demais

políticas sociais.” (RAICHELIS, 2011, p.275). Portanto, são contempladas nesta análise questões relacionadas ao desenho institucional até a dinâmica de funcionamento dos conselhos em si, bem como questões relacionadas a condução municipal na perspectiva de uma gestão democrática.

O desenho institucional: o respaldo legal ao exercício da participação

O desenho institucional foi analisado a partir das Leis de Criação e Alteração dos conselhos e dos seus respectivos regimentos internos conforme a metodologia de Faria e Ribeiro (2010). Os municípios de Natal e Parnamirim apontaram os graus de institucionalização, democratização e representação conforme consta no quadro 1.

Quadro 1 – Classificação dos Municípios de Natal e Parnamirim conforme o Desenho Institucional a partir das Leis de Criação e Alteração dos Conselhos Municipais de Assistência Social e seus Regimentos Internos

Município	Natal	Parnamirim
Grau de Institucionalização	Alto	Médio
Grau de Democratização	Médio	Médio
Grau de Representação	Alto	Alto

Fonte: Elaborado pela autora com base na Metodologia do Desenho Institucional de Faria e Ribeiro (2010).

No que diz respeito ao **grau de institucionalização** cabe apontar que a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS entrou em vigor em 1993 e ambos municípios criaram seus conselhos nos primeiros anos que seguiram essa regulamentação. Isso se explica pela exigência legal que a LOAS faz da criação e funcionamento do conselho vinculando a essa prerrogativa a transferência de recursos federais que financiam a política de Assistência Social. Contudo, apenas Natal tem seu regimento interno datado do mesmo ano que a lei de criação – 1995, enquanto Parnamirim tem seu regimento interno datado apenas de 2001. É importante destacar que esses regimentos internos passam por constantes mudanças em função do seu ordenamento também está sujeito a alterações próprias do processo de formalização e atualização dessa política pública ainda em construção.

Ainda referente ao grau de institucionalização no que diz respeito às estruturas organizacionais e às conferências, Natal garante a maior parte das questões destacadas tanto na Lei de Criação (L) como no regimento interno (RI), enquanto em Parnamirim apenas no regimento interno, conforme quadro 2.

Quadro 2 – Estruturas Organizacionais e Conferências

Município	Natal	Parnamirim
Mesa diretora	Sim (RI)	Sim (RI)
Secretaria Executiva	Sim (L/RI)	Sim (L/RI)
Câmaras/Comissões	Sim (L/RI)	Sim (RI)
Conferência	Sim (L/RI)	Sim (L/RI)

Fonte: Elaborado pela autora com base na Metodologia do Desenho Institucional de Faria e Ribeiro (2010).

Importa olhar a garantia dessas estruturas organizacionais por reconhecer que elas definem como se organizam estrutural e politicamente os conselhos e a ausência delas pode comprometer o papel democratizador dessas instituições.

No que diz respeito ao **grau de democratização** cabe sinalizar para Natal apenas a ausência da variável mudança de pauta, enquanto em Parnamirim, além dessa, faltam as variáveis: quem define a pauta e a paridade entre governo e sociedade civil para quem pode assumir a presidência e vice-presidência no conselho. Cabe ainda pontuar que, mesmo que esteja garantida a paridade para ocupar o cargo de presidente e vice-presidente em Natal, não há garantia formal da alternância entre governo e sociedade civil para o cargo de presidente em nenhum regimento interno dos dois conselhos, apesar de acontecer na prática em Natal. Considerando que a presidência tem prerrogativas fundamentais para a condução dos trabalhos do conselho, essa alternância garantida formalmente favorece a pluralização democrática dos processos de discussão e decisão no interior dessas instâncias.

No que diz respeito ao **grau de representação** o destaque está relacionado a definição dos segmentos que compõem a representação da sociedade civil. No caso de Parnamirim, além da paridade entre governo e

sociedade civil, há paridade garantida entre os segmentos, pois são duas vagas para representantes de entidades e organizações de Assistência Social, duas vagas para representantes de usuários ou organizações de usuários e duas vagas para representantes dos trabalhadores.

Em Natal a quantidade de vagas para cada segmento não é estabelecida nem é possível a paridade aos moldes de Parnamirim em função da quantidade de vagas destinadas à sociedade civil ser um número ímpar, elas são preenchidas através de votação em foro próprio. Essa prerrogativa pode favorecer tanto uma maior quanto uma menor pluralização da representação no conselho, pois depende do contexto político no qual a eleição irá ocorrer. Um exemplo elucidativo dessas possibilidades é o fato de apenas nesse mandato haver a participação dos próprios usuários ocupando duas cadeiras.

É importante assinalar que as mudanças pelas quais essas instâncias passam em seu ordenamento demonstram que elas estão em processo de consolidação de uma identidade institucional e que a qualidade dela irá depender “[...] das relações entre o desenho institucional e a realidade política, social e administrativa na qual ele está inserido” (FARIA; RIBEIRO, 2010). Por isso, a presente seção se resume a analisar o que está formalmente garantido no desenho institucional contido nas Leis de Criação e Alteração dos conselhos e em seus regimentos internos. Um olhar mais aprofundado mostrará que é a dinâmica de funcionamento dessas instâncias que revela concretamente o processo de participação, como será apresentado a diante.

A Efetividade Deliberativa: preponderância do controle sobre a proposição

A capacidade efetiva dos conselhos em controlar, propor, decidir e influenciar acerca de elementos centrais da assistência social indicam a efetividade deliberativa dessas instâncias de participação. A verificação da efetividade deliberativa foi realizada através da leitura, classificação e codificação de atas⁸ referentes aos anos de 2015 e 2016 dos CMAS de Natal e Parnamirim a partir de uma análise de conteúdo/temática na qual a unidade

de análise é a fala dos conselheiros categorizada com base na metodologia de Cunha (2009). Os municípios ficaram classificados conforme o quadro 3.

Quadro 3 – Grau de Efetividade Deliberativa – GED

Município	Vocalização	Agenda	Função	Decisões	GED
Natal	Média	Baixa	Média	Média	Média +
Parnamirim	Baixa	Baixa	Média	Média	Média

Fonte: Elaborado pela autora com base na Metodologia da Efetividade Deliberativa de Cunha (2009).

As variáveis **vocalização** e **agenda** classificam os municípios em alta capacidade de deliberação quando prevalece a fala dos usuários, em média capacidade de deliberação quando prevalece a fala dos trabalhadores e prestadores de serviços e em baixa capacidade de deliberação prevalece o governo (CUNHA, 2009). No que diz respeito a agenda, Natal e Parnamirim obtiveram baixa capacidade em função dela ser na prática uma prerrogativa da presidência, que constroem a pauta a partir de demandas do governo na maioria da vezes. Já na vocalização, Natal apresenta uma preponderância dos segmentos trabalhadores e entidades de assistência social, enquanto Parnamirim prevalece o governo.

A variável **Função** está relacionada ao exercício da proposição ou do controle. Considerando que ambas são importantes para a determinação da força dos conselhos em produzirem decisões, essa variável classifica os municípios em alta capacidade deliberativa quando a função propositiva prevalece e em média capacidade deliberativa quando a função de controle prevalece (CUNHA, 2009). Nesse quesito, Natal e Parnamirim foram classificados como média capacidade deliberativa tendo em vista que a prevalência das decisões do conselho é referente ao controle da política de assistência, isso pode estar relacionado ao entendimento que a maioria dos conselheiros compartilharam nas entrevistas de que o papel do conselho é, principalmente, o exercício do controle social, sem entender o potencial de ser uma instância propositiva que lhes é garantido legalmente. Mas é preciso assinalar que Natal, apesar de não ser a função prevalente, apresenta mais

constantemente ações propositivas no âmbito do CMAS, especialmente advindas da representação da sociedade civil.

A variável **Decisões** corresponde às questões que foram colocadas e deliberadas no âmbito dos conselhos. Nesse sentido, os municípios são classificados com alta capacidade quando as decisões que prevalecem incidem de forma direta na elaboração da política e direcionam as ações do Estado, com média capacidade quando as decisões que prevalecem se referem ao controle sobre as ações públicas e com baixa capacidade as decisões que tratam questões com menor relevância para a produção ou o controle e que estão voltadas para a organização e estruturação do conselho (CUNHA, 2009). Com essa variável, Natal e Parnamirim também foram classificados com média capacidade e isso parece estar relacionado ao mesmo motivo da variável função.

A Representação Política: a legitimidade entre representante e representado

A representação do Governo em Natal e Parnamirim poder ser analisada a partir de quem indica os conselheiros, no caso, o executivo. Dessa maneira, os representantes do Governo estariam mais inclinados às proposições e interesses do executivo, mesmo podendo se alinhar a determinadas demandas da sociedade civil. Contudo, Natal tem uma particularidade que proporciona uma maior autonomia de representantes governamentais: é estabelecido na Lei de Criação do conselho que a Administração Pública Federal, através da Federal Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, tem assento no conselho cabendo aos próprios órgãos a indicação dos seus representantes. Essa autonomia se evidencia na fala da representante do INSS, quando avaliando a sua participação no CMAS assume uma postura propositiva e alinhada com a sociedade civil, especialmente os usuários. Segundo ela,

Algumas decisões são bem complicadas, alguns encaminhamentos são complicados, principalmente quando você mexe com... com o governo. Quem tá representando o governo ainda tem aquelas amarras, né?! Assim... ainda fica muito preso porque foi indicado, né?! E aí, algumas decisões... E as pessoas da sociedade civil que entraram ainda não estão tão seguras com a política para tomar decisões. Então... por ser governo, e por ser um governo que não está atrelado a gestão... a gestão municipal. E aí, a gente tem que, às vezes, tá na frente de alguns posicionamentos pra que a discussão seja feita porque senão muita coisa passa sem ser discutida. [...] E aí, pra quem é a nossa responsabilidade? Com quem? E aí, muito se confunde que a nossa responsabilidade é com o governo, e não é. Nossa responsabilidade é com o usuário. (CABRAL, 2017).

Essa particularidade é constatada também na fala de uma representante dos trabalhadores quando relata que:

O governo tem suas especificidades porque as instituições federais, por exemplo, elas atuam realmente muito mais no controle. Então assim, quem é gestão municipal fecha no voto com o gestor municipal e aí, quando você tem instituições como UFRN e INSS lá dentro, que estão distantes dessa gestão municipal, eles vão... elas vão e acompanham o voto mais coerente com o que elas entendem de política. (FERREIRA, 2017).

Nesses termos, é razoável afirmar que a composição do segmento governamental em Natal avança na pluralização da representação por incluir órgãos com autonomia administrativa que indicam conselheiros que possivelmente terão posicionamentos mais independentes do que os representantes governamentais que são indicados pelo executivo municipal, os quais também podem ter posicionamentos autônomos, mas que estariam sujeitos a constrangimentos tendo em vista a forma como são escolhidos para participar do conselho.

A representação da sociedade civil em Natal e Parnamirim contemplam os segmentos recomendados pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS: organização de usuários ou representantes de usuários; entidades ou organizações de Assistência Social, sejam elas isolada ou cumulativamente de

atendimento, assessoramento e/ou de defesa e garantia de direitos; e representantes de trabalhadores da área. Contudo, há especificidades que foram desveladas a partir das entrevistas, da participação em reuniões ordinárias e das comissões temáticas, bem como da própria composição dos conselhos nas portarias que os nomeiam para o mandato.

Uma questão a ser pensada sobre a representação política é a legitimidade dessa representação e aqui admite-se dois apontamentos pertinentes e minuciosos: os segmentos que estão representando a sociedade civil são, de fato, representantes da sociedade? E quanto a quem está representando determinado segmento, qual a relação entre representante e representado que legitima essa representação?

Nesse sentido, é importante destacar que tipo de relação que se estabelece entre governo e entidades de assistência social quando essas são financiadas pela gestão numa perspectiva que sugere uma cooptação dessa representação da sociedade civil em defesa das demandas oriundas do governo de forma que não se comprometa o repasse de recursos destinados à ela. Isso se evidencia nas colocações de uma conselheira representante de trabalhadores de Natal, quando lhe foi perguntado se os representantes da sociedade civil entendiam que representavam o universo de segmentos e atores envolvidos na política de assistência social e ela afirmou que,

Ainda se pensa muito dentro da caixinha. Eu penso dentro da minha caixinha. Então, os interesses daquele grupo específico, geralmente, vão falar mais alto. E aí, durante as discussões dentro do conselho, que também é um processo complicado, você ficar sempre problematizando... Porque existe um acordo tácito, é... e aí é minha opinião. [...] Governo e sociedade civil. A sociedade civil também tem suas várias especificidades porque ela é: entidade – a direção, o usuário da entidade, o usuário do serviço público, né?! E os trabalhadores. Então, assim você tem grupos específicos dentro da sociedade civil. E aí certos grupos estão lá realmente tentando problematizar as situações e comprar a briga, digamos assim. E o outro grupo, que são as direções das entidades, não vão querer brigar com a gestão porque elas entendem, de uma forma ainda muito grosseira, que se ela brigar com o gestor ela não vai ter recurso. Quando

na verdade, o recurso dela não vem por amizade. Vem porque ela tem competência jurídica, né?! Ela tá ali é legal, fazendo sua atuação de forma legal e aí vai receber esse recurso. Mas a gente ainda carrega “Casa Grande e Senzala” até hoje, né?! Você carrega aquelas relações de clientelismo, de apadrinhamento, né?! [...] Não existe essa compreensão dessa relação de direito de uma forma muito clara. E aí, você percebe... então, assim... Quando a gente vota alguma coisa que não é consensual, quando a gente disputa alguma coisa, a sociedade civil racha porque uma parte vai com o governo, e vai mesmo. (FERREIRA, 2017).

Constatando que em Natal os representantes de entidades ocupam três das sete cadeiras destinadas a sociedade civil e na perspectiva que essa situação ocorra constantemente, compromete-se a conexão entre representante e representado e a autonomia da sociedade civil nos processos decisórios e de controle social do Estado no âmbito das suas ações e da prestação de contas dos recursos públicos. Diante dessas circunstâncias, faz-se necessário assinalar que a legitimidade dessas organizações está ancorada na promoção e defesa das causas e demandas dos grupos representados (LÜCHMANN apud MOURA, 2009) e que assim, “[...] a representação nesses espaços deve ser entendida pela forma de atuação dos conselheiros” (MOURA, 2009, p. 180-181).

Em Parnamirim, a representação da sociedade civil apresenta questões semelhantes, inclusive com um representante que ocupa uma cadeira que é destinada aos usuários mesmo ele sendo também responsável por uma entidade que recebe recursos da Secretaria Municipal de Assistência Social, o que pode significar em algum momento um constrangimento para nos processos deliberativos, apesar de ser observado nas reuniões que esse representante tem uma postura de defesa de interesses dos usuários, especialmente daqueles que fazem parte da entidade na qual ele é dirigente. De toda forma, é alguém que fala em nome de outros que vivenciam na pele as questões que a Assistência Social. E isso tem um peso para a essa política pela prerrogativa de promover o protagonismo e a participação efetiva dos usuários. O Controle Social na perspectiva da *Accountability*: desafios para conselhos e gestores

A análise do controle social sob à perspectiva da *accountability* considerou a transparência na prestação de contas das ações e dos recursos públicos executados pelos municípios. Essa transparência está diretamente relacionada à capacidade do Estado em informar e explicitar seus atos para que sejam acompanhados por essas instâncias proporcionado que eles sejam justificados e sujeitos a sanções. Um preditor formal dessa abertura dos municípios à *accountability* é o relatório de gestão, feito anualmente, no qual constam as informações sobre as ações desenvolvida pelo órgão gestor através de programas, projetos, serviços e benefícios ofertados à população, bem como podem mencionar ou não a relação estabelecida com o CMAS.

Nesse sentido, Natal e Parnamirim apresentaram relatórios detalhados de suas ações referentes aos anos de 2015 e 2016. Neles constam informações quantitativas e qualitativas sobre o que foi desenvolvido no âmbito da gestão municipal e sobre os resultados alcançados, de forma que suas ações são explicitadas e justificadas, ficando sujeitas à sanção ou aprovação dos conselhos. Nesse contexto, é oportuno destacar que essas novas institucionalidades “[...] dependem das oportunidades de participação e deliberação abertas pelo Estado, da transparência e compromisso deste com princípios democráticos e participativos [...]” (CARNEIRO, 2004, p. 09), portanto quanto mais abrangentes, detalhados e qualitativos forem os relatórios de gestão maior a capacidade dos conselhos de acompanhar, deliberar e fiscalizar a política pública.

Em relação ao CMAS, apenas Natal, especificamente no Relatório de Gestão de 2016, assinala questões tanto de articulação de ações de acompanhamento e de submissão de suas ações à apreciação do conselho, quanto questões de estruturação, fortalecimento e capacitação dessa instância, inclusive ressaltando a destinação de recursos para concretização dos meios necessários para o exercício das funções e atribuições do conselho. Importa constar informações como essas em função do relatório de gestão ser um documento formal que registra a postura da gestão ante o órgão de fiscalização

e deliberação da política, o que indica o reconhecimento e a influência que o conselho tem para os responsáveis pela condução da Assistência Social. Nos demais relatórios, constam apenas a existência de um espaço destinado aos conselhos municipais (Natal – Casa dos Conselhos Municipais; Parnamirim – Centro de Controle Social).

Isso se evidencia nas colocações feitas pela gestora municipal de Assistência Social de Natal sobre o papel do conselho no âmbito dessa política pública:

Ele tem papel fundamental para a política de Assistência. [...] Todas as condições necessárias que a gestão precisa dá para o conselho, isso é feito. Exatamente pela compreensão que temos em torno é da importância do conselho. Ele vem no sentido de debater, debater de forma democrática, essa relação entre governo e sociedade civil, né?! As propostas do governo, elas precisam ser apreciadas e amplamente discutidas pela sociedade civil, como também vir proposta da própria sociedade civil para o governo, né?! A gente está aberto a essas proposições. [...] Eu acredito que, dizendo de toda condição que a gente tem dado para o funcionamento do conselho e da não interferência da gestão nas decisões do conselho, a gente está dizendo exatamente que considera uma questão primordial essa autonomia que o conselho, que os conselhos, precisam ter em torno das políticas sociais e das políticas públicas. (PERREIRA, 2017).

Em Parnamirim existe uma peculiaridade relacionada a uma prática recorrente, constatada nos últimos dois mandatos do CMAS, na qual as secretárias municipais assumem não só a cadeira de conselheira representando a Secretaria Municipal de Assistência Social, mas também a presidência do conselho, inclusive a atual presidente é ainda vice-prefeita do Município. A questão que se apresenta é: como é possível fiscalizar a si mesmo na prestação de contas das ações e dos recursos públicos? Essa situação revela uma grande concentração de poder nas mãos de uma única pessoa, o que pode comprometer os processos de participação e controle social próprios dos conselhos gestores, pois fere um dos principais pressupostos da *accountability*.

a autonomia dos órgãos de controle. Essa preocupação está presente nas colocações da secretária quando trata do assunto declarando que:

A gestora anterior era a presidente e ela foi exonerada, né?! Que mudou o governo, aí, eu fui nomeada e os conselheiros acharam por bem que eu ficasse. Eu até falei que não ia ficar por muito tempo. Eu ia ficar até... assim... pra tomar pé da situação e tal... e depois ser realmente outro... outro integrante, até pra que o colegiado fique mais à vontade já que é um órgão fiscalizador. (CARTAXO, 2017).

Essa declaração indica o quanto essa situação é inadequada quando há a reconhecimento de que ela precisa ser diferente para que os conselheiros se sintam mais à vontade para exercerem suas atribuições enquanto atores de fiscalização e controle da gestão pública. A concentração de poder assinala não só o constrangimento dos conselheiros com a situação, o que é inevitável, mas também indica uma preponderância da representação governamental em relação a representação da sociedade civil.

Essa condição afeta a autonomia dessa instância de participação, especialmente se olharmos, no desenho institucional dentro do grau de democratização a partir variáveis estabelecidas por Faria e Ribeiro (2010), que entre as prerrogativas da presidência do conselho em Parnamirim estão o voto de minerva e a deliberação *ad referendum* associadas ao poder de agenda que, na prática, também é atribuído ao cargo de presidente. Nesses termos, é pertinente a reflexão de que “[...] a presidência concentra poder [e, por isso,] saber quem ocupa a presidência e como chega ao cargo torna-se relevante para avaliarmos o processo democrático no interior dessas instituições” (FARIA; RIBEIRO, 2010, p. 75).

Conclusões

Os aspectos apontados nesse trabalho são frutos de uma pesquisa em fase de conclusão, mas é possível assinalar algumas questões que se evidenciam diante da análise dos documentos e das entrevistas que fizeram

parte desse percurso de reflexão teórica. Inicialmente é pertinente destacar que o contexto político, cultural, social e econômico no qual os processos de participação ocorrem influenciam fortemente a dinâmica de funcionamento dos conselhos e a abertura ao compartilhamento do poder pela gestão municipal da assistência social. Ranços da condução paternalista, filantrópica e clientelista que historicamente marcaram essa política ainda estão presentes, mesmo que de forma velada, em algumas práticas no âmbito das instituições escolhidas para a realização desta análise.

Por essa razão, é de fundamental importância frisar, como bem sugere Cortês, que “[...] a compreensão do modo como esses conselhos funcionam não pode deixar de considerar que eles diferem muito, dependendo da cidade em que se encontram e, principalmente, da área de política pública a que se vinculam” (CORTÊS, 2007, p.139). Portanto, estar atendo tanto as particularidades locais dos municípios escolhidos quanto à especificidade da política de Assistência Social é essencial para compreender os processos de participação, deliberação e controle social dos conselhos pesquisados.

Importa assegurar que os atores e suas histórias são determinantes para processos mais progressistas ou mais conservadores, para posturas mais técnicas ou mais políticas⁹. E, apesar do reconhecimento de que questões técnicas e políticas são relevantes para a concretização de uma gestão democrática, é possível constatar mais avanços e efetividade quando prevalece o conhecimento técnico para sustentar e garantir as prerrogativas das instâncias de participação, deliberação e controle social. Nesse sentido, foi possível perceber que há múltiplas questões intrínsecas ao processo, principalmente relacionadas à representação política, que influenciam a dinâmica de funcionamento do conselho demonstrando uma correlação de forças ainda desigual entre Estado e sociedade civil que podem ser potencializadas a partir da postura de quem conduz a gestão da Assistência Social.

Diante dessas circunstâncias, para que a sociedade civil tenha legitimidade e capacidade de deliberação e controle sobre as ações do Estado, é necessário que sejam criados nos conselhos, conforme sugere Raichelis,

[...] mecanismos que possam induzir novas modalidades de ação coletiva ativadoras da participação dos grupos populares, não como meros “usuários” ou “beneficiários” dos serviços assistenciais, mas como sujeitos portadores de direitos legítimos que encontram no espaço público um lugar de reconhecimento, pertencimento e expressão das demandas sociais. (RAICHELIS, 2011, p.285, grifos da autora).

De maneira geral, os resultados demonstram que a dinâmica de funcionamento dos conselhos relaciona-se tanto à abertura da gestão ao compartilhamento do poder quanto ao protagonismo dos conselheiros em promover debates, apresentar demandas e exercer o controle social sobre as ações e prestações de contas dos gestores. Portanto, é pertinente afirmar que “[...] a participação tem impactos nas políticas públicas, ainda que não seja a única variável a contar para seus resultados” (ALMEIDA; CARLOS; SILVA, 2015, p. 03). Em outras palavras, os conselhos com efetividade e qualidade nos processos de participação contribuem para a democratização e efetividade das políticas públicas.

Referências

ALMEIDA, Carla; CARLOS, Euzeneia; SILVA, Rafael da. A participação importa? Efeitos dos conselhos gestores nas administrações públicas municipais. In: Encontro Anual da Anpocs, 39º, 2015, Caxambu. **ANAIS: GT 08.**

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento. **A gestão participativa em administrações municipais: as experiências de Natal e Maceió.** 2006. 210 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13849?mode=full>> Acesso em: 06 de abril de 2016.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Souza. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a**

Democracia: os caminhos da democracia participativa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P. 39-882.

BORBA, Julian; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A Representação política nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. In: **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana.** V.2. Nº2. 2010. p.229-246. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/48198376_A_representacao_politica_nos_Conseelhos_Gestores_de_Politicass_Publicas Acesso em: 06 de dezembro de 2016.

CABRAL, Rafaella Alencar. **Conselho Municipal de Assistência Social de Natal.** Entrevistadora: Marta Maria da Conceição Bezerra, 2017. Áudio wav (39min45seg).

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Governança e Accountability: algumas notas introdutórias. **Texto para Discussão.** Nº13. Belo Horizonte: Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, 2004.

CARTAXO, Elienai Dantas. **Gestão Municipal de Parnamirim.** Entrevistadora: Marta Maria da Conceição Bezerra, 2017. Áudio wav (24min14seg).

CORTÊS, Soraya Vargas. Viabilizando a Participação em Conselhos de Política Pública Municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e *policy communities*. In: HOCHMAN, Gilberto; et al. **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 125-143.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Efetividade deliberativa [manuscrito]: estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997 /2006)** 2009. 372f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUBD-895HC8>> Acesso em: 26 de abril de 2015.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina. (Org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

DAGNINO, Evelina; et al. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; et al. (Orgs.) **A disputa pela construção democrática na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 13-93.

FARIA, Cláudia Feres; RIBEIRO, Uriella Coelho. Entre o legal e o real: o que dizem as variáveis institucionais sobre os conselhos municipais de políticas

públicas? AVRITZER, Leonardo. (Org). **A Dinâmica da Participação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 57-92. (Pensando a Democracia Participativa, v.3).

Artigo recebido em 30 de junho de 2017. Aprovado em 01 de janeiro de 2018.

Notas

¹ As contribuições presentes neste artigo são embasadas pela pesquisa “A Relação entre Estado e Sociedade Civil a partir da Dinâmica de Funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social: as experiências de Natal e Parnamirim (2015-2016)”, a qual é vinculada e tem o apoio do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais - PPEUR do Departamento de Políticas Públicas - DPP da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

² A autora do presente estudo atua na política de Assistência Social desde 2004 como trabalhadora da área, com experiências em diversos municípios do Rio Grande do Norte. Assumiu funções como estagiária, técnica de nível superior (assistente social), conselheira (tanto como representante da sociedade civil como do governo), presidente do CMAS, secretária executiva do CMAS, assessora e gestora municipal.

³ A ênfase na representação política nos espaços de participação institucionalizada se deve às sugestões e contribuições das professoras Joana Tereza Vaz de Moura (UFRN) e Regina Cláudia Laisner (UNESP) na ocasião do meu exame de qualificação que tornaram o presente estudo mais substancial no entendimento da democratização das políticas públicas a partir da inclusão dos diversos segmentos da sociedade civil nos processos decisórios.

⁴ O Índice de Efetividade da Participação é composto por três sub índices: Institucionalização, Deliberação e Representação. No IEP as variáveis ficaram com valores que variaram de 0 a 1 no qual quanto mais próximo de 1 melhor o desempenho do município (ALMEIDA; CARLOS; SILVA, 2015).

⁵ O Censo SUAS é uma ferramenta eletrônica de coleta de informações sobre os serviços, programas e projetos da assistência social preenchido anualmente pelos municípios e estados, bem como sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social. A geração de dados no âmbito do Censo SUAS tem por objetivo proporcionar subsídios para a construção e manutenção de indicadores de monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social SUAS, bem como de sua gestão integrada. Fontes: Conselho Nacional de Assistência Social e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

⁶ Aqui é importante ressaltar duas observações: a primeira, o Censo SUAS é alto-aplicado, de maneira que as informações preenchidas podem não contemplar a realidade vivenciada de fato pelos conselhos a depender da forma como é feito o preenchimento e de quem o faz; a segunda, existem limitações no que diz respeito ao índice referentes aos subíndices e às questões e seus pesos na construção do IEP diante de um objeto tão multifacetado como os conselhos municipais de assistência social. Contudo, pela forma como foi construído o IEP e pelas responsabilidades legais previstas no preenchimento do Censo SUAS, essa estratégia de seleção dos municípios para a pesquisa empírica foi a que pareceu mais adequada aos objetivos da presente pesquisa, inclusive para testar essa metodologia.

⁷ O presente estudo assume o conceito elaborado por Dagnino et al (2006) o qual afirma que “a noção de projeto político está sendo utilizada aqui para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representação do que deve ser a vida em sociedade, que orienta a ação política dos diferentes sujeitos. [Ela] carrega consigo, portanto, a afirmação da política como um terreno que é também estruturado por escolha, expressas nas ações de sujeitos, orientados por um conjunto de representações, valores e crenças. Escolhas que estabelecem relações conflitivas, tanto em relação a outras escolhas como com respeito a condições estruturais, a recursos e a oportunidades, que circundam e qualificam sua implementação” (p.38-39).

⁸ As atas são relevantes para o presente estudo pelo fato de registrarem o processo deliberativo enquanto documentos que registram os discursos e posições políticas dos atores envolvidos na tomada de decisão e no controle social no âmbito dos conselhos.

⁹ No âmbito das posturas mais técnicas ou mais políticas é pertinente destacar que a gestora de Natal é uma técnica de carreira na Política de Assistência Social enquanto a gestora de Parnamirim tem uma carreira política tendo sido vereadora por dois mandatos e agora ser vice-prefeita do Município.

“Quem é rei nunca perde a majestade”? JK na política de Diamantina no período 1934–1970

Who is king never loses his majesty?
JK on the politics of Diamantina in the period 1934–1970

*Marcos Lobato Martins**

RESUMO: Há muitas pesquisas sobre a atuação de Juscelino Kubitschek de Oliveira na política de Belo Horizonte, Minas Gerais e do Brasil, mas pouco se escreveu sobre sua atuação em Diamantina, sua cidade natal. Com base em fontes locais diversas, este trabalho investiga a trajetória de JK na política diamantinense durante as décadas de 1930-70, analisando a construção da hegemonia juscelinista no município e as razões de sua derrocada após o golpe civil-militar de 1964.

PALAVRAS-CHAVE: Juscelino Kubitschek. Política local. Hegemonia política. Diamantina.

ABSTRACT: There are many researches about the political action of Juscelino Kubitschek de Oliveira in Belo Horizonte, Minas Gerais and Brazil, but little has been written about his action in Diamantina, his hometown. Based in diverse local fonts, this paper investigates the JK's trajectory in the politics of Diamantina during the years 1930-70, analyzing the build of his local supremacy and the reasons of his downfall after the civil-military coup of 1964.

KEYWORDS: Juscelino Kubitschek. Local politics. Political supremacy. Diamantina.

“Gratidão em política só dura 48 horas”
(José Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, 1961-1966)

Introdução

Há uma fotografia muito conhecida, de autoria de Juvenal Pereira, antigo fotógrafo da revista *O Cruzeiro*, datada de 1971, que mostra Juscelino Kubitschek de Oliveira rodeado pelos músicos Milton Nascimento, Lô e Márcio Borges e o letrista Fernando Brant na frente do edifício do Seminário de Diamantina, rodeados de muitos jovens estudantes e curiosos. Essa imagem sugere que JK, mesmo com os direitos políticos cassados, continuava à vontade em sua cidade natal e que, nela, ainda conservava toda a sua força política.

*Faculdade Interdisciplinar de Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. lobatohistoria@hotmail.com

Entretanto, a fotografia foi batida numa época em que os jornais locais sequer noticiavam a chegada do ex-presidente à cidade, e apenas um ano após a Prefeitura local ter escapado ao controle do grupo político juscelinista. Naquele momento, JK estava isolado em sua própria cidade natal, um pequeno e pacato burgo interiorano com pouco mais de 18 mil habitantes.¹ Como explicar que isso tenha ocorrido com o filho mais ilustre da cidade, que sete anos antes era favorito para vencer a eleição presidencial prevista para 1965? Por que JK foi tão rapidamente abandonado por tantos correligionários no correr dos anos 1960? O fim da supremacia de JK e de seu grupo político em Diamantina pode ser atribuído apenas ao desfecho “inevitável” do golpe civil-militar de 1964?

Imagem 1 – JK e artistas em Diamantina, 1971



Fonte: Blog do professor Lages (professorlages.hospedagemdesites.ws/?p=302).
Acesso em: 19/07/2015.

Apoiando-se na ideia de cultura política, este trabalho pretende encontrar respostas para as questões anteriores, investigando a trajetória de Juscelino Kubitschek na política diamantinense durante as décadas de 1930-70,

com a finalidade de analisar a construção da hegemonia juscelinista no município e as razões de sua derrocada após o golpe civil-militar de 1964.

A pesquisa documental concentrou-se nos acervos das seguintes instituições diamantinenses: a) Biblioteca Antônio Torres, do Iphan-Diamantina; b) Cartório Eleitoral de Diamantina; c) Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Diamantina e; d) Arquivo do Pão de Santo Antônio. No Cartório Eleitoral de Diamantina, foram compulsados os livros de Registro de Candidatos de Partidos e Delegados, as Atas das Eleições Municipais do período 1946-1970 e as Atas de Diplomação de Eleitos. Nestes documentos, procurou-se obter informações sobre as legendas partidárias e sua composição local, os embates eleitorais no pós-1945 e avaliar os respectivos pesos políticos das lideranças diamantinenses.

Os jornais *A Estrela Polar* e *O Pão de Santo Antônio*, os dois únicos jornais regulares locais que circularam no período 1955-1970, foram lidos. Atentou-se principalmente para as notícias de política, bem como para os editoriais e colunas que abordaram os acontecimentos nacionais e que recomendaram aos leitores posicionamentos específicos. O mesmo procedimento foi empregado na análise de textos memorialísticos e biográficos deixados por diamantinenses que experimentaram os agitados anos 1950-1960. O recurso à História Oral se fez por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas com políticos diamantinenses, destacando-se os senhores Leandro Gomes da Costa, Gustavo Botelho Júnior e Serafim Jardim.

A ascensão de JK na política de Diamantina

JK exerceu grande influência na vida política diamantinense, embora jamais tivesse disputado uma eleição municipal. Desde 1934, época de sua primeira eleição como deputado federal, os políticos locais alinhados a JK alcançaram o controle municipal, controle este que só aumentou com a transformação de JK em prefeito de Belo Horizonte (1940-45) e, depois, governador de Minas Gerais (1951-55) e presidente do Brasil (1956-61).

Como teve início o controle político de Diamantina por JK?

Em 1933, o interventor do Estado de Minas Gerais, Benedito Valadares, indicou o capitão-médico da Polícia Militar Juscelino Kubitschek de Oliveira para presidir a casa civil de seu governo. No ano seguinte, Benedito Valadares colocou o nome de JK na chapa de deputados do Partido Progressista (PP) que concorreu ao pleito de 4 de outubro. O diamantinense foi eleito deputado federal, com a maior votação no estado. Sobre essa eleição em Diamantina, assim se manifestou o dr. Valmy Lessa Couto, advogado e professor, um dos líderes da UDN diamantinense:

Em 1933, Benedito Valadares indicou Mário Meireles para prefeito de Diamantina, sendo que foi Juscelino quem soprou ao governador este nome. Mário Meireles era um engenheiro que estava fazendo algumas obras. Tornou-se amigo de Juscelino que, muito sabido, resolveu apoiá-lo para a Prefeitura, visando a realização de uma política de obras que lhe favorecesse mais tarde. (...) Em 1934 teve início a campanha para a Constituinte e nessa campanha o Mário Meireles apoiou Juscelino. Meu tio Sóter [Ramos Couto] fez oposição a Juscelino, foi candidato a deputado constituinte pelo PRM. (...) Juscelino perdeu na cidade, mas ganhou nos pequenos distritos e na zona rural e foi eleito. Foi a primeira vez que ele ganhou aqui (Depoimento de Valmy Lessa Couto, *Cadernos da FAFIDIA*. Diamantina, v. 1, n. 1, p. 8-9, out. 1992).

A novidade nesta campanha foi que o candidato Juscelino visitou todos os distritos do vastíssimo município de Diamantina, percorrendo centenas de quilômetros a cavalo, entrando nas casas de chefes distritais, conversando com moradores comuns. Algo que os políticos diamantinenses do Império e da Primeira República jamais fizeram. Os acordos de gabinete não deixaram de ser fechados, mas Juscelino também gastou o solado de suas botas nas ruas poeirentas dos distritos, acompanhado por um ou dois aliados escolhidos criteriosamente. Uma faceta de *virtù* política, que o distinguia dos tradicionais políticos diamantinenses.²

Como Valadares desejava evitar que Diamantina caísse nas mãos da oposição – o Partido Republicano (PRM), que abrigava os antigos aliados de

Artur Bernardes – nas eleições municipais de junho de 1936, JK foi convocado a ser o responsável direto pela campanha em Diamantina. No final desta, ele havia conquistado apoio de figuras conceituadas na cidade, entre as quais: Elisardo Eulálio de Souza, Joaquim Costa, José e Chico Soares, David Felício dos Santos, os Mata-Machado, Augusto Caldeira Brant, Júlio e Joãozinho Mota, Pedro Miranda, Vicente Torres e José Neves. Quando o resultado das eleições foi divulgado, JK escreveu: “venci meus adversários por cento e vinte votos, elegendo 11 dos 15 vereadores distritais, dispondo de maioria absoluta; além disso, fiz de meu amigo Joubert Guerra prefeito de Diamantina” (KUBITSCHKE, 1974, v. 1, p. 132).

Referindo-se ao ano de 1936, o dr. João Antunes de Oliveira, médico e prefeito de Diamantina por três vezes nas décadas de 1970-2000, testemunhou que nessa época já se ouvia falar bastante de Juscelino na cidade, embora ele residisse fora havia muitos anos. Segundo João Antunes, que então era interno no Ginásio Diamantinense, os estudantes da cidade foram mobilizados para saudar JK:

Era comum, quando vinha um deputado ou uma autoridade à cidade, que o Ginásio estivesse presente, seja com todos seus alunos, seja com aqueles que o cônego escolhia. Eu o visitei, por exemplo, com um grupo de alunos. Ele era deputado federal em seu primeiro mandato (...). O Juscelino esteve também no Ginásio, onde fez um discurso para os alunos (ANTUNES, 2009, p. 27).

Instaurado o Estado Novo, em 1937, o apoio a Getúlio Vargas em Diamantina só fez crescer. A cidade viveu clima de nacionalismo e sentiu-se orgulhosa pelo progresso urbano alcançado, ao mesmo tempo em que ganhava notoriedade por causa do tombamento de seu centro colonial pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ocorrido em 1938.³ Especialmente a juventude dos colégios tornou-se getulista, como se vê no depoimento do dr. João Antunes de Oliveira:

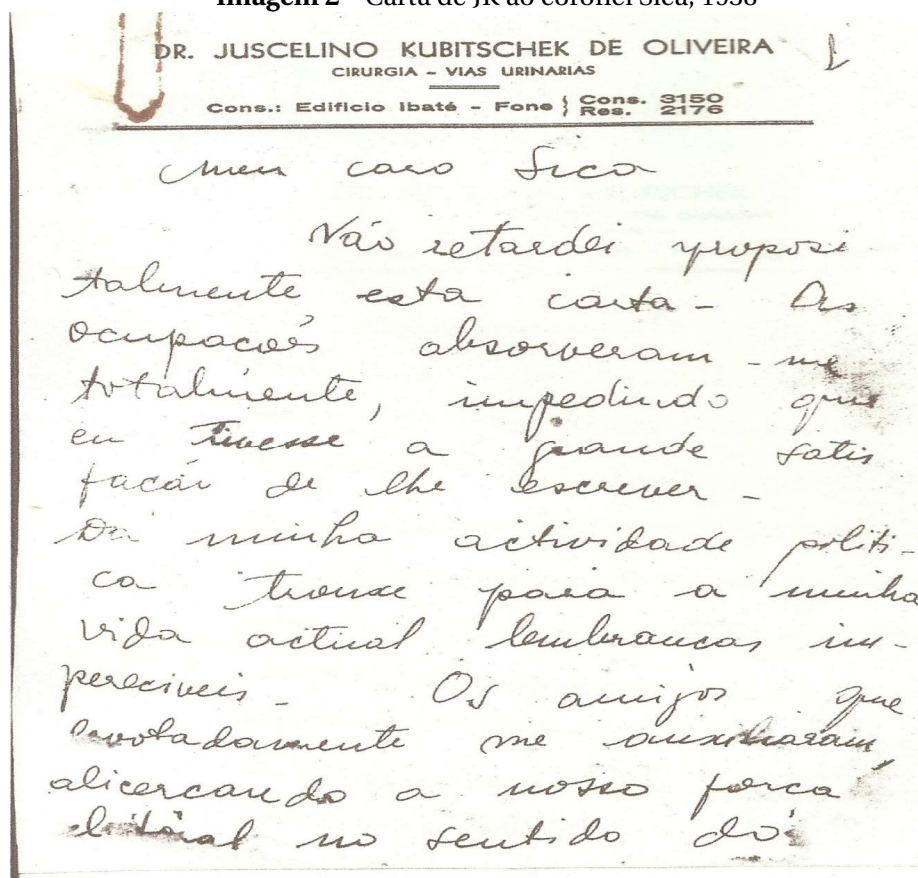
(...) A gente apoiava Getúlio porque a sua propaganda era muito intensa, através do DIP, que era comandado pelo Dorival Fontes. O Getúlio (...) despertou um patriotismo muito intenso na juventude. (...) A Semana da Pátria não era como é hoje em dia: eram sete dias de atividades, muitos discursos, muita exaltação ao Exército e à Polícia, de modo que todo estudante de Diamantina era getulista (ANTUNES, 2009, p. 37).⁴

Esta situação favoreceu JK. Mesmo com o fim de seu mandato de deputado, por causa do fechamento do Congresso em 1937, Juscelino continuou a ser visto pelos diamantinenses como homem vinculado a Vargas e a Valadares, político próximo aos dois grandes mandatários. Dessa forma, Juscelino granjeou admiração entre os moradores do município, especialmente de boa parcela dos jovens estudantes residentes na cidade de Diamantina. Para isso contribuiu a sua passagem pela Prefeitura de Belo Horizonte (1940-45), marcada por iniciativas arrojadas que tiveram grande visibilidade na imprensa.

Nomeado prefeito da capital, Juscelino chamou Joubert Guerra, que era prefeito de Diamantina, para ser seu chefe da casa civil e obteve, para o lugar do amigo, a nomeação de seu primo, Luís Kubitschek. Ironicamente, o novo prefeito de Diamantina se tornaria logo depois um dos integrantes da oposição local a JK. Na prefeitura de Belo Horizonte, Juscelino recebeu frequentemente muitos conterrâneos, gente convidada para participar de solenidades e inaugurações na capital. Assim, gradativamente, uma aura de “realizador confiável” colou-se à figura de JK.⁵

A ascensão de Juscelino como líder incontestável da política em Diamantina também se apoiou no desenvolvimento de uma relação estreita com os antigos “coronéis” locais, relação profundamente pessoal e afetiva. Uma demonstração dessa estratégia aparece na carta que ele escreveu para o coronel Sica, o chefe político do distrito de Gouveia, datada de 27 de janeiro de 1938.⁶ Lavrada em papel de receita do médico urologista, nela o missivista afirmou que, de sua atividade política, trouxera para a vida pessoal muitos amigos que o auxiliaram, “alicerçando a nossa força eleitoral no sentido do engrandecimento de Diamantina”.

Imagem 2 – Carta de JK ao coronel Sica, 1938



Fonte: Acervo pessoal de Samia Abbas, neta do coronel Sica. Diamantina.

E prosseguiu, referindo-se ao coronel Sica, nos seguintes termos:

(...) dentre os que mais contribuíram para o meu prestígio, manda a justiça que eu exalte o seu nome, cuja tradição e cujo brilho enchem de fulgor vários lustros da vida política de Diamantina. (...) O seu apoio foi decisivo para os meus triunfos e o estímulo que me vinha do seu espírito encanecido na nobre tarefa constituíam uma legítima aspiração da nossa gente. Tudo procurarei fazer ainda para o nosso município. Este, felizmente, contando com a dedicação e a experiência de homens como o senhor, pouco precisará de mim.⁷

Se o elogio ao cabo eleitoral era praxe, o que chama atenção é a maneira como isto foi feito, usando imagens fortes que carregam em si mesmas ideias de modernidade, de progresso e de dinamismo do Brasil, como se depreende do trecho abaixo:

De tudo guardo, porém, uma enternecedora lembrança. A última visão que tive de sua casa, do alto dos nossos céus, ficará perenemente gravada no meu coração, [pois] apontava-me sempre os melhores rumos e os mais certos caminhos. O Brasil no seu novo ritmo há de fazer a felicidade geral de todos.⁸

Pode-se imaginar o poderoso efeito que a imagem da *visada do avião* teria causado no interlocutor do médico-deputado. Na missiva, já se vislumbram os traços do “presidente bossa-nova” que galvanizariam a opinião pública brasileira vinte anos depois.

Outra faceta da *virtù* política de Juscelino consolidou-se nessa época: sua incrível habilidade para cooptar adversários. Em 1944-45, ainda prefeito de Belo Horizonte, ele enfraqueceu decisivamente a oposição que lhe moviam em Diamantina ao virar de lado os irmãos Couto. Conforme o testemunho do dr. João Antunes de Oliveira:

O dr. Sóter e o dr. Lomelino eram contra o Juscelino. Então, muito sabido, Juscelino arrumou um jeito de levar o dr. Sóter para a capital, onde ele se tornou diretor de uma biblioteca da Prefeitura. Eles eram do Partido Republicano Mineiro (PRM), do presidente Arthur Bernardes. O Sóter escrevia muito nos jornais contra o Partido Social Democrata (PSD). Já o dr. Lomelino, Juscelino o colocou como médico do Batalhão de Polícia Militar de Diamantina. O Vitor Ramos Couto, por sua vez, virou farmacêutico do mesmo Batalhão. Assim, Juscelino neutralizou a oposição que tinha em Diamantina, pois a família Couto era muito influente, e ele não conseguiria vencer se não fosse desse jeito (ANTUNES, 2009, p. 38).

Simultaneamente herdeiro e reformador das antigas práticas políticas, Juscelino Kubitschek soube lidar com os valores e as aspirações que moviam as elites diamantinenses. No plano local, ele se amoldou perfeitamente às relações e às atitudes tradicionais do coronelismo, clientelismo e patrimonialismo, que se desenvolveram a partir de relações de dependência e exploração, tão típicas da cultura política nacional e, em particular, da “sociedade do diamante”.⁹ Suas

ações couberam perfeitamente nos limites postos pelo imaginário social dos eleitores e dos candidatos diamantinenses, na dimensão de sua cultura política e configurações identitárias.¹⁰ Por isso, Juscelino nunca foi um *outsider* na política de Diamantina.

O conceito de cultura política permite analisar as possibilidades e os limites da atuação de JK e dos juscelinistas no período em tela, em perspectiva que ressalta as permanências e as mudanças lentas da história, a despeito das alterações constantes que os regimes políticos sofreram no país. Conforme Ângela de Castro Gomes:

O conceito de cultura política permite explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades. Ou seja, realizando o exercício historiográfico que implica se deslocar no tempo e no espaço compreendendo as orientações dos atores, segundo seus próprios códigos culturais (GOMES, 2005, p. 30).

Na Diamantina e nas Minas Gerais das primeiras décadas do século passado, época da formação política de JK, a cultura política era autoritária ou semidemocrática, contendo traços tanto da “cultura política paroquial” como da “cultura política da sujeição” (ALMOND & VERA, 1989). Para esses autores, a cultura política paroquial, característica das sociedades menos desenvolvidas, seria influenciada por ideais e crenças religiosas, enquanto a cultura política da sujeição seria típica de regimes em que os cidadãos não contestariam as injunções do Poder Executivo. Ambas seriam avessas ao pluralismo de opiniões, à participação ampliada e à legislação com direitos civis, afeitas aos personalismos, aos atos de força, aos casuísmos, ao mandonismo, aos conchavos dos poderosos.

A cultura política diamantinense – tradicionalista, conservadora, elitista, personalista e embasada em princípios religiosos – transparece claramente nas matérias publicadas pelo jornal *A Estrela Polar*. Uma boa síntese dos parâmetros dessa cultura política apareceu na edição de 13 de abril de 1958:

Como deve ser o futuro prefeito? Para satisfazer a maioria da população e contentar plenamente suas tendências mais justas, o novo futuro prefeito deverá ser: 1) religioso antes de tudo; 2) administrador honesto e operoso; 3) popular e social; 4) político equilibrado e moderado; 5) moralizador. O possuidor dessas cinco características pode se apresentar a candidato, que o povo apoiará e ele sairá vencedor (*A Estrela Polar*, 13/04/1958).

A longa hegemonia juscelinista na política diamantinense

No período das eleições diretas do pluripartidarismo instaurado no pós-1945, os correligionários de JK obtiveram vitórias triunfais em todas as eleições para o executivo municipal. Foram 34 anos seguidos no comando da Prefeitura de Diamantina, de 1936 a 1970, quando terminou o segundo mandato de Sylvio Felício dos Santos.

A eleição para governador em 1950 consolidou a condição de Juscelino Kubitschek como líder mineiro e também projetou seu nome na cena política nacional. JK venceu seu concunhado Gabriel Passos, candidato da UDN, com relativa facilidade. Nessa campanha, ele foi a Diamantina para contatos com apoiadores locais e realizou comício na cidade. Conforme o testemunho do dr. João Antunes:

Eu apoiei Juscelino nessa época, mas não acompanhava a sua comitiva. Ele fazia os comícios na porta da Prefeitura, onde instalavam um palanque. (...) Engraçado é que os udenistas frequentavam os comícios de Juscelino, mas, na hora de votar, votavam contra (ANTUNES, 2009, p. 44).

O grupo local do PSD beneficiou-se largamente da eleição de seu líder para o Palácio da Liberdade. Mas na cidade havia ativa presença da União Democrática Nacional (UDN) – os jovens estudantes eram do lado do brigadeiro Eduardo Gomes. No início da década de 1950, o presidente local da UDN era conhecido como Zé Rutinha, dono de uma livraria chamada “A Guria”. O partido contava com Edgard de Godoy da Mata Machado, com os Mourão, os Botelho, os Pádua e parte dos Couto. Na outra ponta do espectro

ideológico, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinha um pessoal na Administração Regional dos Correios – o médico Efigênio Salgado e o dentista Zanilo Moreira, muito atuantes – e mais alguns filiados, como o dr. Arquimedes Mota, advogado, José Mário Ribas e Anacleto Pimenta.¹¹ No início dos anos 1960, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ainda engatinhava na cidade, destacando-se as figuras do farmacêutico Vitor Ramos Couto, de José Prado e do dentista Cesário Martins, conhecido como Zazá.¹²

Conforme o depoimento do dr. Valmy Lessa Couto, o PSD foi, em Diamantina, o herdeiro do antigo PRM, enquanto o PTB teve poucos filiados, não conseguindo penetrar nem no município nem na cidade. Dr. Valmy informou que:

A UDN fazia normalmente um terço dos vereadores, o que era muito para a época porque a força de Juscelino era muito grande. Todos os nomes indicados por JK eram eleitos. (...) O PSD predominava e quase todas as famílias mais importantes de Diamantina pertenciam ao PSD. A oposição sofria muito aqui em Diamantina. Nós sempre tivemos candidatos contra os nomes indicados por JK, mas era muito difícil ganhar. Todos os prefeitos pós-45 foram escolhidos por Juscelino e eleitos com folga. A UDN só tinha penetração realmente na cidade, porém eram os distritos que elegiam realmente. A UDN chegava, no máximo, a chatear o prefeito, quando esse necessitava, numa ou noutra votação, de dois terços da Câmara (Entrevista de Valmy Lessa Couto, *Cadernos da FAFIDIA*. Diamantina, v. 1, n. 1, p. 12, out. 1992).

Mesmo à distância, Juscelino comandava a política do município e decidia pelo PSD local todas as questões relevantes. Nesse sentido se deve entender o depoimento de Leandro Costa:

Eu entrei para a política local de súbito, por causa de JK. No ano de 1954, estava trabalhando em minha loja quando recebi um telefonema de Belo Horizonte. Era Juscelino Kubitschek. Ele me pediu para ser candidato a vice-prefeito pelo PSD diamantinense. Atendi imediatamente a ordem do governador.¹³

O jornal *Voz de Diamantina*, na edição de 26 de abril de 1962, usou a expressão “eleições domésticas de JK” ao se referir a visita de JK à cidade para, juntamente com o então senador Benedito Valadares, comandar uma reunião pessedista que decidiria os candidatos do partido para o pleito de 1962, na qual foram homologados Geraldo Edson do Nascimento e dr. João Antunes de Oliveira para prefeito e vice-prefeito, respectivamente. Sobre essa escolha, o depoimento de João Antunes foi o seguinte:

O Juscelino escolhia os candidatos a prefeito, e isso ocorreu com o José Machado, o Mário Paixão, o dr. Lomelino e outros. (...) Quando acabou o mandato do Sylvio Felício, o PSD ficou sem candidato, e o Juscelino indicou o Daniel Nascimento, mas ele não aceitou. Então, Juscelino me chamou e fez um esforço tremendo para eu ser o candidato, mas eu resisti (...). Eu respondi que não podia aceitar e saí da Chácara do Costa [das Bicas], onde estava acontecendo o encontro. Quando já estava em casa, o Juscelino chegou com mais algumas pessoas (...). Aí, eu fui para a sala falar com ele, que me disse que, se eu não fosse prefeito, teria de ser vice-prefeito. Acabei candidato a vice-prefeito na chapa do Geraldo Nascimento, o candidato a prefeito do PSD (ANTUNES, 2009, p. 45).

Estas reuniões locais do PSD, quando não tiveram a presença de JK, foram dirigidas por Carlos Murilo Felício dos Santos, várias vezes deputado estadual e federal, primo de Juscelino e seu braço direito dentro do Congresso Nacional. Repare-se que o tom usado pela *Voz de Diamantina* revelava não apenas a hegemonia juscelinista no município, mas também certo mal-estar com a longevidade desse domínio eleitoral.

A propósito, os dados referentes aos resultados das eleições majoritárias municipais não deixam qualquer dúvida sobre a hegemonia dos juscelinistas no período 1945-1970:

Quadro 1 – Resultados das eleições a prefeito do município de Diamantina (1947-1966)

Eleição	Candidatos-PSD	Candidatos-UDN	Vitória
1947	José Machado Freire	Gustavo Botelho	PSD
1950	Lomelino Ramos Couto	Luiz Kubitschek Figueiredo	PSD
1954	Mário Guerra Paixão	Vicente de Paula Fonseca	PSD
1958	Sylvio Felício dos Santos	Sóter Pádua	PSD

Eleição	Candidatos-PSD	Candidatos-UDN	Vitória
1962	Geraldo Edson do Nascimento	Sebastião Mourão dos Santos	PSD
1966	Sylvio Felício dos Santos	Sebastião Mourão dos Santos	PSD

Fonte: Atas de resultados de eleições municipais, 1947-1966. Cartório Eleitoral de Diamantina

Na edição de 14 de outubro de 1962, *A Estrela Polar* divulgou os resultados da disputa pela Prefeitura de Diamantina. Geraldo Edson do Nascimento, candidato a prefeito pelo PSD, alcançou 4.125 votos; o candidato a prefeito da UDN, Sebastião Mourão dos Santos, teve 2.088 votos; o candidato do PTB, Vitor Ramos Couto, conseguiu 930 votos. Para vice-prefeito, os resultados oficiais foram: João Antunes de Oliveira, do PSD, 8.356 votos, e Joaquim Moreira da Silva, da UDN, 1.412 votos. Nas eleições para o Congresso Nacional, o candidato a deputado federal Carlos Murilo (PSD) alcançou 3.000 votos, enquanto o candidato a senador Benedito Valadares, também do PSD, obteve 2.483 votos. Como se dizia no interior, mais uma vez o PSD fez barba, cabelo e bigode na eleição de 1962, fato que indicava o tamanho e vigor da influência de Juscelino no município.

Simbolicamente, a hegemonia juscelinista ficou estampada em duas homenagens que lhe fizeram seus conterrâneos na segunda metade da década de 1950. A primeira delas foi o decreto municipal de 24 de janeiro de 1956, estipulando feriado municipal o dia 31 de janeiro, data em que se daria posse ao presidente Juscelino. A segunda foi a decisão de erigir monumento em tamanho natural a JK, no centro da cidade, que veio a público em 7 de julho de 1957. A referida estátua foi inaugurada em 11 de abril de 1958, quando ocorreu “grande homenagem a JK, com a presença dos amigos íntimos do presidente” (*A Estrela Polar*, 16/04/1958).¹⁴

Na década de 1950, Juscelino Kubitschek agregou a sua *persona* política os traços de charme pessoal, de alegria e de bom humor, expressos pelo comportamento afável e pelo sorriso largo diante de aliados ou de adversários. JK se esforçou para apresentar-se como político que gostava de dançar e de cantar, que amava as artes e vivia cercado de artistas e intelectuais, que adorava o “Peixe Vivo” e as serestas nas ruas de Diamantina. Estes traços eram

inusitados no Brasil, pois os políticos do Império e da Primeira República se esmeraram para mostrar uma face séria, sisuda mesmo, quando tratavam de assuntos públicos. As visitas de JK a Diamantina foram ocasiões que ele usou para fixar esses traços na “opinião pública”, e também serviram para impulsionar sua popularidade local.

Elemento importante da *virtù* política de Juscelino, sua personalidade pública tinha o condão de operar uma maravilha: “pouca gente resistia a ele”. Conforme o testemunho do dr. João Antunes:

Toda vez que era eleito, seja para deputado, governador, seja para presidente ou senador, ele aparecia em Diamantina quase incógnito, chamava uma ou duas pessoas de sua amizade, montava a cavalo e ia aos distritos agradecer os votos (...), visitando cada casa do lugar. (...) Ele ia e levava um retrato, autografando-o ali mesmo. (...) Ele andava de peito aberto para todo lado e cumprimentava todo mundo. Dava a mão aqui, abraçava ali e até lembrava do nome das pessoas (ANTUNES, 2009, p. 46).

A comemoração da vitória de Juscelino em 1955 não foi lá grandes coisas. Festa grande aconteceu quando ele veio, como presidente da República, em sua primeira visita oficial. Ele trouxe até o general Lott e, como sempre ocorria quando o Juscelino chegava, houve uma grande festa para ele e a sua comitiva, integrada por muitos artistas. Jamelão, Carminha Mascarenhas, Dircinha Batista, entre outros, foram artistas que vieram a Diamantina acompanhando Juscelino. (...) Quando ele chegava, a tristeza ia embora. Quem quisesse continuar triste, que não saísse de casa porque, se saísse, acabaria na farra. E era festa dia e noite. A escadaria da Igreja São Francisco, todas as vezes que JK chegava, era como missa aos domingos: uma cantoria danada! E também no Beco do Mota, onde se encontravam os boêmios (ANTUNES, 2009, p. 51).

Este comportamento de Juscelino foi muito bem recebido pelos diamantinenses, tornando-o, segundo as palavras do udenista Valmy Lessa Couto, pessoa adorada na cidade, elogiado por sua inteligência, bondade, “carismático e de uma amabilidade a toda prova”. Simultaneamente, “JK criou muitas repartições na cidade para dar emprego a muita gente. Muitos adversários políticos Juscelino conseguiu trazer para seu lado nomeando-os

para os cargos públicos. O povo vivia em função dele, pedindo empregos a ele” (*Cadernos da FAFIDIA*. Diamantina, v. 1, n. 1, p. 11-12, out. 1992).

No plano local, Juscelino atuou como líder personalista, construiu extensa clientela, mas temperou com amabilidade, alegria e discursos progressistas o mando de tipo coronelístico que exerceu sobre o município de Diamantina. Na sua terra natal, JK foi um *oligarca modernizante*, mesclando aspectos liberais e aspectos senhoriais, cujas principais ferramentas de ação política foram a vocação conciliatória e a habilidade de cooptação.

O processo de desgaste da hegemonia juscelinista em Diamantina

Os desdobramentos da Guerra Fria constituíram o pano de fundo para boa parte dos embates políticos e ideológicos que ocorreram no Brasil nas décadas de 1950-70, delineando uma crescente crise política que desembocaria no golpe civil-militar de 1964. Depois da tomada do poder em Cuba por Fidel Castro, no ano de 1959, os EUA resolveram mudar sua posição diante do continente latino-americano: de área sem maior significado geopolítico para os ianques, os países da América do Sul e Central se tornaram integrantes de região que deveria ser preservada a qualquer custo da influência comunista, passando a receber atenção norte-americana. A esse respeito, Carlos Fico escreveu:

Os Estados Unidos buscariam apoiar economicamente a América Latina tendo em vista a diminuição da pobreza (vista como causa das aspirações socialistas) e a melhoria de sua imagem, mas não admitiriam a implantação de outra Cuba, mesmo que fosse preciso adotar medidas unilaterais e invasões (FICO, 2014, p. 26).

O anticomunismo mais uma vez ressurgiu com grande força no cenário da política nacional,¹⁵ impulsionado pelo avanço das conquistas populares e das mobilizações de sindicatos urbanos, de ligas camponesas, do movimento estudantil e pela tentativa de Jango e do PTB de atrair as massas populares para

sua base de sustentação política. Analisando essa conjuntura, Marcelo Ridenti afirmou:

No Brasil, além de fatores internacionais, foram principalmente aspectos da política nacional que marcaram as lutas das esquerdas. O processo de democratização política e social, com a crescente mobilização popular pelas chamadas “reformas de base” (...) foi interrompido pelo Golpe de 1964. Ele deu fim às crescentes reivindicações de lavradores, operários, estudantes e militares de baixa patente, cuja politização ameaçava a ordem estabelecida. A versão populista da hegemonia burguesa já não era suficiente para organizar o conjunto da sociedade em conformidade com os interesses do capital, ameaçados pelo questionamento dos de baixo, que tomaram a iniciativa política (RIDENTI, 2014, p. 20).

Forças oposicionistas que, após a renúncia de Jânio Quadros, não aceitaram que a Presidência ficasse nas mãos de João Goulart, esgrimiram o discurso do temor da “republica sindicalista” que poderia se instalar no Brasil caso os “comunistas” Goulart e Brizola continuassem no poder.¹⁶

Curiosamente, JK foi muitas vezes considerado pela oposição como “comunista”, acusado pelos udenistas de promover políticas econômicas nefastas, de fechar os olhos para a corrupção, de tratar suavemente os esquerdistas e de ser pouco amigo dos Estados Unidos.¹⁷ O rompimento com o FMI no final da administração federal de Juscelino foi algo que tornou o político mineiro pouco palatável para as hostes políticas mais conservadoras. A UDN não lhe perdoava a vinculação com Getúlio Vargas, a leniência com a inflação, o crédito fácil, os déficits orçamentários e da balança de pagamentos, a tolerância com as greves e as manifestações populares. Também não admitia o papel do Estado desenvolvimentista como orientador das inversões privadas e a expansão da tecnocracia com funções de planejamento, assumindo crescente poder decisório. Juscelino Kubitschek era inaceitável para a direita mais radical porque cultivava atitudes mais abertas no campo da moral e do comportamento. E esses direitistas desconfiavam do compromisso de JK com a

ordem, por causa de sua generosa concessão de anistia aos rebeldes militares e por evitar o emprego da censura.

Os debates dos anos 1950 e 1960 tiveram, evidentemente, ecos em Diamantina. Na cidade, em seus espaços político-partidários, nos órgãos públicos, nas escolas, nos clubes e nas casas mais abastadas as controvérsias foram discutidas, gerando polarizações. No início dos anos 1960, Diamantina se transformou em centro importante da conspiração contra o governo Goulart, conforme observou a pesquisadora Heloísa Starling (1986).¹⁸

Na mobilização contra o governo de Jango, outros nomes começaram a dominar o debate político local. Sempre referenciado pela imprensa da cidade, um desses nomes foi o do general Olympio Mourão Filho, cujas ações e manifestações foram noticiadas e discutidas amiúde na sua terra natal. O militar era oriundo de família tradicional da política diamantinense, filho do ex-senador estadual Olympio Mourão, integrante da cúpula do antigo PRM e maior chefe político nos anos 1920, cassado pela Revolução de 1930. Ainda menino, tomou gosto pelas armas brincando no quartel do Terceiro Batalhão de Polícia Militar. Simultaneamente, viu os membros de sua família amargarem a perda do controle político de Diamantina, especialmente em decorrência da ascensão estadual de Benedito Valadares e de Juscelino. Olympio Mourão Filho foi elevado ao generalato pelo próprio Juscelino Kubitschek, no ano de 1957. No início dos anos 1960, ele comandou as tropas da 4ª Região Militar, sediadas em Juiz de Fora, e aí teve papel primordial no golpe de 1964.

No livro *Memórias: a verdade de um revolucionário*, o oficial diamantinense afirmou ter feito uma longa conspiração, principalmente dentro das forças militares nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais. Escreveu ainda que, desde 1961, após uma reunião com Leonel Brizola, ficou frustrado com as ideias do governador gaúcho e resolveu engajar-se inteiramente na luta contra o governo de Goulart.

O desgaste da hegemonia juscelinista também se deveu à ação do bispo dom Geraldo de Proença Sigaud, que assumiu a Mitra de Diamantina em

1961.¹⁹ Prócer da ala conservadora da Igreja Católica, politicamente reacionário e ferrenho anticomunista, o novo arcebispo influenciou fortemente na vida da cidade durante todo período da ditadura civil-militar. É de sua autoria o *Catecismo anticomunista*, publicado no jornal diamantinense *A Estrela Polar*, e lançado em livro pela Editora Vera Cruz.²⁰ O bispo do movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP) pôs o clero diamantinense a combater Jango e os esquerdistas, nas escolas e nas paróquias.

Um exemplo desta mobilização de católicos contra os “comunistas” ocorreu em maio de 1961, quando dez bispos e oitenta e cinco sacerdotes reuniram-se em Diamantina para homenagear dom Sigaud, e fizeram um cortejo pela cidade, com a participação de representações dos colégios da Arquidiocese e das associações religiosas (*A Estrela Polar*, 01/07/1961). Outro exemplo foi a realização da “Marcha da Família Pela Liberdade” em cidades da Arquidiocese, sendo o caso mais notável o de Felixlândia, em 19 de março de 1964. Dom Sigaud e seus principais auxiliares discursaram contra o governo nas missas, levando a pregação golpista a toda a província eclesiástica que cobria vastas porções do norte e nordeste de Minas Gerais.

Mesmo antes de dom Sigaud, a Arquidiocese de Diamantina posicionara-se estridentemente contra a esquerda e os sindicatos. A partir de 1959, o anticomunismo passou a ter cada vez mais espaço no jornal *A Estrela Polar*, praticamente em toda edição. De 1961 a 1964, enquanto a imagem do Papa aparecia em quase todas as capas, a figura de JK sumiu do periódico, invertendo-se bruscamente a praxe dos anos em que ele fora governador e presidente.

A denúncia sobre a bolchevização do Brasil tornou-se a linha editorial d’*A Estrela Polar*. Na edição de 20 de dezembro de 1959, por exemplo, o jornal publicou na primeira página:

A América Latina está sendo objetivo mais visado do comunismo ateu. Pequim é a nova Meca. No Brasil ... Em Diamantina, anuncia-se de há muito tempo a presença e a

atividade “deles”. Quem tem olhos para ver e ouvidos para ouvir, que veja e ouça (*A Estrela Polar*, 20/12/1959).

A Estrela Polar defendia a ideia de que Moscou planejara exportar a revolução cubana para toda a América Latina, de modo que havia sobre o Brasil uma inegável “ameaça comunista”. Logo na edição de 1º de janeiro de 1960, lia-se o seguinte:

Comunismo. Em Diamantina não será difícil, com olhos abertos e ouvidos aguçados, verificar a presença da colher vermelha. Da destruição do Brasil, alguém tirará proveito: os que fazem parte do comunismo internacional e ateu, a mexer o caldo, a executar o plano geral também no Tijuco (*A Estrela Polar*, 01/01/1960).

Em de 25 de outubro de 1960, *A Estrela Polar* comemorou a derrota do candidato presidencial escolhido por JK, o marechal Henrique Lott, com palavras enviesadas: “Comunistas derrotados. Um dos resultados mais salutáveis da última eleição. Esperança de que o povo brasileiro continue reprimindo energicamente o imperialismo soviético. O apoio dos comunistas não dá vitória a ninguém nesse país”. E o semanário saudou Jânio Quadros, o “presidente católico” eleito.

Para o jornal diamantinense, sob a batuta de dom Sigaud, os perigos eram numerosos: Cuba, China, Rússia, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Monteiro Lobato, Vinícius de Moraes, Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, João Goulart, as ligas camponesas etc. Todos foram considerados inimigos da Igreja Católica. Razão pela qual *A Estrela Polar* divulgou a seguinte ordem, na edição de 1º de julho de 1961:

Determinamos que nossos sacerdotes e párocos façam orações, pedindo a Deus que guarde a família brasileira e que faça de nossa nação um baluarte da liberdade, da religião e um obstáculo intransponível diante da onda do comunismo. Governador Valadares. Oscar – Arcebispo de Mariana. Geraldo

– Arcebispo de Diamantina. João Batista – Arcebispo de Vitória.
(*A Estrela Polar*, 01/07/1961).

Na edição seguinte, o jornal afirmou que “as ligas dos camponeses, a UNE e as greves desgraçam o Brasil” (*A Estrela Polar*, 08/07/1961). Em 15 de outubro do mesmo ano, a edição do semanário católico publicou a palestra de dom Jaime de Barros Câmara, realizada no Rio de Janeiro, em que o prelado “afirma a oposição radical entre comunismo e cristianismo” e adverte que “ainda vigora a excomunhão lançada contra os que se filiam aos comunistas ou os ajudam de qualquer forma” (*A Estrela Polar*, 15/10/1961).

Em 14 de outubro de 1962, o jornal publicou artigo assinado por Paulo Kruger Correia Mourão que criticava asperamente a possibilidade de que o plebiscito sobre o regime de governo resultasse na vitória do presidencialismo sobre o parlamentarismo. Segundo o colaborador, nesse caso, o plebiscito daria “ao sr. Jango poderes maiores do que gozava dom Pedro II como imperador”, e as consequências disso seriam terríveis (*A Estrela Polar*, 14/10/1962). Em 10 de fevereiro de 1963, publicou-se editorial acusando o governo de usurpar funções, por causa de intervenções na economia. Também houve crítica ao anteprojeto de reforma agrária, divulgado pelo presidente, escrevendo-se: “Executivo acaba de mandar ao Legislativo o projeto de lei famigerado da reforma agrária. Isso convém a Moscou” (*A Estrela Polar*, 10/02/1963). Na edição seguinte, o próprio dom Sigaud fez publicar a sua Circular 01/63 sobre a reforma agrária, advertindo os leitores: “Lembrem-se que depois da desapropriação das fazendas, virá a dos bancos, das fábricas, das casas e propriedades urbanas” (*A Estrela Polar*, 17/02/1963).²¹ Em 1º de fevereiro de 1964, o jornal trouxe a manchete “Governo que nos desgoverna”, bradando que era hora de dizer um “chega de entregar o país aos comunistas”. E criticava o Ministério da Educação porque ele “politiza(va) os nossos jovens, em vez de alfabetizá-los, permitindo bolchevizá-los” (*A Estrela Polar*, 01/02/1964).

Na primeira reportagem sobre o golpe de 31 de março de 1964, *A Estrela Polar* publicou uma matéria especial com o título “revolução”, escrita pelo

próprio arcebispo, em que se lê: “Olimpio Mourão, Luís Guedes, cel. José Geraldo e Magalhães Pinto são os heróis da revolução que nos livrou do jugo comunista, (...) da ditadura vermelha” (*A Estrela Polar*, 08/04/1964). Por sua vez, a *Voz de Diamantina*, na edição de 3 de abril de 1964, saudou efusivamente o Golpe nos seguintes termos: “a revolução mostrou a Jango e a Brizola o olho da rua e livrou o Brasil do comunismo”.

Vale lembrar que o próprio governador de Minas Gerais, o udenista José de Magalhães Pinto, visitou Diamantina com frequência nos anos 1961-63, o que estimulava o avanço das conspirações na cidade e o combate às bandeiras de Jango e seus aliados. O jornal *Voz de Diamantina* chegou a chamar Magalhães Pinto de “diamantinense”, contribuindo para aumentar sua influência no debate local. Como se sabe, o governador foi conspirador de longa data, e há sinais claros de que recebeu verbas dos órgãos americanos implantados no Brasil para desestabilizar o governo Jango (DREIFUSS, 1981). Mais que isso: Magalhães Pinto foi o líder político do Golpe de 64.

A Estrela Polar também fez detalhada cobertura das visitas a Diamantina do embaixador estadunidense, Lincoln Gordon, ocorridas em abril de 1962 e agosto de 1963. Sobre a primeira visita, o jornal relatou: “o ilustre visitante chegou às nove horas, percorreu partes históricas de nossa cidade, visitando nossos monumentos históricos e regressou ao Rio, às quatorze horas” (*A Estrela Polar*, 25/04/1962). Essas visitas demonstram a importância de Diamantina nas articulações políticas durante a crise que precedeu o golpe de 1964.

Sobre a propaganda política que os periódicos *A Estrela Polar* e *Voz de Diamantina* fizeram, deve-se ter em mente que ela não conseguiu formar, localmente, uma “opinião única”. Porém, não é o caso de subestimar a importância que os jornais tiveram no controle das consciências na Diamantina, durante a crise política da primeira metade dos anos 1960. Afinal, conforme Capelato (1999, p. 178), a propaganda política “só reforça tendências já existentes na sociedade e a eficácia de sua atuação depende da capacidade de captar e explorar os anseios e interesses predominantes num dado

momento”. Foi justamente isso que *A Estrela Polar* e a *Voz de Diamantina* fizeram: os periódicos reafirmaram convicções políticas e comportamentais pré-estabelecidas e amplamente aceitas por segmentos importantes da população local.

O ponto fundamental é que, na virada dos anos 1950 para os anos 1960, o debate político em Diamantina foi pautado pelas matérias e posicionamentos dos jornais católicos locais, os quais reforçaram os princípios conservadores, hierárquicos e religiosos da cultura política diamantinense, visceralmente antipopular e autoritária, plasmando o consenso social em torno “da liberdade, da tradição, da família e da moral”. E Juscelino ficou à margem desse debate, em posição cada vez mais secundária, em parte porque não era mais o presidente do país, mas também porque se manteve afastado das contendas entre a direita e a esquerda, por um lado porque JK era político de convicções centristas e, por outro lado, porque julgou que não lhe convinha ficar demasiadamente exposto em função da intenção de candidatar-se à presidência na eleição prevista para 1965.²² Juscelino evitou assumir protagonismo em meio à crise política talvez avaliando que, dessa forma, não descontentaria setores importantes da sociedade brasileira.

Como em política não há “vazio”, outros protagonistas ganharam os corações e as mentes de grande parte do eleitorado diamantinense e atraíram parcela numerosa dos políticos locais. A fervorosa adesão das elites do antigo Tijuco à *restauração da ordem* não combinava com a personalidade de Juscelino Kubitschek nem com sua trajetória pública, ambígua diante dos rígidos pilares da cultura política diamantinense.

O fim da hegemonia juscelinista em Diamantina nos anos 1970

Embora a histeria dos jornais católicos diamantinenses encontrasse apoio na cultura política local, a radicalização que tais veículos preconizavam atingia muito mais as cúpulas partidárias e os setores mais politizados da população. A maioria dos eleitores (e mesmo dos homens de negócio) tinha

receio de se envolver nas conspirações da direita ou da esquerda contra Goulart. A maioria dos militares mantinha-se atrelada ao legalismo. Havia espaço, tanto no país quanto na cidade, para debater com moderação os problemas do Brasil, para negociar as reformas e defender a legalidade. A ação de atores políticos de grande envergadura seria, nesse sentido, decisiva.

Mas Juscelino Kubitschek, talvez orientado pelo simples cálculo eleitoral, eximiu-se de cumprir a missão de ser a voz da moderação, de dissuadir, em particular, mineiros e diamantinenses do golpismo. Faltou ao ex-presidente visão e disposição para contrapor-se à radicalização. A atitude de silêncio de Juscelino, seguida da adesão envergonhada às vésperas do golpe (como se verá adiante), é difícil de entender. Se sua intenção era voltar à presidência, deveria defender o mandato de Goulart e a normalidade democrática, pois sabia que, à direita e à esquerda, havia muitas desconfianças e críticas sobre seu retorno ao poder. A coerência estaria em resistir à escalada da radicalização e às soluções golpistas. Ao omitir-se, Juscelino deixou aberto o caminho para Magalhães Pinto, Sigaud e Olympio Mourão conquistarem as cúpulas partidárias e os políticos diamantinenses. Um erro de avaliação do ex-presidente.

Ausência de *virtù* que pode ser explicada pelo fato de que Juscelino acostumara-se a uma política feita “por cima”, no interior de cúpulas que não tinham o costume de lidar com bases e movimentos populares. Diante da novidade – o povo invadindo a política desde o final do Estado Novo, ampliando constantemente sua capacidade de intervenção –, JK estava aprendendo o novo jogo, certamente inseguro quanto aos riscos da mudança trazida pela emergência do novo ator político. A *fortuna*, isto é, os fatores não controláveis pela ação dos líderes políticos, tomara nova conformação sob o regime democrático de 1946-64. Conforme José Murilo de Carvalho (2014, p. 15), “essa novidade quebrara o padrão tradicional de fazer política. Era um momento de grande experimentação, inevitavelmente algo caótico. Afinal, o

país buscava realizar em curto espaço de tempo tarefa que outras nações tinham cumprido ao longo de séculos”.

O resultado foi desastroso para o próprio JK e seu longo controle sobre a política diamantinense. A supremacia juscelinista na cidade derruiu com os desdobramentos do golpe civil-militar desencadeado na madrugada de 31 de março de 1964. JK havia lançado dois meses antes sua candidatura à Presidência da República. Ele também fora informado pelos conspiradores de que havia um movimento em curso para depor João Goulart. A anuência de JK manifestou-se por ele ter deliberadamente escondido de Jango que tramavam pelas suas costas. Antes do golpe, diante do agravamento da crise política, JK rompeu com João Goulart (que fora seu vice-presidente) e, por conveniência política, aderiu às forças que preconizaram a intervenção contra Jango.²³

De acordo com o embaixador americano Lincoln Gordon, no dia 1º de abril de 1964 houve um encontro entre ele e JK, então senador por Goiás, no qual ficou claro o apoio do ex-presidente ao movimento golpista. Conforme a transcrição de Elio Gaspari:

Kubitschek disse que a movimentação em São Paulo seria crítica para o sucesso, e se a rebelião fosse branda, Goulart abriria seu caminho para a ditadura. (...) Nós conversamos sobre o problema da legitimidade, que ele pensou que seria facilmente cuidado pelo Congresso, se o aspecto militar fosse resolvido. Ele tinha visto Goulart no meio da tarde e suplicou que salvasse seu mandato fazendo uma ruptura clara com a CGT e os comunistas, mas Goulart disse que isso seria sinal de uma fraqueza que ele não podia mostrar (GASPARI, 2002, p. 247).

JK foi pessoalmente receber as tropas mineiras que ocuparam Brasília – para facilitar o reconhecimento internacional do novo governo – e dar “garantias” ao Legislativo, comandadas pelos coronéis José Geraldo e Dióscoro Vale. Dias depois, encontrou-se com o general Mourão no Rio de Janeiro.

A cidade de Diamantina acompanhou, entre a euforia e o medo, os acontecimentos do golpe civil-militar. O depoimento do dr. João Antunes revela bem essa alternância. Primeiro, a apreensão seguida de euforia:

O Batalhão da Polícia Militar de Diamantina chegou a deslocar-se para Três Marias, sendo que alguns soldados foram enviados até a fazenda do Jango, em Brasília, levados pelos caminhões do DER. Quando terminou a Revolução, os soldados foram recebidos pelo povo, no Clube Campestre, como heróis da pátria. Houve uma choradeira daquelas! (ANTUNES, 2009, p. 53).

Depois, o medo diante da truculência repressiva do regime, em nome da ordem social e da defesa da nação contra o perigo vermelho:

[Imediatamente após o golpe], vi um dos quadros mais tristes de toda a minha vida. (...) O comandante do Batalhão, José Manuel de Almeida, começou a investigar as pessoas que tivessem qualquer tendência esquerdista. E essas pessoas foram colocadas nos caminhões do jeito que os policiais as encontravam em suas casas e exibidas pelas ruas como troféus de guerra. Eu me lembro muito bem do Zanilo Moreira de pijama, o Lair, irmão dele, o Mauro Coelho também... Enfim, muitos de nossos amigos colocados na carroceria dos caminhões e levados para o quartel. (...) Fiquei com vontade de chorar (...). Depois, tentamos falar com o comandante, mas ele nem nos recebia. Eu fui à casa do José Prado, um dos que foram presos, para dar assistência à família, mas confesso que fiz isso com medo de me prenderem. O Zazá, por exemplo, foi preso porque falou na Baiúca [tradicional café da rua da Quitanda] – havia os vigias e informantes – que, “se nós ganharmos essa revolução”, referindo-se ao “Grupo dos Onze”, do Leonel Brizola, “vamos dependurar dom Sigaud em um poste”. O Zazá foi preso; tiraram até o emprego dele (ANTUNES, 2009, p. 53-4).

No primeiro momento pós-golpe, JK não foi cassado. No dia 11 de abril de 1964, depois de reunião pessedista, ele votou no marechal Castelo Branco, na eleição indireta para Presidência da República, acreditando que se realizariam as eleições presidenciais de 1965, uma vez que a intervenção dos militares na política seria apenas para “normalizar” o país, devolvendo-se, em

seguida, o poder aos civis, como acontecera em 1945, 1954, 1955 e 1961.²⁴ Com esse gesto, JK esperava ser poupado pelos militares. Porém, em 8 de junho de 1964 foi decretada a cassação dos direitos políticos do ex-presidente. Seguiram-se humilhantes interrogatórios de JK em quartel do Rio de Janeiro e, logo depois, ele partiu para exílio voluntário que se estendeu até 1967. Segundo Serafim Jardim, Juscelino foi informado por Ademar de Barros, governador de São Paulo, que o responsável por sua cassação fora o general Costa e Silva, ministro da guerra do governo Castelo Branco. Ainda conforme Jardim, tanto a cassação de JK como o seu exílio não receberam destaque nas páginas dos jornais diamantinenses.²⁵ A partir daí, caiu sobre a figura dele uma pesada cortina de silêncio.

Devido à reforma partidária provocada pelo Ato Institucional nº 2 (outubro de 1965), bem como à censura imposta pelo governo militar sobre as manifestações e a imagem de JK, a corrente juscelinista em Diamantina foi se desfazendo. No ano de 1966 ocorreu, na cidade, o registro dos dois novos partidos do regime autoritário, a governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a oposição consentida, Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A primeira eleição municipal com os novos partidos seria realizada somente no ano de 1970. Conforme o depoimento de Serafim Jardim, “criar o MDB em Diamantina não foi fácil, porque a cidade ficou toda com a ARENA, havia ARENA 1, ARENA 2 e ARENA 3”.

Na eleição municipal de 1970, Alcides Freire foi o candidato do que sobrou da “corrente juscelinista”, agora abrigada na legenda do MDB, integrada por ex-membros do PSD e do PTB. Alcides Freire, político natural da cidade de Datas, sem maior reputação em Diamantina, não podendo contar com apoio direto de JK, perdeu a eleição para a ARENA (que lançou no referido pleito três chapas), integrada pelos antigos filiados da UDN e parte expressiva de políticos que debandaram do PSD, como João Antunes de Oliveira, o vencedor da eleição.

À medida que a face repressiva do regime militar se fortaleceu, a atmosfera política diamantinense tornou-se mais pesada. Segundo o depoimento de Leandro Costa, “as pessoas não falavam mais do ex-presidente, houve um acovardamento geral. Os jornais nada diziam dele, apenas publicavam meras recordações da sua data de aniversário”.²⁶ Ainda hoje, os fiéis escudeiros de Juscelino insistem nas palavras “covardia” e “ingratidão” para explicar a atitude da cidade ante o ex-presidente depois do golpe de 1964.

Pairando sobre Diamantina, vigilantes, a Igreja de dom Sigaud e o 3º Batalhão de Polícia Militar cercearam qualquer comportamento ou ideia que contrariassem os padrões tradicionais da sociabilidade e das crenças diamantinenses. Na verdade, a maior parcela das elites e das camadas médias locais abraçou o novo regime, formando em torno dele um consenso social que valorizava a “liberdade, a ordem, a fé e a moral”. Dessa forma, na cidade em que se via, na virada dos anos 1960 para os anos 1970, patrulhas da Polícia Militar abordarem jovens de cabelos longos e intimidá-los por causa de sua aparência “rebelde”, o cotidiano aproximou-se de uma sociedade hobbesiana, definida pelo medo, pela ameaça, pela tutela de personagens investidos da obsessão de caçar e julgar quem consideravam um câncer social.²⁷ Quem estava ao lado do suspeito da vez, devia temer. Devia sentir que seria o próximo a ser procurado pelos “casacas pardas” do 3º Batalhão. Nesse ambiente, as visitas de JK a Diamantina tornaram-se discretas, com o ex-presidente ficando quase recluso no sítio das Bicas, nas cercanias da cidade.

Considerações finais

Levado ao centro da política mineira pelas mãos de Benedito Valadares, Juscelino Kubitschek de Oliveira alcançou a condição de maior chefe político de Diamantina nos anos 1930. Empregando métodos coronelísticos com roupagem modernizada, ele formou uma vasta clientela local que lhe possibilitou obter e manter o poder municipal por quase quarenta anos. Agrupados no PSD no pós-1945, os juscelinistas venceram as eleições

municipais, contando principalmente com a força dos votos nos distritos. JK arbitrou disputas entre seus correligionários diamantinenses, distribuiu favores de diversas espécies, cultivou a proximidade com cabos eleitorais e cooptou parte de seus adversários, usando para isso recursos e cargos estaduais e federais. Em Diamantina, a ação política de JK foi absolutamente tradicional, embora edulcorada com seu charme pessoal e afabilidade.

Mas esta foi também sua fraqueza. Juscelino ficou refém do conservadorismo das elites locais, dependente da lealdade de seus correligionários, pois nunca contou com base social ampliada e canais diretos de comunicação política com as camadas populares no município.

O golpe de 64 eliminou muitas das condições que tinham possibilitado a hegemonia juscelinista em Diamantina. A maioria de seus antigos correligionários, com base em cálculo político pragmático, abandonou o ex-presidente e aderiu ao novo regime, porque o município carecia de receitas próprias, vivia atrelado aos repasses estaduais e federais e, portanto, tinha necessidade de ser governista.

Mas não foi só isso. Juscelino não conseguiu lugar entre os “heróis” louvados pelos jornais diamantinenses por livrarem o Brasil dos “subversivos” e dos comunistas nem figurou como modelo de líder que encarnasse, naquela quadra tensa dos anos 1960, os mais caros e tradicionais valores diamantinenses. Aos olhos das elites políticas e letradas conservadoras da cidade, o “presidente bossa-nova” perdera espaço para Magalhães Pinto, Olympio Mourão, dom Sigaud e seus acólitos, então muito mais afinados com as facetas mais duras e retrógradas da cultura política local.

A compreensão do ocaso da influência política de JK sobre sua cidade natal exige que se investiguem os novos contextos e posicionamentos dos grupos sociais locais após o golpe de 64, como novos consensos foram criados, como as acomodações e os interesses de ganhos materiais e/ou simbólicos se fizeram no período em tela.

Por outro lado, o destino do grupo político juscelinista na Diamantina pós-64 mostra que nem mesmo o peso de uma liderança notável, extraordinária, escapa inteiramente aos câmbios que ocorrem nos processos de formação de consensos sociais nos momentos de ruptura política. Entender isso exige que se vá além do binarismo simplificador que postula um Estado opressor e uma sociedade vitimizada – argumento que os juscelinistas diamantinenses abraçaram –, para apreender a diversidade de posições que existem entre o apoio e a rejeição ao novo regime político. Diante da ditadura de 64, no Brasil e, em particular na Diamantina, surgiu uma *zona cinzenta* que sustentou difusamente o regime autoritário (ROLLEMBERG, 2010, p. 130). E que levou de roldão o capital político acumulado por JK na sua cidade natal.

Agradecimento: Ao CNPq, pelo financiamento de uma BIC no projeto “Realinhamentos e narrativas políticas geradas pelo Golpe Civil-Militar de 1964 no município de Diamantina”, Edital 001/2014 PIBIC-UFVJM.

Referências

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The civic culture:** political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

ANTUNES, Américo (org.). **João Antunes:** vozes e visões. Diamantina: s. n., 2009.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek:** desenvolvimento econômico e estabilidade política. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena:** propaganda política no varguismo e no peronismo. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Fortuna e virtù no golpe de 1964.** *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 7-16, 2014.

CORDEIRO, Janaína Martins. Entre redenção e reconciliação: a manutenção das homenagens à ditadura e aos ditadores. In: REIS, Daniel Arão (org.). *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

DREIFUSS, René A. **1964**: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel. **Culturas políticas. Ensaios de história cultural e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2005, p. 21-44.

GOODWIN JR., James William. **Cidades de papel**: imprensa, progresso e tradição, Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

JARDIM, Serafim. **Juscelino Kubitschek**: onde está a verdade? 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Meu caminho para Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974. 3 vols.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MARTINS, Marcos Lobato. **Breviário de Diamantina**: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX). Belo Horizonte: Fino Traço/Fapemig, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOURÃO FILHO, General Olympio. **Memórias**: a verdade de um revolucionário. 6. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV.** 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários.** Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. v. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. **Imagens da cidade de vidro: a fotografia e o registro da tradição e da mudança em Diamantina, 1900 a 1940.** 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais.** Os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

Artigo recebido em 09 de maio de 2016. Aprovado em 07 de junho de 2017.

Notas

¹ Conforme o Censo demográfico de 1970, a população total do município de Diamantina era de 34.672 habitantes, sendo a população urbana de 23.688 habitantes, e a rural de 10.984 habitantes.

² *Virtù e fortuna* são conhecidas expressões de Maquiavel. A primeira remete à predominância da ação, aos acertos e aos erros dos líderes políticos, aos seus atos e omissões; a segunda, se refere aos fatores não controláveis, às grandes causas sociais e forças irresistíveis que interferem no desfecho das situações políticas. Ver Nicolau Maquiavel (2010).

³ Sobre o SPHAN e o tombamento de Diamantina, ver o capítulo 4 da tese de Dayse Lúcida Silva Santos (2015).

⁴ Para uma discussão detalhada sobre a propaganda varguista e o DIP, ver o trabalho de Maria Helena Capelato (2009).

⁵ Mais uma vez, vale citar o depoimento do dr. João Antunes: “Ele tinha muita facilidade de falar, e as pessoas acreditavam nele. Os outros falavam e ninguém acreditava neles, mas Juscelino falava e fazia, e todos acreditavam nele” (ANTUNES, 2009, p. 37).

⁶ Juscelino Pio Fernandes, o coronel Sica, foi fazendeiro, agente executivo de Diamantina e diretor da Fábrica de Tecidos São Roberto nos anos 1920.

⁷ Carta de Juscelino Kubitschek ao coronel Sica, de 27/01/1938. Original manuscrito pertencente ao acervo da Casa de Juscelino. Diamantina.

⁸ Carta de Juscelino Kubitschek ao coronel Sica, de 27/01/1938.

⁹ Ver mais nos clássicos nos *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Os donos do poder*, de Raimundo Faoro; *Coronelismo, enxada e voto*, de Vitor Nunes Leal. Sobre a “sociedade do diamante”, ver os trabalhos de Marcos Lobato Martins (2014) e James William Goodwin Jr. (2015).

¹⁰ Sobre a noção de cultura política e seu emprego pela nova história política, ver o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2009).

¹¹ “Em 1946, quando ocorreu a primeira eleição após a queda de Getúlio, os comunistas tiveram mais votos aqui do que os integralistas. Anacleto Pimenta e Arquimedes Mota foram candidatos à Constituinte de 46. Os comunistas fizeram quase 160 votos e os integralistas 130.” Entrevista de Valmy Lessa Couto. *Cadernos da FAFIDIA*. Diamantina, v. 1, n. 1, p. 10, out. 1992.

¹² Foi na eleição de 1962 que o PTB diamantinense lançou pela primeira vez candidato a prefeito, o sr. Vitor Ramos Couto.

¹³ Depoimento de Leandro Gomes da Costa, colhido por Raphael Martins Cima em 20 de junho de 2015.

¹⁴ Assinale-se que, no século XX, a Municipalidade havia erigido apenas um pequeno busto de político, em marco colocado no Largo da Capela do Bonfim, em homenagem ao dr. Francisco Sá, ministro de Viação e Obras Públicas que foi responsável pela chegada da ferrovia à cidade, no ano de 1914.

¹⁵ Sobre o anticomunismo no Brasil, ver o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2002).

¹⁶ Vale lembrar que Magalhães Pinto fez parte do grupo de políticos que, no mesmo dia da renúncia de Jânio Quadros (25 de agosto de 1961), discutiu a possibilidade de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, identificado com a esquerda e os sindicatos.

¹⁷ Na verdade, o discurso nacionalista de JK, elemento de sustentação tanto da aliança partidária PSD/PTB quanto do apoio do Exército, conviveu com a opção de seu governo por um desenvolvimento associado e dependente do capital estrangeiro, que promoveu forte internacionalização da economia. Para mais detalhes, ver, por exemplo, o trabalho de Maria Victoria de Mesquita Benevides (1979).

¹⁸ Veja-se a respeito o depoimento de João Antunes de Oliveira: “Houve umas reuniões de ‘revolucionários’ em Gouveia, e eu fui a algumas como prefeito em exercício, na casa do dr. Alexandre Mascarenhas, dono da fábrica de tecidos São Roberto. Estavam lá o Evaristo de Paula, o general Bragança, entre outros, todos eles já se preparando para o golpe. Essas reuniões tinham, inclusive, o objetivo de arrecadar recursos para a Revolução” (ANTUNES, 2009, p. 54).

¹⁹ Nascido em Belo Horizonte em 26 de setembro de 1909, fez estudos em Juiz de Fora com padres do Verbo Divino. Coursou teologia em Roma, na Pontifícia Universidade Gregoriana, doutorando-se em 1931. Foi escolhido bispo de Jacarezinho a 28 de outubro de 1946, sendo

sagrado em 29 de maio de 1947. Tomou posse como arcebispo de Diamantina em 19 de abril de 1961.

²⁰ Na sua primeira edição, no ano de 1962, o *Catecismo anticomunista* teve tiragem de 15 mil exemplares. Na segunda edição, de março de 1963, o panfleto teve tiragem de 20 mil exemplares. E a terceira edição, também de 1963, teve tiragem de 25 mil exemplares. Foi lançada também uma edição argentina. *A Estrela Polar*, 24/10/1963.

²¹ Na mesma data, a edição do jornal *Voz de Diamantina* publicou um “Manifesto aos Estudantes Diamantinenses”, prevenindo-os, sobretudo, contra a UNE e suas ações subversivas.

²² Pesquisa do Ibope, feita em março de 1964, mês do golpe, indicava as preferências para as eleições presidenciais de 1965: Juscelino, 37%; Carlos Lacerda, 25%; Adhemar de Barros, 9%; e Magalhães Pinto, 7%. Dados citados por José Murilo de Carvalho (2014).

²³ Conforme a entrevista de Aníbal Teixeira ao site “Última Instância”, em 19/12/2013. Disponível em <http://bit.ly/1cfVbuS>. Acesso em: 17/06/2015.

²⁴ Conforme José Murilo de Carvalho (2014, p. 8), “nenhum dos lados (direita e esquerda) previa um golpe liderado e controlado por militares, seguido de um governo militar. O desapontamento aí foi maior entre os conspiradores civis de olho na Presidência da República, mas a surpresa foi geral”.

²⁵ Entrevista concedida a Raphael Cima em 15 de junho de 2015. Serafim Jardim foi secretário pessoal de JK nos anos 1970 e, hoje, é o presidente da “Casa de Juscelino”, instituição sediada em Diamantina que guarda objetos e documentos do ex-presidente.

²⁶ Entrevista concedida a Raphael Cima em 20 de junho de 2015.

²⁷ Entrevista de Wander José da Conceição, concedida a Raphael Cima em 19 de maio de 2015. Wander é ex-funcionário do Banco do Brasil, violonista, poeta e seresteiro. Estudou no Colégio Tiradentes de Diamantina no tempo da ditadura civil-militar.

História, militância política e pesquisa

Raimundo Nonato Pereira Moreira*

Jailma Maria de Lima†

Arthur Luís de Oliveira Torquato‡

ENTREVISTA concedida à Professora Jailma Lima, da UFRN e ao Professor Arthur Luís de Oliveira Torquato, do IFRN, pelo Prof. Raimundo Nonato Pereira Moreira, da UNEB, logo após sua participação no VII Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades, ocorrido no período de 07 a 11 de novembro de 2017 na cidade de Caicó-RN.

Professor Raimundo, fale-nos sobre a sua trajetória pessoal e o porquê da escolha de cursar história.

Nasci na cidade de Alagoinhas, estado da Bahia, em 12 de fevereiro de 1965. Meu pai, Amadeu de Araújo Moreira (1925-2001), era proprietário rural e minha mãe, Consuelo Pereira Moreira (1935-), professora primária. Até os 13 anos de idade, morei na Fazenda Limoeiro, município de Esplanada, Litoral Norte da Bahia, próximo à fronteira com o estado de Sergipe, juntamente com os meus irmãos, Renato José (1966-) e Consuelo Maria (1967-). Às vezes, visitávamos nossas avós em Esplanada e Alagoinhas e podíamos transcender o universo do campo, com acesso à luz elétrica e – especialmente – à televisão. Aliás, correndo o risco de incorrer na aterrorizante “ilusão biográfica”, cresci dividido entre o fascínio pelas luzes urbanas e a recusa do mundo rural – inclusive no que concerne a me tornar um fazendeiro.

Na cidade, além das novelas da Rede Globo e o *Jornal Nacional*, acompanhava seriados como *O Túnel do Tempo* (uma premonição de que, um dia, seria historiador? Gargalhadas!!!), *Jornada nas Estrelas*, *Terra de Gigantes* e *O Planeta dos Macacos*. Também assistia às transmissões dos jogos da Seleção Brasileira

* Universidade do Estado da Bahia – UNEB. raimundononatopereiramoreira@yahoo.com.br.

† UFRN. jailmalima@ig.com.br.

‡ IFRN. arthurlot@gmail.com.

nas Copas do Mundo de 1970 e 1974, além das partidas dos meus times – Atlético de Alagoinhas (às vezes ia ao estádio *Carneirão*) e Corinthians. Gostava de jogar futebol e Roberto Rivellino (1946-) foi meu primeiro ídolo – Johan Crujff (1947-2016) e Sócrates (1954-2011) vieram depois.

No campo, além do rádio, tinha acesso ao que ocorria no resto do mundo através de jornais, revistas e notícias enviadas pelos parentes. Meu pai, embora tivesse estudado somente até o terceiro ano primário, gostava de História e recordava as lições do seu mestre-escola sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870), a Abolição (1888) e a Guerra de Canudos (1896-1897). Ademais, tinha excelente memória e gostava de contar casos da sua vida e histórias infantis. Minha mãe, além de eleger o Português e a Matemática como matérias preferidas, lia em voz alta para o restante da família – a exemplo do romance *A Aldeia Sagrada* (1953), de Francisco Marins (1922-2016), meu primeiro contato com a temática de Canudos através da cultura letrada.

Estudei na Escola Estadual de Limoeiro e tive em minha mãe a primeira professora. Ironicamente, graças aos acordos MEC-USAID, uma escola localizada no Brasil profundo tinha uma biblioteca, chancelada pela Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). Em algum tempo, devorei boa parte dos volumes disponíveis nas três estantes que formam o modesto acervo da escola: obras de Monteiro Lobato (1882-1948), adaptações dos contos das Mil e Uma Noites e livros sobre assuntos mais diversos. No tocante ao conhecimento histórico, afeiçoei-me especialmente à *História do Brasil* (1963), de Hélio Vianna (1908-1972). Recordo ainda ter lido com prazer *As Aventuras de Tibicuera* (1937), de Érico Veríssimo (1905-1975).

Em 1978, a família mudou-se para a cidade de Entre Rios, em muito devido à preocupação da minha mãe com a nossa educação formal. Nos anos seguintes, continuei a me interessar pela História e obtive boas notas no colégio. Em 1982, tive o batismo de fogo na política. Na minúscula Entre Rios, participei de uma caminhada organizada pelas mulheres do PMDB e apoiei as candidaturas de Roberto Santos ao governo do estado e de Waldir Pires ao Senado Federal. Na

mesma campanha, em Esplanada, assisti a um comício no qual discursou o candidato a deputado federal Fernando Santana (1915-2012), comunista histórico, cassado em 1964. No mesmo ano, comecei a me interessar pelo socialismo e me inseri no campo da oposição à ditadura civil-militar.

Em 1983, buscando escapar do lugar-comum dos demais estudantes entre-rienses, ou seja, terem que escolher entre os cursos técnicos de Magistério e Contabilidade, convenci os meus pais a me matricularem no Colégio Dínamo, em Alagoinhas. Do ponto de vista prático, o ano letivo foi um desastre: consegui ser reprovado em Matemática, Física, Química e Biologia. Porém, os contatos com os colegas de esquerda me permitiram conhecer um pouco sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora também lesse *Tribuna na Luta Operária*, periódico vinculado ao PC do B. Companheiros menos politizados me apresentaram *Kraftwerk*, *Pink Floyd*, Jean-Michel Jarre e *Camisa de Vênus*. Finalmente, o colégio possibilitou o encontro com a coleção *História das Sociedades*, organizada por Rubim Santos Leão de Aquino (1929-2013), meu primeiro contato sistematizado com o materialismo histórico.

Retornei a Entre Rios e, buscando fugir da profissão materna, matriculei-me no curso técnico de Contabilidade, concluído em 1985. Ao mesmo tempo, os ventos da transição da ditadura para o Estado democrático de Direito também sopravam em Entre Rios, cidade conhecida pela violência na política e por disputas entre duas parentelas oligárquicas. Assim, ao tempo em que lia obras de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), como *A Ideologia Alemã* (1845) e *Manifesto do Partido Comunista* (1848), aceitei o convite de um amigo e assinei a ficha de filiação ao PMDB. Em pouco tempo, já integrava o diretório municipal, na condição de tesoureiro. Até pelo menos 1987, fui um comunista atuando no PMDB – como se ainda estivéssemos na vigência da ditadura. A política baiana é mesmo complicada e, em 1986, o grande desafio que se colocava para os homens e as mulheres de esquerda era derrotar o então ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães (1927-2007). Assim, permaneci no PMDB, ao tempo em que mantive contatos com Paulo Fábio

Dantas Neto (hoje professor de Ciência Política na UFBA), então vereador pecebista em Salvador, apoiando a sua candidatura a deputado estadual e a de Fernando Santana para a Constituinte.

A minha vinculação plena ao PCB esbarrava fundamentalmente em um drama familiar. Meu pai, fazendeiro e antigo quadro da UDN, era profundamente anticomunista. Ele recordava os embates ideológicos anteriores ao golpe de 1964 e temia ver as suas terras ser ocupadas pelos camponeses. Minha mãe, além de ecoar os temores da pequena-burguesia no que concerne à revolução social, manifestava um anticomunismo de matriz católica. Hoje, recordando a situação, apenas posso sorrir dos receios dos meus pais. No universo das esquerdas, na metade da década de 1980, o “Partidão” se destacava pelo comedimento político (aliás, acredito que o equilíbrio manifestado pelos comunistas da linha soviética foi o que me atraiu para a organização), apoiava o presidente José Sarney (1985-1990), a transição pacífica ao socialismo (ou o socialismo com Democracia) e defendia um governo de ampla coalizão democrática. De toda sorte, filei-me ao PCB, ao tempo em que militava em movimentos de jovens e em lutas dos trabalhadores rurais – alguns se tornaram fundadores do PT em Entre Rios.

Em 1988, tive que decidir o rumo da minha vida. Por ser considerado “um rapaz de ideias avançadas”, atrai animosidades e não conseguia trabalho na cidade que me acolheu. À época, manifestei interesse de cursar Jornalismo e até contribui com textos para algumas publicações locais. Porém, o curso dos sonhos ficava em Salvador, o que me assustava bastante. Assim, em 1989, prestei vestibular e fui aprovado para o Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Alagoinhas. Sintetizando, acredito que a escolha pela História se deveu ao ambiente familiar, à militância política e ao temor de enfrentar a “selva de pedra” da capital, na qual poderia cursar Jornalismo.

Quanto à sua trajetória profissional, conte-nos o percurso.

A minha trajetória profissional se iniciou ao mesmo tempo em que fui aprovado para o Curso de História da UNEB, em 1989, quando enfrentei a primeira experiência do magistério ministrando aulas para turmas de 6ª série ao 1º ano, na cidade de Cardeal da Silva, vizinha a Entre Rios. Nos anos seguintes, continuei lecionando História e outras matérias em colégios privados de Alagoinhas. Concomitantemente, na Graduação, fui apresentado a autores como Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013), Jean Glénisson (1921-2010), Edward Hallet Carr (1892-1992), Perry Anderson (1938-), Georges Duby (1919-1996), Jacques Le Goff (1924-2014), Michel Vovelle (1933-), Marc Bloch (1886-1944), Lucien Febvre (1878-1956), Fernand Braudel (1902-1985), Peter Burke (1937-), Carlo Ginzburg (1939-), Geoffrey Barraclough (1908-1984), René Rémond (1918-2007), Eric J. Hobsbawm (1917-2012), Marc Ferro (1924-), Carlos Guilherme Mota (1941-), Kátia Mattoso (1931-2011), João José Reis (1952-), Edgar Salvadori de Decca (1946-2016) e Boris Fausto (1930-).

A queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991) me marcaram profundamente, inclusive no que concerne às escolhas teóricas – levando-me a tomar ainda mais distância das interpretações ortodoxas do marxismo. Ao mesmo tempo, afastei-me da militância comunista, mormente após a transformação do PCB no Partido Popular Socialista (PPS), em 1992, embora continuasse filiado à nova organização. Incentivado por alguns professores, passei a considerar o ingresso na docência mediante concurso público. Uma escolha plausível era a disciplina História Medieval, sob o influxo dos historiadores das Mentalidades. Mas, em uma aula, como proposta de trabalho acadêmico, o professor José Cláudio Alves de Oliveira, citou a famosa máxima de Benedetto Croce (1866-1952): “Toda verdadeira história é história contemporânea”. Com algumas ideias na cabeça e vontade de me tornar professor universitário, concluí a Graduação em História, em 1993. No ano seguinte, entre os dias 11 e 14 de abril, submeti-me ao concurso público da

UNEB para a disciplina História Contemporânea. Aprovado em primeiro lugar, assumi o posto em 30 de agosto do mesmo ano. Desde então, leciono História Contemporânea (atualmente na Área de Europa) e disciplinas/componentes de Fundamentos Teóricos e Metodológicos no Curso de Licenciatura em História do Campus II/Alagoinhas da UNEB. No que concerne à pós-graduação, entre os anos de 2008 e 2016, atuei como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS), localizado no Campus V/Santo Antônio de Jesus da UNEB. Em 2017, passei a integrar o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Práticas Sociais (PPGHCPS), também na minha querida Alagoinhas.

Quanto à trajetória de pesquisa, como se deram as suas escolhas?

A máxima crociana referida na questão anterior, associada às leituras de E. H. Carr, Robin George Collingwood (1889-1943) e Adam Schaff (1913-2006), forneceu a senha para o meu ingresso no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Teoria e Metodologia da História, oferecido pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em dezembro de 1995, quase ao mesmo tempo em que nascia meu único filho, Jorge Gabriel. A pesquisa desenvolvida resultou no trabalho monográfico intitulado *O conceito de História Contemporânea na Teoria da História de Benedetto Croce*, sob a orientação do Prof. Me. Humberto José Fonsêca, apresentado em dezembro de 1997.

Simultaneamente, participei e fui aprovado na seleção 1996 do Mestrado em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Em março ano seguinte, vinculado à linha de pesquisa “História, Memória e Historiografia” e sob a orientação do Prof. Dr. Héctor Hernán Bruit Cabrera (que faleceu em 2007), busquei aprofundar a pesquisa já em curso na UEFS. Na UNICAMP, pude pesquisar na excelente biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e ler parte significativa da obra historiográfica de Benedetto Croce. Ademais, pude entrar em contato com trabalhos de relevantes historiadores italianos do século XX, a exemplo de Arnaldo Momigliano (1908-1987), Delio

Cantimori (1904-1966) e Federico Chabod (1901-1960), além de dialogar com ideias desenvolvidas por Carlo Ginzburg, Renzo de Felice (1929-1996), Norberto Bobbio (1909-2004) e Henry Stuart Hughes (1916-1999) acerca da presença de Croce na cultura italiana e europeia do século XX.

As discussões travadas com docentes e discentes agregados pela linha de pesquisa “História, Memória e Historiografia” influíram decisivamente no resultado final da pesquisa. Também fiz excelentes cursos na disciplina Teoria da História I (sob a batuta do professor Edgar de Decca) e nos Tópicos Especiais ministrados pelo professor Michael McDonald Hall (1941-), que priorizou a História Social do Trabalho, e pela professora Maria Clementina Pereira Cunha (1949-), centrado na discussão acerca do gênero biográfico. Em 24 de agosto de 1999, defendi a dissertação *Toda verdadeira história é história contemporânea: a historiografia como passado-presente na obra de Benedetto Croce*. Mas o “parêntesis” Croce ainda não havia sido fechado em minha trajetória de pesquisador – ele reapareceu até o ingresso no doutorado.

Em 1997, no curso da disciplina Teoria da História I, o professor Edgar de Decca propôs que redigíssemos ensaios nos quais estabeleceríamos cruzamentos entre a História e a Literatura em certo conjunto de obras que se situavam na zona de fronteira dos gêneros em questão – a exemplo de *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha (1866-1909). O produto final foi o ensaio “A história como história contemporânea: uma abordagem possível de *Os Sertões*?, estabelecendo relações de intertextualidade entre o livro euclidiano e o romance histórico *Quatrevingt-treize [Noventa e Três, 1874]*, de Victor Hugo (1802-1885). Significativamente, em 1997 rememorou-se o centenário do término da Guerra de Canudos, inclusive com a realização de eventos acadêmicos no IFCH-UNICAMP, em meio à canícula na primavera campineira, devido ao *El Niño*. Antes, no primeiro semestre, durante o curso da disciplina ministrada pelo professor de Decca, assistimos a uma conferência sobre *Os Sertões*, proferida pelo crítico literário Luiz Costa Lima (1937-).

Como já assinalei, Canudos apareceu em minhas elucubrações ainda na infância – e não apenas pela leitura de *A Aldeia Sagrada*. Além do contato com a elaboração literária, havia a memória do meu pai entrando em cena, pois sua meninice também foi marcada pelas narrativas sobre a experiência do Belo Monte. Seu Amadeu Moreira me contou detalhes sobre a guerra, admirando a valentia dos sertanejos e relembrando episódios que envolviam personagens como o coronel Antônio Moreira César (1850-1897), o governador Luís Viana (1846-1920) e Antônio Conselheiro (1830-1897). Talvez a joia mais valiosa das reminiscências paternas estivesse em uma informação surpreendente: João Alves Moreira, meu avô, ainda criança, testemunhou o aparecimento do Conselheiro no hoje Litoral Norte baiano (em 1887, conforme Euclides). Nos lugares por onde circulei em meus verdes anos – Alagoinhas, Entre Rios, Esplanada e Subaúma –, encontrava rastros das andanças conselheiristas. Portanto, cresci com Canudos povoando o meu imaginário.

Na Graduação, além da leitura de *Os Sertões*, descobri o Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), órgão suplementar da UNEB, responsável pela guarda de boa parte da documentação da guerra. No CEEC, sob o enfoque “Canudos não euclidiano”, atuavam pesquisadores próximos ao professor José Calasans Brandão da Silva (1915-2001), como Roberto Nunes Dantas, Manoel Neto, Sérgio Guerra e José Carlos Pinheiro. Ainda hoje, os colegas se definem como “conselheiristas” – e não “euclidianos”. Nos primeiros anos de docência universitária, assisti ao documentário *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos* (1993), do cineasta Antonio Olavo, que rememorava o centenário da chegada do *Bom Jesus* Conselheiro à antiga fazenda às margens do Vaza-Barris, iniciando a bela e trágica experiência do Belo Monte. Correndo o risco de incorrer em mais uma ilusão biográfica, diria que o universo conspirou para que Canudos estivesse no coração de minha próxima pesquisa...

Em 2001, sintomaticamente o ano de falecimento do meu pai, desenterrei dos arquivos do computador o ensaio escrito para a disciplina ministrada pelo professor de Decca e elaborei um anteprojeto, pleiteando meu reingresso no

Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP. Entre as obrigações docentes e as tarefas paternas, elaborei uma carta de intenções denominada “Victor Hugo e a Vendeia em *Os Sertões*: historiografia e literatura na obra de Euclides da Cunha”, aprovada na seleção para o doutorado e com a orientação definida do professor Edgar de Decca. Em março de 2002, retornei ao IFCH e mergulhei na pesquisa acerca dos elos que vinculavam Euclides a Victor Hugo. No Programa, situei-me na área de concentração “Política, memória e cidade” e na linha de pesquisa “Jogos do político: conceitos, representações e memória”. Nos Seminários de Linha de Pesquisa, os projetos dos discentes eram discutidos, sob a mediação dos professores Edgar de Decca e Italo Arnaldo Tronca (1936-2015) e da professora Izabel Andrade Marson (1948-). Além de buscar intertextualidades entre a obra euclidiana e o romance hugoano, tive que enfrentar o mar de trabalhos que versavam sobre aspectos da biografia do escritor brasileiro e da *ontologia discursiva* de *Os Sertões*. Assim, dialoguei com a produção dos teóricos literários, com destaque para Roberto Ventura (1957-2002), Leopoldo M. Bernucci (1952-), Francisco Foot Hardman (1952-), Berthold Zilly (1945-) e Walnice Nogueira Galvão (1937-). Na relação tecida com os autores, terminei me aproximando de Foot Hardman (integrou a Comissão Julgadora da minha tese), Leo Bernucci (tornou-se meu amigo e nos encontramos algumas vezes em Salvador) e Zilly (o tradutor alemão de *Os Sertões* esteve muito presente nos eventos acadêmicos realizados Bahia sobre Canudos e/ou Euclides no período em análise). Já Roberto Ventura, merece um capítulo à parte. No segundo semestre de 2002, com a anuência do orientador, pretendia cursar a disciplina “Literatura, Cultura e Mídia”, que seria oferecida no Instituto de Estudos de Linguagem (IEL) da UNICAMP, sob a responsabilidade de Roberto Ventura, professor da USP e respeitado biógrafo euclidiano. Na verdade, Roberto ministrou uma aula, em 12 de agosto, e faleceu dois depois, quando retornava a São Paulo, após participar da Semana Euclidiana, em São José Pardo. A sua presença-ausência pode ser constatada na tese, que foi dedicada a ele e ao meu pai.

Participar das Semanas Euclidianas de 2003 e 2004 contribuiu para o resultado final da minha pesquisa. Ademais, na Casa de Cultura Euclides da Cunha, entre os objetos que pertenceram ao escritor caboclo, identifiquei uma leitura da sua juventude ausente nos estudos acerca do autor de *Os Sertões: História de França popular e ilustrada*, de Henri Martin (1810-1883) – o principal aporte oferecido pela pesquisa ao “terreno minado” dos estudos euclidianos. Finalmente, em 28 de fevereiro de 2007 defendi a tese *A nossa Vendaia: o imaginário social da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os Sertões*. Um registro a ser feito é que o professor Italo Arnaldo Tronca assumiu a orientação do trabalho a partir de 2003, devido à necessidade do professor de Decca realizar um estágio de pós-doutoramento fora do Brasil. A relação que estabeleci com o professor Italo era antiga, pois ele integrou a banca de seleção que chancelou meu ingresso no Programa, em 1996. Na oportunidade, sublinhou a relevância do conceito de imaginário no ofício do historiador. O professor Italo também se interessava pela temática de Canudos e chegou a realizar um documentário acerca do tema, financiado pela Petrobras. O mínimo que posso dizer é que ele exerceu dignamente o papel de tutor intelectual.

Assim como ocorreu com Croce, não pude encerrar rapidamente o “parêntesis Euclides” em minha trajetória de pesquisa. Em 2008, iniciei o projeto intitulado *Euclides da Cunha na Bahia: uma investigação histórica acerca da presença do correspondente de O Estado de São Paulo no território baiano durante a Guerra de Canudos*. A pesquisa, realizada juntamente com dois bolsistas Iniciação Científica (Edson Santos Ferreira da Silva e Daniela Silva de Santana), resultou em 22 itens de produção intelectual e foi encerrada em 2010. Por conta da minha vinculação ao tema de Canudos, orientei a dissertação de Leonardo Guimarães Leite intitulada *De Euclides a Vargas Llosa: um estudo sobre as representações de Antônio Conselheiro na Literatura*, defendida em 2013, no Mestrado em História Regional e Local da UNEB.

Em 2010, comecei a pesquisa que ainda desenvolvo: *No rastro de Miranda: uma investigação histórica acerca da trajetória de Antônio Maciel Bonfim (1905-*

1947). O inquérito resultou em 41 itens de produção intelectual e 20 orientações (graduação, Iniciação Científica e pós-graduação). Sobre o ponto em questão, antigos bolsistas de IC e pesquisadores voluntários ingressaram nos programas de pós-graduação em História da UNEB, UEFS, UFBA e UFF, em nível de mestrado e doutorado – a exemplo de Thiago Machado de Lima, Letícia Santos Silva, Iracélli da Cruz Alves, Claudia Ellen Guimarães de Oliveira, Rafael Rosa da Rocha e Elisângela Alves Almeida. A propósito dos discentes, a quem expresso os meus sinceros agradecimentos, o que mais me satisfaz na caminhada como professor-pesquisador é ter contribuído para a formação intelectual de centenas de homens e mulheres. É uma tarefa imprescindível do nosso *métier* educar as gerações mais jovens. Não nos esqueçamos da nossa “missão”: dar sentido ao passado em suas múltiplas e complexas relações com o presente.

Como nos recordou Carlo Ginzburg, discutindo as possibilidades do “paradigma indiciário”, por milênios o homem foi caçador. Ao longo das inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas e odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. E também a fazer operações mentais complexas, com rapidez fulminante, no interior de um bosque fechado ou de uma clareira cheia de ciladas. Resumo da ópera: gosto de pensar que não aprendi a pesquisar na universidade, circulando entre livros, fontes, discípulos e sábios, mas em minha infância, na Fazenda Limoeiro, buscando compreender os sinais da natureza e da presença do que me antecederam naquele local. O ato de pesquisar é um patrimônio acumulado ao longo da milenar experiência do gênero humano – e não uma descoberta de cientistas enclausurados em torres de marfim, que se distinguem radicalmente dos pobres mortais.

E a escolha pela história política? Quais as principais referências?

Conforme mencionei anteriormente, o fim do socialismo real, o desaparecimento da URSS e a extinção do PCB que conheci me marcaram profundamente. Na Graduação, afastei-me do marxismo e passei a namorar a História das Mentalidades – ironicamente, outra forma de estruturalismo. Em seguida, passei a investir nas leituras de Teoria e Metodologia da História – outra tentativa infrutífera de escapar do *pathos* da política. De alguma maneira, foi assim que descobri o Benedetto Croce “filósofo da História”.

Mas, diria Caetano Veloso (1942-), “a vida é real e é de viés” e o exercício da docência da disciplina História Contemporânea no Curso de Graduação em História de Alagoinhas me fez retornar ao *político* como dimensão privilegiada do conhecimento histórico. A razão é relativamente simples: ao tratar de temas séculos XIX (Liberalismo, Democracia, Socialismo, Nacionalismo, Imperialismo) e XX (Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa de 1917, Fascismos, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria) não conseguia me desvencilhar da política. Na mesma época, dois textos de Eric J. Hobsbawm me fascinaram: o ensaio *O presente como história: escrever a história do seu próprio tempo* e a estupenda obra de síntese *Era dos extremos* – ambos publicados no Brasil em 1995. Em linhas gerais, os argumentos do historiador inglês poderiam ser sumariados desta forma: se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque viu e ouviu. Então, por que deveria tentar fugir do que vi e ouvi, da experiência política que me moldou, por mais dolorosa que fosse a sensação de derrota na década de 1990?

Por outro lado, em 1996, li *Direita e esquerda*, de Norberto Bobbio. Na contracorrente da chamada cultura “pós-moderna”, que alegava estarem ultrapassados os conceitos de direita e esquerda no contexto do final do século XX, sobretudo em função da crise do socialismo (tanto na vertente comunista quanto na social-democrata), Bobbio reafirmou a atualidade das posições políticas em apreço. Conforme o mestre italiano, não obstante todas as transformações em curso, os distintos valores da direita e da esquerda poderiam ser sintetizados em duas palavras: liberdade e igualdade,

respectivamente. Socialista, identifiquei-me com os argumentos expostos por Bobbio acerca da necessidade da esquerda em um mundo cada vez mais injusto e desigual.

Por outro lado, tanto no mestrado quanto no doutorado, investiguei as obras de dois intelectuais que foram homens de pensamento e ação – Croce e Euclides. *Pari passu*, recordei que todos intelectuais (homens e mulheres) sofrem as pressões políticas, ideológicas e institucionais do seu tempo, cometem erros interpretativos e cultivam preconceitos. A esse respeito, tenho uma enorme dívida intelectual para com os professores e os discentes que integravam a linha de pesquisa “Jogos do político: conceitos, representações e memória” – com especial ênfase para Edgar de Decca, Italo Tronca e Izabel Marson.

No retorno à Graduação, a partir de 2007, orientei trabalhos de conclusão de curso situados nas interfaces entre as Histórias Cultural e Política. No ano seguinte, ingressando como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, atribuíram-me orientações claramente vinculadas à História Política, a exemplo das dissertações defendidas por Lielva Azevedo Aguiar – *“Agora um pouco da política sertaneja”: A trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetitê, 1885-1924)* e Heber José Fernandes de Oliveira – *O Movimento de Luta Nacionalista em Cruz das Almas- Recôncavo Baiano (1957-1964)*. Na Graduação, especialmente a partir de 2010, a pesquisa sobre a trajetória de Antônio Maciel Bonfim possibilitou orientar subprojetos de Iniciação Científica e trabalhos de conclusão centrados no binômio comunismo-anticomunismo. Considerando os resultados alcançados e as trajetórias dos autores e autoras, destaco as monografias de Thiago Machado de Lima – *Esplanada é hoje cidade sem Deus: política, religião e anticomunismo nas correntezas do Golpe de 1964 no interior da Bahia* –, Letícia Santos Silva – *Cuidado com o olho de Moscou! Representações do comunismo em A Tarde e no Diário de Notícias (1930-1947)* –, Iracéli da Cruz Alves – *Bravas companheiras! Representações do feminino em O Momento*

(1945-1947) – e Elisângela Alves Almeida - *A Marcha da Família, com Deus, pela Democracia em Alagoinhas: História, Memória e Esquecimento*.

O Grupo de Trabalho Nacional de História Política (GTNHP) da ANPUH, reorganizado a partir de 2013, sob a coordenação do professor Altemar da Costa Muniz (UECE), também possibilitou intensificar meus vínculos com o tema aqui discutido. Nos colóquios e encontros do GT, pude trocar ideias acerca de questões como usos e apropriações de teorias, modelos e conceitos políticos, as relações interdisciplinares, escolha e uso de fontes, além dos caminhos e desafios da historiografia do político com colegas da estatura intelectual de Cláudia Viscardi (UFJF), Américo Freire (CPDOC-FGV), Angelo Priori (UEM), Luis Carlos dos Passos Martins (PUC-RS) e Faustino Teatino Cavalcanti Neto (UFCEG).

Para concluir a presente questão, em busca de uma síntese, pois acredito ter espalhado muitas pistas ao longo da resposta, diria que, no primeiro plano das minhas referências acerca do político como objeto da História, estão Karl Marx, Benedetto Croce, Norberto Bobbio e Sigmund Freud (1856-1939). Quanto aos historiadores profissionais, tendo em vista os usos que faço das suas investigações em meus trabalhos, diversos são incontornáveis: Eric J. Hobsbawm, René Rémond, Pierre Rosanvallon (1948-), Bronislaw Baczko (1924-2016), Jorge Ferreira (UFF), Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG), Daniel Araújo Reis Filho (UFF), Marly Vianna (UNIVERSO), Paulo Santos Silva (UNEB) e Lucileide Costa Cardoso (UFBA).

Quais as ideias centrais apresentadas no livro “E Canudos era a Vendéia... o imaginário da Revolução Francesa na Construção da narrativa de Os Sertões”, fruto de sua tese de doutorado defendida na Unicamp em 2007, e publicado pelas editoras Annablume e Uneb?

Em linhas gerais, a tese que se tornou livro discute os influxos do imaginário da Revolução Francesa no processo de construção da narrativa de *Os Sertões*. Para tanto, busquei desenvolver cinco raciocínios fundamentais. No primeiro,

abordei aspectos que considerei relevantes da biografia de Euclides da Cunha. Em seguida, analisei a presença da Revolução Francesa (especialmente a metáfora da Vendeia) na obra euclidiana, a partir da premissa segundo a qual o processo em questão se constituiu no conjunto de acontecimentos históricos mais relevante no quadro das referências teóricas do escritor caboclo. No terceiro período, discuti a construção da narrativa euclidiana da Guerra de Canudos, mediante uma hipótese de trabalho que postula a existência de três momentos do mencionado processo: antes do contato de Euclides com o conflito; durante a presença do correspondente de guerra na Bahia; e após o desfecho da guerra, materializado nas páginas do *livro vingador*. No quarto, busquei problematizar a chamada “ontologia discursiva de *Os Sertões*”, recorrendo às categorias de historicidade, ficcionalidade e literariedade, presentes na tessitura da sua narrativa, destacando, ainda, as contribuições do romance histórico *Quatrevingt-treize*, de Victor Hugo, para o consórcio de ciência e arte intentado por Euclides. Finalmente, reiterarei que a análise da construção da narrativa de *Os Sertões* evidenciou um processo complexo, no qual o escritor se valeu tanto de relatos históricos quanto de narrações imaginárias, para comunicar aos futuros historiadores o seu juízo sobre a Guerra de Canudos.

Creio que a epígrafe da tese, uma citação de *Relações de força*, de Carlo Ginzburg, explica o que busquei discutir, nos termos que seguem. Contra a ideia segundo a qual os modelos narrativos intervêm no trabalho historiográfico apenas no final, para organizar o material recolhido ao longo da investigação, busquei mostrar que, ao contrário, eles agem durante todas as etapas da pesquisa, criando interdições e possibilidades. As fontes históricas não são janelas escancaradas, como acreditam os positivistas (ou metódicos), nem muros que obstruem a visão, como pensam os céticos (ou pós-modernos). No máximo, podemos comparar as fontes a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte já se torna um elemento constitutivo dos trabalhos históricos. Mas a construção não é incompatível com a prova; a

projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio da realidade. O conhecimento (inclusive o conhecimento histórico) é possível.

Quais os desafios teóricos-metodológicos de trabalhar com uma obra tão discutida como os Sertões? Afinal, ela se enquadra como uma obra de História?

São diversos e também incontornáveis. Para não abusar mais ainda da paciência dos eventuais leitores, mencionarei quatro dos desafios. Em primeiro lugar, a forma eivada de dramaticidade e tragédia presentes nas primeiras molduras biográficas de Euclides da Cunha, delineadas pela imprensa, pelo movimento euclidiano e pela tríade de biógrafos clássico do escritor: Francisco Venâncio Filho (1894-1946), Elói Pontes (1890-1967) e Sílvio Rabelo (1899-1972). A chamada *Tragédia da Piedade*, na qual o intelectual foi morto a tiros pelo cadete Dilermando de Assis (1888-1951), que mantinha uma relação extraconjugal com a esposa do primeiro, Ana Emília Ribeiro da Cunha (1872-1951), sem dúvida contamina a leitura de *Os Sertões*. Em seguida, a própria complexidade da obra, aliada à miríade de interpretações acerca dos seus significados, criou um verdadeiro “terreno minado” para os pesquisadores, a ponto de um historiador se perguntar que novo aporte pode trazer para uma compreensão diversa de um alfarrábio devassado por literatos, sociólogos, antropólogos, geógrafos e acadêmicos de outras áreas do conhecimento. Em terceiro lugar, a intelectualidade brasileira internalizou o livro vingador de tal maneira que ele se encontra inserido no imaginário nacional, ou, ainda, no que se convencionou definir como “cultura brasileira”. Sobre o ponto em questão, Luiz Costa Lima, um crítico literário avesso às concessões ao culto da personalidade euclidiana, assinalou que “se há um livro fundador de nossa identidade, será este”. A partir de uma perspectiva teórica distinta da de Costa Lima, Leopoldo M. Bernucci destacou que, em toda a história da literatura brasileira, nenhum escritor estabeleceu até o momento uma relação tão visceral com os seus leitores quanto Euclides, a ponto deles saírem deste

encontro com um sentimento de assombro ou perplexidade. Finalmente, há o problema da *ontologia discursiva de os Sertões*, a natureza da obra em apreço: científica ou artística?

Discurso sobre a realidade, consórcio da ciência e da arte, obra híbrida, livro inclassificável, diversas são as tentativas de enquadramento de *Os Sertões*. No que concerne ao conhecimento histórico, sublinhe-se a ambição explícita de Euclides no sentido de direcionar a obra ao “olhar de futuros historiadores”. A propósito, em minha tese, analisei três *máscaras narrativas* euclidianas: o historiador sincero ou tradicional, o biógrafo de Antônio Conselheiro e o historiador-testemunha. Ou seja, o autor do livro vingador também se investiu do papel de historiador. E ainda é tentador ler as reportagens enviadas por Euclides para *O Estado de São Paulo*, postumamente reunidas no opúsculo *Diário de uma expedição* (1939), como exercícios de História Imediata ou de História do Tempo Presente. De maneira complementar, o fato de a matéria do livro versar sobre um evento histórico, além do autor mencionar personagens reais, apoiar-se em fontes históricas, citar historiadores, criticar “nossos minúsculos historiógrafos” e aludir explicitamente ao imperativo da verdade histórica, deveria bastar para enquadrá-lo como trabalho da lavra dos amantes de Clio. Mas, de novo, a vida é real e é de viés. A arquitetura complexa da obra e as demais linguagens mobilizadas ultrapassam largamente o que se espera de um livro de História, mesmo no alvorecer do século XX. Como lembrou Berthold Zilly, do ponto de vista do registro dos fatos históricos, caso *Os Sertões* não fosse publicado, o conhecimento que temos acerca da Guerra de Canudos não seria irremediavelmente prejudicado, até porque a grandeza do trabalho se deve ao seu caráter literário – e não histórico ou historiográfico. E foi assim que a experiência de Canudos se inseriu fortemente no imaginário da nacionalidade brasileira, graças a uma estupenda obra literária.

Somente mais duas observações. Em primeiro lugar, advogar a literariedade de *Os Sertões* não significa acolher a tese segundo a qual se trata de uma obra de ficção. Aqui, há que se distinguir os conceitos de historicidade, literariedade e

ficcionalidade. Finalmente, acredito que uma classificação plausível do livro euclidiano seria um *ensaio de interpretação do Brasil*, nos moldes, por exemplo, de *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freire (1990-1987).

Visitar o Parque de Canudos nos causa inúmeras inquietações, na sua avaliação por que o Arraial de Canudos precisava ser destruído?

Neste quesito (e também no próximo), os limites de um historiador especializado na Canudos euclidiana vão se tornar evidentes. Meus colegas conselheristas Manoel Neto e Sérgio Guerra poderiam responder com mais propriedade à instigante questão. Bem, o Estado brasileiro utilizou em Canudos o secular padrão de violência no tratamento às contestações populares – e mais ainda em se tratando de movimentos rurais. Para não retrocedermos ou avançarmos muito no tempo, basta lembrar como o ente estatal agiu no Contestado (1912-1916), em Caldeirão (1937) e em Pau de Colher (1938) – apenas para ficarmos circunscritos aos ditos “movimentos messiânicos”. A ideia da “República em perigo” e a afronta das derrotas sofridas pelas tropas do Exército nas expedições Febrônio de Brito e Moreira César contribuíram para criar uma atmosfera de comoção que justificou o uso (e o abuso) do monopólio legítimo da violência física (nos termos weberianos) contra os sertanejos do Belo Monte – inclusive civis, mulheres e crianças.

Mas há um ponto a ser considerado. Após a derrota da Expedição Moreira César (3 e 4 de março de 1897), a opinião pública do Brasil litorâneo, açulada por parte expressiva da imprensa e da intelectualidade, tomou a destruição de Canudos como palavra de ordem. De um modo geral, letrados acreditavam que, no interior da Bahia, arquitetava-se um projeto político restaurador, objetivando por abaixo a ordem republicana e liquidar os valores da ordem e do progresso. Afinal, como recordou ironicamente Euclides, “Canudos era a nossa Vendeia”. Muito bem, destruído o arraial e divulgadas notícias relacionadas à degola de prisioneiros e toda sorte de violências perpetradas contra mulheres e crianças, produziu-se o que Walnice Nogueira Galvão denominou “reviravolta de

opinião” – e não apenas em Euclides, diga-se de passagem. Muitos intelectuais e jornalistas, que até 5 de outubro exigiam o extermínio do “arraial maldito”, passaram a se colocar como paladinos dos pobres camponeses. Rui Barbosa (1849-923), se antes acusava os canudenses de serem uma “horda de mentecaptos e galés”, “uma colônia de bandidos”, terminada a guerra e liquidada a ameaça, passou a se dedicar aos sertanejos mortos, chamando-os de “meus clientes”, lamentando não haver pedido *habeas corpus* para eles quando ainda estavam vivos. Em suma, o massacre de Canudos é ainda o melhor atestado do absoluto desconhecimento dos governantes, das elites e da *intelligentsia* nacional quando o problema concerne ao Brasil profundo.

Tomando a experiência de pesquisa com Canudos, como percebe a relação entre história, memória e silêncio?

Mais uma vez, circunscrevo-me aos limites do conhecimento acumulado por estudioso euclidiano. Acredito que não acrescentarei nada inédito ao trabalho de pesquisa baseado na História Oral desenvolvido pelo professor José Calasans e ampliado pelos seus discípulos conselheiristas. Do ponto de vista da Memória, recorde-se que a Guerra de Canudos foi um *evento de mídia*, coberto por jornalistas brasileiros e atraindo a atenção dos europeus – a exemplo dos ingleses, franceses e alemães. Euclides da Cunha e seus colegas periodistas legaram significativa gama de fontes aos historiadores do futuro – para não falar da documentação oficial acerca do conflito. Também já sugeri que o monumento literário de nome *Os Sertões* inseriu fortemente a experiência do Belo Monte no imaginário da nacionalidade brasileira. Assim, para os letrados, a Memória acerca dos eventos ocorridos no interior da Bahia estava preservada. Em absoluto era o caso dos sobreviventes do massacre perpetrado contra a gente de Antônio Conselheiro: mesmo após a sua queda, o arraial foi arrasado e os sertanejos experimentaram violência e a perseguição. Aqui, entraram em cena as tentativas oficiais de produção deliberada do Silêncio e do Esquecimento. Aos poucos, integrantes do séquito do Bom Jesus obtiveram

permissão para reconstruir os seus lares às margens do Vaza-Barris. Em 1947, cinquenta anos após a destruição da “Tróia de taipa”, Odorico Tavares (1912-1980), repórter de *O Cruzeiro*, entrevistou conselheiristas como Manoel Ciríaco. Posteriormente, outros letrados fizeram o mesmo. No ponto em análise, destaque-se o trabalho desenvolvido pelo professor Calasans, que retirou a história de Canudos da “gaiola de ouro de *Os Sertões*”. Portanto, diria que tanto o Silêncio quanto o Esquecimento foram sobrepujados pela Memória.

Em pesquisas mais recentes o comunismo e o anticomunismo entraram no rol das suas preocupações. Apresente-nos Antônio Maciel Bonfim, o famoso comunista Miranda.

Antônio Maciel Bonfim nasceu em São João Batista (atual Água Fria), no então município de Irará, estado da Bahia, em 10 de fevereiro de 1905. Seus pais eram os camponeses João Matias do Bonfim e Maria Maciel Bonfim. Após a mudança da família para Alagoinhas, o menino (apelidado *Guaxinim* pelos colegas) cursou o “Educandário Maria Imaculada”, mantido pelos padres maristas. A dedicação de Antônio aos estudos fez com que os religiosos convencessem seus pais a enviarem o pequeno para o Seminário Marista, em Recife. Segundo o bacharel Pedro Bonfim, o noviço fez na biblioteca da instituição as primeiras leituras de caráter revolucionário, livros sobre História e política. Após abandonar a carreira eclesiástica, ingressou no Exército, em 1922. Antônio Maciel participou da Revolta Paulista de 1924 e, no ano seguinte, reapareceu na Bahia, tornando-se professor em colégios de Salvador e Alagoinhas, lecionando Francês, Matemática e outras matérias. Nos anos seguintes, militou no jornalismo, tornando-se colaborador e redator do *Correio de Alagoinhas*. Em seguida, trabalho como bancário, em uma operadora portuária e como professor contratado da Companhia de Petróleo Anglo-Mexicana.

Na condição de elemento independente, apoiou a campanha da Aliança Liberal, em 1930. Descontente com a derrota da chapa Getúlio Vargas-João Pessoa, uniu-se a conspiradores e seguiu para o Rio de Janeiro, como

representante dos aliancistas baianos. Estabeleceu contato com Luiz Carlos Prestes (1898-1990) e tomou parte da criação da Liga de Ação Revolucionária (LAR), atuando como secretário do organismo na Bahia. Em 15 de setembro de 1930, foi preso em Alagoinhas, acusado de subversão, e identificado criminalmente quatro dias depois. Libertado, regressou a Alagoinhas e assistiu à entrada na cidade dos revolucionários aliancistas, comandados pelo capitão Agildo Barata (1905-1968). Como discordava do programa dos vencedores do momento, seguiu para o Rio de Janeiro e buscou integrar as fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCB). Valendo-se do pseudônimo *Américo de Carvalho* foi preso duas vezes na capital federal, em 21 de julho de 1931 e 22 de janeiro de 1932. Enviado para a Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande, estabeleceu contato com os comunistas presos e empreendeu fuga na companhia de dois deles, em novembro de 1932 – ingressando em seguida no PCB.

Bonfim ascendeu meteoricamente na estrutura partidária, passou a ser conhecido como *Miranda* e travou embates políticos com antigos dirigentes da organização, a exemplo de Heitor Ferreira Lima (1905-1989) e Leôncio Basbaum (1907-1969), que, posteriormente, representaram-no de maneira bastante negativa em suas memórias. Eleito secretário-geral do partido, em julho de 1934, Bonfim, sob o criptônimo *Adalberto de Andrade*, partiu para a Europa, em setembro do mesmo ano, chefiando a delegação brasileira que participou da Terceira Conferência dos Partidos Comunistas da América Meridional e do Caribe, na capital da União Soviética. Em Moscou, participou dos encontros que definiram o envio de Prestes e de um grupo de “assessores” da Internacional Comunista, inclusive Olga Benário (1908-1942), para o Brasil. Tanto na historiografia sobre as insurreições de 1935 quanto na memorialística comunista, acusa-se *Miranda* de ter apresentado informes triunfalistas sobre a conjuntura brasileira.

Após a derrota das insurreições de Natal, de Recife e do Rio de Janeiro, *Miranda* foi preso, em 13 de janeiro de 1936, juntamente com a sua companheira Elvira

Copello Calonio (*Elza Fernandes*). Bonfim foi muito torturado e, durante os interrogatórios, confrontado com a volumosa documentação apreendida em sua e casa e a de outros enviados da Internacional. Conforme Marly Vianna, o secretário-geral adotou a estratégia de confirmar tudo o que a polícia já sabia e de se calar no que lhe pudesse oferecer novos elementos. De toda sorte, não escapou da desconfiança dos companheiros e ainda teve que enfrentar o “caso *Elza*”, ou seja, o *justiçamento* da sua companheira (entre fins de fevereiro e início de março de 1936), estrangulada por militantes e dirigentes comunistas, sob a acusação de ser informante policial. No processo, Prestes desempenhou um papel central, instando decididamente os integrantes do secretariado nacional do PCB a cumprirem a macabra “tarefa”.

Em 5 de maio de 1937, Antônio Maciel Bonfim foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 4 anos e 4 meses de reclusão, pela participação nos movimentos de novembro de 1935. Parte da pena foi cumprida na ilha de Fernando de Noronha. Após o encarceramento da direção nacional do PCB, a polícia descobriu os restos mortais de Elza, em 17 de abril de 1940. O episódio foi fartamente coberto por jornais, filmado e exibido em cinemas. A execução da *Garota* propiciou farta munição para a *indústria* do anticomunismo no Brasil. Ao que parece, somente após ter a certeza da execução de *Elza* pelos comunistas Bonfim passou a com a polícia. Como havia sido enviado para tratar da saúde no Rio de Janeiro, em 19 de abril de 1940, após ter ciência da descoberta do corpo da companheira, escreveu um bilhete (publicado pelos jornais) rompendo com o PCB. Finalmente, em 19 de julho do mesmo ano, após 4 anos, 4 meses e 6 dias de aprisionamento, Bonfim foi libertado.

Ao sair da prisão, *Miranda* sofria de tuberculose, havia perdido um rim e estava na mais absoluta miséria. Edmundo Moniz (1911-1997) conseguiu para o antigo dirigente um emprego de revisor em um jornal. Em junho de 1941, elaborou um artigo encomendado pela revista *Cultura Política*, que foi apreendido pela polícia e posteriormente publicado, sem a assinatura do autor. Segundo Carlos Lacerda (1914-1977), a personagem em apreço ainda trabalhou

como funcionário de um sindicato de fabricantes ou comerciantes de material de construção. Após retornar ao catolicismo, Antônio Maciel Bonfim faleceu em 2 de abril de 1947, na Casa de Saúde São José, no Rio de Janeiro.

Relate-nos quais os caminhos que o levaram ao seu personagem. E quais as novidades que descobriu em relação a ele?

Como tantas outras pesquisas, a que atualmente desenvolvo surgiu devido a um feliz acaso. Em janeiro de 2009, investigava acerca da presença de Euclides da Cunha nos jornais soteropolitanos à época da Guerra de Canudos no Setor de Periódicos Raros da Biblioteca Pública da Bahia, em Salvador, quando deparei com exemplares do *Correio de Alagoinhas* da década de 1920. O número de 20 de setembro de 1930 continha uma matéria intitulada “Antônio Bonfim e o comunismo”, na qual o articulista comentava a prisão do “educado moço com quem toda a cidade mantinha as mais estreitas relações” como “o chefe do comunismo na Bahia”. Surpreendentemente, considerando o anticomunismo já vigente no período, o texto é respeitoso para com o preso e o autor, recordando antiga amizade, deplorava a sua situação e expressava a dor dos familiares de Bonfim. Ainda hoje, não consigo ler sem rir a seguinte passagem: “Moço, cheio de vida, afeito ao trabalho, portador de qualidades que ornaram o seu caráter, Antônio Bonfim não pode ser o comunista que os jornais da capital pintaram”.

Demorei certo tempo para associar Antônio Bonfim ao legendário dirigente *Miranda*. A partir da menção do articulista do *Correio de Alagoinhas* aos jornais da capital, busquei e identifiquei, em *A Tarde* e no *Diário de Notícias*, mais detalhes acerca da prisão do moço, dos seus companheiros na direção da LAR na Bahia, das relações entre Bonfim e Prestes e da liberação dos prestistas baianos, em setembro do mesmo. A partir da oficialização do projeto de pesquisa, em 2010, tenho rastreado de *Miranda* em fontes jornalísticas e documentais, com destaque para Prontuário GB 1890 da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPE), que integra a Série Comunismo do Fundo

Polícias Políticas, sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

No que concerne às novidades, cabe-me recordar, preliminarmente, que a trajetória de Antônio Maciel Bonfim ainda não havia sido objeto de investigação histórica específica. Assim, não é inusitado que uma pesquisa com tais características revele aspectos singulares acerca do seu objeto. Por outro lado, há diversas lacunas em distintos momentos da existência do antigo dirigente comunista (infância, juventude e últimos anos de vida), o que significa haver muito ainda para ser investigado.

Para começar, ao tocante à infância da personagem, consegui estabelecer o colégio religioso na qual Bonfim recebeu instrução formal – o “Educandário Maria Imaculada” e o seu primeiro pseudônimo – *Guaxinim*. No que diz respeito à juventude, a passagem de Antônio pelo Seminário Marista, em Recife, também é um dado novo acerca do seu percurso e o mesmo se pode dizer no tocante às leituras sobre História e Política realizadas durante o noviciado. O mesmo raciocínio vale no que concerne ao retorno a Alagoinhas, em 1925, e a militância jornalística em um hebdomadário local. Aliás, além de ter sido redator do *Correio de Alagoinhas*, Bonfim assinou pelo menos seis artigos tratando de temas diversos, a saber: “A consciência” (13 de abril de 1925); “Lembrando” (25 de abril de 1925); “O ideal” (25 de maio de 1925); “Evolução” (29 de julho de 1925); “Esperamos muitas reformas e mais o divórcio” (7 de junho de 1926); e “Norte e sul do Brasil” (26 de julho de 1926). Quanto ao período de militância comunista, a pesquisa que realizei no Prontuário GB 1890 corrigiu a data de libertação de *Miranda*, após ter sido condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, em 1937. Nos estudos sobre as insurreições de 1935, lê-se que Bonfim foi libertado em 1945, após a anistia dos presos políticos, decretada por Getúlio Vargas (1882-1954). Em *Olga* (1985), Fernando Morais (1946-) afirmou categoricamente: “Anistiado em 1945, Antônio Maciel Bonfim, o Miranda, caiu na mais completa obscuridade política. Morreu tuberculoso em Alagoinhas, interior da Bahia”. Porém, as

informações constantes no Prontuário 1890 registram outra data: 19 de julho de 1940. Bonfim também não foi anistiado, pois cumpriu a pena de 4 anos e 4 meses (e mais 6 dias) aplicada pelo TSN. Outros dados ausentes nos trabalhos que, de uma forma ou de outra, abordaram tangencialmente o caminho de Bonfim, dizem respeito ao fato dele ter produzido um artigo sob encomenda para revista *Cultura Política*, em junho de 1941, prontamente apreendido pela DESPS e a publicação do referido texto (sem a assinatura do autor) no sétimo número do periódico, em setembro do mesmo ano. Finalmente, mais duas informações originais. A primeira diz respeito ao local de falecimento do dirigente comunista: Antônio Maciel Bonfim faleceu na “Casa de Saúde São José”, no Rio de Janeiro – e não em Alagoinhas, conforme consta em outros trabalhos. Quanto ao último dado, diz respeito à data de morte de Bonfim: 2 de abril de 1947. A informação se encontra presente no artigo “O companheiro de Elza Fernandes”, de autoria do padre Arlindo Vieira, publicada na edição de 7 de maio de 1947 do carioca *Correio da Manhã*.

Enfim, acredito, em quase 9 anos de pesquisa, identifiquei novos indícios que problematizam a trajetória de Antônio Maciel Bonfim e compõem uma nova moldura biográfica da personagem, em um livro que virá a lume oportunamente.

Quais os principais embates entre Luís Carlos Prestes e Miranda?

As relações entre Prestes e Bonfim constituem uma das pontas do “novo biográfico” que teimo em desembaraçar. Em abril de 1930, Antônio Maciel Bonfim abandonou um bom emprego na “Companhia de Petróleo Anglo-Mexicana” para atuar no Rio de Janeiro, elemento de articulação entre os conspiradores aliancistas da Bahia e os militares rebeldes. Nos meses seguintes, o jovem de Alagoinhas estabeleceu contato com Prestes, então exilado em Buenos Aires, aderindo e discutindo com o *Cavaleiro da Esperança* o conteúdo do manifesto de criação da Liga de Ação Revolucionária, criada em julho de 1930. Bonfim atuou como secretário da LAR na Bahia, até a sua prisão, em 15

de setembro do ano. Conduzido à delegacia, admitiu que mantinha correspondência (a partir do pseudônimo *Câmara de Barros*) com Prestes e outros indivíduos na capital da República. No conjunto de documentos apreendidos com o rapaz estava uma curiosa carta, na qual o propagandista baiano estranhava o silêncio do comandante da Coluna, que não havia respondido às suas missivas anteriores, inclusive uma em que demandava uma subvenção (dinheiro). E concluía: “Caso não possa entrar em ação nesta capital, tomarei outro destino com as minhas ideias”. Aqui, o registro claro do primeiro embate conhecido entre as personagens em apreço.

No com a passar do tempo, as divergências entre os dois homens se acentuaram. Em sua autobiografia, datada de 7 de novembro de 1934 e depositada nos arquivos da Internacional Comunista, em Moscou, *Miranda* assinalou que rompeu com Prestes em dezembro de 1930, no debate que antecedeu a dissolução da LAR. Na condição de dirigente e depois secretário-geral do PCB, Antônio Bonfim colocou-se ao lado dos que vetaram as tentativas de admissão de Prestes no partido. Em *Camaradas* (1993), William Waack (1952-) apontou que a pressão de Moscou sobre os comunistas brasileiros, forçando a entrada do comandante da Coluna na agremiação, datava de 11 de março de 1934 – antes, portanto, do famoso soco na mesa de Dimitri Manuilski (1883-1959), que, conforme Prestes, havia decidido o seu ingresso no PCB. O comitê central resistiu o quanto pode, mas, em 12 de setembro, às vésperas da partida da delegação brasileira para Europa, *A Classe Operária* publicou a notícia da filiação de Prestes ao Partido Comunista do Brasil.

Nos “encontros de Moscou”, animosidade entre o secretário-geral e o líder tenentista se manteve. Conforme Prestes assinalou em uma das suas entrevistas, *Miranda* (ou *Queiroz*, como era conhecido pela Internacional) apresentou informes falsos sobre a situação brasileira, a ponto de impressionar Manuilski, que não se casava de repetir: “Ah, se tivéssemos na Europa um secretário político que conhece o partido como esse jovem conhece!”... Por outro lado, o general da Coluna também assinalou que o homem da

Internacional elogiou muito a sua figura e o seu papel, criando um ambiente desagradável para o secretário-geral do PCB. A guerra de egos prosseguiu nos meses que antecederam as insurreições de novembro de 1935. Prestes estava ciente que havia retornado ao Brasil para dirigir a revolução, criando uma incômoda sombra para *Miranda*. Bonfim chegou a escrever uma carta para o Secretariado Latino-Americano da IC pedindo para ser afastado da direção e retornar ao trabalho de base. Um dos “assessores” enviados por Moscou, Johann de Graaf (1894-1980), vulgo *Franz Gruber*, reproduziu aos superiores a seguinte discussão, ocorrida no começo de novembro de 1935: “O chefe do partido sou eu”, dizia *Miranda*. “Logo sou eu que vou comandar aqui no Brasil e dar as ordens”, retrucou Prestes. O receio de que Prestes tomasse o seu posto explica algumas atitudes inusitadas do secretário-geral. Por exemplo, *A Classe Operária*, contrariando a orientação da Internacional, perseverava em teses e palavras de ordens como: “Repúblicas Soviéticas do Brasil”, “soviets de camponeses e trabalhadores”, “hegemonia do proletariado” e “revolução socialista”. A maneira mais original adotada por *Miranda* foi passar a assinar os artigos publicados no jornal do PCB com variações do nome próprio – quem sabe buscando assegurar seu lugar em uma futura ordem revolucionária. Na edição de 20 de julho do mesmo, subscreveu A. Maciel Bonfim (Miranda) em um artigo sobre as guerras imperialistas. Uma temeridade para um líder de um partido ilegal!

Para concluir este item, recorde-se que Prestes atribuiu a Bonfim uma postura desleixada e vacilante, que impediu desencadear com mais rapidez uma insurreição na capital, após tomar conhecimento das revoltas ocorridas em Natal e em Recife. Há ainda o protagonismo de Prestes no “caso *Elza*”. Finalmente, nos depoimentos e entrevistas concedidas após o retorno ao Brasil, em 1979, e especialmente após o rompimento com a direção nacional do PCB, no ano seguinte, Prestes não cansou de responsabilizar *Miranda* por três erros capitais: os “informes-baluarte” (exagerados) prestados em Moscou; as informações falsas repassadas a ele e aos enviados da IC; e ter capitulado diante

da polícia. No que concerne à responsabilidade no “justiçamento” de Elvira Copello Calonio, o general da Coluna limitou-se a dizer: “Eu não mandei matar Elza. [...]. Quem mandou matar Elza foi o partido”.

Em suma, continuo enredado no novelo, sem encontrar uma das suas pontas.

Quais os desafios de se pesquisar o gênero biográfico?

Os desafios para se escrever uma biografia histórica na contemporaneidade são tantos e carregam tal complexidade que não podem ser suficientemente explorados em uma entrevista. Telegraficamente, apontarei três: a) o próprio estatuto do gênero biográfico, que, ao longo de um percurso mais do que milenar, tem sido referido como “compósito”, “híbrido”, “controverso”, “problemático”, “confuso”, “duvidoso”, ou seja, um “gênero menor”; b) a paixão do biógrafo pelo biografado – implacavelmente condenada por Freud; e c) a “ilusão biográfica”, nos termos apontados por Pierre Bourdieu (1930-2002).

Como qualquer outra atividade científica, pesquisar objetos relacionados ao gênero biográfico demanda uma constante atitude de criticidade dos investigadores e uma postura de responsabilidade ética para com os produtos finais. Como ressaltou Roberto Ventura, toda biografia é um relato verossímil construído a partir de fontes diversas. Logo, a narrativa será uma versão dos fatos, criada a partir de depoimentos e documentos. No entanto, muitos indícios (uma carta ou uma entrevista) são interpretados pelo biógrafo, sem que se possa ter certeza sobre o grau de verdade da interpretação proposta. O biógrafo precisa ter a coragem e a ousadia de dar a sua versão dos fatos, de trazer ideias sobre as motivações de seu personagem – criando o interesse pela narrativa, que deve ir além da mera exposição de fatos e dados. Em síntese, ainda na esteira das reflexões do biógrafo de Euclides da Cunha, para escrever uma biografia é preciso confrontar testemunhos contraditórios e rever o que se conhece sobre o biografado à luz das fontes levantadas. No ponto em questão, o biógrafo pode descobrir fatos novos ou pistas até então desconhecidas.

Por fim, como você vê o papel dos historiadores nesse cenário de crise política?

Um aspecto inicial a ser abordado é que o Brasil possui uma significativa comunidade de historiadores e historiadoras, fruto da expansão dos programas de pós-graduação e das demandas sociais relacionadas ao direito à História. Trata-se de uma comunidade de excelência, muito bem preparada teoricamente e engajada em diversas lutas, com destaque para a defesa da Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Assim, não é surpresa o papel significativo (no meu entendimento) desempenhado pelos historiadores e pelas historiadoras na discussão da atual crise política e em mobilizações correlatas.

Mais especificamente, estou me referindo ao movimento *Historiadores pela Democracia*, capitaneada pelas professoras Hebe Mattos (UFF) e Tânia Bessone (UERJ). A iniciativa surgiu em após a sessão de 17 de abril de 2016, quando a Câmara dos Deputados aprovou para ser prosseguimento no Senado Federal o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Buscando como objetivo imediato colher depoimentos em vídeos contrários ao processo, cresceu com a criação de um grupo público da rede social Facebook (que reúne hoje 43.209 componentes) e se cristalizou com a iniciativa de visitar a mandatária afastada no Palácio da Alvorada, em 7 de junho do mesmo ano. Integrado por historiadores com carreira consolidada em universidades brasileiras e estrangeiras, jovens profissionais de História e estudantes, o movimento não pretende, como salientam as organizadoras da coletânea que tem o mesmo nome do grupo, representar todos os profissionais da área, divididos politicamente, posto que são uma expressão da sociedade brasileira. Muito embora ressaltem a pluralidades de olhares sobre a crise política brasileira, destacam que um denominador comum unifica os integrantes do movimento: a convicção, arquitetada a partir dos raciocínios historiográficos, de que a Democracia no Brasil corre risco. E mais: parcela significativa dos profissionais de História, que compõe a iniciativa, sente-se na obrigação de denunciar o

golpe em curso, tomando por base a experiência de pesquisa dos profissionais em apreço e os problemas por eles formulados para interrogarem o passado. Para além do engajamento como cidadãos, em defesa de bandeiras civilizatórias, tais como o Estado Democrático de Direito e a Universidade pública, acredito que não podemos descurar de um do princípio estruturante do nosso *métier*: o fato de historiadores e historiadoras serem portadores de um *conhecimento específico* acerca do passado. A propósito, Eric J. Hobsbawm, discutindo as possibilidades e os limites de se escrever a história do próprio tempo, recordou que o início da compreensão histórica é uma valorização da *alteridade* do passado e o maior pecado dos amantes de Clio é o anacronismo. Ou seja, uma das atitudes mentais que distinguem os integrantes de nossa comunidade de outros profissionais ou de diletantes é saber que o passado é outro país, que as pessoas e as coisas de ontem são diferentes das do presente. Acredito que o quanto mais nos ativermos às nossas responsabilidades de *experts*, em suas intrincadas relações com o presente, melhor compreenderemos a crise atual.

Em hipótese alguma defendo que historiadores e historiadoras se refugiem no seu “poleiro particular” (retomando uma feliz expressão de Hobsbawm), temendo cometer erros de avaliação e abandonem as possibilidades fascinantes de compreensão e intervenção no presente. Ao contrário. Até porque seria contraditório para alguém que tomou o axioma “toda verdadeira história é história contemporânea” como tema de investigação. Na mesma linha de raciocínio, na esteira de E. H. Carr, vislumbro na História um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre passado e presente. O que desejo sublinhar é a nossa responsabilidade profissional, em meio à hiperpolitização da sociedade brasileira. Comumente, quando historiadores e historiadoras emitem pontos de vista sobre o presente distanciados dos seus objetos de pesquisa, arriscam-se a dizer o óbvio, de não conseguirem ir além da mera opinião. Exemplificando, o fato de um historiador ser engajado politicamente, militar em organização de esquerda, não lhe

concede a legitimidade intelectual para abordar temas sobre os quais são tem pesquisa de arquivo. Como cidadão, é evidente, pode (se assim desejar) emitir opiniões, mas, na *pele do historiador*, deve, no mínimo, obedecer ao princípio da honestidade intelectual e admitir os limites da sua intervenção. Ademais, o desejo de exercitar a prática da História Pública tem potencializado a figura do “tutólogo” definido por Carlo Ginzburg como aquele acadêmico que fala sobre tudo, que é consultado pelas mídias para falar e escrever sobre tudo. Diria que, se buscamos verdadeiramente a compreensão da crise atual (por mais dolorosa que seja a descoberta), necessitamos de mais historiadores com as responsabilidades do especialista e de menos dos tutólogos e ideólogos que estão na crista da onda.

Finalmente, assinalo que os historiadores do político (especialmente os que investigam objetos relacionados ao binômio comunismo/anticomunismo) têm muito a dizer sobre a crise atual. Sobre o ponto em questão, recorde-se que a Revolução de Outubro de 1917 foi um evento fundamental para a história do breve século XX. Por um lado, atraiu admiração, entusiasmo e adesão de milhões de homens e mulheres em todo o globo. Por outro, despertou também em milhões aversão, medo e oposição sistemática. No plano das ideias, um dos desdobramentos da Revolução Russa foi dar sentido ao imaginário anticomunista que caracterizou a *Era dos Extremos*. Em tese, o anticomunismo deveria ter sido sepultado pelo conjunto de fatos que marcaram o encerramento do século: a queda do Muro de Berlim, o fim dos regimes socialistas da Europa oriental e a extinção da União Soviética. Contudo, eis que, no Brasil, ao longo dos últimos anos, nos mundos “real” e “virtual”, disseminasse um novo anticomunismo. Políticas públicas compensatórias são adjetivadas comunistas; a liberdade de cátedra tornou-se sinônimo de “doutrinação comunista; e, em nome da “ameaça comunista”, setores da opinião pública exigem uma “intervenção militar”, que liquidaria os fiapos do Estado democrático de Direito ainda existente. Oxalá os jovens historiadores e as jovens historiadoras que vivem nestes tempos possam compreender e dar

sentido aos fenômenos aludidos, ao tempo que revisitam temas clássicos, revisam interpretações consolidadas, recompõem trajetórias e propõem novas vias para a História.

Referências

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 183-191.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de Canudos. Edição, Prefácio, Cronologia, Notas e Índices de Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GAY, Peter. **Freud para historiadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. Carlo Ginzburg. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **As muitas faces da história**: nove entrevistas. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. p. 269-305.

_____. **Relações de força**: História, retórica e prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. **Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, n. 43, p. 103-112, nov. 1995.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN (Orgs.). **Historiadores pela Democracia**: o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo; Alameda, 2016.
MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **Toda verdadeira história é história contemporânea**: a historiografia como passado-presente na obra de Benedetto Croce. 1999. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

_____. As vidas paralelas (e invertidas) de Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro. In: IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH-BA. 2008. Vitória da Conquista, BA. **Anais Eletrônicos...** Vitória da Conquista, BA: UESB, 2009. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Raimundo%20Nonato%20Pereira%20Moreira.pdf> Acesso em: 2 out. 2017.

_____. **E Canudos era a Vendéia...** O imaginário da Revolução Francesa na construção da narrativa de *Os Sertões*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. Cem anos sem Euclides da Cunha? A presença de um intelectual na cultura brasileira (1909-2009). In: OLIVEIRA, Ana Maria dos Santos; REIS, Isabel Cristina dos Santos (Orgs.). **História Regional e Local: discussões e práticas**. Salvador: Quarteto, 2010. p. 13-22.

_____. No rastro de Miranda: convite a uma investigação histórica sobre a trajetória de Antônio Maciel Bonfim. In: SILVA, Paulo Santos (Org.). **Desarquivamento e narrativas: História, Literatura e Memória**. Salvador: Quarteto, 2010. p. 31-46.

_____. História e Memória da Insurreição de 1935 nas entrevistas de Luiz Carlos Prestes. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, vol. 4, no. 8, p. 266-278, dez. 2012. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.HistoriaeMemoriadaInsurreicao.pdf> Acesso em: 27 jul. 2013.

_____. Benedetto Croce (1866-1952). In: PARADA, Maurício (Org.). **Os Historiadores: clássicos da História**, vol. 2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes, PUC-Rio, 2013. p. 138-158.

_____. Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico. **Revista Brasileira de História** [online], vol. 36, n.72, p.173-194, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472016v36n72_010> Acesso em: 15 set. 2017.

_____. Desafios conceituais e metodológicos da escrita biográfica: notas sobre a trajetória de Antônio Maciel Bonfim (Miranda). In: MUNIZ, Altamar Costa; MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **História Política: interfaces e diálogos**. Porto Alegre; Fortaleza, EDIPUCRS; EDUECE, 2016. p. 297-312.

_____. O jovem Antônio Bonfim: notas sobre o célebre Miranda antes da fama. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (Orgs.). **Ditaduras: memória, violência e silenciamento**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 443-459.

VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**. Organização Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WAACK, William. **Camaradas: nos arquivos de Moscou. A história secreta da revolução brasileira de 1935**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

Entrevista recebida em 10 de novembro de 2017. Aprovada em 28 de março de 2018.

Contrastación de un modelo de redes decisionales

Contrasting a model of decisional networks

*Cruz García Lirios**

RESUMO: Si consideramos a Internet como una red intencional de búsqueda de información destacaría una brecha digital entre quienes usan las redes sociales para entretenimiento y diversión frente a quienes buscan información en páginas de revistas. En este sentido, se llevó a cabo un estudio transversal de corte cuantitativo con una selección no probabilística de 253 estudiantes del Estado de México para contrastar el supuesto de ocho dimensiones de la intención de buscar información para fines académicos. Se construyó una escala para medir la variable psicosocial y poder establecer su distribución normal, confiabilidad y validez. A partir de un modelo estructural [$X^2 = 24,36$ (16gl) $p = 0,000$; GFI = 1,000M RMR = 0,000], la ansiedad fue el factor reflejante del constructo "Red Intencional" ($\beta = 0,53$) en referencia a las otras siete dimensiones especificadas el aporte de la presente investigación fue discutido.

PALAVRAS-CHAVE: Información, red, intención, ansiedad, desempeño.

ABSTRACT: If we consider the Internet as an intentional information search network, it would highlight a digital divide between those who use social media for entertainment and entertainment versus those who seek information on magazine pages. In this sense, a cross-sectional quantitative study was carried out with a non-probabilistic selection of 253 students from the State of Mexico to test the eight-dimensional assumption of seeking information for academic purposes. A scale was constructed to measure the psychosocial variable and to establish its normal distribution, reliability and validity. From a structural model [$X^2 = 24.36$ (16gl) $p = 0.000$; GFI = 1,000M RMR = 0.000], anxiety was the reflective factor of the construct "Intentional Network" ($\beta = 0.53$) in reference to the other seven dimensions specified the contribution of the present investigation was discussed.

KEYWORDS: Information, network, intention, anxiety, performance.

Introducción

La psicología social, a través de los modelos de acción razonada y conducta planificada, han influido en la construcción de una psicología de la información. En esencia, ambos modelos parten del supuesto según el cual el comportamiento es determinado por la relación entre creencias, actitudes, percepciones e intenciones. Se trata de un proceso que, en el marco de la información que se genera en Internet, explica decisiones de consumo a partir del procesamiento racional, deliberado, planificado y sistemático.

* Universidad Autónoma Metropolitana, Estado de México. garcialirios@yahoo.com.

Sin embargo, los modelos psicosociales han sido modificados para ajustar sus relaciones al procesamiento de información en Internet. Son los casos del Modelo de Aceptación de la Tecnología, el Modelo de Adopción del Comercio y el Modelo del Consumo Electrónico. Estos modelos han incorporado las variables psicosociales de creencias, actitudes, percepciones e intenciones que fueron propuestas para explicar un comportamiento eficiente, eficaz y efectivo.

La psicología de la información ha fusionado las variables psicosociales con otros constructos organizacionales tales como; clima laboral, capacitación y adiestramiento, aunque la psicología educativa, con la propuesta de la auto-eficacia computacional y la psicología clínica con la inclusión de la ansiedad y adicción, son participes activas de la construcción de modelos psicológicos informacionales.

Sin embargo, en un contexto en el que las capacidades son indicadores de Desarrollo Humano Sustentable, las habilidades, conocimientos y motivaciones son fundamentales para explicar la emergencia del emprendimiento y la felicidad como principales propuestas, la psicología en general y la psicología positiva en lo particular, ante las problemáticas relativas a la escasez de recursos y su impacto en los servicios públicos que hacen más vulnerable a los sectores marginados y excluidos.

En este escenario, la psicología de la información ha estrechado más sus lazos teóricos y conceptuales con la psicología social ya que las creencias siguen siendo una propuesta sustancial para entender el impacto de las problemáticas ambientales sobre el comportamiento humano a través de los medios de comunicación, principalmente la información que se genera en Internet.

La relevancia de las creencias entendidas como categorías generales de información, se extiende a la formación de actitudes definidas como categorizaciones específicas de información, las percepciones de riesgo de catástrofes o las percepciones de utilidad de información asumidas como expectativas que permiten anticipar escenarios de incertidumbre, así como

hacia las intenciones de uso de Internet para muy probablemente procesar la información que se genere. Son estas relaciones entre las variables psicosociales las que hacen relevante su inclusión en los modelos psicológicos informacionales ya que explican el procesamiento de información de eventos lejanos o cercanos a la vida cotidiana de usuarios de Internet. De este modo, la recepción de información en tiempo real es un factor preponderante en la planificación de estrategias o estilos de vida que aminoren el impacto de las catástrofes.

Sin embargo, la tendencia de los estudios psicológicos informacionales es especificar las variables psicosociales ya que las creencias son categorizaciones muy generales y no podrían anticipar comportamientos específicos, aunque las actitudes son categorizaciones más delimitadas, requieren de información percibida para activar decisiones de acción inmediata.

Precisamente, al ser las intenciones probabilidades decisivas de llevar a cabo una acción racional, deliberada, planificada y sistemática predicen la emergencia de un comportamiento, empero la información que se genera en Internet propicia un proceso más emocional que racional.

Es por ello que el estudio de las intenciones con dimensiones emocionales y racionales parece ser más pertinente en un escenario impredecible e inconmensurable como lo serían las catástrofes ambientales.

Los estudios psicológicos de la información han establecido ocho dimensiones relacionadas con las intenciones de uso de información que se genera en Internet.

La primera dimensión corresponde a la selectividad informacional como una decisión de llevar a cabo una búsqueda de información delimitada (Fuente, Herrero y Gracia, 2010), la segunda dimensión refiere a las similitudes y diferencias de la información buscada en referencia a los estilos de vida y consumo de información de los cibernautas (Hee y Mc Daniel, 2011). La tercera dimensión obedece a la probabilidad de codificar información y su resguardo

en cualquier dispositivo electrónico (Shrrof, Denenn y Ng, 2011). La cuarta dimensión alude a la decisión de buscar información libre de filtros (López y López, 2011). La quinta dimensión sugiere que los internautas toman decisiones de búsqueda de información considerando las versiones de diferentes fuentes ante el mismo fenómeno (García, 2011). La sexta dimensión supone que la información puede ser reproducida, pero sobre todo producida desde y por el usuario de la red a fin de que se construya una versión grupal de los hechos (Orantes, 2011). Por último, las dimensiones psicológicas informacionales de la intención de procesar información son la ansiedad y la adicción como dos patologías a las que los internautas están expuestos (Simsek, 2011; Ballesteros, Gil, Gómez y Gil, 2010).

En síntesis, la intención de procesar información que se genera en Internet tendría ocho dimensiones. La toma de decisión de procesar información muy probablemente iniciaría con la búsqueda selectiva de información (hipótesis 1). Después seguiría con el uso de dispositivos electrónicos diversos que permitan una búsqueda eficiente (hipótesis 2). Posteriormente, la información sería posiblemente resguardada en un código que permitiese procesarse en cualquier dispositivo electrónico (hipótesis 3).

Empero, la búsqueda de información complementaria tendría que realizarse desde dispositivos electrónicos que permitieran un acceso a diversas fuentes de información y a diversos usuarios en la red (hipótesis 4), aunque ello reduciría la difusión de información seleccionada por los internautas (hipótesis 5), pero incrementaría la discusión y el debate ya que el cibernautas de las redes sociales se concentraría en unos cuantos temas de discusión (hipótesis 6).

No obstante, que la búsqueda de información supone una intencionalidad racional, deliberada, planificada y sistemática, la ansiedad por encontrar fuentes de información confiables o compatibles (hipótesis 7) podría desencadenar una patología adictiva que muy probablemente inhibiría y sobre todo, limitaría la búsqueda de información en la red (hipótesis 8).

En suma, la intención de procesar información a partir de una búsqueda selectiva, compatible, computable, accesible, extensiva y acumulable puede derivar en una patología de ansiedad y adicción que inhibiría la eficiencia, eficacia y efectividad informativa.

¿Cuál de las ocho dimensiones esgrimidas refleja la intención de uso de Internet para procesar información mediante la búsqueda selectiva, compatible, computable, accesible, extensiva y acumulable que puede derivar o no en ansiedad y adicción a la información?

Hipótesis nula: La relación especificada entre las ocho dimensiones y el factor intencional se ajustará a los datos observados en el estudio estableciendo a la selectividad como la dimensión preponderante de la intención informacional.

Metodo

Diseño. Se llevó a cabo un estudio transversal de corte cuantitativo.

Muestra. Se realizó una selección no probabilística de 253 estudiantes de una universidad pública del Estado de México. El criterio de inclusión-exclusión fue haber estado escrito en el laboratorio de cómputo, pertenecer a una red social y buscar información para la elaboración de tareas, trabajos, prácticas, exposiciones, dinámicas, tesis o reportes de investigación. 120 fueron mujeres (M = 19,5 años de edad y DE = 3,15 años) y 133 hombres (M = 22,5 años de edad y DE = 4,26 años).

Dispositivos. 230 mostraron un dispositivo electrónico (M = 3,45 horas de uso al día y DE = 0,46 horas de uso diarias); 240 mostraron su teléfono móvil (0,57 horas en Internet al día y DE 0,25 horas al día en la red), 45 mostraron una laptop (1,35 horas diarias y DE = 0,16 horas al día) y 15 mostraron una tablet (M = 1,46 horas al día y DE = 0,57 horas al día).

Selectividad. Los temas y/o motivos de búsqueda de información son: tareas (M = 1,46 horas al día y DE = 0,25 horas diarias), exposiciones (M = 0,37

horas diarias y DE = 0,09 horas al día) y trabajos (M = 0,68 horas al día y DE = 0,15 horas diarias).

Compatibilidad. 157 aseguraron que la información buscada está relacionada con sus estilos de vida (M = 2,46 horas diarias y DE = 0,25 horas al día). Empero, 81 señalaron que buscan información desvinculada de su vida privada, pero indispensable para su desarrollo académico (M = 1,47 horas diarias y DE = 0,62 horas al día).

Computabilidad. 45 usuarios declararon que guardan su información en USB (M = 1,29 horas diarias y DE = 0,59 horas diarias), 22 en disco compacto (M = 2,47 horas diarias y DE = 0,70 horas al día), 170 guardan información en su teléfono móvil (M = 2,05 horas al día y DE = 0,93 horas diarias) y 16 guardan información en su correo electrónico (M = 1,46 horas diarias y DE = 0,68 horas al día).

Accesibilidad. 201 usuarios están dispuestos a subir sus trabajos a la red (M = 2,35 horas al día y DE = 0,48 horas diarias) y 45 advirtieron que no subirían sus trabajos para evitar el plagio (M = 1,35 horas al día y DE = 0,12 horas diarias).

Extensionalidad. 140 aceptarían compartir sus trabajos con otros estudiantes de su universidad (M = 1,36 horas diarias y DE = 0,25 horas al día), 62 compartirían información con estudiantes de otras universidades (M = 1,25 horas al día y DE = 0,46 horas diarias), 33 no compartirían información con otros estudiantes (M = 0,47 horas diarias y DE = 0,12 horas al día).

Acumulatividad. 67 señalaron que utilizarán para otros trabajos la información que buscaron (M = 1,46 horas al día y DE = 0,47 horas diarias) mientras que 159 declararon que desecharían la información una vez que entregarán sus trabajos (M = 0,38 horas diarias y DE = 0,10 horas al día).

Ansiedad. 167 reconocieron ansiedad cuando la red es lenta (M = 1,49 horas diarias y DE = 0,39 horas al día), 57 aceptaron ponerse ansiosos cuando no encuentran la información que buscan (M = 1,46 horas diarias y DE = 0,26 horas al día) y 22 se sintieron ansiosos cuando la información que encontraron está incompleta (M = 1,35 horas diarias y DE = 0,25 horas al día).

Adicción. 170 advirtieron que pasan muchas horas en la red (M = 2,35 horas diarias y DE = 0,65 horas al día) mientras que 66 señalaron que deben dedicar más tiempo a buscar información para sus actividades académicas (M = 1,38 horas diarias y DE = 0,26 horas al día), por último, 17 consideraron que utilizan un tiempo de búsqueda similar al que utilizan sus compañero (M 1,30 horas diarias y DE = 0,28 horas al día)

Instrumento. Se construyó una Escala de Red Intencional la cual incluyó 32 reactivos en torno a selectividad, compatibilidad, computabilidad, accesibilidad, extensionalidad, acumulatividad, ansiedad y adicción (véase tabla 1).

Tabla 1. Operacionalización de variables

Dimensión	Definición	Ítems	Medición
Selectividad	Nivel de selección en la búsqueda de información para realizar trabajos, tareas, exposiciones, tesis o prácticas.	r1, r2, r3, r4	0 = nada probable, 1 = muy poco probable, 2 = poco probable, 3 = probable, 4 = muy probable
Compatibilidad	Grado de relación entre la búsqueda de información y los estilos de vida cotidianos y las actividades académicas	r5, r6, r7, r8	0 = nada probable, 1 = muy poco probable, 2 = poco probable, 3 = probable, 4 = muy probable
Computabilidad	Cantidad de almacenamiento de información buscada para llevar a cabo trabajos académicos.	r9, r10, r11, r12	0 = nada probable, 1 = muy poco probable, 2 = poco probable, 3 = probable, 4 = muy probable
Accesibilidad	Grado de intercambio de información a partir de la búsqueda de información para la elaboración de tareas, trabajos, exposiciones o tesis.	r13, r14, r15, r16	0 = nada probable, 1 = muy poco probable, 2 = poco probable, 3 = probable, 4 = muy probable
Extensionalidad	Nivel de influencia de los trabajos, tareas o tesis subidos a una página electrónica por parte de buscadores de información.	r17, r18, r19, r20	0 = nada probable, 1 = muy poco probable, 2 = poco probable, 3 = probable, 4 = muy probable
Acumulatividad	Número de veces en que la información buscada para realizar tareas, trabajos, exposiciones o tesis es nuevamente	r21, r22,	0 = nada probable, 1 = muy poco probable, 2 = poco

	utilizada para compartirla con otros usuarios o en otras actividades académicas.	r23, r24	probable, 3 = probable, 4 = muy probable
Ansiedad	Grado de reconocimiento de ansiedad al momento de buscar información, almacenar archivos o revisar documentos con la finalidad de realizar tareas, trabajos o tesis.	r25, r26, r27, r28	0 = nada probable, 1 = muy poco probable, 2 = poco probable, 3 = probable, 4 = muy probable
Adicción	Grado de percepción en torno a la cantidad de tiempo que se utiliza para buscar información que sirva en la elaboración de tareas, trabajos, exposiciones o tesis en referencia a otros usuarios	r29, r30, r31, r32	0 = nada probable, 1 = muy poco probable, 2 = poco probable, 3 = probable, 4 = muy probable

Procedimiento. Se solicitó el permiso correspondiente para la aplicación del instrumento en el aula de clases. Una vez que se les explicó a los estudiantes que el estudio no afectaría ni positiva ni negativamente sus calificaciones parciales o finales, se procedió a entregarles la encuesta advirtiéndoles que tenían un máximo de 20 minutos para responder a la misma. Los casos en los que había una ausencia de respuestas, o bien, una misma respuesta se repetía en cada aseveración, fueron eliminados de los análisis estadísticos. Los datos fueron capturados en el Paquete Estadístico para Ciencias Sociales (SPSS por sus siglas en inglés) y el software Análisis de Momentos Estructuras (AMOS por sus siglas en inglés) en sus versiones 10 y 6.0 respectivamente.

Análisis. Los análisis multivariantes fueron realizados previos requerimientos de distribución normal, confiabilidad y validez para lo cual se utilizaron los parámetros de curtosis, alfa y peso factorial. Una vez establecidas las propiedades psicométricas, se procedió a estimar las correlaciones entre cada uno de los ocho factores con respecto a ellos mismos mediante el estadístico “phi”. Las relaciones de dependencia se calcularon con el parámetro “beta” entre el factor y los indicadores así como el empleo del estadístico “épsilon” para las relaciones entre errores de estimación las variables manifiestas. Por último, el contraste del modelo estructural se realizó con los parámetros chi cuadrada, bondad de ajuste y residual.

Normalidad. Los valores de curtosis cercanos a la unidad fueron asumidos como evidencias de distribución normal. En contraste, aquellos valores superiores a las dos unidades fueron considerados como evidencias para descartar a los ítems de posteriores análisis.

Confiabilidad. Los valores alfa superiores a 0,60 e inferiores a 0,90 fueron considerados como evidencias de consistencia interna entre la escala y los ítems, así como entre las subescalas y los reactivos que la conforman. Por el contrario, los valores inferiores a 0,60 y superiores a 0,90 propiciaron la eliminación de los ítems para análisis subsecuentes.

Validez. Los pesos factoriales, establecidos por las pruebas KMO y Bartlett, así como los análisis factoriales exploratorios de componentes principales con rotación varimax y máxima verosimilitud, superiores a 0,300 e inferiores a 0,900 fueron aceptados como indicadores de los factores correspondientes, pero aquellos valores inferiores a 0,300 y superiores 0,900 fueron descartados de los análisis siguientes.

Covarianzas. Los valores superiores a 0,30 e inferiores a 0,90 indicaron relaciones de dependencia mientras que los valores inferiores al rango establecido fueron asumidos como relaciones espurias y aquellos valores superiores al rango fueron considerados como relaciones multicolineales.

Estructura. Los valores “beta” inferiores a 0,30 y superiores a 0,90 fueron descartados de una nueva especificación de relaciones mientras que los valores ubicados en el rango establecido fueron considerados como evidencia de relaciones reflejantes del factor en cuestión. En el caso de los valores entre los errores de medición y los factores siguieron la misma lógica que los valores correspondientes a las relaciones entre el factor de segundo orden y las variables latentes de primer orden.

Contraste. Los valores chi cuadrada cercanos a la unidad y significativos fueron asumidos como evidencia de rechazo de la hipótesis nula, pero los valores próximos a la unidad para la bondad de ajuste y los valores cercanos a cero para el residual fueron considerados como preponderantes en la decisión

de aceptar la hipótesis nula dada la sensibilidad de la chi cuadrada por el tamaño de la muestra.

Resultados

Los valores de curtosis cercanos a la unidad muestran una tendencia de distribución normal, aunque los promedios de las respuestas a los ítems señalan que la muestra sólo considera muy probable la relación entre la búsqueda de información y sus vida cotidiana y actividades académicas (véase tabla 2).

Tabla 2. Propiedades psicométricas del instrumento

Ítems	M	DE	C	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8
Subescala de selectividad (alfa = 0,69)											
R1	Elegiría información de revistas para elaborar mi exposición	1,03	0,49	2,03	0,381						
R2	Cualquier información me serviría para elaborar mi tesis	1,06	0,39	2,06	0,382						
R3	Encontraría información actualizada para realizar tareas	1,07	0,29	2,15	0,392						
R4	Buscaría cualquier información para hacer mis trabajos	1,19	0,31	2,16	0,391						
Subescala de compatibilidad (alfa = 0,70)											
R5	Adaptaría mis actividades a la búsqueda de información en la red	3,10	0,52	2,46		0,390					
R6	Ajustaría mis prioridades a la búsqueda de información en la red	3,04	0,39	2,37		0,491					
R7	Asimilaría cualquier información para aplicarla en mi vida	3,17	0,69	2,33		0,330					
R8	Buscaría información en la red que pueda llevar a la práctica	3,47	0,25	2,01		0,410					
Subescala de computabilidad (alfa 0,72)											
R9	Respaldaría la información de mi PC para facilitar el plagio	1,06	0,51	2,83			0,482				
R10	Vacunaría mis dispositivos para evitar virus espías	1,01	0,83	2,04			0,482				
R11	Utilizaría cualquier dispositivo para difundir el plagio	1,83	0,93	2,81			0,410				
R12	Almacenaría información en el correo para evitar spam	1,27	0,62	2,93			0,441				
Subescala de accesibilidad (0,64)											
R13	Difundiría mis trabajos para que los demás me citen	1,20	0,63	2,32			0,518				
R14	Realizaría exposiciones con otros usuarios para ahorrar tiempo	1,17	0,84	2,04			0,529				
R15	Usaría una tecnología que me permitiera trabajar en red	1,28	0,85	2,83			0,502				
R16	Intercambiaría mis tareas con otros usuarios para ahorrar tiempo	1,62	0,19	2,01			0,481				
Subescala de extensionalidad (alfa 0 0,78)											
R17	Difundiría mi tesis para que otros la criticarán	1,69	0,29	2,46				0,518			
R18	Publicaría mis trabajos para que los demás me reconocieran	1,30	0,38	2,32				0,382			
R19	Vendería mis exposiciones para que mi capacidad sea premiada	1,64	0,41	2,37				0,493			
R20	Subiría mis tareas para que otros las utilizaran	1,02	0,62	2,83				0,513			
Subescala de acumulatividad (alfa = 0,75)											

	Ítems	M	DE	C	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8
R21	Usaría mis trabajos para elaborar mi tesis	1,29	0,47	2,06						0,391		
R22	Modificaría mis exposiciones para convertirlas en trabajos	1,63	0,35	2,83						0,495		
R23	Buscaría información complementaria a la que tengo	1,03	0,25	2,49						0,405		
R24	Volvería a utilizar mis tareas para realizar trabajos	1,83	0,38	2,04						0,506		
	Subescala de ansiedad (alfa = 0,68)											
R25	Aceptaría mi ansiedad si Twitter me lo señalara	0,38	0,05	2,17							0,381	
R26	Rechazaría cualquier advertencia de restricción a las red	0,49	0,07	2,16							0,406	
R27	Acataría las restricciones de Google* por mi búsqueda excesiva	0,16	0,08	2,71							0,591	
R28	Reconocería mi ansiedad si Facebook me lo advirtiera	0,39	0,04	2,10							0,471	
	Subescala de adicción (alfa = 0,79)											
R29	Utilizaría el tiempo de búsqueda que tardan otros usuarios	0,82	0,04	2,03								0,595
R30	Ajustaría mi búsqueda a los criterios de otros usuarios	0,95	0,05	2,07								0,405
R31	Navegaría menos tiempo que el promedio de los demás	0,71	0,08	2,05								0,591
R32	Buscaría más información si los demás lo hicieran	0,39	0,05	2,06								0,606

Curtosis general = 2,47; Boostrap = 0,000; KMO = 0,601; $X^2 = 12,35$ (24gl) $p = 0,000$; F1 = Selectividad (21% de la varianza explicada), F2 = Compatibilidad (18% de la varianza explicada), F3 = Computabilidad (15% de la varianza explicada), F4 = Accesibilidad (13% de la varianza explicada), F5 = Extensionalidad (11% de la varianza explicada), F6 = Acumulatividad (9% de la varianza explicada), F7 = Ansiedad (7% de la varianza explicada) y F8 = Adicción (6% de la varianza explicada). Todos los ítems tienen como opciones de respuesta: 0 = nada probable, 1 = muy poco probable, 2 = poco probable, 3 = probable, 4 = muy probable

Respecto a la validez de constructos, los pesos factoriales de los ítems en cada uno de los ocho factores especificados indican que existen correlaciones suficientes para sustentar los ocho supuestos multidimensionales de la red intencional de búsqueda de información.

De este modo, la ansiedad respecto a la rapidez de búsqueda de información, el resguardo de archivos o la completud de los mismos fue el factor reflejante de la intención de uso de Internet para fines académicos ($\beta = 0,53$).

Los parámetros de ajuste y residual [$X^2 = 24,36$ (16gl) $p = 0,000$; GFI = 1,000M RMR = 0,000] sugirieron la aceptación de la hipótesis nula, aún y

cuando la chi cuadrada fue significativa y supondría el rechazo de la hipótesis en cuestión.

No obstante, los valores de bondad de ajuste y residual son preponderantes en estos caso y por ello se discuten a continuación las implicaciones de la aceptación del supuesto según el cual los buscadores de información se caracterizan por un proceso psicológico que hemos denominado red intencional.

Se trata de un proceso psicológico que explica las decisiones racionales, deliberadas, planificadas y sistemáticas en torno a la elaboración de trabajos, tareas, exposiciones o tesis a partir de la selección, compatibilidad, computación, acceso, extensión, acumulación, ansiedad y adicción a la información que tienen disponible desde sus dispositivos electrónicos.

Discusión

El presente estudio ha especificado ocho dimensiones de la intención buscar información a través de dispositivos electrónicos con la finalidad de elaborar procesos académicos. Los resultados sugieren la aceptación de la especificidad del modelo reflejante, pero es necesario advertir que el estado del conocimiento ha establecido cada una de estas dimensiones asumiendo que la intencionalidad de usar Internet es una posibilidad latente y poco relevante para el avance de la psicología informacional.

La investigación de Núñez, Ochoa, Vales, Fernández y Paz (2013) en donde encontraron una relación entre actitudes y hábitos en el uso de Tecnologías de Información y Comunicación respecto a entretenimiento más que al desarrollo de competencias investigativas, comparte con el presente trabajo la ansiedad que supone la búsqueda de información para elaborar trabajos, tareas, exposiciones o tesis. También se infiere que, en ambos estudios, el uso de Internet para entretenimiento o diversión genera una adicción que no estaría vinculada con el desempeño académico.

En el trabajo de Ballesteros et al., (2010) la compulsividad fue un factor preponderante en la adicción al uso de redes sociales complementado el hallazgo del presente estudio ya que las patologías en internet son producto de distorsiones perceptuales acerca de los acontecimientos virtuales con respecto a los compromisos académicos. Es decir, en torno a la fantasía del cibersexo los estudiantes se decantan por una probable compulsión a buscar relaciones virtuales sexuales, mientras que si invertimos el objetivo por el de buscar información para realizar una tesis los encuestados manifiestan un alto grado de ansiedad ya que no estarían dispuestos a dedicarle el tiempo suficiente a la elaboración de un proyecto de investigación.

Por último, en el trabajo de Simsek (2011) la auto-eficacia computacional, indicador de un alto desempeño académico, al correlacionar negativamente con la ansiedad complementa el hallazgo de la presente investigación ya que la ansiedad reflejó la intención de uso de Internet para buscar información con fines académicos e investigativos.

No obstante, es menester advertir que la variables psicosocial de intención de uso, en este caso de dispositivos electrónicos para buscar información en la red, es predictora del comportamiento gracias a que transfiere la influencia de las actitudes y las creencias de la información que se genera en Internet. Por ello, es fundamental especificar y contrastar un modelo en el que los cuatro factores de segundo orden expliquen el proceso racional, deliberado, planificado y sistemático de búsqueda de información como síntoma del desarrollo de competencias formativas.

El aporte del presente trabajo al estudio de Internet como un escenario de disponibilidad de información para fines académicos e investigativos es haber establecido ocho dimensiones de la intención de búsqueda de información a través de dispositivos electrónicos.

Sin embargo, es menester profundizar en el análisis de otros factores implicados en la red intencional tales como creencias, actitudes y comportamientos para avanzar hacia una teoría que permita explicar la brecha

entre quienes usan las redes sociales para su entretenimiento y diversión y quienes usan la red para buscar información que les permita coadyuvar a su formación profesional.

Referencias

Ballesteros, R., Gil, M., Gómez, S. y Gil, B. (2010). **Propiedades psicométricas de un instrumento de evaluación de la adicción al cibersexo.** *Psicothema*, 22, 1048-1063

Chuo, Y., Tsai, C., Lan, Y. y Tsai, C. (2011). **The effect of organizational support, self efficacy and computer anxiety on the usage intention of e-learning system in hospital.** *African Journal of Business Management*, 5, 5518-5523

Fuente, A., Herrero, J. y Gracia, E. (2010). **Internet y apoyo social: sociabilidad online y ajuste psicosocial en la sociedad de la información.** *Acción Psicológica*, 7, 9-15

García, C. (2011). **Estructura de las actitudes hacia el comercio electrónico.** *Contribuciones a la Economía*, 14, 1-10

García, C. (2012). **Estructura híbrida de los determinantes sociodemográficos del consumo electrónico.** *Gepu*, 3, 43-53

García, C. (2013). **Actitud hacia la utilidad y el riesgo en las redes sociales.** *Folios*, 29, 91-103

Hee, D. y Mc Daniel, S. (2011). **Using an extended Technology Acceptance Model in exploring antecedents to adopting fantasy sports league websites.** *International Journal of Sport Marketing & Sponsorships*, 17, 240-253

López, L. y López, J. (2011). **Los modelos de adopción de tecnologías de información desde el paradigma actitudinal.** *Cuadernos Ebape*, 9, 176-196

Núñez, D., Ochoa, E., Vales, J., Fernández, M. y Paz, G. (2013). **Actitudes y hábitos asociados al uso de las TIC's en alumnos de psicología.** *Psicología para América Latina*, 25, 91-114

Orantes, S. (2011). **Viabilidad del Modelo de la Aceptación de la Tecnología en las empresas mexicanas. Una aproximación a las actitudes y percepciones de los usuarios de las tecnologías de la información.** *Revista Digital Universitaria*, 12, 1-15

Sandoval, R. y Saucedo, N. (2010). **Grupos de interés en las redes sociales: el caso de Hi5 y Facebook en México.** *Educación y Humanidades*, 4, 132-142

Shrrof, R., Denenn, C. y Ng, E. (2011). **Analysis of the Technology Acceptance Model in examining student's behavioral intention to use an e-portfolio system.** *Australasian Journal of Educational Technology*, 27, 600-618

Simsek, A. (2011). **The relationships between computer anxiety and computer self efficacy.** *Contemporary Educational Technology*, 2, 177-187

Teh, P., Chong, C., Yong, C. y Yew, S. (2010). **Internet self-efficacy, computer self-efficacy, and cultural factor on knowledge sharing behavior.** *African Journal of Business Management*, 4, 4086-4095

Artigo recebido em 25 de janeiro de 2017. Aprovado em 01 de janeiro de 2018.

A japonologia de Lafcadio Hearn

The Japanology of Lafcadio Hearn

*Edelson Geraldo Gonçalves**

RESUMO: Este artigo tem como tema a japonologia (campo do orientalismo que estuda a cultura japonesa) de Lafcadio Hearn (1850-1904), buscando identificar o contexto no qual o autor conduziu suas pesquisas e quais foram as principais influências sobre seu trabalho (Percival Lowell e Fustel de Coulanges), assim como a natureza das conclusões que tirou sobre a cultura japonesa. Para isso definiremos o conceito de “japonologia” e abordaremos o “estado da arte” desse campo existente no momento em que Hearn conduzia suas pesquisas, e posteriormente faremos uma análise de seus livros *Glimpses of Unfamiliar Japan* (1894) e *Japan: An Attempt at Interpretation* (1904).

PALAVRAS-CHAVE: Lafcadio Hearn. Japonologia. Orientalismo.

ABSTRACT: This article focuses on the japanology (field of orientalism that studies the Japanese culture) of Lafcadio Hearn (1850-1904), seeking to identify the context in which the author conducted his research and what were the main influences on his work (Percival Lowell and Fustel de Coulanges), and the nature of its conclusions about Japanese culture. For that, we will define the concept of "japanology" and discuss the "state of the art" of existing field at the time Hearn conducting research, and then we will make an analysis of his books *Glimpses of Unfamiliar Japan* (1894) and *Japan: An Attempt at Interpretation* (1904).

KEYWORDS: Lafcadio Hearn. Japanology. Orientalism.

Introdução

O presente artigo tem como tema a japonologia de Lafcadio Hearn, em outras palavras a obra analítica do autor sobre o Japão, sendo que a questão norteadora a ser respondida nesse texto é: Qual foi a natureza (temática e objetivo) dos escritos japonologistas do autor?

Para responder a essa questão utilizaremos como fontes principais os livros *Glimpses of Unfamiliar Japan* e *Japan: An Attempt at Interpretation*, o primeiro e o último dos livros de Hearn sobre o Japão, sendo aqueles que mais marcam as diferenças do início e do final de sua pesquisa.

Para o diálogo com essas fontes trabalharemos ainda com os conceitos de “japonologia” segundo Renato Ortiz no livro *O Próximo e o Distante* e de

* Doutor em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. edelsongeraldo@yahoo.com.br.

“orientalismo”, conceito tornado famoso no clássico homônimo de Edward Said.

O artigo será dividido em tópicos, tratando brevemente da biografia de Hearn e do contexto no qual o autor esteve pesquisando no Japão, da definição do campo do orientalismo conhecido como japonologia, da japonologia de língua inglesa, das características centrais da japonologia de Hearn e a conclusão sobre esse tema.

Lafcadio Hearn

Lafcadio Hearn foi um escritor greco-irlandês que fez carreira no jornalismo dos EUA se destacando também como tradutor de literatura francesa e crítico literário, além de também ser ensaísta, romancista e contista.

Originalmente se destacou por seus trabalhos nas cidades de Cincinnati e Nova Orleans, dando ênfase em seus escritos ao cotidiano e cultura das populações imigrantes e afro-americanas desses locais. Tais escritos destacavam-se por sua defesa dos negros e mestiços, pondo em xeque as teses que lhes atribuíam o status de racialmente inferiores, traduzindo seus problemas físicos e sociais como heranças da escravidão, e não traços étnicos (PALLARES-BURKE, 2005, p. 349). Esse posicionamento ganhou maior visibilidade após a publicação, em 1890, do livro *Two Years in the French West Indies*, o resultado de dois anos de pesquisas sobre o povo das Índias Ocidentais Francesas. As ideias de Hearn tiveram profunda influência sobre o pensamento do escritor brasileiro Gilberto Freyre (PALLARES-BURKE, 2005, p. 194-200).

Ainda em 1890 Hearn partiu para o Japão, buscando fazer um trabalho etnológico semelhante ao que executou nas Índias Ocidentais Francesas, ambicionando analisar e traduzir a cultura japonesa para o público ocidental, ou em suas palavras, desvendar o coração (*kokoro*) desse povo (HEARN, 1910, p. ii).

Em busca desse fim o autor passou os últimos quatorze anos de sua vida entre os japoneses, se naturalizou japonês, firmou-se como professor e

jornalista nesse país e também constituiu família. Hearn permaneceu no Japão até o fim de seus dias.

Lafcadio Hearn chegou ao Japão em um período em que o processo de modernização do país iniciado com características mais liberais em 1868 estava enfraquecendo, dando lugar a um projeto de modernização conservadora, que estabeleceu o *Shinto*¹ como religião de Estado e fortaleceu o status divino do Imperador, no qual o governo nas palavras de Will Durant (1954, p. 918) “fez de cada escola do país um campo de treinamento militar e um berçário do ardor nacionalista”, definindo a lealdade, a piedade filial² e o patriotismo como virtudes principais a serem cultivadas pelo povo japonês (HENSHALL, 2008, p. 120-121), e a percepção do cultivo dessas virtudes teve forte influência em sua análise uma vez que estas foram o âmago de análise da japonologia de Hearn.

Entre 1894 e 1905 foram publicados quatorze livros de Lafcadio Hearn tendo o Japão como tema, publicações que o marcaram na época e ainda hoje como uma das grandes referências sobre a interpretação da cultura japonesa.

Nesses livros Hearn produziu escritos tanto de ficção, inspirada principalmente no folclore japonês³, quanto ensaios, que se destacavam por sua análise do folclore e religião desse país.

Com esses escritos Hearn firmou sua posição como referência na primeira geração de pesquisadores do campo da japonologia; área de estudos que definiremos no próximo tópico.

A Japonologia

No presente tópico trataremos principalmente da produção intelectual sobre o Japão, a japonologia, campo no qual Lafcadio Hearn se inseria (ou seja, era um japonólogo) e no qual foi provavelmente o maior representante de sua geração.

A japonologia é um ramo específico do orientalismo, o ramo que aborda o Japão, e por “orientalismo” queremos dizer o campo de conhecimento e artístico que aborda as culturas do assim chamado Oriente. No início do século XIX esse termo se “referia ao estudo de quaisquer e todas as línguas e culturas

asiáticas” (IRWIN, 2007, p. 5) e em 1978 Edward Said (2003, p. 29) o definiu criticamente esse campo de conhecimento como “a instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar, e ter autoridade sobre o Oriente”. Há críticas sobre esse posicionamento de Said, levando em conta que tal definição não considera as individualidades dos trabalhos de diferentes autores e os contextos em que escreveram, embora possua de fato o mérito e chamar atenção para a subjetividade desses escritos (MACKENZIE, 1996, p. xii, 21). Mas em resumo pode-se definir o orientalismo como o saber sobre o Oriente produzido no e/ou pelo Ocidente.

O ramo orientalista aqui abordado é parte do tipo de orientalismo (o que abarca o Extremo Oriente) que Said (2008, p. 46) decidiu deixar de fora de seu estudo clássico, “não porque essas regiões não fossem importantes [...] mas porque se poderia discutir a experiência europeia no Oriente Próximo ou no islã independentemente de sua experiência no Extremo Oriente”. Assim abordaremos aqui parte dessa vertente orientalista.

Ao que se sabe as primeiras palavras ocidentais sobre o Japão (ou Cipango) foram escritas no século XIII por Marco Polo, quando registrava o desejo de Kublai Khan de anexar o arquipélago nipônico ao seu próprio império. Contudo o Cipango de Marco Polo por muito tempo permaneceu como a mera miragem de um viajante, até a chegada dos primeiros portugueses a Tanegashima em 1543 e dos outros ocidentais que vieram após eles. Com isso o Japão passou a figurar em textos escritos em línguas ocidentais, compostos principalmente por missionários, como o *Tratado das Contradições e Diferenças de Costumes entre a Europa e o Japão* (1585), do jesuíta português Luis Fróis (1532-1597), as *Peregrinações* (1614), do também jesuíta português Fernão Mendes Pinto (1510-1583), e o *Sumário Del Japón* (1583) do jesuíta napolitano Alexandre Valignano (1539-1606).

Em língua inglesa houveram escritos de homens do mar, como as cartas de William Adams (1564-1620) e as narrativas de John Saris (1580-1643) e Richard Cocks (1566-1624), disponibilizadas ao público em 1625 nos volumes do livro *Hakluytus Posthumus or Purcha's His Pilgrimes*, do sacerdote anglicano Samuel Purchas (1577-1626), mas sem dúvidas entre os primeiros escritos nesse idioma o mais influente foi o *The History of Japan* do médico alemão Engelbert Kaempfer (1651-1716) publicado entre 1727 e 1728 em dois volumes (MARKLEY, 2004, p. 54, 57), tendo já o status de um clássico no século XIX. Esse livro, cujo autor foi capaz de escrever após uma estadia de dois anos e dois meses no Japão, “compilou um trabalho que pela primeira vez deu ao mundo uma informação razoavelmente acurada sobre a história, geografia, crenças religiosas, maneiras e costumes, produções naturais e mistérios do Império” (CHAMBERLAIN, 1905, p. 266).

Durante o processo de abertura e modernização do Japão na segunda metade do século XIX, vários estrangeiros chegaram ao país, desde simples aventureiros e curiosos, até profissionais acadêmicos e técnicos de várias procedências (para lecionar ou atuar diretamente em seus campos de trabalho, muitas vezes introduzindo-os em solo japonês), como por exemplo missionários e diplomatas.

Foi desse processo que nasceu a japonologia, mais especificamente quando esses indivíduos com maiores ou menores êxitos buscavam documentar e analisar as coisas do Japão, nos mais variados campos (sociedade, arte, economia, história, religião, etc.) e publicando essas informações em livros numerosos e diversos, tanto em caráter quanto em qualidade.

Esses estudos foram escritos em vários idiomas, embora quantitativamente fossem em sua maioria de língua inglesa.

No que já foi escrito anteriormente, já deixamos uma vaga noção do que interpretamos como “japonologia”, ou seja, o estudo de uma maneira ampla das coisas do Japão, tanto materiais como culturais, ou seja um campo distinto

das criações artísticas feitas por ocidentais ou expostas para eles, às quais consideramos “japonismo”.

E ainda sobre o conceito de japonologia podemos deixar aqui algumas considerações gerais de Renato Ortiz (2000, p. 24-25), em seu livro *O Próximo e o Distante*, no qual o autor argumenta:

A noção de japonologia só faz sentido quando pensada em relação a algo que lhe é exterior. Os japonólogos são pesquisadores predominantemente europeus e norte-americanos, cuja intenção é compreender um país específico. Passa-se o mesmo com os brasilianistas e os latino-americanistas. São grupos de pessoas que se encontram “fora” do Brasil e da América Latina, geralmente trabalham em instituições universitárias norte-americanas ou europeias. Mas seria insensato um brasileiro ou latino-americano se identificarem respectivamente como brasilianista ou latino-americana. Isso somente ocorre quando, eventualmente, eles migram para o mercado acadêmico nos Estados Unidos ou na Europa. Aí, diante da necessidade de se inserir nas instituições estabelecidas, sua identidade profissional irá alterar-se. Por isso não há japonólogos entre japoneses, mas sociólogos, economistas, antropólogos, historiadores, cientistas políticos. Quando visto internamente o universo da japonologia tem pouca consistência, sua coerência é fortuita, vive do alento dos influxos externos. Maxime Rodinson tem razão quando diz que “não existe orientalismo, sinologia, iranologia [e poderíamos acrescentar japonologia]. Existem disciplinas científicas definidas por seus objetos e por suas problemáticas específicas”. Não obstante, apesar dessa fragilidade epistemológica, as áreas de estudos geograficamente localizadas são uma realidade. Desenvolvem-se nos departamentos e institutos dedicados ao Japão, ao Oriente, à América Latina. Isso não deixa de causar problemas. O leitor que tiver alguma familiaridade com essas especializações percebe que muitas vezes os autores se encerram em círculos buscando sobretudo reproduzir a autoridade de um campo científico (para falarmos como Bourdieu). Legitimidade que alimenta uma imagem distorcida do que se quer conhecer. Por isso, Edward Said dirá que o orientalismo é um “discurso de poder”, no caso das sociedades islâmicas, uma ideologia que justifica uma determinada visão do mundo árabe sem ter, no entanto, a capacidade de duvidar do seu próprio fundamento. Entretanto não devemos radicalizar as críticas ao ponto de retornar à estaca zero do conhecimento. Os especialistas possuem uma tradição rica e diferenciada, sua erudição é matéria obrigatória para todo

aquele que se inicia num ramo do saber. Seria inconsequente negligenciar a produção intelectual dos japonólogos; pelo contrário, devemos valorizá-la, a astúcia está em considera-los interlocutores privilegiados, sem no entanto se deixar levar pelas armadilhas que os envolvem.

No trecho citado Ortiz faz uma abordagem geral da japonologia e conhecimentos especializados semelhantes, os chamados “estudos de área” (ou nesse caso “estudos japoneses”), estabelecidos no pós Segunda Guerra Mundial. No entanto aqui fazemos uma abordagem cronologicamente mais limitada desse campo de estudos, ou mais especificamente o período que Alan Macfarlane (2008, p. 212) define como o da primeira “geração de japonologistas”, ou seja, daqueles que escreveram sobre o Japão entre 1860 e 1920. Nesse período esse campo de estudos ainda não gozava da identidade e reconhecimento formal que viria a ter posteriormente, mas já possuía uma característica elencada por Ortiz, a tendência de seus membros de reproduzirem os discursos de seus pares, característica aliás comum com o restante do orientalismo.

Entre os primeiros textos japonologistas predominam os escritos de tipo pessoal (cartas, relatos de viagem, etc.) como definiria Said (2008, p. 257), assim como outros que abordam o Japão de maneira introdutória e panorâmica, buscando abordar elementos gerais como a história, geografia, cultura, e outros pontos mais específicos dependendo da preferência de cada autor. Por outro lado, também havia estudos monográficos, menos numerosos, mas que foram uma característica comum aos autores mais notáveis desse campo de estudos, assim como os registros etnográficos e traduções de documentos antigos ou mesmo de trabalhos de intelectuais japoneses modernos.

Utilizando como orientação principal a revisão bibliográfica feita por Basil Hall Chamberlain em 1905 (ou mais propriamente, recomendações bibliográficas feitas aos seus leitores), conseguimos ter uma ideia geral do *estado da arte* da japonologia na virada do século XIX para o XX, justamente o cenário no qual Hearn selecionou suas leituras sobre o tema.

A Japonologia em Língua Inglesa

Não podemos nos esquecer de que houveram autores e obras de destaque de outros idiomas que não a língua inglesa, como por exemplo na língua alemã onde encontramos o notável naturalista Phillip Franz Von Siebold (1796-1866), além do geógrafo Johannes Justus Rein (1835-1918). Podemos citar ainda contribuições relevantes na língua portuguesa, pelo lusitano Wenceslau de Moraes (1854-1929) e o brasileiro Oliveira Lima (1867-1928), em língua espanhola podemos destacar o diplomata espanhol de ascendência francesa Enrique Dupuy de Lôme (1851-1904) e o escritor guatemalteco Enrique Gomez Carrillo (1873-1927), e em língua francesa temos Andre Bellessort (1866-1942) e Edmond de Goncourt (1822-1896).

Também devemos nos lembrar que houveram já no período autores japoneses que escreviam sobre o Japão, fossem romancistas (como Tokutomi Roka e Yone Noguchi) ou ensaístas (como Inazo Nitobe e Okakura Kakuzo), sendo traduzidos ou escrevendo diretamente em inglês visando apresentar a cultura nacional ao público estrangeiro. Vários desses textos eram publicados por editoras ocidentais, demonstrando que desde o início a japonologia foi um ramo orientalista que não negou voz aos nativos.

Por sua vez a japonologia em língua inglesa, assim como a de outras línguas, surgiu acompanhando a abertura e modernização do Japão, levada a frente por residentes anglófonos (principalmente professores e missionários) que logo chegaram ao país, sendo em sua maioria norte-americanos, mas também contando com um número não desprezível de britânicos.

A produção japonologista de língua inglesa teve destaque entre as outras devido ao seu volume, organização e contribuições específicas no campo da tradução e adaptação de fontes japonesas, colocando à disposição de pesquisadores, em uma língua ocidental acessível, vários documentos japoneses.

Primeiramente o número de produções nessa língua supera em muito o disponível em outros idiomas, tanto em obras populares de divulgação (principalmente tratados gerais) quanto em trabalhos genuinamente acadêmicos. O segundo ponto de destaque sobre esse campo de estudos é sua organização, centralizada na bem-sucedida *Asiatic Society of Japan*, uma organização fundada por iniciativa de pesquisadores ingleses, mas que reunia pesquisadores de várias nacionalidades (inclusive japoneses) e profissões, unidos pelo objetivo de melhor compreender o Japão (OTNESS, 1995, p. 239). Essa organização teve em seus quadros praticamente todos os japonólogos notáveis da língua inglesa, inclusive Lafcadio Hearn.

A *Asiatic Society of Japan* foi fundada em Yokohama em 1872, no Grand Hotel, e logo se dividiu em duas sedes, sendo uma na residência Nº 28 do Domínio Estrangeiro (*Foreign Settlement*) de Yokohama e a outra no campus da Universidade Keio em Tóquio (fixada permanentemente em 1911, após a sede da sociedade na cidade passar por vários lugares) (OTNESS, 1995, p. 240-241). Seu primeiro presidente foi o médico e missionário norte-americano James Curtis Hepburn (1815-1911). Essa organização era uma irmã informal de outras similares, espalhadas pela Ásia, coordenadas pela *Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*⁴ que tinham como objetivo a tradução de textos dos povos asiáticos, a publicação de pesquisas orientalistas (por meio de livros e periódicos) e o encorajamento do aprendizado de línguas orientais (OTNESS, 1995, p. 239; PARGITER, 1923, p. 60-61).

A sociedade tinha reuniões esporádicas nas quais palestras eram feitas, mas destacava-se principalmente pelo periódico que publicava, a revista *Transactions of Asiatic Society of Japan* (a partir daqui nos referiremos a essa revista apenas como *Transactions*), cujo primeiro volume veio a público em 1874, contendo sete artigos. Essa foi a primeira publicação em língua inglesa dedicada à japonologia, e em suas recomendações bibliográficas feitas em 1905 Chamberlain (p. 68) a descreve da seguinte forma:

Quase cada tópico de interesse ao estudante de assuntos japoneses é tratado nas páginas dessa *Transactions*, que tem, por mais de trinta anos, sido o veículo favorito para a publicação das pesquisas de Satow, Aston, Gubbins, Blakiston, Pryer, Geertz, Batchelor, Troup, Wigmore, Knox, Florenz, Greene, Lloyd, e outros iminentes eruditos e especialistas. Certamente a “*Asiatic Transactions*” não é uma leitura leve; seu apelo é para os estudantes sérios.

A revista foi também espaço da publicação de vários artigos de Chamberlain, mas, mesmo sendo um membro da sociedade, essa revista não foi, contudo, um veículo típico das publicações de Lafcadio Hearn, que preferia enviar seus textos para revistas dos Estados Unidos ou publicá-los em livros próprios, tanto que Hearn publicou um único artigo pela *Transactions*, sendo esse intitulado *Three Popular Ballads*, feito originalmente como uma palestra lida em um encontro da sociedade, no dia 17 de outubro de 1894, sendo o texto depois disponibilizado no volume XXII da revista, lançada naquele mesmo ano.

A Japonologia de Lafcadio Hearn

Entre os principais autores japonologistas de língua inglesa em atividade na época de Hearn os que merecem maior destaque tanto pelo volume quanto relevância de seus trabalhos são: Basil Hall Chamberlain (1850-1935), Edward S. Morse (1838-1925) Ernest Mason Satow (1843-1929), William George Aston (1841-1911), Algernon Bertram Freeman Mitford (1837-1916), William Elliot Griffis (1843-1928), Alice Mabel Bacon (1858-1918), Ernest Fenollosa (1853-1908) e Percival Lowell (1855-1916), mas nenhum deles alcançou tanta fama quanto Lafcadio Hearn.

Hearn teve publicados ao todo quatorze livros sobre o Japão, doze ainda em vida e dois póstumos.

Entre os livros de Hearn podemos citar quatro que compõem essencialmente seu trabalho japonologista: *Glimpses of Unfamiliar Japan* Volumes 1 e 2, *Out of the East: Reveries and Studies in New Japan*, *Kokoro: Hints and Echoes of Japanese Inner Life*, *Japan: An Attempt at Interpretation*. Além

desses textos Hearn ainda escreveu mais alguns artigos dentro do campo da japonologia.

A interpretação de Hearn sobre a cultura japonesa se desenvolveu principalmente ao longo desses textos, mas aqui daremos atenção aos livros *Glimpses of Unfamiliar Japan* e *Japan: An Attempt at Interpretation*, tendo o primeiro lançado as bases (as hipóteses iniciais) para o estudo que Hearn faz da cultura japonesa, e o seguinte (finalizado poucos meses antes do falecimento do autor) contendo suas conclusões sobre o tema.

Os campos de interesse predominantes na abordagem hearniana da cultura japonesa são a religião e o folclore, contudo seu livro *Japan: An Attempt at Interpretation*, destaca-se por uma abordagem antropológica evolucionista, tendo a religião e o parentesco como temas principais, sendo que em sua forma e conteúdo essa obra foi muito influenciada pelo livro *Cidade Antiga* de Fustel de Coulanges.

Assim como no mundo greco-romano analisado por Coulanges a sociedade japonesa na abordagem de Hearn tem suas leis e instituições políticas e sociais derivadas da religião, mais propriamente no culto aos ancestrais do clã (*uji* no Japão, *ghénos* na Grécia e *gens* em Roma) que posteriormente teria evoluído para formas diferentes tanto no Japão quanto na Antiguidade Clássica (HEARN, 1906; COULANGES, 2004).

Essa abordagem inspirada em Coulanges é algo que já se desenhava no primeiro trabalho japonologista de Hearn *Glimpses of Unfamiliar Japan*, quando o autor afirma que “as formas primitivas de adoração pública do *Shinto* [culto ao Imperador e aos deuses] devem ter evoluído de um culto familiar ainda mais antigo, ao modo do que o Sr. Fustel de Coulanges demonstrou em seu maravilhoso livro [*Cidade Antiga*]” (HEARN, 1894, p. 394).

Contudo a principal influência para a japonologia de Hearn foi o trabalho de outro autor orientalista, Percival Lowell, sobretudo seu livro *The Soul of the Far East*, obra com a qual Hearn manteve permanente diálogo ao longo de seus quatorze anos de pesquisa no Japão.

Em *The Soul of the Far East*, Lowell faz uma abordagem evolucionista da cultura do Extremo Oriente, usando como argumento base uma dicotomia entre a cultura oriental e ocidental, fundamentada no argumento de que no Ocidente a individualidade é uma virtude, enquanto no Oriente reina a impersonalidade.

Com base nesse argumento central, Lowell afirma que o caminho para a evolução civilizacional é traçado através da progressão da noção de si, algo dominante no Ocidente, e que por isso seria uma cultura mais avançada, e em *déficit* no Oriente, que por isso estaria civilizacionalmente atrasado.

Para Lowell os orientais não seriam inferiores, mas evolutivamente atrasados, com plenas condições de alcançarem o Ocidente, desde que investissem na promoção do individualismo, uma vez que a individualidade seria fundamental para o desenvolvimento mental e da imaginação (LOWELL, 1888, p. 213), que por sua vez seria o motor da inovação (LOWELL, 1888, p. 208) e logo do avanço civilizacional.

Apesar do livro de Lowell abordar a cultura do Extremo Oriente como um todo, o autor dá especial atenção à cultura japonesa, por considerá-la um exemplo extremo das tendências da região, justamente pelo Japão ficar ao leste da China e da Coreia, pois no argumento de Lowell (1888, p. 15) “a noção de si cresce mais intensamente a medida que seguimos na trilha do sol poente e cai firmemente quando avançamos em direção à aurora”. Em outras palavras quanto mais para o Ocidente está uma cultura, mais individualista ela é, e por sua vez quando mais para o Oriente está outra, menos individualista ela se mostra.

Para Lowell o Budismo teria protagonismo na formação da cultura impersonalista do leste da Ásia, pois enquanto o Cristianismo teria um efeito individualizante no Ocidente (LOWELL, 1888, p. 184), o Budismo teria como objetivo a aniquilação do ego, considerando a individualidade como ilusão e vaidade, tendo como objetivo alcançar o Nirvana, o seja, a unidade com o universo (LOWELL, 1888, p. 16, 187, 189).

O resultado dessa visão de mundo, que consideraria o individualismo como algo negativo, seria a razão pela qual os japoneses teriam aceitado a cultura material do Ocidente, mas rejeitado as suas crenças (LOWELL, 1888, p. 189). Dessa forma o Japão teria atingido a fase adulta mantendo a mente de sua infância (LOWELL, 1888, p. 12).

A forma pela qual o Japão teria chegado a essa situação segundo Lowell seria em função de duas características das sociedades do Extremo Oriente: o “Espírito de Imitação” e o elevado talento para as artes, mas pouca inclinação para as ciências.

De acordo com o autor o Espírito de Imitação seria o motor do progresso nas sociedades do Extremo Oriente⁵, assim o Japão teria se modernizado pela imitação do Ocidente (LOWELL, 1888, p. 10-11), como fez no passado com relação a Coréia e a China.

Contudo, por sua fraca individualidade as pessoas do Extremo Oriente teriam um *déficit* do tipo de imaginação necessária ao desenvolvimento científico e mesmo a arte que desenvolvem seria “observativa” e não “criativa” (LOWELL, 1888, p. 216).

Na opinião de Lowell (1888, p. 208) relacionamos “rapidamente a imaginação com a arte, mas não com a ciência, quando na verdade a arte demanda menos imaginação que a ciência”. Dessa forma uma era prática não é por isso menos imaginativa, sendo que para Lowell (1888, p. 211) o período mais imaginativo da história seria justamente a sua época, o século XIX.

Dentro dessa lógica por sua oriental falta de imaginação os japoneses poderiam imitar o Ocidente, mas não poderiam inovar, pois segundo Lowell (1888, p. 113) o pensamento científico simplesmente não entraria na cabeça dos orientais em seu presente estado evolutivo, para “todo o Extremo Oriente a ciência é uma estranha⁶” (LOWELL, 1888, p. 111).

A semelhança básica entre a obra de Hearn e o trabalho de Lowell é o papel central que ambos dão à religião na formação do caráter nacional do Japão.

Os livros *Glimpses of Unfamiliar Japan* e *Japan: An Attempt at Interpretation*, têm importância central na definição da abordagem de Hearn da religião como peça chave para a compreensão da cultura japonesa. O primeiro livro destaca-se por ser uma obra de direcionamento.

Nesse livro, fora a inspiração em Lowell já informada anteriormente, Hearn (1894, p. v) nos informa que também se inspirou no japonologista Mitford, tendo como objetivo; assim como *Tales of Old Japan*⁷; captar um vislumbre da “vida invisível” dos japoneses ou seja a religião, superstições e modo de pensar.

Para cumprir esse objetivo Hearn (1894, p. vi), contudo, decidiu se afastar dos japoneses urbanos e educados; por demais similares a seus pares ocidentais parisienses e bostonianos, com seu “desprezo indevido” pelo sobrenatural e sua “apatia” pelas grandes religiões do Japão. Segundo o autor o verdadeiro charme do Japão não se encontra nos círculos europeizados, mas estaria sim no povo comum, que representa as “virtudes nacionais” e os “encantadores velhos costumes” que ele busca expor e analisar em seu livro (Hearn, 1894, p. vii).

Glimpses of Unfamiliar Japan é uma coletânea de ensaios que aborda majoritariamente as impressões iniciais de Hearn sobre o Japão, com textos que abordam desde a narrativa de seu primeiro dia no país, até visitas e reflexões sobre locais como santuários, rotas de peregrinação, jardins e locais tidos como assombrados, contendo também ensaios sobre contos folclóricos, ensaios sobre festivais tradicionais e sobre temas variados (como o cabelo feminino, as crenças japonesas acerca da alma, e o significado do sorriso na cultura japonesa).

Em todos os ambientes e temas abordados por Hearn nesse livro, a forma como a religião neles se inseria é o interesse central de Hearn, mas inicialmente (assim como Lowell) o autor acreditava que o Budismo era a religião com um papel central na formação da cultura japonesa, opinião que mudou progressivamente ao longo dos textos que compõe esse livro.

Em seus estudos de campo entre 1890 e 1894 Hearn percebeu a predominância do *Shinto* como religião do dia a dia dos japoneses⁸ e uma diminuição progressiva do papel do Budismo, percebendo as consequências do movimento de perseguição do Budismo⁹ ocorrido anos atrás, e o favorecimento do *Shinto* como religião de Estado.

Foi justamente essa mudança na visão de Hearn sobre a cultura japonesa (o *Shinto* ao invés do Budismo como religião central) que direcionou seu trabalho posterior, considerando que a lealdade, um dos componentes da “piedade filial”, seria o principal traço do *ethos* japonês, sendo que a piedade filial em si, no caso japonês teria, origem na religião *Shinto*, ou mais propriamente no culto aos ancestrais que é uma das características dessa religião.

Enquanto preparava o texto de *Japan: An Attempt at Interpretation* Hearn (1906, p. 504-505) em uma carta descreve suas intenções da seguinte forma: “Eu estou tratando do Japão religioso, — não do Japão artístico ou econômico, exceto como meio de ilustração. O “*Soul of the Far East*” de Lowell é o único livro desse tipo em inglês; mas tenho tomado uma visão totalmente diferente das causas e da evolução das coisas”.

Portanto para Hearn, em sua interpretação amadurecida no livro *Japan: An Attempt at Interpretation*, o Japão seria “O Reino dos Mortos” e “todo o sistema ético do Extremo Oriente [e não apenas do Japão] deriva da religião do lar [o culto aos ancestrais]”, ainda acrescentando que “desse culto evoluíram todas as ideias de dever para com os vivos, assim como para com os mortos, o sentimento de reverência, o sentimento de lealdade, o espírito de auto sacrifício e o espírito do patriotismo” (HEARN, 1906, p. 57).

Considerações Finais

Em seus estudos sobre a cultura japonesa Hearn deu ênfase à religião *Shinto* como o ponto de origem das virtudes cultivadas pelo Estado japonês naquele momento, admitindo que embora essas virtudes pudessem estar

sendo manipuladas pelo moderno Estado-nação, não seriam meras invenções, mas valores já presentes na cultura desde o período pré-moderno (HEARN, 1906, p. 413), ganhando, meramente um alcance mais amplo¹⁰.

As principais influências de Hearn para a formulação de suas conclusões foram Percival Lowell e Fustel de Coulanges. Vendo a história em uma perspectiva evolucionista, Hearn (1906, p. 67) acreditava que “a lei da evolução sociológica admite apenas exceções minoritárias”, e com base nisso acreditava que o mesmo processo de formação de valores, leis e instituições ocorrido nas sociedades estudadas por Coulanges em Cidade Antiga, também valia para o Japão. Por sua vez a abordagem de Lowell colocando a religião como causa das principais características da cultura japonesa também teve grande influência sobre Hearn, com a diferença que o autor interpretou o *Shinto* e não o Budismo como a religião mais influente na cultura japonesa.

Dessa forma podemos concluir que a japonologia de Hearn tinha a religiosidade dos japoneses como sua principal temática, e seu objetivo foi demonstrar como a religião *Shinto* determinou suas características mais marcantes.

Referências

- CHAMBERLAIN, Basil Hall. **Things Japanese: Notes on Various Subjects Connected With Japan.** Londres: Kelly & Walsh, 1905.
- COULANGES, Fustel. **A Cidade Antiga.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- DURANT, Will. **Our Oriental Heritage.** Nova York: Simon and Schuster, 1954.
- ELIADE, Mircea ; COULIANO, Ian P. **Dicionário das Religiões.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan: From Tokugawa Times to The Present.** Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HENSHALL, Kenneth. **História do Japão.** Lisboa: Edições 70, 2008.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: _____; RANGER, T (orgs). **A Invenção das Tradições**, p. 9-23. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IRWIN, Robert. **For Lust of Knowing: The Orientalists and their Enemies**. Nova York: Penguin, 2007.

HEARN, Lafcadio. **Glimpses of Unfamiliar Japan**. Boston e Nova York: Houghton Mifflin Company, 1894. v. 1

_____. **Glimpses of Unfamiliar Japan**. Boston e Nova York: Houghton Mifflin Company, 1894. v. 2

_____. **Japan: An Attempt at Interpretation**. Nova York: Grosset & Dunlap, 1906.

_____. **To Mrs. Wetmore**: Tokyo, 1903. In: BISLAND, E. *Life and Letters of Lafcadio Hearn*, p. 504-505. Boston: Houghton Mifflin and Company, 1906. v.2.

_____. **Kokoro**: Hints and Echoes of Japanese Inner Life. Londres: Gay and Hancock, 1910.

LOWELL, Percival. **The Soul of The Far East**. Boston e Nova York: Houghton, Mifflin and Company, 1888.

MACFARLANE, Alan. **Japan Through The Looking Glass**. Londres: Profile Books, 2008.

MACKENZIE, John M. **Orientalism: History, Theory and the Arts**. Manchester: Manchester University Press, 1996.

MARKLEY, Robert. “Those People Far Surpass us”: Gulliver, the Japanese, and the Dutch. In: RAJAN, Balachandra; SAUER, Elizabeth (orgs). **Imperialisms: Historical and Literary Investigations, 1500-1900**, p. 53-71. Nova York: Palgrave, 2004.

ORTIZ, Renato. **O Próximo e o Distante: Japão e Modernidade-Mundo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

OTNESS, Harold M. **A Short History of The Library of The Asiatic Society of Japan 1872-1942**. *Journal of The Siam Society*, Bangkok, VOL 83, 1995, p. 239-249.

PALLARES-BURKE, Maria. Lucia. Garcia. **Gilberto Freyre: Um Vitoriano dos Trópicos.** São Paulo: UNESP, 2005.

PARGITER, F. F. **The Royal Asiatic Society.** 1923. *Nature*, Londres, VOL 112, Nº 2802, 1923, p. 60-61.

SAID, Edward. ***Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.*** São Paulo: Cia de Bolso, 2008.

Artigo recebido em 30 de outubro de 2016. Aprovado em 17 de janeiro de 2017.

Notas

¹ Ou “Xintoísmo”.

² Virtude confucionista que no caso japonês define a obrigação de reverência e obediência aos hierarquicamente superiores, como os pais, os chefes, o Imperador, etc. (ELIADE, COULIANO, 1999, p. 95-99).

³ O mais notório desses trabalhos é *Kwaidan: Stories and Studies of Strange Things* originalmente publicado em 1904.

⁴ A *Asiatic Society of Japan* não era formalmente ligada à organização central porque não operava em território colonial, tanto que o termo *Royal* não foi colocado no título da sociedade, para evitar ofender a família imperial japonesa (OTNESS, 1995, p. 240).

⁵ Essa característica existiria desde a antiguidade. Dessa forma em seus primórdios a China teria se civilizado através da imitação da Índia, a Coréia a partir da imitação da China e o Japão a partir da imitação da Coréia (LOWELL, 1888, p. 12).

⁶ Segundo Lowell (1888, p. 111) mesmo as invenções chinesas foram feitas como arte não como ciência, e por isso a China “queimou sua pólvora em fogos de artifício, não em armas de fogo.”

⁷ O principal livro de Mitford sobre o Japão.

⁸ Esse não foi o único ponto no qual Hearn passou a discordar de Lowell, tendo críticas também ao seu conceito de “impersonalidade”, de “espírito de imitação” e sobre a suposta incapacidade dos japoneses para as ciências.

⁹ Quando o *Shinto* foi transformado em “*Shinto* de Estado” em 1868, começou uma campanha radical para purificar a religião nativa do Japão, separando-a do Budismo, uma vez que ambas tinham há séculos uma relação de profundo sincretismo. Durante o período entre 1868 e 1871 muitos ataques governamentais e populares foram feitos contra o Budismo, resultando na destruição de muitos templos e relíquias (GORDON, 2003, p. 110-111)

¹⁰ Isso pode ser de fato um exemplo de “invenção de tradições”, segundo Eric Hobsbawm (2002, p. 9) um expediente comum dos Estados-nação nos séculos XIX e XX, utilizando práticas rituais

e simbólicas pretensamente tradicionais para inculcar valores e normas por meio da repetição, sempre buscando estabelecer alguma continuidade com o passado histórico.

Anais do I Seminário Interno do LHCP

*Evandro dos Santos**

Seminário do Laboratório de História e Práticas de Pesquisa (LHCP), do Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da UFRN, realizado no dia 26 de outubro de 2016

Coordenação Geral

Prof. Dr. Evandro Santos – CERES-UFRN

Comissão Científica

Prof. Dr. Fábio Mafra Borges – CERES-UFRN

Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – CERES-UFRN

Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade – CERES-UFRN

Prof. Dr. Muirakytan Kennedy de Macêdo – CERES-UFRN

Organização dos Anais

Prof. Dr. Evandro Santos – CERES-UFRN

* UFRN. evansantos.hist@gmail.com.

Evandro Santos
(Organizador)

I Seminário Interno do LHCP

26 de outubro de 2016

UFRN – Caicó – RN

Anais

Caicó-RN
2018

APRESENTAÇÃO

Por ocasião da reunião dos Grupos de Pesquisa do DHC-CERES-UFRN – “História, Cultura e Poder” e “Corpo: Práticas e Discursos” – em treze de setembro de 2016, convocada pelos líderes dos referidos grupos, foi aventada a criação do Laboratório de História e Práticas de Pesquisa (LHCP). O LHCP tem por objetivo geral congrega os pesquisadores do DHC e, especificamente, propiciar aos estudantes experiências da iniciação à pesquisa científica bem como promover a fundamental articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, é escopo o estímulo ao intercâmbio e às parcerias com outras instituições cujos interesses coadunem-se com os dos Grupos de Pesquisa dos quais advém o LHCP. Tal âmbito associa-se com os esforços de fortalecimento do curso de Bacharelado em História, ainda que o espaço também acolha alunos da Licenciatura que participam das pesquisas desenvolvidas junto aos Grupos de Pesquisa supracitados. Além de contribuir como fórum privilegiado para as discussões que compõem as agendas de orientação e trocas entre os pesquisadores, o Laboratório constitui lugar propício à sistematização da produção docente e discente do DHC-CERES-UFRN. Nessa perspectiva, é possível afirmar que este ambiente de investigação acerca dos temas gerais dos Grupos de Pesquisa, a saber, estudos em torno dos conceitos de cultura e de poder, fomentará tanto o ensino, à medida que os projetos de monitoria das disciplinas do eixo de Teoria, Metodologia e Pesquisa Histórica poderão ser vinculados e desenvolvidos no conjunto de atividades do LHCP, como a extensão, levando-se em consideração as fortes possibilidades de diálogo entre os referidos conceitos explorados, sobretudo, nas áreas das ciências humanas, e a sociedade, em sentido mais amplo. No dia 26 de outubro de 2016, realizamos o **I Seminário Interno do LHCP**, atividade que se tornou regular e, sobretudo, passou a ser momento esperado de trocas entre os pesquisadores usuários do LHCP. É com grande alegria que trazemos à vista da comunidade acadêmica os resumos dos primeiros professores orientadores e bolsistas de Iniciação Científica vinculados ao nosso espaço no CERES. Vida longa ao LHCP!

Evandro Santos
Coordenador do LHCP

PROGRAMAÇÃO

26 DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA

- 14h00 – Abertura do evento.
- 14h10 – Primeira sessão.
- 16h10 – Intervalo.
- 16h30 – Segunda sessão.
- 18h00 – Encerramento.

RESUMOS

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE ACARI – RIO GRANDE DO NORTE/BRASIL

Adriano Campelo da Silva

Orientador: Prof. Dr. Fábio Mafra Borges

Este trabalho é resultado de um levantamento arqueológico no município de Acari, no interior do Rio Grande do Norte. Vê-se na oportunidade de catalogação, a conservação dos sítios arqueológicos para que outros estudantes e profissionais em arqueologia possam estudá-los e resgatar, com sua salvaguarda, informações que contribuam para as futuras pesquisas nesta área. Trabalho que ainda permanece em andamento, uma vez que, a área a ser explorada ainda é muito vasta, o(s) grupo(s) cultural(ais) que ocuparam a região do Seridó potiguar, transitavam em meio a riachos e serras, além dos campos a céu aberto, dificultando a vistoria de todo esse espaço. Catalogou-se os locais com a presença de vestígios humanos pré-históricos, tomando como referência sítios já catalogados no município, na década de 1920, pelo arqueólogo amador José de Azevedo Dantas, natural do atual município Carnaúba dos Dantas. A partir desses dados iniciais, buscou-se identificar evidências que constatassem uma ocupação humana, como artefatos líticos, cerâmicos, estruturas de combustão (fogueiras) e registros rupestres. Após a conclusão do levantamento de sítios arqueológicos, em Acari, identificou-se um número bem maior do que se tinha conhecimento, e que os mesmos oferecem grandes possibilidades de resultados significativos para a pesquisa arqueológica da região do Seridó.

Palavras-chave: Acari. Sítios arqueológicos. Vestígios.

USO DE FONTES SESMARIAS PARA RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA COLONIAL DOS SERTÕES DAS CAPITANIAS DA PARAÍBA E DO RIO GRANDE DO NORTE (SÉCULOS XVII E XVIII)

Helder Alexandre Medeiros de Macedo e Alda Jana Dantas de Medeiros

Apresenta uma discussão sobre uso de fontes sesmarias para reconstrução da história colonial dos sertões das Capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte nos séculos XVII e XVIII. Trabalho que integra-se ao escopo do Projeto de Pesquisa História dos Sertões do Rio Grande do Norte e da Paraíba, utilizando, como fontes, produções acadêmicas ligadas às Ciências Humanas e Sociais (com foco em dissertações e teses) dos anos 1980 até a contemporaneidade, obtidas a partir de Repositórios Acadêmicos disponibilizados na internet, sobretudo, as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações das Universidades

Federal da Paraíba, de Campina Grande e do Rio Grande do Norte, o Portal de Teses da CAPES e o Portal Domínio Público. Metodologicamente, investiu na análise historiográfica – tomada, como inspiração, a reflexão feita por Michel de Certeau acerca da “operação historiográfica” – das produções acadêmicas supracitadas. Constatou, para além da superioridade numérica de trabalhos sobre a história colonial dos sertões da Paraíba em relação aos do Rio Grande do Norte, o uso dos requerimentos de concessão de cartas de sesmarias, por parte dos(as) autores(as) como evidências do processo de territorialização do território nortenho e apropriação colonial, bem como, elemento utilizado pelos colonos para, a longo prazo, justificar a posse das terras que ocupavam.

Palavras-chave: Sesmarias. Rio Grande do Norte. Paraíba. História colonial.

PATRIMONIALIZANDO O SERTÃO NORDESTINO

Alex de Assis Batista

Orientador: Prof. Dr. Evandro Santos

O presente artigo deseja ensejar um debate em torno do patrimônio que rege a representação do Sertão por meio das falas de alguns memorialistas e escritores, destacamos: Oswaldo Lamartine, Juvenal Lamartine e José Augusto. Deste debate, pretendemos focar na importância do patrimônio para a formação do Sertão nordestino. Por este ser uma construção, serão analisadas obras que remetem ao Sertão e que enfatizam o Patrimônio, por meio disto buscaremos pontos em comum no tocante a cultura material do lugar de estudo. Para chegar a tal resultado, abordaremos o conceito de Patrimônio na perspectiva de François Choay em Alegoria do Patrimônio, pois acreditamos ser a definição mais completa por historicizar o Patrimônio e suas modificações. Após, colocaremos em discussão a ideia de Sertão e seu surgimento tendo como base os trabalhos de Janaina Amado, Olivia Morais de Medeiros Neta e Gilmar Arruda. Por fim, analisaremos também os memorialistas (Oswaldo Lamartine, Juvenal Lamartine e José Augusto) e suas abordagens sobre a riqueza material existente no Sertão nordestino. A análise destes autores se dará por meio de obras próprias, por publicações em jornais e por releituras. Destacamos estes por serem os principais expoentes quando se trata de rememorar o Sertão nordestino.

Palavras-Chaves: Sertão Nordeste. Patrimônio. Representação. Memorialistas.

ENREDOS SERTANEJOS: TEMPO E ESPAÇO NA NARRATIVA DE LINS DO REGO

Bárbara Sayonara de Souza

Orientador: Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade

A produção literária de José Lins do Rego tem sido convocada para análise por diferentes saberes. Contudo, nota-se, que o interesse de seus estudiosos tem se voltado, sobretudo, para o “ciclo da cana”, que trata da cultura canavieira da Zona da Mata. Perscrutando outras produções, especificamente a que trata do universo sertanejo, em obras como *Pedra Bonita* (1938) e *Cangaceiros* (1953), observa-se uma rica trama pautada pelas reminiscências de uma tragédia. A despeito de serem temas tradicionais às abordagens sobre o regionalismo nordestino – o fanatismo e o cangaço -, podem, em nossa perspectiva, constituir numa rica possibilidade de análise dos usos das categorias tempo e espaço. A categoria “tempo” é múltipla em sua narrativa e está associada ao universo da descoberta. Neste sentido, o tempo passado é carregado de dor, culpa e medo marcado pela inevitabilidade de uma tragédia marcada pelo dilema entre o destino e o devir. Este tempo passado se coaduna com as memórias que tecem um campo de intervenção no presente. Já o espaço explorado não se restringe ao universo da representação da “trilogia das catástrofes” – seca, volante e cangaço -, foca-se também na crença e esperança na remissão do homem. Por isso, o sertão e sertanejo são narrados pela percepção de diferentes fases da natureza e da própria vida. O espaço/sertão não é estático, mas um mundo de descobertas, de deslocamentos e vivências múltiplas. Há uma luta constante contra um passado cruel cujas lembranças, inevitáveis, impulsionam a uma escolha: entre a moral/ética e o fatídico destino.

Palavras-chave: José Lins do Rego. Sertão. Tempo. Espaço.

OS SENTIDOS DOS MALES: DOENÇAS NO SERIDÓ OITOCENTISTA

Elaine Cristina Diniz da Silva

Orientador: Prof. Dr. Muirakytan Kennedy de Macêdo

O presente estudo enfoca os sentidos atribuídos às doenças no século XIX no sertão do Seridó no Rio Grande do Norte. Nosso objetivo é entender como a sociedade sertaneja dava significações às enfermidades a partir de seu contexto temporal e espacial marcado pela ausência de médicos. Esta utilização dos saberes não-acadêmicos empregados por pessoas que possuíam experiência (chamados de “curiosos”) para identificar o que julgavam ser a causa mortis a partir dos sintomas das doenças. Como a pesquisa encontra-se em fase inicial, estamos envolvidos atualmente em entender os fundamentos teóricos-metodológicos da pesquisa que se pauta no conceito de representação (CHARTIER, 1991) e na compreensão dos significados dados às doenças como um fenômeno histórico que varia segundo cada sociedade e seu contexto

cultural (NASCIMENTO e CARVALHO, 2014; COURBIN, COURTINE e VIGARELLO, 2008; PORTER, 2001). Essa investigação tem como principais fontes documentais: os assentos registrados nos livros paroquiais de óbitos do século XIX da igreja católica no Seridó, acervo que se encontra na Diocese de Caicó; Relatórios dos Presidentes da Província, atas camarárias, e jornais impressos no Rio Grande do Norte no século XIX cujas cópias digitalizadas encontram-se no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) do Centro de Ensino Superior do Seridó/UFRN. Todas as informações a serem coletadas serão armazenadas em banco de dados no software Access. Como resultado preliminar da pesquisa percebemos que a doença e o doente, além de realidades sociais e biológicas, representações sociais.

Palavras-chaves: Doença. Doente. Representação.

IHGB: A ORIENTAÇÃO ÉTICA DO ANTIGO AO MODERNO

Ledson Marcos Sousa da Silva

Orientador: Prof. Dr. Evandro Santos

A pesquisa, na fase inicial, pretende averiguar os princípios que formam uma ética do historiador na historiografia produzida no Brasil do século XIX ao início do XX. Levando em consideração o conceito polissêmico do tema – ética -, a investigação levará em conta as noções que contribuam a responder um problema historiográfico voltado às definições de uma deontologia do historiador. Almeja-se buscar pontos de valor que possam compor os princípios do ofício do historiador. O conceito de ética que será analisado servirá como guia na pesquisa das fontes, tendo como principal lócus a Revista do IHGB. Os discursos que tinham como alvo fundar a história da pátria. Com base nessa documentação serão analisados os discursos históricos, tanto como a escrita, quanto as metas apresentadas pelos membros do Instituto, tais acepções vão ser utilizadas como compostos de uma orientação pragmática do historiador. Vale lembrar que os antigos faziam-se veementemente presentes na narrativa historiográfica do século oitocentista. Abordando o recorte temporal citado, buscaremos as mudanças e características nesse tipo de “resgate” das gerações passadas nesses tipos de usos de autores da antiguidade no devir da história. Ademais, será colocada na estratégia dessa pesquisa a tamanha importância dos autores que se faziam como membros das correções historiográficas trabalhadas que estavam inseridas no contexto da história da pátria. Por fim, é preciso enxergar os “valores morais” aplicados nos textos para então ter possibilidade de extrair ensinamentos e lições, isso com base no *topos* ciceroniano.

Palavras-chave: Ética para historiadores. História da historiografia. IHGB.

FONTES PAROQUIAIS E JUDICIAIS E SUAS APLICABILIDADES NA DISCUSSÃO SOBRE DINÂMICAS DE MISTIÇAGENS (SERIDÓ, SÉCULO XVIII – XIX)

Lucas Thiago Araujo de Medeiros e Matheus Barbosa Santos
Orientador: Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Discute as possibilidades de uso e apropriação de fontes eclesiásticas e judiciais para a compreensão das dinâmicas de mestiçagens no sertão do Rio Grande do Norte entre os séculos XVIII e XIX. Constitui parte das reflexões metodológicas do Projeto de Pesquisa História das mestiçagens nos sertões do Rio Grande do Norte por meio de um léxico das “qualidades” (séculos XVIII-XIX), que tem como objetivo examinar as trajetórias pessoais e de formação dos agentes do Estado, da Justiça e da Igreja que produziram os documentos em que se registraram os indivíduos frutos das mestiçagens, com o fito de se estabelecer um perfil acerca de quem nomeava pessoas com as qualidades de “mestiço”, mameluco, pardo, mulato, cabra e curiboca. Toma, de dois *corpus* documentais, documentos avulsos para estudo de caso: registros paroquiais da Freguesia do Seridó, que se encontram arquivados no Centro Paroquial São Joaquim e inventários post-mortem que se encontram na Comarca de Currais Novos. Metodologicamente partiu de revisão historiográfica; leitura e análise das partes específicas das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e das Ordenações Filipinas que ditam as normas sobre a produção dos registros paroquiais e judiciais, respectivamente; escolha e transcrição dos documentos para o estudo de caso; análise comparativa das normas com a prática contida nos documentos; elaboração do artigo. Embora o trabalho esteja em andamento, adota a hipótese de que as fontes históricas escolhidas permitem, com suas especificidades, a que se proceda análises sobre os sujeitos nomeados e aqueles que nomeavam, no contexto do Seridó colonial.

Palavras-chave: Seridó. Dinâmicas de mestiçagens. Fontes paroquiais. Fontes judiciais.

A IMPRENSA E OS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1961-1964)

Maria Luiza Lins
Orientadora: Profa. Dra. Jailma Maria de Lima

Esse trabalho está sendo desenvolvido no âmbito na iniciação científica e faz parte de uma pesquisa mais ampla intitulada política, educação e cultura popular (Nordeste – 1963-1964). No início da década de 1960 diversos movimentos direcionados para a educação e a cultura popular foram incentivados no Nordeste brasileiro com o apoio das lideranças políticas e educacionais passaram a dialogar e a discutir as propostas: Movimento de Cultura Popular no Recife, 40 Horas de Angicos, e De Pé no Chão Também se

Aprende a Ler, no Rio Grande do Norte, Campanha de Educação Popular, na Paraíba foram algumas das experiências desenvolvidas entre 1961 e 1964. Para esta comunicação objetivamos analisar como o jornal Diário de Pernambuco apresenta essas experiências. O recorte escolhido deve-se ao fato de esses dois anos terem sido emblemáticos para as referidas campanhas: no primeiro iniciou-se a experiência do MCP e no segundo ela e todas as outras campanhas criadas e desenvolvidas foram interrompidas em função do golpe civil-militar de 1964. O jornal Diário de Pernambuco encontra-se disponível no formato online no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Foram pesquisados os seguintes termos, para o período (1961-1964): Alfabetização de Adultos, Movimentos de Cultura Popular, Djalma Maranhão, Paulo Freire.

Palavras-chave: Imprensa. Movimentos sociais. História Política.

“ELLA ERA FEITICEIRA” BALBINA MARIA: A FEITIÇARIA DE 1920 E SEUS REQUICIOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DE CAICÓ-RN

Natiele Barbosa

Orientador: Prof. Dr. Lourival Andrade Júnior

De acordo com Russell, a feitiçaria ocorre em quase todas as sociedades do mundo, sendo o mais antigo e profundo elemento no conceito histórico da magia européia, que se formou a partir da religião pagã, folclore, heresia cristã e teologia. A feitiçaria seria, segundo esse historiador, “ligações ocultas entre todos os fenômenos naturais” (RUSSELL, 1993). Assim no Brasil, iremos ver com os estudos de Laura de Mello e Souza que o imaginário português era amplo e que a partir daí os europeus, os indígenas e os negros africanos se combinaram novamente para gerar práticas mágicas, feitiçarias complexas e originais. Durante toda a colônia a feitiçaria esteve ligada ao curandeirismo, ao cotidiano dos colonos e a filiação cultural entre as três étnicas como bem coloca Souza em seu trabalho. Ao longo dos séculos essas práticas foram sendo perseguidas, por instituições e seguidores da Inquisição ou apenas por pessoas comuns, muitas pessoas foram acusadas mesmo sem a certeza de serem praticantes. Esse artigo se desenvolve dessas idéias, a partir de um processo crime do século XX, arquivado no Laboratório de Documentação Histórica do Ceres/Caicó-RN (LABORDOC), onde uma negra chamada Balbina Maria da Conceição foi espancada por dois homens por acusarem-na de ser feiticeira. Veremos esse conceito de feitiço e a partir dos discursos desse processo como a feitiçaria se encontrava no século XX, precisamente na década de 20.

Palavras-Chaves: Balbina. Feitiçaria. Inquisição. Superstições.

“NOS LIMITES DA NORMA”: CASAMENTOS CONSANGUÍNEOS NA FREGUESIA DA GLORIOSA SENHORA SANT’ANA DO SERIDÓ (XVIII–XIX)

Tatiane Eloise da Silva

Orientador: Prof. Dr. Muirakytan Kennedy de Macedo

O presente trabalho se propõe a analisar os casos de impedimentos e dispensas de consanguinidade e afinidade em processos matrimoniais na Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó (RN), entre os séculos XVIII e XIX. Tais circunstâncias permitem-nos compreender qual a lógica católica tanto para a permissão, quanto para a proibição de determinadas alianças matrimoniais. Após o estudo desse fato teremos alguns elementos para, em pesquisas futuras, fazer uma relação entre as formações familiares consanguíneas e as enfermidades transgeracionais. Esta fase da pesquisa se desenvolveu na esteira da catalogação e estudo dos casamentos, cujos registros estão arquivados na atual Diocese de Caicó. A análise desses dados foi realizada com o auxílio de banco de dados construído através do software Access. Ali foram armazenados os 543 registros de casamentos. Como fundamentação teórica-metodológica nos ancoramos na noção de rito de passagem (PEREIRA, 2012), nos padrões familiares seridoenses dos séculos XVIII e XIX (MACÊDO, 2015), nas sensibilidades ligadas ao amor, sexo e casamento (FLANDRIN, 1970) e nas regras de parentesco (AUGÉ, 1975). Como resultado inicial, percebeu-se a recorrência de negociações de dispensas de consanguinidade em 15,6% dos casos, o que denota uma tendência para a formação de famílias baseadas na proximidade parental, o que poderia ser um indício remoto para as doenças desencadeadas por esta realidade.

Palavras-chave: Casamento. Consanguinidade. Seridó.

O MILAGREIRO JOSÉ LEÃO NOS VERSOS E NAS RIMAS DA LITERATURA SERIDOENSE

Virgínia Gislany Alves Ferreira

Orientador: Prof. Dr. Lourival Andrade Júnior

O Seridó Potiguar é uma região marcada por altas temperaturas e poucas chuvas durante o ano e também marcada por uma relação bem peculiar com o campo do sagrado, são práticas devocionais que penduram desde da época colonial, são rituais que fogem da oficialidade da Igreja Católica. Devoções com milagreiros(as) ou ditos santos de cemitérios eleitos pelo povo, acreditando, segundo Pereira, que estão próximos da sua realidade, pessoas comuns que sofreram algum tipo de morte trágica e pós morte aconteceram eventos sobrenaturais. Esse trabalho faz parte do projeto denominado: “Milagreiros e Milagreiras do Seridó Potiguar” na orientação do Prof. Dr. Lourival Andrade Junior. Que busca compreender como se estabelece o contato e relação do povo

com o profano na região do Seridó. O milagreiro José Leão é popularmente conhecido na cidade de Florânia. Foi morto de forma brutal no século 18 e no local da morte hoje existe uma capela que recebe devotos de várias partes do Brasil alegando que receberam um milagre mediante a intercessão de Zé Leão. A causa da morte é um enigma, há várias versões que justificam. Então o objetivo do trabalho é analisar as várias fontes que relatam sua morte e devoção. Essas fontes são cordéis, cartas e a história oral, repassada de geração em geração.

Palavras-chaves: Milagreiros, Literatura Regional, Religiosidade Popular, Seridó Potiguar